

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Érica Carolina da Silva Gomes

**FORMAÇÃO POLÍTICA DAS, PARA E PELAS MULHERES: O COMITÊ DE
CIDADANIA COMO LÓCUS DE IGUALDADE E DEMOCRACIA**

Juiz de Fora – MG

2015

Érica Carolina da Silva Gomes

**FORMAÇÃO POLÍTICA DAS, PARA E PELAS MULHERES: O COMITÊ DE
CIDADANIA COMO LÓCUS DE IGUALDADE E DEMOCRACIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa Gestão, políticas públicas e avaliação educacional, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^{ra}. Dr^a. Daniela Auad

Juiz de Fora

2015

Érica Carolina da Silva Gomes

**FORMAÇÃO POLÍTICA DAS, PARA E PELAS MULHERES: O COMITÊ DE
CIDADANIA COMO LÓCUS DE IGUALDADE E DEMOCRACIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa Gestão, políticas públicas e avaliação educacional, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Daniela Auad - Orientadora
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Prof.^a. Dr.^a Cláudia Regina Lahni - Coorientadora
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Prof.^a Dr.^a Céli Regina Jardim Pinto
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Rubens Luiz Rodrigues
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Para Sílvio Antônio Gomes e Maria Aparecida S. Gomes, meus primeiros professores, os possibilitadores dos sonhos que realizo, os responsáveis por tudo aquilo que penso ter de bom em mim.

Para Maria das Dores Gomes, Vó Maria, inspiração infinita, sentimento bom no coração. Sábia mulher.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Juiz de Fora e à CAPES, pelo amparo durante todo o tempo em que este trabalho esteve em desenvolvimento.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação PPGE-UFJF e seus funcionários, com os quais sempre pude contar com o apoio e prestatividade. Em especial, ao Getúlio e à Cida, que, em muitos momentos, tiveram a oferecer mais do que o previsto no escopo de suas funções.

Ao Sr. Antônio, funcionário da FACED, por toda a disponibilidade e prazer com que sempre me atendia quando solicitado, e, até mesmo, quando não solicitado, cordialmente levava café fresco ao PPGE. Por isso, e por tantas conversas acolhedoras e sinceras nos corredores da FACED, meu carinho.

Às companheiras do Grupo de Estudos Educação, Comunicação e Feminismos, nas figuras de Daniela Rodrigues Munck, Fernanda Bichara da Silva, Leidimara Carolina Brugger, Maria Rita Neves Ramos, Raquel Borges Salvador e ao companheiro Ryan Brandão Barbosa Reinh de Assis, pelas ricas discussões, pelo compartilhamento de experiências, pelas tardes de estudo, reflexão e debates, pelos momentos de descontração e agradáveis conversas. Por estarem presentes no exame de qualificação e demais apresentações.

À querida amiga Priscilla Verona, aquela por quem tive simpatia e senti amizade desde o início do Curso de Mestrado. Por todos os incontáveis momentos em que esteve presente, por todas as discussões e contribuições sobre minha pesquisa, sobre a formação na academia, sobre a vida. Por todas as risadas, confidências e adoráveis cafés da tarde.

À minha irmã, Jéssica, por estar sempre, sempre, sempre comigo, por existir, por caminharmos juntas mesmo quando distantes.

Aos meus avós, Geraldo e Lenira, pelo orgulho que sentem da escolha que fiz, ser educadora. Isso sempre foi combustível para mim. E também ao meu avô, Sílvio Francisco, pela importância que sempre deu às minhas conquistas quando eu era ainda uma criança estudiosa e pelo orgulho que, certamente, sentiria se hoje estivesse aqui.

À Profª Cláudia, por sempre ter compartilhado seus conhecimentos, suas experiências, e por estar presente durante toda a minha caminhada na realização deste trabalho oferecendo contribuições grandiosas.

À Profª Daniela Auad, pela generosidade em ofertar-me formação acadêmica, humana, e vital. Por representar, para mim, a excelência em ser educadora.

Ao Gabriel, por saber ser o melhor companheiro e o único em momentos em que tudo o eu precisava era que ele estivesse, literalmente, ao meu lado. Por ter sido acalanto, apoio, estímulo e amor comigo. Por acreditar em mim. Por ser meu confidente mais paciente, por ter segurado algumas barras comigo, por ser o meu amor e o meu desejo de amar.

Ao meu pai, Sílvio, que, mesmo estando distante geograficamente, faz-se sempre tão atencioso e presente como se estivesse aqui comigo.

À minha mãe, Cida, que, com seu amor, sua esperança e positividade, torna tudo possível.

RESUMO

Os estudos sobre o tema mulheres e política identificam um panorama que configura a sub-representação das mulheres na esfera do poder político. Pesquisadoras e pesquisadores da temática apontam questões que teriam relação com a configuração atual de participação política das mulheres. A herança do modelo patriarcal, construindo o espaço político como masculino, rechaçando as mulheres deste e confinando-as ao espaço privado seria uma delas. As desigualdades de gênero e as variadas discriminações com relação ao feminino e às mulheres são fenômenos que ainda impactam e conformam a vida das mulheres. Nessa perspectiva, as posições ocupadas idealmente pelas mulheres são construídas a partir das relações de gênero que ditam o que é aceito e o que é rechaçado, segundo padrões masculinos e femininos estimulados ou não. Neste estudo, as mulheres, apesar de não serem minoria numérica na sociedade, são pensadas, no escopo do presente texto, como minoria social. Para Joan Scott (2005), os eventos que determinam que as minorias sejam tomadas enquanto tais ocorrem pelo processo de atribuição de menos *status* e desvalorização de algumas qualidades inerentes ao grupo minoritário, como se essas qualidades fossem a razão e também a racionalização do tratamento desigual. Sendo assim, a pesquisa à qual a presente Dissertação se refere busca conhecer a faceta formativa do Comitê de Cidadania do Município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. A hipótese da pesquisa é a de que o citado Comitê corresponda a *locus* privilegiado de participação e formação política das, para e pelas mulheres. Tal grupo corresponde a um observatório composto majoritariamente por mulheres adultas, como professoras aposentadas que acompanham as ações e medidas dos vereadores da cidade. Cidadania e Cidadania Ativa, Movimentos Sociais, Participação e Formação Política são temáticas e conceitos que foram considerados para conhecer o objeto. A categoria gênero tem destaque na pesquisa, sem, contudo, silenciar as perspectivas que foram sugeridas pela pesquisa de campo, advindas da consideração das categorias classe, raça e geração. Foi realizado estudo de campo e bibliográfico, consistindo em busca bibliográfica no *site* da biblioteca virtual *Scielo*, de modo a considerar como palavras-chave as seguintes expressões: Mulheres e Participação Política; Mulheres e Política; Mulheres e Formação Política; Mulheres e Cidadania. No que se refere ao campo de pesquisa, a metodologia adotada contou com a observação das reuniões do Comitê de Cidadania e entrevista com as participantes, de modo a conhecer suas trajetórias individuais e do grupo, no que tange aos desdobramentos e impacto tanto da existência quanto das ações do Comitê de Cidadania. Os dados de campo e a bibliografia foram questionados, inicialmente, a partir das seguintes perguntas norteadoras, tanto das entrevistas, quanto dos textos analisados na Bibliografia escolhida: a partir de suas narrativas, qual a influência da Escola, da Igreja, da Família na participação das mulheres no Comitê de Cidadania? Como essas instituições podem, no entender das mulheres entrevistadas e participantes do Comitê, ter colaborado para formar essas mulheres para a participação em um grupo como o Comitê de Cidadania? Como essas mulheres foram ocupando tais espaços de luta, mesmo sem ter projeto pessoal sistematizado de participação política das mulheres? Como possíveis participações das mulheres nas escolas, nas igrejas, nos movimentos sociais podem ter motivado a atual participação no Comitê de Cidadania? Essas questões foram investigadas e obtivemos como resultados que as influências e experiências das mulheres do Comitê de Cidadania com as instituições escola, família e igreja tiveram e têm relação com as atividades políticas por elas desempenhadas.

Palavras-chave: Formação Política. Cidadania Ativa. Mulheres. Relações de Gênero. Igualdade. Democracia.

ABSTRACT

Studies on the topic women and politics identify a panorama that sets the under-representation of women in the sphere of political power. Theme researchers point out issues that would be related to the current configuration of women's political participation. The legacy of the patriarchal model, building the political space as masculine, rejecting the women from this, and confining them to the private area. Gender inequalities and varied discrimination with respect to female and women are phenomena that still impact and shape the lives of women. In this perspective, the positions held by women are ideally constructed from gender relations that dictate what is accepted and what is rejected, according to male and female patterns stimulated or not. In this study, although women are not numerical minority in society, in the scope of this text, are considered as a social minority. For Joan Scott (2005), events that require that minorities are taken as such occur by assignment less status and devaluation of some qualities inherent in the minority group process, as if these qualities were the reason and also the rationalization of unequal treatment. Thus, the research to which this Master refers seeks to know the formative aspect of the Citizenship Committee of the city of Juiz de Fora, in the state of Minas Gerais. The hypothesis of the research is that the Committeementioned meets the privileged locus of political participation and training of, for and by women. This group corresponds to an observatory composed mainly by adult women, as retired teachers, who accompany actions and measures of the city council. Citizenship and Active Citizenship, Social Movements, Political Participation and Training are themes and concepts that were considered to meet the object. The gender category is highlighted in the research, without, however, silencing the prospects that have been suggested by field research, arising from consideration of class categories, race and generation. Field and bibliographic study was performed, consisting of bibliographic search in Scielo virtual library site in order to consider the following expressions as keywords: Women and Political Participation; Women and Politics; Women and Training Policy; Women and Citizenship. Regarding the search field, the methodology adopted included the observation of meetings of the Citizens' Committee; interviews with the participants in order to meet their individual and group trajectories, with respect to developments and impact of both existence as the actions of the Citizenship Committee. The field data and the bibliography were asked, initially, from the following guiding questions, both the interviews, as the texts analyzed in the chosen Bibliography: from their narratives, what is the influence of the School, the Church and the Family in the participation of women in the Citizenship Committee? How these institutions, in the opinion of the women interviewed and participants of the Committee, may have collaborated to form these women to participate in a group like the Citizenship Committee? How were these women occupying these spaces of struggle, even without personal projects of systematic political participation of women? How the possible participation of these women in schools, churches, social movements may have motivated the current participation in the Citizenship Committee? These issues were investigated and obtained as a result that the influences and experiences of women of Citizenship Committee with the school institutions, family and Church had and have to do with the political activities they perform.

Keywords: Training Policy. Active Citizenship. Women's. Gender Relations. Equality. Democracy.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
	O DELINEAR DA PESQUISA	11
	O TRAÇADO DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES	12
	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	20
1	DE UMA HISTÓRIA DE <i>FÉ</i> NA LUTA DA COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ – SP AO COMITÊ DE CIDADANIA DE JUIZ DE FORA	24
2	OLHARES FEMINISTAS E MULHERES NAS ELEIÇÕES: UM EXERCÍCIO TEÓRICO RUMO AO CAMPO	48
2.1	BASES BIBLIOGRÁFICAS PARA ORIENTAR A ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO	62
2.1 a	Mulheres e Participação Política	63
2.1 b	Mulheres e Política	68
2.1 c	Mulheres e Formação Política	78
2.1 d	Mulheres e Cidadania	79
2.1 e	Céli Regina Jardim Pinto: dois textos e reflexões	90
3	AÇÕES PELA IGUALDADE E GARANTIA DE DEMOCRACIA: O RELATO DE CAMPO	102
3.1	UMA AULA SOBRE CIDADANIA: PESQUISA E APRENDIZADO COM CLÁUDIA LAHNI E DISCENTES DA FACOM/UFJF	102
3.2	AS REUNIÕES MENSAS DO COMITÊ DE CIDADANIA DE JUIZ DE FORA	108
3.3	AS MULHERES DO COMITÊ DE CIDADANIA E AS REUNIÕES ORDINÁRIAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	110
3.4	AS MULHERES DO COMITÊ DE CIDADANIA: AÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA NAS ESCOLAS	115
3.5	AS MULHERES DO COMITÊ DE CIDADANIA E OS	

	DESDOBRAMENTOS DE SUAS AÇÕES: O LANÇAMENTO DO INFORMATIVO Nº 29	118
4	UM DEDO DE PROSA COM QUEM SEMPRE ESTÁ COM AS MÃOS NA MASSA: ENTREVISTAS	121
4.1	EDUCAÇÃO POLÍTICA	122
4.2	PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA	124
4.3	FORMAÇÃO POLÍTICA PARA AS FUTURAS GERAÇÕES	130
4.4	SINAIS DE IGUALDADE E DEMOCRACIA	133
	CONCLUSÃO	136
	REFERÊNCIAS	142
	ANEXOS	148

INTRODUÇÃO

A pesquisa à qual esta dissertação se refere busca conhecer a faceta formativa do Comitê de Cidadania do Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais. A hipótese da pesquisa é a de que o citado Comitê corresponda a um *locus* privilegiado de participação e formação política das, para e pelas mulheres. Tal grupo corresponde a um observatório composto majoritariamente por mulheres adultas, como professoras aposentadas que acompanham as ações e medidas dos vereadores da cidade.

Cidadania e Cidadania Ativa, Movimentos Sociais, Participação e Formação Política são temáticas e conceitos que foram considerados para conhecer o objeto. A categoria gênero teve destaque na pesquisa, sem, contudo, silenciar as perspectivas sugeridas pela pesquisa de campo, advindas da consideração das categorias classe, raça e geração.

Foi realizado estudo de campo e bibliográfico. Realizou-se a busca bibliográfica no site da biblioteca virtual *Scielo*, de modo que foram consideradas como palavras-chave as seguintes expressões: Mulheres e Participação Política; Mulheres e Política; Mulheres e Formação Política; Mulheres e Cidadania. No que se refere ao campo de pesquisa, a metodologia adotada contou com a observação das reuniões do Comitê de Cidadania; entrevista com as participantes, de modo a conhecer suas trajetórias individuais e do grupo, no que tange aos desdobramentos e impacto tanto da existência quanto das ações do Comitê de Cidadania.

Os dados de campo e a bibliografia foram questionados, inicialmente, segundo as seguintes perguntas norteadoras, tanto das entrevistas, quanto dos textos analisados na Bibliografia escolhida: a partir de suas narrativas, qual a influência da Escola, da Igreja, da Família na participação das mulheres no Comitê de Cidadania? Como essas instituições podem, no entender das mulheres entrevistadas e participantes do Comitê, ter colaborado para formar essas mulheres para a participação em um grupo como o Comitê de Cidadania? Como essas mulheres foram ocupando tais espaços de luta, mesmo sem ter projeto pessoal sistematizado de participação política das mulheres? Como possíveis participações das mulheres nas escolas, nas igrejas, nos movimentos sociais podem ter motivado a atual participação no Comitê de Cidadania?

O DELINEAR DA PESQUISA

Tendo delineado as linhas gerais do estudo, cumpre ressaltar que, ao tecer questões e assertivas de pesquisa, são consideradas as representações socialmente construídas sobre o masculino e o feminino e as mulheres. Estas, apesar de não serem minoria numérica na sociedade, são pensadas, no escopo do presente texto, como minoria social. Assim, as desigualdades de gênero e as variadas discriminações com relação ao feminino e às mulheres são fenômenos que ainda impactam e conformam a vida das mulheres. Para Joan Scott (2005), os eventos que determinam que as minorias sejam tomadas enquanto tais ocorrem pelo processo de atribuição de menos *status* e desvalorização de algumas qualidades inerentes ao grupo minoritário, como se essas qualidades fossem a razão e também a racionalização do tratamento desigual, tais como características percebidas no corpo das mulheres ou pela raça.

A apropriação dos escritos de Scott potencializa um conjunto de percepções que outras abordagens não permitem. Scott nos auxilia na abordagem tanto sobre as mulheres ainda como minorias quanto na percepção das relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, como produtoras de desigualdades que tornam as diferentes mulheres componentes de um grupo minoritário. Os escritos da autora permitem elucidar como as visões naturalistas sobre mulheres, meninas, homens e meninos representam obstáculos para o acesso democrático das minorias, por exemplo, na política partidária, no meio sindical ou nos meios de comunicação, no que se refere ao direito de se verem representados e reconhecidos como lideranças e em espaços reconhecidos como *locus* de poder.

Gênero é, portanto, assumido como categoria de análise, na presente pesquisa, com a intencionalidade de não perpetuar posturas que reforcem estereótipos nos processos de construção do conhecimento. Tais posturas tornariam invisíveis grupos de mulheres para quem e por quem políticas igualitárias devem ser formuladas e implantadas. Nesse sentido, a definição de política de Joan Scott, em seu texto *O Enigma da Igualdade*, mostra-se potente para o entendimento de um conjunto de fenômenos. Trata-se de cuidar da política e de considerar a igualdade tendo como norte “[...] a negociação de identidades e dos termos das diferenças entre elas” (SCOTT, 2005, p. 29). Assim, gênero é adotado como um potente marcador de diferenças, diante do qual não é possível silenciar (AUAD; GOMES, 2013).

Nessa perspectiva, as posições ocupadas idealmente pelas mulheres são construídas a partir das relações de gênero que ditam o que é aceito e o que é rechaçado, segundo padrões masculinos e femininos estimulados ou não. Diante de uma candidata mulher a um cargo

Executivo ou Legislativo, por exemplo, o apelo à maternidade e aos valores tradicionais de feminilidade é algo percebido como positivo, assim como é rechaçada qualquer possibilidade de comportamento que a afaste do ideal feminino segundo os padrões tradicionais vigentes, como, por exemplo, ser candidata à presidência e também ter sido guerrilheira, ou ser candidata à deputada federal e também ser lésbica. Por mais que explorar positiva ou negativamente essas identidades não possa ser determinante exclusivo do comportamento eleitoral, pode, por outro lado, influenciar o empoderamento de um grupo minoritário que se veja representado na informação difundida – via jornalismo, por exemplo – como fundamental exercício de cidadania. A informação sobre direitos, percebida como seara de exercício da cidadania, pode fazer com que mulheres e outras minorias se organizem para reverter sua condição. O Comitê de Cidadania é seara fértil para essa prática, que reforça a cidadania como garantia de acesso a direitos civis e políticos (AUAD; GOMES, 2013).

Como questão central e de grande relevância para o presente estudo, há a investigação da influência exercida pela Escola, Igreja e Família na formação política e na participação das mulheres no Comitê de Cidadania. Nesse sentido, temos como questão de pesquisa: o que foi fator determinante para levar as mulheres que compõem o Comitê de Cidadania a buscar esse exercício de participação política? Essa questão de pesquisa está atrelada às questões norteadoras deste estudo, que consistem em: a partir das narrativas dessas mulheres, descobrir qual a influência da Escola, da Igreja e da Família na participação das mulheres no Comitê de Cidadania? Como essas instituições podem ter colaborado para formar essas mulheres para a participação em um grupo como o Comitê de Cidadania? Como essas mulheres foram ocupando tais espaços de luta, mesmo sem ter projeto pessoal sistematizado de participação política? Como possíveis participações das mulheres nas escolas, nas igrejas, nos movimentos sociais podem ter motivado para a atual participação no Comitê de Cidadania?

O TRAÇADO DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Ao se propor o estudo do Comitê de Cidadania, julgou-se pertinente buscar o entendimento de alguns conceitos relacionados à cidadania, participação política e movimentos sociais.

Tendo como uma de suas ações o incentivo da população à participação política, o Comitê busca o exercício de cidadania através da participação política e do respeito aos direitos humanos¹.

Comumente, associamos participação a algum processo democrático. De acordo com Bordenave (1992), a democracia é um estado de participação, democracia não é apenas um modo de proceder do governo em que existam eleições. Participação e democracia, concomitantemente, contribuem para a construção de uma sociedade solidária.

A participação pelos grupos e indivíduos se dá de diferentes maneiras, sendo na família, na comunidade, no trabalho, na luta política, de forma que o entusiasmo pela participação é decorrente das contribuições positivas que o ato de participar oferece (BORDENAVE, 1992). Na visão de Bordenave, a participação tanto pode se dar em situações que visem à promoção da igualdade quanto para que se mantenha uma situação de controle. Participar ainda aguça o poder de reivindicação da população, facilita o crescimento da consciência crítica, ao passo que prepara grupos e indivíduos para a luta por mais poder na sociedade. O controle das autoridades e também o controle social, por parte da população, é outra ação que se pode garantir via participação. A fiscalização do trabalho, bem como dos serviços públicos tende a melhorá-lo em qualidade ou, minimamente, a intimidar possíveis abusos, ou mau uso dos serviços públicos e do poder. Essa é uma forma de participação eficaz quando feita coletivamente, pois “[...] a participação não mais consiste na recepção passiva dos benefícios da sociedade, mas na intervenção ativa na sua construção [...]” (BORDENAVE, 1992, p. 20).

O Comitê de Cidadania é um grupo de participação voluntária, criado por suas participantes, tendo seus propósitos por elas estabelecidos. O trabalho das participantes configura-se no campo de participação macrossocial², que, segundo Bordenave (1992), compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade.

A importância da participação das mulheres do Comitê de Cidadania consiste na resistência dessa participação, uma vez que há uma tensão na relação entre aqueles que estão no poder em conceder participação àqueles que não estão entre os grupos privilegiados. A

¹ No capítulo 3 da presente dissertação, será expressa Bibliografia que aborda as origens dos Comitês, na Comissão Justiça e Paz (BENEVIDES, 2009).

² Segundo Bordenave (1992), Microparticipação seria aquela que o cidadão realiza em nível micro, na família e em associações. Já a Macroparticipação, ou participação macrossocial, seria aquela que implica uma visão mais larga e tem algo a dizer na sociedade como um todo, compreendendo a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade.

tentativa é a de vencer a resistência dos detentores de privilégios numa sociedade em que os sistemas de interesses sobressaem à solidariedade³. Nos estudos de Bordenave, encontramos, ainda, sustentação para a participação desenvolvida pelo Comitê de Cidadania. O autor afirma ser através da participação que a população se prepara para assumir o governo e transformar o Estado em órgão absolutamente dependente e próximo do povo a partir de dois processos comunicativos: a informação e o diálogo.

Ainda sobre o entendimento quanto a que se propõe o Comitê de Cidadania, há de se compreender o conceito de Política, já que o referido comitê tem por um de seus objetivos o incentivo à participação política. Nesse sentido, Dallari (1999)⁴ adota por conceito de política “[...] a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum”⁵, podendo o termo *política* referir-se à vida de seres humanos integrados e organizados em uma sociedade, ou referir-se ao estudo dessa organização e das decisões tomadas. Um movimento de protesto ou reivindicação que possa ser promovido pelo Comitê de Cidadania, por exemplo, é um ato político. Para que o objetivo de interesse de todo o grupo seja atingido, é preciso que a ação política seja organizada, que haja uma coordenação entre todos os elementos, configurando coesão e força ao grupo, garantindo que os atos sejam dirigidos para o objetivo comum proposto pelo grupo (DALLARI, 1999). E, ainda para o autor, política é “[...] toda ação humana que produza algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade”⁶.

Lidar com a conscientização política é uma tarefa imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa, menos excludente, mais solidária, igualitária e participativa. Sabemos que todos os seres humanos nascem iguais, sendo, pois, reconhecida absoluta igualdade de oportunidades a todos. A sociedade, por sua vez, estabelece diferenças de valor construídas histórica e socialmente, não naturais. Dessa maneira, não seria admissível aceitar que uns nasçam ricos e privilegiados socialmente e outros miseráveis e fadados à inferioridade social, sacrifícios e privações. Como aponta Dallari, “[...] todos os indivíduos tem direito à proteção de sua liberdade, de sua integridade física e de outros bens que são necessários para que uma pessoa não seja rebaixada de sua natureza humana” (DALLARI, 1999, p. 19). Seguindo esse preceito, enfatizamos a necessidade de que alcancemos uma

³ “Solidariedade”, de acordo com Minidicionário Aurélio (1993, p. 511), consiste em sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses de um grupo social, de uma nação, ou da humanidade.

⁴ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação Política?* São Paulo: Brasiliense, 1999. Coleção primeiros passos.

⁵ Ibidem, p. 10.

⁶ Ibidem, p. 11.

sociedade solidária, uma vez que sabemos das injustiças e desigualdades vivenciadas por muitos grupos e indivíduos, sem garantia de igualdade.

A participação, a reflexão e o conhecimento sobre política, nesse sentido, seriam formas eficientes de garantir o acesso a direitos. Por vezes, as pessoas têm oportunidade e poder de decidir e influir socialmente em favor de si, de grupos e de indivíduos, mas se abstêm desse direito e dessa responsabilidade, numa expressão de falta de consciência quanto à necessidade de vida social, colocando-se em omissão no momento de decidir (DALLARI, 1999). O conhecimento, a participação e a reflexão seriam, assim, correspondentes a processos de conscientização política rumo a ações democráticas e cidadãs.

O ideal seria promover o entendimento de que, embora seja reconhecida a igualdade de todos os seres humanos, existem diferenças e especificidades individuais, e que conflitos ocorreram decorrentes dessas individualidades. Não é à toa que o debate igualdade, diferença, desigualdade, no âmbito da Sociologia do Reconhecimento, por exemplo, é tão animado. Segundo Fraser (2007)⁷, a sociologia do reconhecimento apoia-se em novas visões de uma sociedade “amigável às diferenças”, “[...] buscando o reconhecimento das distintas perspectivas das minorias étnicas, ‘raciais’ e sexuais, bem como a diferença de gênero”⁸. Para a autora, “[...] os proponentes do reconhecimento estão à procura de um mundo em que a assimilação às normas da maioria ou da cultura dominante não é mais o preço do respeito igualitário”⁹. Cada qual tem o direito de possuir diferentes orientações sociais, sexuais e políticas, e é preciso encontrar uma forma de organização social que torne menos graves os conflitos e assegure o respeito à individualidade de cada um e a representatividade dos grupos. Nesse sentido, Joan Scott é pioneira ao relatar a tensão entre interesses e necessidades de grupos e indivíduos na luta pelo alcance de igualdade. De acordo com Scott (2005, p. 14), “indivíduos e grupos, igualdade e diferença não são opostos, mas, conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão”. A autora completa ainda afirmando que “[...] a tensão entre identidade de grupo e identidade individual não pode ser resolvida; ela é uma consequência das formas pelas quais a diferença é utilizada para organizar a vida social” (SCOTT, 2005, p. 22). E mais, é preciso conscientização quanto ao fato de que problemas políticos que aparentam interessar somente a um indivíduo são, também, problemas de todos. O machismo, o racismo e a homofobia não são problemas apenas daqueles que sofrem individualmente com essas formas de preconceito, pois elas afetam toda uma sociedade e,

⁷ FRASER, Nancy. *Reconhecimento sem ética?* Lua Nova, São Paulo, 70, p.101-138, 2007.

⁸ Ibidem, p. 102.

⁹ Ibidem, p. 101.

portanto, dizem respeito à população como um todo, também aos não negros, aos não gays, às não mulheres.

Mesmo aqueles que não tomam qualquer atitude no sentido de participar estão participando de alguma forma, uma vez que a participação não depende diretamente do desejo ou não de executá-la. O silêncio e a passividade são vistos como sinais de concordância e passividade com as decisões do grupo dominante, assim, “[...] A participação política é um dever moral de todos os indivíduos, e uma necessidade fundamental da natureza humana” (DALLARI, 1999, p. 36). A participação de indivíduos marginalizados, que por vezes se consideram impotentes para exercer algum tipo de influência, deve ser incentivada pela transformação interior. É preciso que esses indivíduos reconheçam a sua condição privada para buscar sua liberdade. Nesse sentido, para indivíduos marginalizados ou não, a efetiva participação começa pelo plano da consciência. A conscientização abre o caminho para a participação (DALLARI, 1999).

Segundo Dallari (1999, p. 43), o indivíduo consciente não fica indiferente perante as injustiças e desigualdades e luta contra os obstáculos à igualdade. Quando há consciência política e social nos indivíduos, a “[...] participação passa a ser um compromisso com a vida, exigida como um direito e procurada como uma necessidade”. Para tal, é indispensável que a participação seja organizada, sendo que, dessa forma, ela conferirá poder de pressão também àquelas pessoas com menos preparo intelectual e destituídas de poder econômico ou social. Toda proposta de mudança na vida social, de acordo com o referido autor, encontrará resistência dos interesses daqueles que estão estabelecidos e temem transformação. Daí a importância de o grupo realizar um trabalho organizado, com objetivos políticos definidos, para que todas as ações se encaminhem no mesmo sentido e com o mesmo propósito, de modo a tornar relevante a participação política.

Podemos perceber, atrelado a esta reflexão sobre participação política, o debate sobre cidadania e seu exercício. Para a definição de Cidadania Ativa, Benevides (1998) explica tal conceito ligado à participação do povo nas decisões políticas através de três formas dessa participação: referendo, plebiscito e iniciativa popular. Benevides realiza densa e importante pesquisa sobre cada uma dessas maneiras de movimentação e as associa à Cidadania Ativa.

A autora entende que o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular são formas pelas quais a população pode participar politicamente. Pelo referendo, é possível opinar sobre as normas jurídicas, normas legais ou constitucionais, sendo esta uma manifestação popular convocada sempre após a edição de atos normativos. E, pelo plebiscito, sobre qualquer outro

tipo de medida política, qualquer questão de interesse público, inclusive políticas governamentais, consistindo em um tipo de manifestação popular referente a medidas futuras.

Para Benevides (1998), introduzir a participação popular nas variadas esferas dos poderes pode representar uma maneira de remediar a tradição oligárquica e patrimonialista. Para tanto, a autora sublinha a importância da educação política em uma sociedade republicana e democrática “[...] como condição inarredável para a cidadania ativa (BENEVIDES, 1998, p. 194)”. Ressalta, ainda, que, face ao grau de desigualdade socioeconômica da população brasileira, a educação política torna-se ainda mais necessária, pois é preciso integrar os indivíduos que compõem grupos de analfabetos e semianalfabetos à sociedade e à cidadania ativa, sendo que, para isso, é preciso que exista um espaço público, indispensável à democracia. Nesse sentido, a expectativa de mudança em uma sociedade marcada pela exclusão e pelo privilégio de alguns grupos em detrimento de outros consiste e se manifesta, de acordo com Benevides, na exigência de direitos e de cidadania ativa. Segundo sua análise, isso se faria pela reivindicação de direitos por maior participação política, incluindo a institucionalização dos mecanismos de democracia semidireta: referendo, plebiscito e iniciativa popular. Essas práticas permitem que o povo se interesse pelos assuntos que lhe dizem respeito e, ainda, que o povo se mantenha informado sobre o que acontece em âmbito nacional.

Para Benevides (1998), educar politicamente a população e promover a vivência da cidadania ativa através da participação em processos decisórios de interesse público, como referendos, plebiscitos e iniciativas populares, é importante independente do resultado que será alcançado ao final do processo, possibilitando efetivas discussões públicas sobre questões em causa e contribuindo para a educação política do cidadão. Educar politicamente para a cidadania significa preparar a população para reivindicar e debater seus direitos, e, opinar sobre tudo quanto lhe disser respeito em sua participação cidadã, incluindo a criação de novos e inéditos modos de participar, além daqueles já existentes, utilizados e consagrados (BENEVIDES, 1998).

Dallari (2002) define cidadania como um conjunto de direitos que dá possibilidade às pessoas de participação ativa da vida e do governo de seu povo. Aqueles que estão excluídos da vida social, ou marginalizados, à parte da tomada de decisões, não possuem cidadania, estando, assim, inferiorizados socialmente perante o grupo social. Segundo o autor, cidadania no século XVIII estava ligada ao princípio de igualdade de todos, entretanto passou a expressar uma situação jurídica, indicando deveres e direitos nesse campo.

Para tanto, para continuarmos a trilhar caminhos que possibilitem o exercício de cidadania por toda a população, há de se buscar a educação para a democracia. Nesse sentido, Benevides (1998, p. 223) elucida a questão a partir do ideal de educação proposto pela autora, Educação para a Democracia. Segundo tal estudiosa, “[...] o Brasil viveu um período de redução dos direitos de exercício de cidadania e de minimização da atividade política durante o Regime Militar”, correspondendo essa vivência “[...] a uma concepção economicista/produtivista da sociedade” naquele período em que o importante era a produção e distribuição e consumo de bens e serviços. Assim, devido ao movimento de redemocratização do país e, ainda, ao reconhecimento de que o desenvolvimento econômico não é possível sem que este seja acompanhado pelo desenvolvimento social e político, viu-se fundamental importância na educação política.

De acordo com Benevides (1998), a cidadania é uma ideia em expansão, no entanto sabe-se que, ainda hoje, a ação política continua desvalorizada, e nem mesmo a educação para todos, que é um princípio garantido via Constituição, consegue ser alcançada. Para tanto, a autora formula a ideia de Educação para a Democracia, que consistiria, segundo seu ponto de vista, em uma formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a cidadania ativa, participação na vida pública. Acredita, pois, que “[...] desenvolver um programa de direitos humanos na escola é impossível se não houver a associação deste com práticas democráticas” (BENEVIDES, 2000, p. 7). Portanto, para que haja uma educação para a democracia, não basta apenas que seja conduzida por regras democráticas, mas que a formação seja voltada para a vivência da democracia. Como complementa Auad (2002, p. 137), “[...] a educação para a democracia ocupa-se da formação dos sujeitos para a vivência de valores republicanos e democráticos, tornando-os cômicos de sua dignidade e a de seus semelhantes, de modo a fomentar a solidariedade”.

O estudo da participação política pelo exercício de cidadania nos movimentos sociais ocupou e ocupa as agendas de pesquisadores da Sociologia Brasileira dos anos 1970 - 1980 até os dias atuais. Por exemplo, a emergência de movimentos sociais populares urbanos que traziam reivindicações acerca de moradia e também bens coletivos de consumo e se articulavam usualmente ao nível de bairro ou região. Além disso, destacam-se também os movimentos na luta contra o regime militar, chegando a ser considerados por analistas como uma forma de fazer política, constituindo um campo de ação social coletiva (GOHN, 2007).

Os movimentos sociais podem ser entendidos, segundo Gohn, como

[...] ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. (GOHN, 2007, p. 13)

Os movimentos sociais sempre existiram, e acredita-se que sempre existirão. Na atualidade, podemos perceber os movimentos sociais atuarem por meio de redes sociais (locais, regionais, nacionais e internacionais), utilizando-se de meios de comunicação, como a internet. Eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força tarefa, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2007)¹⁰. O passado tem importância crucial nos movimentos sociais, pois ele dá sentido às lutas do presente. Dessa forma, “[...] os movimentos sociais expressam energias de resistência ao velho que os oprime, e fontes revitalizadas para a construção do novo”¹¹.

Entretanto, não podemos ignorar a existência de movimentos sociais conservadores, que pretendem impor mudanças que os favoreçam em particular, fazendo uso da força e violência como estratégia, não desejando, pois, mudanças sociais emancipatórias. Nesse sentido, tais “[...] movimentos muitas vezes estão fundamentados em xenofobias nacionalistas, religiosas, raciais, etc.”¹². Os movimentos sociais progressistas atuam segundo intenções emancipatórias. Eles analisam e diagnosticam a realidade social e, assim, apresentam propostas de mudanças. Atuam em redes, articulam ações coletivas que agem em resistência à exclusão e lutam pela inclusão social (GOHN, 2007).

No final da década de 70 e início dos anos 80, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao regime militar, movimentos estes que contribuíram decisivamente via demandas e pressões organizadas para a conquista de vários direitos sociais que foram inscritos em leis na Constituição de 1988.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, o cenário sociopolítico transformou-se, e houve um declínio das manifestações nas ruas que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. A partir dos anos 90, surgiram outras formas de organização popular, como alguns fóruns: Nacional de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional

¹⁰ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2007.

¹¹ *Ibidem*, p. 14.

¹² *Ibidem*, p. 14.

de Participação Popular. Houve, ainda, a criação de uma Central dos Movimentos Populares, organizando, assim, os movimentos em nível nacional (GOHN, 2007). Nos anos 90, surgiram grupos de mulheres organizados em função de sua atuação na política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações. O movimento dos homossexuais também ganhou impulso e as ruas, sendo que “[...] Numa sociedade marcada pelo machismo, isso é uma novidade histórica” (GONH, 2007, p. 21).

Os movimentos sociais atuais são diferentes dos que ocorreram na fase do regime político no final da década de 70 e parte dos anos 80. Eram movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc. Naquela época, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos” (GOHN, 2010, p. 17). Hoje, além dos direitos, busca-se o respeito e reconhecimento às diferenças e características particulares a causa de cada movimento.

Destarte, na seção a seguir, expomos a metodologia a partir da qual norteou-se o desenvolvimento da presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A presente pesquisa busca conhecer o Comitê de Cidadania, ligado à Comissão Justiça e Paz do Município de Juiz de Fora. Consistindo o Comitê em objeto deste estudo, temos como hipótese da pesquisa a de que o citado Comitê corresponda a *locus* privilegiado de participação e formação política das, para e pelas mulheres que o compõem. Nesse sentido, há a investigação da influência exercida pela Escola, Igreja e Família na formação política e na participação das mulheres no Comitê de Cidadania.

Decorre disso a seguinte questão de pesquisa, a qual consiste em saber: o que foi fator determinante para levar as mulheres que compõem o Comitê de Cidadania a buscar esse exercício de participação política?

Essa questão de pesquisa está atrelada às perguntas norteadoras deste estudo, a saber: a partir das narrativas dessas mulheres, qual a influência da Escola, da Igreja e da Família na participação das mulheres no Comitê de Cidadania? Como essas instituições podem ter colaborado para formar essas mulheres à participação em um grupo como o Comitê de Cidadania? Como essas mulheres foram ocupando tais espaços de luta, mesmo sem ter projeto pessoal sistematizado de participação política delas? Como possíveis participações das

mulheres nas escolas, nas igrejas, nos movimentos sociais podem ter motivado para a atual participação no Comitê de Cidadania?

Para tanto, foi realizado estudo bibliográfico e de campo. Realizou-se a busca bibliográfica no *site* da biblioteca virtual *SciELO*¹³, de modo a considerar como palavras-chave as seguintes expressões: Mulheres e Participação Política; Mulheres e Política; Mulheres e Formação Política; Mulheres e Cidadania.

A pesquisa bibliográfica valeu a este estudo, uma vez que, ao passo que a busca bibliográfica acontecia, foi possível que o próprio dialogasse com outras produções acadêmicas de temas afins. Sendo assim, as expressões de busca escolhidas para executar a pesquisa bibliográfica nos acervos indicados foram pensadas pontualmente à colaboração do conhecimento acerca do que se tem como resultados sobre Mulheres e Participação Política; Mulheres e Política; Mulheres e Formação Política; Mulheres e Cidadania. De posse do conhecimento de tal material, houve a possibilidade de se verificar diálogo entre a presente pesquisa e este, havendo, assim, a oportunidade de produção de conhecimento científico ao final dela, engajado e dialogado com as demais produções do mesmo tema, promovendo a possibilidade de discutir e debater os resultados obtidos pelas diferentes pesquisas.

No que se refere ao campo de pesquisa, a Metodologia adotada contou com a observação das reuniões mensais do Comitê de Cidadania, acompanhamento às reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Juiz de Fora juntamente às integrantes do Comitê de Cidadania, acompanhamento das atividades realizadas por elas em escolas para apresentação do Informativo do Comitê, acompanhamento ao Lançamento de tal Informativo e entrevistas com as participantes, de modo a conhecer suas trajetórias individuais e do grupo no que tange aos desdobramentos e impacto tanto da existência quanto das ações do Comitê de Cidadania.

A partir do roteiro de entrevista, semiestruturada, foram feitas variadas perguntas, desde como se deu a formação escolar e política das mulheres que compõem o Comitê de Cidadania, até qual a opinião delas sobre o recente debate acerca do Decreto 8.243, que, segundo se tem acompanhado na mídia, divide opiniões. Vale notar, ainda, que a presente acadêmica almejou, como pesquisadora e mulher em formação política, saber a opinião delas a este respeito.

Este decreto foi assinado pela presidenta Dilma no dia 23 de maio de 2014. De acordo com tal Decreto, no Art. 1º *Fica instituída a Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas*

¹³ <http://www.scielo.org>.

*de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil*¹⁴. E o SNPS – Sistema Nacional de Participação Popular, consistindo em mecanismos de participação popular através dos conselhos formados por populares. A intenção deste decreto é assegurar que conselhos e movimentos sociais possam participar do poder legislativo. Tal intenção encontra-se no artigo 2º, *parágrafo II – conselho de políticas públicas - instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas*¹⁵.

Foram recorrentes, naquele momento, críticas a respeito deste decreto, que tem sido acusado de ser uma medida ditatorial, e até mesmo inconstitucional, criada por Dilma Rousseff. A Presidenta defende o decreto sob a justificativa de que a consolidação da democracia no país se dará a partir dessa mudança que contará com a participação popular nas decisões do governo. De acordo com o jornal O Estadão, essa foi a declaração dada pela presidenta em defesa ao decreto no dia 05/06/2014 em reunião do Conselho de desenvolvimento econômico e social¹⁶.

Entretanto, a defesa da Presidenta ao Decreto 8.243 não parece convencer muitos partidos componentes da Câmara dos Deputados, que, pediram urgência ao Congresso para que se colocasse em pauta a revogação deste. Por um lado, correntes que parecem ser mais conservadoras, defendem a percepção do decreto como uma manobra para fortalecer o governo e o Partido dos Trabalhadores (PT) no Congresso, uma vez que, os movimentos sociais e os conselhos populares ligados ao PT poderiam garantir sua participação nas decisões do Governo Federal. Essa disputa, para alguns, pode parecer aparelhamento do estado, e, ainda, engessar o Governo Federal, e, para outros e outras, é garantir a voz dos movimentos sociais e dos variados grupos que ainda são minorias em razão da variada gama de desigualdades a ser enfrentada em nosso país.

Enfim, assim como coloca Viana (2007, p. 12), “[...] a observação é uma das mais importantes fontes de informações em pesquisas qualitativas em educação. Sem acurada observação, não há ciência. Nesse sentido, ao observador não apenas olhar. Deve certamente, saber ver, identificar, e descrever tipos de interações e processos humanos”. De acordo com o autor, as observações podem ser estruturadas e semiestruturadas. A observação de campo é

¹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm.

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm.

¹⁶ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-defende-conselhos-de-participacao-popular,1506067>.

em geral a semiestruturada. Esta “[...] consiste na possibilidade de o observador integrar a cultura dos sujeitos observados, e ver o mundo por intermédio da perspectiva dos sujeitos da observação e eliminando sua própria visão, na medida em que isso é possível” (VIANNA, 2007, p. 26). O entendimento a respeito desse tipo de observação elucidada pelo autor foi imprescindível para realizar a observação das reuniões do Comitê de Cidadania de forma que, a partir de tal, foi possível responder às questões decorrentes e atreladas à questão central¹⁷ e gerar dados de pesquisa.

Por fim, para se chegar aos resultados desta pesquisa, longo e minucioso caminho foi percorrido. Segundo Vianna (2007), a análise qualitativa demanda grandes esforços e implica consumo de tempo, sendo que, postumamente, deve-se inferir uma explicação teórica para os aspectos pesquisados. Além disso, para a observação, é necessário estabelecer uma análise entre teorias e dados, sem engessar uma ou outra. Ou seja, o apoio aos dados de campo, bem como ao referencial teórico foram base para a análise dos dados obtidos e para a construção da conclusão dos resultados alcançados.

Destarte, depois de finalizado o detalhamento metodológico deste estudo, a próxima seção destina-se à apresentação da história da Comissão Justiça e Paz de São Paulo a partir do relato da Professora Maria Victoria Benevides em sua obra *Fé na Luta* (2009).

¹⁷ Cumpre lembrar que a questão central é: o que foi fator determinante para levar as mulheres que compõem o Comitê de Cidadania a buscar esse exercício de participação política?

1. DE UMA HISTÓRIA DE *FÉ NA LUTA* DA COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ – SP AO COMITÊ DE CIDADANIA DE JUIZ DE FORA

Pretende-se, com este capítulo, contar a história da Comissão Justiça e Paz (CJP) de São Paulo, apresentada pela Professora Maria Victoria Benevides, em sua obra *Fé na Luta*, e relacioná-la ao Comitê de Cidadania de Juiz Fora, objeto de estudo desta pesquisa de Mestrado. A história da Comissão Justiça e Paz é narrada generosamente por Maria Victoria de Mesquita Benevides em seu livro *Fé na Luta* de forma cronológica, iniciando pelo período da ditadura e caminhando rumo à democratização do Estado. Foi um trabalho de pesquisa que incluiu levantamento documental e bibliográfico da Comissão sobre o período, destacando os momentos de crise política, das lutas sociais e os momentos mais marcantes de repressão.

Assim, o presente texto foi escrito a partir da obra de Benevides, sendo que seus parágrafos foram beneficiados por passagens e recortes de *Fé na Luta*, citados, parafraseados ou desenvolvidos por esta acadêmica, sempre a partir do livro da autora, num exercício de incorporar a esta pesquisa tão rico e imprescindível material, real exemplar da história de participação política, cidadania, prática de solidária luta por justiça, pelo combate à arbitrariedade do poder Estatal, pela valorização da vida humana, qualquer vida humana.

O Comitê de Cidadania de Juiz de Fora é ligado à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese desta cidade. Os ideais fundantes do Comitê de Cidadania, bem como sua criação e história em Juiz de Fora remontam semelhanças aos ideais e objetivos da CJP. Nesse sentido, conhecer a história da Comissão Justiça e Paz (CJP) ao estudar o Comitê de Cidadania se faz valioso a título de enriquecimento e compreensão histórico-cultural da memória histórica de lutas e conquistas brasileiras pela dignidade humana, pela vida humana e pelos direitos à vida, num pleno exercício de cidadania ativa, envolvimento e participação política.

De acordo com Paulo Vanucci, em prefácio escrito sobre *Fé na Luta*, a história dos direitos humanos em nosso país constitui-se e funde-se com a própria história da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, a qual está ligada ao contexto vivido no Brasil na época do período ditatorial iniciado em 1964 com o Golpe Militar (BENEVIDES, 2009, p. 9). Maria Victória Benevides ilustra pertinentemente com a fala do criador da Comissão Justiça e Paz, Dom Paulo Evaristo Arns, quando este evoca o motivo pelo qual tal Comissão foi criada: “[...] Nasceu em tempos terríveis, e por causa desses tempos terríveis. Sobreviveu e cresceu pela invenção contínua da coragem e da fé – fundamento do que se espera, certeza do que não

se vê” (ARNS apud BENEVIDES, 2009, p. 17). E, ainda segundo Dom Paulo, mudanças iam ocorrendo nesses tempos terríveis, lentamente, mas iam ocorrendo em decorrência da atuação da Comissão que agia de maneira a atenuar os abusos. E, nesse contexto, a CJP foi “[...] para muitos brasileiros e sul-americanos a única porta aberta em socorro às vítimas da ditadura” (BENEVIDES, 2009, p. 19). Além disso, a CJP expandiu-se estando presente em outras entidades de defesa dos direitos humanos, podendo-se citar a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A CJP assumiu a defesa de causas e propostas que incitam o reconhecimento e a responsabilidade do Estado na infinidade de crimes cometidos contra a vida humana, contra os direitos humanos, repudiando a versão que considera “anistiados” os torturadores, assassinos e estupradores. A CJP entende que foram crimes contra a humanidade, e não crimes políticos, e que em hipótese alguma serão relevados.

A luta pelos direitos humanos sempre ocupou lugar central na luta da CJP, luta essa que custou a vida de muitos ativistas que, agindo em favor da preservação da vida, do direito a ela, perderam a sua própria. A luta de muitos militantes que reivindicavam o fim das repressões absurdas exercidas pelo estado.

O Brasil vivia em 1964 sob um contínuo de ações de violações introduzidas pelo regime militar, especialmente, a partir do Ato Institucional nº5, que reprimia impetuosamente todas as investidas de crítica, oposição e resistência, o que fez com que brotasse no país um novo entendimento sobre em que concebiam os direitos humanos (VANUCCI, 2009 apud BENEVIDES, 2009).

Muitos seres humanos torturados, outros desaparecidos, entre estudantes, militantes, trabalhadores, esposas e maridos, filhos e filhas, enfim, muitas foram as vítimas de tortura, morte e outras atrocidades praticadas pelo estado naquela época. A luta de setores da Igreja Católica contra essas práticas era bastante acirrada. Dom Paulo Evaristo Arns é figura central nesse contexto. Criador da CJP-SP, revelou-se pessoa de grande coragem e destemor em períodos bastante obscuros da história de nosso país durante o período ditatorial em que o horror era praticado “claramente”, muito embora fosse um período de escuridão. Exemplo de um membro da Igreja Católica que lutou contra as atrocidades e repressões exercidas pelo estado contra a nação por meio da Comissão de Justiça e Paz. Foi motivado pelo sentimento de humanidade pelo próximo e indignação ao regime militar que iniciou sua militância, buscando, de alguma forma, ser um dificultador da repressão praticada pelo Estado, fosse “guardando” os presos políticos, visitando-os na cadeia, verificando as condições as quais

estavam submetidos, fosse abrindo processos, pedindo a libertação de presos e divulgando o trabalho sujo e inescrupuloso que os militares realizavam.

Vale destacar que, apesar de a Igreja Católica ter exercido papel de grande relevância nas atividades da CJP em prol da não repressão e violência e até mesmo denúncia das atrocidades absurdas praticadas para com os militantes capturados, alguns membros da igreja faziam vista grossa a esses quadros de tortura e sofrimento tanto da população, que penava com a repressão, quanto dos presos políticos. Temendo ser alvo do regime militar, em alguns momentos, Dom Paulo Evaristo não pôde contar com os seus na luta em favor do combate à repressão, do direito à vida e pelo fim das arbitrariedades policiais.

No primeiro momento de trabalho da Comissão Justiça e Paz, as atividades relativas à afirmação histórica dos direitos humanos tiveram como foco os direitos de liberdade. Essa primeira fase foi considerada heroica, uma vez que se objetivava salvar vidas humanas, sob o risco de que seus membros sofressem prisões e torturas por estar denunciando ao mundo as atrocidades que vinham sendo cometidas, não somente violando, mas também ignorando qualquer direito inerente à vida humana, recorrendo ao poder Judiciário atado e por muitas vezes conivente com as brutalidades que vinham ocorrendo (VANUCCI, 2009 apud BENEVIDES, 2009). Prezava-se o zelo pela vida de militantes capturados, desaparecidos, e também tentava-se empenhar à responsabilização e punição dos responsáveis pelos inúmeros crimes praticados pelos militares. Foi um trabalho árduo e admirável. Muitas pessoas continuaram desaparecidas, muitas foram mortas pelo Estado, mas muitas mortes foram evitadas e outras muitas puderam ser esclarecidas, sendo possível levar às famílias das vítimas o mínimo de dignidade e humanidade, que consistia, nesses casos, em dar o direito aos restos mortais para enterro do familiar.

Ao passo que o país conseguia ultrapassar os tempos de horror, os trabalhos da CJP começaram a se estender por inúmeros outros problemas de violação. Esses se concentravam no campo dos direitos de igualdade, no tocante ao desemprego, salários, luta pela terra, pobreza e miséria, de maneira que a luta pelos direitos humanos no Brasil, também se ocupou desses temas (VANUCCI, 2009 apud BENEVIDES, 2009).

O Estado, inflexível e poderoso, lançava mão de investidas contra a CJP. Ameaças eram comuns, e havia ainda a prática de se colocar pessoas infiltradas nas atividades, nas reuniões da CJP, para que estivessem cientes do que se passava dentro dessa entidade com o intuito de combater as atividades “terroristas e subversivas” da Comissão, segundo assim denominadas pelo Estado.

Fato singular que consta da história da Comissão Justiça e Paz, retratado em *Fé na Luta*, é a participação de componentes da Igreja Católica que assumiram a causa de defesa dos perseguidos, atuando na “[...] intervenção do debate nacional sobre os caminhos para a construção democrática, com liberdade, igualdade e solidariedade” (BENEVIDES, 2009, p. 22), além de representantes da classe média (professores, advogados, jornalistas) que elegeram a pauta dos direitos humanos em sua luta política, tema até então ausente na agenda das esquerdas. A violação exacerbada dos direitos humanos durante a ditadura atingiu a classe média duramente e, com mais intensidade ainda, os pobres, considerados sem importância e descartáveis. Essa situação foi crucial para a percepção da sociedade de tal desrespeito, donde houve a tomada de consciência político-social, ocorrendo a evolução da concepção de direitos humanos, que se restringia até então aos direitos civis e às liberdades individuais para uma concepção mais abrangente no tocante aos direitos sociais, econômicos e culturais.

Com o Golpe de 1964, os militares passaram a dirigir o Estado e não hesitaram em aplicar a tortura como forma de coerção a população. A um Estado ao qual a base de sustentação foi a repressão, a Doutrina de Segurança Nacional garantia o poder massacrante do Estado em detrimento do cidadão. Como se confirma nas palavras de Benevides:

Era uma doutrina de segurança do poder e das classes oligárquicas que o mantêm, para permanência do *status quo*. É a guardiã das violências e injustiças [...] implantando o sistema do medo, da repressão indiscriminada, da barbárie de assassinatos, de desaparecimentos de pessoas e da tortura como método de investigação. (BENEVIDES, 2009, p. 33, grifo no original)

Segundo a referida autora, a vigência da Doutrina de Segurança Nacional foi assegurada pela prática da tortura, prisão ilegal, morte e concentração de renda. Sendo que, para o Estado nessas condições, três setores passaram a ser vigiados pontualmente: o movimento sindical, as universidades e a Igreja Católica. O modelo econômico imposto ao país durante esse período era excludente e concentrador de renda, gerando um alto grau de desnível econômico na sociedade da época.

Nesse sentido, a obra de Maria Victoria de Mesquita Benevides é potente referência para o estudo dessa temática, a história dos direitos humanos no Brasil, uma vez que *Fé na Luta* narra os fatos históricos até a criação da Comissão Justiça e Paz e sua atuação no contexto dos tempos de horror e da luta desigual em prol dos direitos humanos. Esse trabalho consiste numa referência ao conhecimento para o estudo do que foi aquele período de

repressão e de arbítrio e também da resistência solidária e das lutas sociais. Ainda que seja uma história de muitos percalços e incompreensões, Benevides a considera bonita, pois, contribuiu para construir no Brasil “[...] um novo tipo de luta social e política: a defesa dos direitos humanos” (BENEVIDES, 2009, p. 17).

Segundo as palavras de Paulo Vanucci no prefácio escrito em *Fé na Luta*, Maria Victória defende a Educação em Direitos Humanos como sendo o caminho que mais pode apresentar avanços nesse campo. De maneira que se esta não for desenvolvida e aplicada, estaremos fadados por muito tempo a respostas insuficientes para as incontáveis violações cotidianas, permitindo que a cultura da discriminação, violência e desrespeito pela vida humana continue persistindo em nossa sociedade. E, mais ainda:

[...] sendo realimentada pelo sistema escolar e curricular vigente, pelos monopólios da mídia, pelo tipo de formação ministrada às carreiras e aos profissionais do Estado, pelas múltiplas atividades não formais de educação ou deseducação que se multiplicam nas igrejas, associações, ONGs, entidades vinculadas a empresários ou trabalhadores. (VANUCCI, 2009 apud BENEVIDES, 2009, p. 13)

Segundo Benevides (2009, p. 13), a Educação em Direitos Humanos só será implantada em nosso país “[...] se a disputa em torno do direito à memória e à verdade resultar em vitória [...] dos que insistem no conhecimento profundo de tudo que se passou, para que não se esqueça e nunca mais aconteça”.

Maria Victória Benevides ilustra pertinentemente com a fala do criador da Comissão Justiça e Paz, Dom Paulo Evaristo, quando este evoca o motivo pelo qual tal Comissão foi criada: “[...] Nasceu em tempos terríveis, e por causa desses tempos terríveis. Sobreviveu e cresceu pela invenção contínua da coragem e da fé - fundamento do que se espera, certeza do que não se vê” (ARNS apud BENEVIDES, 2009, p. 17). E, ainda segundo Dom Paulo, mudanças iam ocorrendo nesses tempos terríveis, lentamente, mas iam ocorrendo em decorrência da atuação da Comissão que agia de maneira a atenuar os abusos. E, nesse contexto, a CJP foi a única possibilidade de socorro a muitos brasileiros e sul-americanos vítimas da ditadura (BENEVIDES, 2009). Além disso, a CJP expandiu-se, estando presente em outras entidades de defesa dos direitos humanos, podendo-se citar a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A CJP assumiu a defesa de causas e propostas que incitam o reconhecimento e a responsabilidade do Estado na infinidade de crimes cometidos contra a vida humana, contra

os direitos humanos, repudiando a versão que considera “anistiados” os torturadores, assassinos e estupradores. A CJP entende que foram crimes contra a humanidade, e não crimes políticos e em hipótese alguma serão relevados.

A convivência de Dom Paulo Evaristo Arns com presos políticos se deu pela primeira vez na França, onde dava continuidade a seus estudos durante o período pós-guerra. Tal contato com ex-presos políticos fez Dom Paulo tomar conhecimento pormenorizado dos horrores vivenciados por eles nos campos de concentração e da convivência com as tropas de Hitler. O convívio com presos e ex-presos foi o que fez com que ele abominasse qualquer tipo de ditadura e exaltasse a solidariedade em qualquer ocasião (BENEVIDES, 2009).

Ao voltar para o Brasil, antes de chegar a fundar a Comissão Justiça e Paz, Dom Paulo Evaristo foi direcionado para seminários em cidades no interior do estado de São Paulo, lecionando por alguns anos e depois no estado do Rio de Janeiro como vigário na cidade de Petrópolis e retornando ao estado de São Paulo para assumir a função de bispo. Em seu novo cargo como bispo, Dom Paulo esteve em contato com a maior casa de detenção do Brasil no bairro Carandiru, na cidade de São Paulo. Nesse contato, ele pôde tomar conhecimento da situação negligenciada na qual se encontravam os detentos, que passavam muitos anos à espera do julgamento, muitas vezes até mesmo injustamente. Detentos e detentas que poderiam recuperar a vida em liberdade estavam presos por conta da negligência judicial à qual estavam submetidos nos presídios. A partir de então, Dom Paulo passou a realizar visitas constantes a presídios, levando informações sobre recursos judiciais em matérias em jornais e revistas e também um pouco de esperança e dignidade aos detentos e detentas ao cortar-lhes os cabelos e engraxar sapatos (BENEVIDES, 2009).

Tomou conhecimento da prisão de religiosos. Fazia visitas diárias a estes com a intenção de acompanhar a integridade dos presos e de “vigiar” a ação de tortura praticada pelo regime militar. Em suas várias visitas aos presídios onde se encontravam outros religiosos, Dom Paulo constatava o horror das torturas militares e o drama vivido pelos torturados e relatava o que via. No entanto, em razão da tensa situação em que vivia a população brasileira na época, era preciso coragem para ver e relatar o que se acontecia nos presídios. Em uma situação, Dom Paulo, ao voltar de visita a religiosos presos a pedido de um cardeal, relatou o que viu a este, que apenas lhe agradeceu pelas informações, agindo com postura negligente ao que Dom Paulo lhe contava¹⁸. No entanto, as notícias sobre as torturas ocorridas no país

¹⁸ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Fé na Luta*. São Paulo, SP, Lettera.doc, 2009.

ganhavam força e repercussão, e a igreja se engajava na tentativa de deter, denunciar esses atos.

Dom Paulo Evaristo, sempre à frente dos acontecimentos, era informado a respeito das prisões de militantes da Ação Popular, de origem na Ação Católica, e foi após a morte de um deles, Luís Hirata, decorrente de perseguição e tortura, que Dom Paulo pensou a criação de “[...] um organismo de reação legal e legítima ao terrorismo do regime”¹⁹.

A partir de então, forma-se a Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Fundada em agosto de 1972, contava com Dom Paulo e alguns operários e, a partir daí, “[...] tornava-se cada vez mais necessária a assessoria de especialistas que apontassem alternativas de ação em uma situação atípica como a vivida naqueles anos de terror”²⁰.

Inicialmente, a CJP atuou nos primeiros anos de sua existência sem personalidade jurídica, o que fez com que fosse acusada várias vezes organização clandestina. A partir de então, passou a ser organizada como entidade civil, tendo estatuto próprio e personalidade jurídica. Os objetivos da CJP foram assim estabelecidos de acordo com os estatutos e consistiam em:

[...] a) atuar como órgão de defesa da pessoa humana em todas as suas dimensões e, especialmente, no que concerne aos ideais de Justiça e Paz [...];
b) submeter à hierarquia eclesiástica, por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), bem como aos poderes e órgãos do Estado brasileiro, as recomendações que entender oportunas e convincentes para a realização dos ideais de Justiça e Paz no Brasil. (BENEVIDES, 2009, p. 46)

De acordo com Benevides, as primeiras reuniões da CJP aconteciam praticamente “aos sussurros”, isso porque os seus membros sabiam que os encontros poderiam ser considerados subversivos pela repressão. A partir de 1973, os encontros que até então aconteciam no Palácio Episcopal Pio XII, passaram a acontecer na própria casa de Dom Paulo após a venda de tal palácio para a compra de vários terrenos na periferia para a construção de centros comunitários. Segundo a autora, “[...] estava lançada a *Operação Periferia*. Dom Paulo foi morar em uma casa no Sumaré e levou consigo o “quartel” da Comissão Justiça e Paz”²¹. Em sua casa, a CJP se reunia, e, como descreve Benevides, pela primeira vez, estavam em torno uma mesa “advogado, sociólogo, jornalista, estudante e operário”. Planejada em prol de um

¹⁹ Ibidem, p. 45.

²⁰ Ibidem, p. 45.

²¹ Ibidem, p. 47.

objetivo comum – defender o ser humano, a ação dos membros da CJP foi imprescindível ao salvamento de vidas durante os tempos de horror das torturas da ditadura militar. Guardadas as condições da época, perseguições, repressão e desconsideração total aos direitos humanos a ação da CJP era dificultada, mas não cessava. As ações voltavam-se à observação das sérias violações aos direitos humanos e sociais que ocorriam e à luta contra a prisão ilegal e contra a tortura e morte dos presos políticos. De muitas maneiras, as notícias de prisões, perseguições e torturas chegavam a Dom Paulo. Sendo a Comissão considerada uma entidade subversiva, sofria ameaças do regime militar. Nesse sentido, para conseguir prosseguir com suas ações a Comissão valia-se de estratégias para evitar confrontos diretos com os militares, agia de uma forma estratégica:

[...] os crimes eram denunciados nas próprias igrejas, em jornais e documentos fixados nas portas e murais. As informações passavam de mãos em mãos e de boca em boca pelos fiéis, de modo que uma rede de bispos, clérigos e cristãos assumia o trabalho da divulgação. Junto a isso, para tentar garantir a integridade física dos presos, eram feitas denúncias a veículos da imprensa internacional. Caso alguém, cujo nome fora divulgado pela Comissão, fosse morto ou desaparecesse, estaria provada a autoria do crime. (BENEVIDES, 2009, p. 50)

Em outra fase da ditadura, o trabalho da CJP continuou dando assistência às famílias que se dirigiam até a Comissão para pedir ajuda a encontrar algum familiar desaparecido, ou para buscar proteção em razão de este estar sendo perseguido ou ameaçado. Entretanto, concentrou suas atividades em relacionar-se com as lutas dos movimentos por melhores condições de vida e salário, os movimentos sindicais, apoiando o direito de greve, resistindo contra a repressão à greve pelos trabalhadores, mas ainda trabalhando em prol da responsabilização do estado pelos crimes cometidos. Benevides (2009, p. 69) relata que a CJP recebia tantas demandas de atendimento que os seus membros não podiam suprir a quantidade de processos. Com o passar do tempo, o trabalho da Comissão ia crescendo e sobrecarregando “[...] os poucos membros que aceitavam o desafio”, passando a contar com a ajuda de familiares dos presos políticos que iam até a CJP em busca de apoio, os quais acabavam por auxiliá-la realizando tarefas relacionadas à datilografia e arquivo.

Há de se destacar que a CJP- SP foi responsável pela influência na criação de órgãos públicos referentes aos direitos humanos, como a Rede Brasileira de Educação em Direitos humanos, além de muitos de seus membros assumirem lutas em diversos órgãos públicos, em cargos de maior relevância para a concretização de direitos humanos. A difícil luta

empenhada pela CJP ao estado de Direito foi muito importante e extremamente positiva. Entretanto nem mesmo com o final da ditadura houve a eliminação das violações dos direitos humanos dos brasileiros.

Em ciência da densidade e extensão da história da CJP, seria impossível esgotar neste texto seus capítulos, suas emoções, sua relevância, dar a cada personagem dessa história seu merecido destaque. Naturalmente, não foi essa a intenção de escrita deste capítulo contido no presente texto de dissertação de mestrado. Com a devida magnitude, eis a história da CJP em *Fé na Luta*, por Benevides narrada. A relevância dessa história para este estudo consiste em relacioná-la ao estudo do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora.

O Comitê de Cidadania de Juiz de Fora tem como premissa básica a ética na política. Para tanto, o Comitê atua contribuindo para o exercício da cidadania, acompanhando o trabalho dos vereadores da cidade de Juiz de Fora, fiscalizando suas ações e cobrando do poder Legislativo o desempenho das atividades as quais competem aos seus representantes. Essa forma de atuação política desempenhada pelo Comitê abrange outras ações, como participação em Conselhos Municipais, campanhas de incentivo à participação política voltadas aos jovens e a produção semestral de boletim Informativo, em que, além das matérias, há destaque para a publicação de como vem sendo realizado o trabalho dos vereadores e o uso que tem sido feito por eles com a verba pública.

O Comitê iniciou o trabalho no ano 2000 como Comitê 9840, divulgando a Lei 9.840/99 e recebendo denúncias de compra de votos. Tal lei define que o crime de compra de voto passaria, a partir das eleições de 2000, a ganhar o nome de captação de sufrágio, tipificado quando há a doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem (como cesta básica, dinheiro, passagem ou eletrodoméstico), ou vantagem pessoal de qualquer natureza (como um emprego, por exemplo), com a finalidade de conseguir seu voto. As penas para o candidato que compra o voto são multa - que varia entre R\$ 15 mil e R\$ 60 mil, dependendo da natureza e gravidade do ato cometido; cassação do registro do candidato às eleições; e cassação do diploma - perda do mandato - se o candidato já tiver sido eleito²². Em 2001, passou a Comitê de Cidadania após o trabalho com a lei 9.840/99 em 2000, conforme se verifica nas palavras de Maria Enilda Teixeira Gonçalves, uma das integrantes do Comitê de Cidadania:

²² Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/54392.html>.

O Comitê 9840 contou com forte atuação do Padre Redentorista Marcos Frota (já falecido). Surgiu com o movimento de combate à compra e venda de votos. Foram colhidas mais DE UM MILHÃO de assinaturas em todo o Brasil e, desse esforço coletivo, surgiu a Lei 9840 para garantir eleições limpas e justas. Déa Emília assumiu a liderança desse movimento em Juiz de Fora e o grupo decidiu continuar a trabalhar de forma a fazer a lei “pegar” e buscar novas iniciativas de fortalecimento da democracia e combate à corrupção (Lei da Ficha Limpa - já aprovada); Reforma Política, e acompanhamento do Poder Legislativo Municipal. (Maria Enilda, 2014)

A motivação à criação do Comitê de Cidadania advém da ação política desempenhada pelos seus membros, derivando-se e chegando à criação do Comitê:

Em 2001, após o trabalho de combate à corrupção nas Eleições de 2000, foi proposto ao grupo dar continuidade aos trabalhos. A formação do Comitê foi incentivada pelas comunidades. O objetivo inicial e permanente é o de acompanhar as sessões da Câmara Municipal e estimular a participação dos jovens e da sociedade civil nos trabalhos do Legislativo, buscando sua revalorização. A partir de 2001, um jornal informativo passou a ser apresentado à sociedade expondo as leis aprovadas e uma equipe de educação existente dentro do comitê começou desenvolver o trabalho de cidadania junto às escolas. (BLOG COMITÊ DE CIDADANIA DE JUIZ DE FORA, s/d)²³

O Comitê de Cidadania é presidido por uma mulher – Déa Emília Carneiro de Andrade, Pedagoga, aposentada atualmente – desde a sua fundação de tal Comitê. Segundo ela, o trabalho pela ética na política é feito em todo ano eleitoral, conservando-se o Comitê 9.840 em estado de latência, mas o combate à corrupção é feito sempre. A respeito das ações desempenhadas pelo Comitê de Cidadania, a atividade de base é o acompanhamento à Câmara Municipal de Juiz de Fora. De acordo com a presidenta Déa, desde o ano 2001, é realizado o acompanhamento do trabalho dos vereadores, tendo como objetivos informar a população sobre o que é a Câmara e sobre qual é a função do Legislativo, além de estimular a população à participação política a partir das informações do que acontece na Câmara Municipal.

O Comitê de Cidadania é uma entidade com CNPJ e estatuto registrado em cartório. É ecumênico e suprapartidário, conforme consta nos termos do próprio Comitê:

²³ Trecho retirado do Blog do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora, disponível em <http://comitede cidadaniajf.blogspot.com.br/p/sobre-o-comite.html>. Acesso em: 04/11/2014.

O Comitê de Cidadania - CJP/JF é formado por cidadãos e cidadãs preocupados com o resgate de valores e transformação da sociedade, buscando fortalecer o processo democrático, elevar e expandir o conceito de cidadania, e trabalha pela ÉTICA NA POLÍTICA desde o ano 2000 – Lei 9840. (COMITÊ DE CIDADANIA DE JUIZ DE FORA, 2012, p. 04)²⁴

Desde o início das atividades do Comitê de Cidadania em seus treze anos de existência, Déa é a presidenta. O Comitê é composto majoritariamente, mas não intencionalmente, por mulheres. Neste momento, são doze mulheres, que tem entre si particularidades, como, por exemplo, o fato de quase todas terem formação na seara Educacional: Dalva Teixeira Bittar, Déa Emília Carneiro de Andrade, Elaine Cabral, Eliane da Silva Ferreira, Maria Aparecida de Oliveira Corrêa, Maria Enilda Teixeira Gonçalves, Maria de Lourdes Cavalieri, Maria de Lourdes Evangelista Braga, Rosângela Rezende Trvisan de Avelar, Wânia Nasser da Silva possuem curso superior na área de educação. Apenas Ana Miranda tem formação técnica em enfermagem e Elizabeth César Costa, curso superior em Serviço Social.

Dentre elas, todas têm idade superior a 60 anos, com exceção de Ana Miranda e Eliane da Silva Ferreira. Fazem parte do Comitê, ainda, Edson Costa, que possui curso superior em Odontologia (professor universitário, atualmente aposentado), e Ítalo Mota, que tem curso superior em Direito sendo que apenas Edson Costa tem idade superior a sessenta anos. Em razão de as mulheres serem a maioria no Comitê de Cidadania, será adotado, nesta pesquisa, o feminino genérico para fazer referência à composição das pessoas do Comitê.

A atividade de acompanhamento à Câmara Municipal não se restringe apenas à presença delas nas reuniões e audiências. Tudo o que é por elas acompanhado na Câmara compõe conteúdo do Boletim Informativo que é produzido pelo Comitê. A confecção de tal Informativo acontece em parceria com as alunas e alunos do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no âmbito da disciplina Comunicação Comunitária, ministrada pela professora Cláudia Regina Lahni. Essa parceria acontece desde 2005 entre os alunos que estão cursando a disciplina e o Comitê de Cidadania, sendo realizada com a orientação da professora Cláudia Lahni, que propõe à turma desenvolver, ao longo da parceria, duas ações de comunicação, as quais podem ser compostas pela organização da

²⁴ Trecho retirado do Informativo nº 24/Abril/2012. Versão eletrônica disponível em: <http://comitede cidadaniajf.blogspot.com.br/2012/04/informativo-n-24.html>. Acesso em: 04/11/2014.

coletiva de imprensa para o lançamento do Informativo e/ou pela diagramação/edição/revisão final do Informativo e/ou, ainda, pela atualização das mídias sociais do Comitê.

A produção do Informativo acontece semestralmente e, no ano de 2014, a tiragem foi de 6000 cópias. Esse Informativo é produzido com recursos fornecidos por apoio. A instituição de ensino Cave doa o papel para a impressão do Informativo. A elaboração do conteúdo é de responsabilidade da equipe de coordenação do Comitê de Cidadania, composta por Dalva Bittar, Déa Emília, Elizabeth Costa, Maria Aparecida, Maria Enilda e Wânia Nasser, o que não exclui a possibilidade de que as demais integrantes, por vezes, contribuam com a produção dos conteúdos. Já a diagramação, a revisão e a edição final ficam a cargo das alunas e alunos da disciplina Comunicação Comunitária da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Essas alunas e alunos acessam esse universo ao cursarem tal disciplina, no âmbito da qual, usualmente há a realização de trabalho com as comunidades.

O Boletim Informativo atualmente tem quatro páginas, e sua última edição, especial, Informativo nº 29, ganhou um encarte – “O seu voto pode mudar o Brasil” – por ocasião das eleições gerais de outubro de 2014. O acompanhamento das atividades da Câmara Municipal é noticiado em todas as edições do Informativo. Há sempre uma tabela com os nomes de todos os dezoito vereadores e da única vereadora que evidencia as leis aprovadas por cada um deles/dela dentro dos planos: Político, Econômico e Social, Proteção Ambiental e Utilidade Pública, além dos gastos de cada um deles/dela com a Verba Indenizatória. Há ainda outro campo do Informativo em que são publicados os destaques na utilização da verba indenizatória, apontando os vereadores/vereadora que obtiveram o maior e o menor gasto de tal verba com Consultoria Técnica, Veículo e Telefone. Esses dados têm como fonte o *site* da Câmara Municipal de Juiz de Fora. O Informativo tem distribuição gratuita, e esta se dá em escolas, comércios e pelas mãos das próprias mulheres do Comitê em diversas searas onde elas atuam.

Além do Informativo impresso, o Comitê de Cidadania possui outros canais de comunicação. Há um Blog²⁵ do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora, um perfil e uma página na rede social *Facebook*²⁶ e, ainda, um canal no site *Youtube*²⁷. Atualmente, o Blog não vem sendo alimentado mais. Desde que o Comitê criou uma conta no *Facebook*, deixou de ser

²⁵ Disponível em: <http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/>

²⁶ É possível acessar o perfil do Comitê de Cidadania no *Facebook* em: <https://www.facebook.com/comite.de.cidadania>.

²⁷ É possível acessar os Vlogs do Comitê de Cidadania no endereço eletrônico: <http://www.youtube.com/channel/UCG9-BbSTDxqWYHDNBwizmPQ>.

atualizado, entretanto ainda se encontra disponível para acesso. A alimentação do Blog do Comitê era uma das ações que também era desempenhada pelas alunas e alunos da disciplina Comunicação Comunitária. Esta ação deixou de fazer parte do escopo de atividades da parceira entre a disciplina e o Comitê, pois este optou por aderir ao plano de comunicação proposto pelos estudantes em uma das parcerias firmadas em 2013. Dessa forma, com a ajuda das/dos estudantes, o Comitê passou a ter um canal no *Youtube* onde é possível assistir aos Vlogs²⁸ do Comitê, perfil e página no *Facebook*, que tem sido alimentado pelas próprias integrantes do Comitê, proporcionando, dessa forma, maior interação do Comitê com este canal de comunicação. Além do *Facebook*, o Comitê de Cidadania também se utiliza de *Vlogs* desde o ano de 2013 para se comunicar com a sociedade. No entanto a atualização do canal do Comitê de Cidadania no *Youtube* deve ser feita a partir de postagem de vídeos, trabalho esse que fica a cargo das alunas e alunos em parceria com o Comitê. Os *Vlogs* existentes no canal do Comitê de Cidadania foram feitos pela turma em parceria com o Comitê, de maneira que as/os estudantes não só alimentaram o canal no *Youtube* com os *Vlogs*, mas também os produziram juntamente com as mulheres do Comitê de Cidadania.

Estando inserido nessas mídias, o Comitê de Cidadania permite que se possa conhecer sobre sua função, sua constituição, seus ideais, suas bandeiras de luta. Além de todos esses pontos constitutivos do Comitê estarem explicitados nos Informativos, eles são reforçados nos canais de comunicação em que o Comitê se faz presente.

No Blog²⁹ do Comitê de Cidadania, encontram-se, no campo intitulado “Sobre o Comitê”, textos de apresentação, referindo-se ao que faz o Comitê, ao modo como ele funciona e à forma como foi criado. Em relação ao que faz, foi atribuída a frase “luta por uma sociedade mais justa e igualitária”. Sobre seu funcionamento, explica-se:

O Comitê de Cidadania (CJP/JF) fiscaliza o processo eleitoral combatendo a corrupção (fazendo valer a Lei 9.840/99), acompanha o trabalho dos vereadores eleitos com presença constante às reuniões ordinárias da Câmara Municipal, elabora e distribui Jornal Informativo da sua ação e realiza um trabalho educativo de valorização do voto consciente junto aos jovens e à sociedade. O grupo tem lugar em Conselhos Municipais como forma de participação da sociedade civil na elaboração e acompanhamento das políticas públicas municipais. (BLOG COMITÊ DE CIDADANIA – JF, 2014, s/p)

²⁸ Vlog: *Videoblogue*. O *videoblogue* é um *blogue* que publica de forma periódica vídeos em vez de *posts* escritos. Fonte: <http://www.programaibermedia.com/pt/glossary/videoblog/>. Acesso em 27/01/2015.

²⁹ Disponível em: <http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/p/sobre-o-comite.html>.

O Comitê de Cidadania de Juiz de Fora, como já mencionado, é divulgado via internet a partir do Blog do Comitê do Comitê de Cidadania, que está atualmente desativado, ou seja, não é alimentado, mas que permanece disponível para acesso na internet. Possui também um perfil³⁰ na rede social *Facebook*, criado em 11 de novembro de 2013, bem como uma Página, criada em maio de 2014³¹, também nessa rede social. E, ainda, os Vlogs no canal no *Youtube* do Comitê do Comitê de Cidadania criados pela turma da disciplina Comunicação Comunitária da Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Nos Informativos impressos do Comitê de Cidadania, há sempre uma nota sobre o que é o Comitê e o que ele faz. Já o perfil do Comitê no *Facebook* é usado para a postagem de conteúdos ligados às causas às quais é engajado e, também, para a divulgação do trabalho realizado. Em *link* disponível no perfil do Comitê de Cidadania, “detalhes sobre o Comitê”, encontra-se esta breve descrição: “Somos um grupo de pessoas, cidadãos e cidadãs, preocupados com o resgate de valores e transformação da sociedade, buscando fortalecer o processo democrático, elevar e expandir o conceito de cidadania³²”. Na foto de perfil³³, está a logomarca do Comitê de Cidadania, e, na “foto de capa³⁴”, está o logotipo do Comitê com os dizeres: Comitê de Cidadania – Comissão Justiça e Paz – Arquidiocese de Juiz de Fora – Acompanhamento da Câmara Municipal.

No perfil do Comitê de Cidadania no Facebook, há publicações de fotos e textos referentes ao trabalho desenvolvido pelo Comitê em duas das dez escolas que receberam visita da equipe de educação do Comitê de Cidadania durante o período de agosto a outubro de 2014 em Juiz de Fora. Tal equipe é constituída por Dalva, Eliane, Elizabeth, Maria Enilda, e Rosângela. As fotos publicadas correspondem às atividades da Campanha³⁵ “Voto não tem preço, voto tem consequência” realizadas na Escola Municipal Adhemar Rezende de Andrade

³⁰ O perfil é um conjunto de fotos, histórias e experiências que contam a sua história. Seu perfil também abrange a sua Linha do Tempo. Fonte: <https://www.facebook.com/help/467610326601639/>. Acesso em 12/11/2014.

³¹ As páginas do *Facebook* ajudam os negócios, as organizações e marcas a compartilharem suas histórias e se conectarem com as pessoas. Curta as páginas que lhe interessam para obter atualizações sobre suas atividades. Fonte: <https://www.facebook.com/help/281592001947683/>. Acesso em 12/11/2014.

³² Disponível em: <https://www.facebook.com/comite.decidadania/about?section=bio>. Acesso em 12/11/2014.

³³ Foto do perfil é a foto que seus amigos veem ao lado do seu nome em qualquer lugar no *Facebook*. É como as pessoas reconhecem você. Fonte: <https://www.facebook.com/help/467610326601639/>. Acesso em 12/11/2014.

³⁴ “[...] foto de capa é a imagem grande que fica na parte superior do seu perfil”. Fonte: <https://www.facebook.com/help/388305657884730/>.

³⁵ A campanha visa a explicar e orientar os eleitores sobre o que diz a Lei 9.840/99, que garante mecanismos de punição a práticas de abuso de poder econômico e compra de votos em campanhas eleitorais. Fonte: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/Propaganda%20Eleitoral/not03.htm>. Acesso em 11/11/2014.

e na Escola Estadual Ali Halfeld. Também há uma postagem em que são publicados os *links* da Página no *Facebook* e do Canal no site *Youtube* do Comitê de Cidadania. E, ainda, há a postagem de um texto³⁶ com o título “Analfabetismo Político”.

Na Página do Comitê de Cidadania no *Facebook*, encontra-se, nas informações sobre a página, a seguinte descrição: “O COMITÊ DE CIDADANIA É ECUMÊNICO E SUPRAPARTIDÁRIO! Luta por uma sociedade mais justa e solidária³⁷”. Esses dizeres também são encontrados em outros materiais do Comitê de Cidadania, como folders, e também nos Informativos.

A página do Comitê de Cidadania foi criada em novembro de 2013 e, até o momento, vem sendo usada pelo Comitê para divulgação de conteúdos que compõe sua bandeira de luta. Em 04/11/2014, o Comitê de Cidadania publicou texto referente à igualdade de gênero, abordando a paridade de gênero, que é uma das causas sobre as quais as mulheres do Comitê se debruçam:

Outra grande busca que vem sendo feita na luta pela igualdade de gêneros, é a chamada “paridade de gênero”, você já ouviu falar? Esse termo se refere ao equilíbrio entre homens e mulheres que possuem funções políticas. Viu-se a necessidade de se promover a paridade de gênero ao se perceber que há um número muito maior de homens que ocupam cargos políticos do que de mulheres³⁸.

Para o Comitê de Cidadania, o comprometimento com as causas das mulheres de Juiz de Fora é bandeira presente no escopo das lutas abraçadas. E, em 12/11/2014, o próprio Comitê de Cidadania comentou a publicação acima feita na página do Comitê no *Facebook*:

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), onde o Comitê de Cidadania tem assento, desenvolveu, ao longo de 2014, intenso trabalho de divulgação do Plano Municipal de Políticas para Mulheres. Aguarda que o Executivo encaminhe esse Plano à Câmara Municipal para que seja transformado em Lei Municipal. Quem viver verá! (COMITÊ DA CIDADANIA – JUIZ DE FORA, 2014, s/p)³⁹

³⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/comite.decidadania>. Acesso em 11/11/2014.

³⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/Comitedecidadaniajf/info?tab=page_info. Acesso em 12/11/2014.

³⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/Comitedecidadaniajf/timeline>. Acesso em 12/11/2014.

³⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/Comitedecidadaniajf/timeline>. Acesso em: 12/11/2014.

As demais postagens na Página do Comitê de Cidadania sugerem outras ações de educação política. Há esclarecimentos sobre qual a função de um senador e o que é a verba indenizatória recebida pelos membros do parlamento; incentivo ao acompanhamento dos gastos realizados por eles através do Portal da Transparência⁴⁰; incentivo ao voto consciente, e desestímulo ao voto nulo; informações sobre a validade da Lei Complementar 135 – Lei da Ficha Limpa⁴¹ e postagem de *link* do canal no *Youtube* do Comitê de Cidadania.

No canal do Comitê de Cidadania, há três vlogs postados. Todos foram produzidos em parceria com as alunas e alunos do 5º período do Curso de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, no âmbito da disciplina Comunicação Comunitária, ministrada pela professora Cláudia Regina Lahni, no segundo período letivo do ano de 2013.

O conteúdo do primeiro vídeo postado aborda a diferença entre Mensagem do Executivo e Projeto de Lei e incentiva o acompanhamento à Câmara Municipal. O segundo vídeo postado apresenta o Comitê de Cidadania a partir das falas de três integrantes do Comitê: a presidenta Déa Emília Carneiro de Andrade, Maria Enilda Gonçalves Teixeira e Maria Aparecida Corrêa, sendo estas duas últimas da equipe de coordenação. No vídeo, elas contam como surgiu e quais as atividades desempenhadas por elas no Comitê. O terceiro e último vídeo postado até o momento aborda as manifestações de junho 2013 e apresenta entrevistas com cinco jovens sobre os motivos pelos quais participaram das manifestações, sendo esses mesmos jovens indagados sobre se a Câmara Municipal de Juiz de Fora tomou atitudes concretas a respeito das várias reivindicações feitas nas manifestações de junho de 2013 nesta cidade.

As diversas mídias utilizadas pelo Comitê de Cidadania consistem em recurso de voz. O Informativo do Comitê é a mais completa delas. Toda informação contida nos Informativos é pautada nas ações que o Comitê desenvolveu durante os dois semestres de cada ano. Uma vez que é realizado o acompanhamento das atividades da Câmara Municipal, é possível que o Comitê possa solicitar explicações ao poder Legislativo. No Informativo nº 24, publicado em abril de 2012, correspondente ao período de 1º de agosto de 2011 a 31 de dezembro de 2011, encontra-se um texto explicativo quanto ao trabalho de acompanhamento feito pelo Comitê no

⁴⁰ O Portal da Transparência do Governo Federal é uma iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/>. Acesso em 12/11/2014.

⁴¹ Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 17/11/2014.

referido período das reuniões ordinárias/extraordinárias e das audiências públicas da Câmara Municipal de Juiz de Fora:

O objetivo é informar o que é proposto e discutido nas sessões da Câmara, possibilitando uma avaliação do trabalho do Legislativo e, diretamente, do vereador. A proposta do Comitê de Cidadania é resgatar, fortalecer o processo democrático através do esclarecimento amplo e propiciando a revalorização do Poder Legislativo. (COMITÊ DE CIDADANIA DE JUIZ DE FORA, 2012, p. 4)⁴²

Neste sentido, nesta mesma edição do Informativo nº 24, o Comitê de Cidadania publica matéria em que “[...] questiona a ausência da maioria dos vereadores e representantes do Poder Executivo em discussões necessárias para o município de Juiz de Fora”⁴³. Com essa afirmação, o Comitê referiu-se à ausência em audiências públicas realizadas no segundo semestre de 2011. Os assuntos debatidos foram referentes ao Projeto Pró-Bairros, 1º Projeto de Iniciativa Popular de Juiz de Fora, hoje já implantado e em funcionamento; a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012; o impacto dos investimentos da MRS e do volume de transporte no cotidiano de Juiz de Fora; e a situação do trânsito em Juiz de Fora⁴⁴.

Ainda neste informativo, o Comitê dá notícias à população do Ofício enviado à Mesa Diretora, bem como a todos os/a vereadores(a), em que foram solicitadas informações referentes às ações de quatro vereadores no período do 2º semestre de 2011. Além disso, noticia que recebera a resposta a tal Ofício em documentos por escrito, nos quais há descrição das atividades que esses vereadores vinham desempenhando no período em questão. No informativo, é possível encontrar discriminadas tais ações de cada vereador⁴⁵.

Essas ações podem ser entendidas como desdobramento do trabalho minucioso de acompanhamento das atividades do poder Legislativo de Juiz de Fora, que, cumprindo a proposição de trabalho definida pelo Comitê de Cidadania, esclarece a população de temas relacionados às competências, obrigações e remuneração do Poder Legislativo, indicando, ainda, o endereço eletrônico da página da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Juiz de

⁴² Trecho retirado do Informativo nº 24/Abril/2012, versão eletrônica disponível em: <http://comitede cidadaniajf.blogspot.com.br/2012/04/informativo-n-24.html>. Acesso em: 04/11/2014.

⁴³ Trecho retirado do Informativo nº 24/Abril/2012, versão eletrônica disponível em: <http://comitede cidadaniajf.blogspot.com.br/2012/04/informativo-n-24.html>. Acesso em: 04/11/2014.

⁴⁴ Trecho retirado do Informativo nº 24/Abril/2012, versão eletrônica disponível em: <http://comitede cidadaniajf.blogspot.com.br/2012/04/informativo-n-24.html>. Acesso em: 04/11/2014.

⁴⁵ Trecho retirado do Informativo nº 24/Abril/2012, versão eletrônica disponível em: <http://comitede cidadaniajf.blogspot.com.br/2012/04/informativo-n-24.html>. Acesso em: 04/11/2014.

Fora, local onde se acessa os gastos dos vereadores. No Informativo nº24, o texto sobre a verba indenizatória – o que é, e para quais gastos é destinada, acompanhado da tabela (presente em todos os números dos Informativos) que traz o gasto de cada um de todos os representantes do poder legislativo, evidenciando aqueles que tiveram o maior e o menor gasto com as verbas indenizatórias, bem como quantos projetos de leis cada qual conseguiu aprovar, configura uma das formas de participação política na qual esse grupo de mulheres se faz atuante na política local da cidade de Juiz de Fora. Sobre o Poder Legislativo, elas escrevem:

O poder que é dado, através do voto, ao vereador, é o poder de compromisso com o bem-comum e de serviço à comunidade. A função do vereador não é assistencial (como a de distribuir cestas básicas, tijolos, cimento, dinheiro para comprar gás, etc) e, sim, fazer leis pra melhorar a vida do povo. Ao vereador cabe votar as propostas do Executivo. É sua função também avaliar e aprovar (ou não) os gastos e orçamentos do prefeito e fiscalizar esses gastos. (BLOG COMITÊ DE CIDADANIA – JF, 2010, s/p)

O trabalho do Comitê de Cidadania no combate à corrupção eleitoral é intensificado nos anos em que o país passa por eleições, gerais ou municipais. No ano de 2012, para as eleições municipais, o Comitê elaborou um panfleto informativo sobre a Lei 9.840/99, que proíbe a compra de votos, alertando a população sobre esse crime. O panfleto esclarece a respeito de tal prática e incentiva o voto consciente, além de especificar que tipo de situações se configuram como compra de votos, o que fazer diante da corrupção eleitoral e como denunciar. Esclarece também sobre a Lei Complementar nº 135, a Lei da Ficha Limpa, pela ética na política. Em 2010, o Comitê envolveu-se com a ação promovida pela organização AVAAZ⁴⁶ na coleta de assinaturas a serem enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a declaração de constitucionalidade da Lei. Além da coleta de assinaturas pessoalmente, o Comitê disponibilizou em seu Blog o link para assinatura *online*.⁴⁷

Em 2012, a Lei foi matéria do Informativo nº 24, com a chamada “FICHA LIMPA JÁ NESSAS ELEIÇÕES”⁴⁸, a qual enfatizou que tal lei já estaria valendo para as eleições municipais de 2012 e que ela é uma conquista resultante da iniciativa popular, assim como a

⁴⁶ A Avaaz, lançada em 2007, é uma comunidade internacional de mobilização online que leva a voz da sociedade civil para a política local e para a política global. Fonte: <http://www.avaaz.org/po/about.php>. Acesso em 17/11/2014.

⁴⁷ Disponível em: <http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2011-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2>. Acesso em 04/11/2014.

⁴⁸ Disponível em: <http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/2012/04/informativo-n-24.html>.

Lei 9.840/99 de combate a corrupção eleitoral. Também em 2012, no Informativo nº 25, a Lei da Ficha Limpa é conteúdo dentre as matérias publicadas, e, aparece com a chamada “FISCALIZE E SEJA UM COLABORADOR DA DEMOCRACIA ELEIÇÕES 2012”, onde se lê:

[...] A Lei Complementar nº 135 (Lei da Ficha Limpa) está garantida nestas eleições. Os partidos políticos têm a obrigação de apresentarem candidatos elegíveis e íntegros. Você, eleitor, tem a responsabilidade de votar em políticos éticos e com o passado limpo. (COMITÊ DE CIDADANIA- JF, 2012, p. 4)⁴⁹

Em 2013, na edição nº 26 do Informativo do Comitê, novamente, a Lei da Ficha Limpa tem espaço. Dessa vez, o boletim informativo traz notícias a respeito dos resultados da aplicação da Lei 135/2010:

Em 59 cidades brasileiras, os prefeitos eleitos em 2012 não puderam tomar posse no dia 1º de janeiro de 2013. Tiveram sua candidatura indeferida com base na Lei da Ficha Limpa. Isto é uma prova da força da mobilização popular, pois esta Lei é o resultado de uma campanha lançada em abril/2008 pela sociedade civil brasileira. (COMITÊ DE CIDADANIA – JF, 2013, p. 04)⁵⁰

Ainda no Informativo nº26, entre outros conteúdos, há uma nota publicada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que conta com a participação de duas das integrantes do Comitê de Cidadania: Maria Enilda Teixeira Gonçalves e Maria de Lourdes Cavalieri, integrantes do Comitê de Cidadania. A referida nota traz a seguinte informação:

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher aguarda que a Coordenadoria da Mulher, o Centro de Referência da Mulher e a Casa Abrigo, fechados

⁴⁹ Trecho retirado o Informativo nº 25 do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora. Versão eletrônica disponível em: <http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2013-01-01T00:00:00-08:00&max-results=7>. Acesso em: 04/11/2014.

⁵⁰ Trecho retirado do Informativo nº26 do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora versão impressa. Versão eletrônica disponível em: http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/2013_04_01_archive.html. Acesso em: 04/11/2014.

desde outubro de 2012, voltem a ter funcionamento efetivo em defesa das mulheres de Juiz de Fora. (COMITÊ DE CIDADANIA – JF, 2013, p. 4)⁵¹

Essa nota trazida pelo Informativo do Comitê de Cidadania revela o comprometimento das mulheres que integram o Comitê com as causas das mulheres de Juiz de Fora que estavam, naquele momento, sem o apoio dessas instâncias.

O Informativo do Comitê de Cidadania também é usado para a divulgação das ações participativas realizadas pelo Comitê de interesse social. Ainda no Informativo nº 26, há nota em que o Comitê informa participar de três conselhos municipais, sendo eles: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família e Conselho da Comunidade em Execução Penal de Juiz de Fora. Nota-se, a partir de tal informação, que a ação política do Comitê não se restringe às ações às quais o Comitê de Cidadania se propõe – que são o acompanhamento da Câmara Municipal e o incentivo da população à Participação Política – mas também se desdobra na atuação em conselhos municipais⁵². É a participação de integrantes do Comitê em Conselhos Municipais, o que também se deu na CJP-SP segundo Benevides (2009).

Em 2014, ano eleitoral, era esperado que o Informativo do Comitê reservasse espaço mais uma vez à Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135) e a Lei 9.840 (proíbe a compra de votos). O Informativo nº 29, correspondente ao período de janeiro a junho de 2014, tem em seu conteúdo matérias voltadas à realização das eleições gerais com direito a encarte especial para esta edição. O encarte, intitulado “O seu voto pode mudar o Brasil”, traz esclarecimentos a respeito das eleições majoritárias e proporcionais, funções dos candidatos a presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Além disso, há também uma tabela em que é apresentado o número de políticos cassados e a qual Partido Político pertencem, a partir da aplicação da Lei 9.840/99 até o ano de 2007⁵³. Frases em destaque, como “Lembre-se: o voto é secreto” e “Anular o voto e votar em branco é cruzar os braços diante dos problemas. Vender o voto é vender a própria consciência” são encontradas nesse encarte e parecem ter a intenção de sensibilizar o eleitor para o voto consciente.

Nesta edição, nº 29, o Comitê realizou uma enquete em que entrevistou aproximadamente 140 pessoas indagando-as sobre a diferença entre voto branco e nulo e se o

⁵¹ Trecho retirado do Informativo nº 26 do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora versão impressa. Versão eletrônica disponível em: http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/2013_04_01_archive.html. Acesso em: 04/11/2014.

⁵² Nota publicada no Informativo nº 26 do Comitê de Cidadania.

⁵³ De acordo com informações disponíveis no encarte do Informativo nº29 do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora, o levantamento foi produzido pelo Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e as informações divulgadas pelo TSE.

cidadão entrevistado, em época de eleições, escolhe seu candidato, vota branco ou anula o voto. Além disso, publicou matéria de esclarecimento sobre o voto nulo: “Você sabe o que é o voto nulo?”. E a página 4 do Informativo nº 29 ficou reservada para os textos referentes à campanha “Voto não tem preço, voto tem consequência!” pelo voto consciente. Nessa matéria, o Comitê escreve a respeito da Lei 9.840 e da Lei Complementar nº 135. “Eleitor, exerça sua cidadania. Participe!” é mais uma das chamadas da página 4 do Informativo nº29, incentivando o eleitor à participação nas eleições. Também constam nas informações dessa página o telefone da Ouvidoria Eleitoral OAB/JF para denúncias de candidatos que estejam inelegíveis por algum motivo, ou que tenham cometido algum crime eleitoral, e *links* dos sites do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Procuradoria Geral Eleitoral, Ministério Público Federal e Prefeitura de Juiz de Fora.

A cada lançamento de um novo Informativo do Comitê de Cidadania, é realizada uma coletiva de imprensa. A imprensa da cidade noticia o lançamento do Informativo e, dessa maneira, divulga o trabalho, feito pelo Comitê, de incentivo à participação política. Acompanhando essa ação, a equipe de educação do Comitê vai às escolas⁵⁴ das redes municipal, estadual e particular de Juiz de Fora apresentar o Informativo através de palestra, na qual as representantes explanam sobre o Comitê e seu trabalho e abordam a importância do exercício de cidadania e da participação política pela sociedade. Durante o movimento de divulgação do Informativo nº29 nas escolas, dentre essas visitas, duas ocorreram em cidades da redondeza. A Escola Estadual São Pedro, em Piau (MG), e a Escola Estadual Olímpio de Araújo, em Rio Novo (MG), receberam a equipe de educação do Comitê de Cidadania. A ida às escolas acontece apenas em ano eleitoral, momento em que o Comitê desenvolve trabalho como integrante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Entretanto, se o Comitê de Cidadania for convidado por alguma escola fora desse período, a visita é realizada à escola que o solicitou.

O lançamento do Informativo nº 23 em 2011, em especial, teve destaque na mídia. A publicação, neste Informativo, do altíssimo gasto dos vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora com a verba indenizatória no primeiro semestre de 2011 alcançou repercussão além da mídia, rendendo chamadas na mídia como “Vereadores de Juiz de Fora tem despesas

⁵⁴ De acordo com Maria Aparecida e Rosângela, integrantes da equipe de educação do Comitê de Cidadania, as escolas solicitam a visita do Comitê. Por muitas delas terem sido profissionais da área de educação, elas levavam o Informativo do Comitê para as escolas nas quais trabalhavam, fazendo com que o trabalho do Comitê fosse divulgado.

acima da média⁵⁵”, exibida pelo Megaminas.com (portal *online* vinculado à TV Panorama, atual TV Integração, afiliada da TV Globo em Juiz de Fora) e “Vereadores gastam 500 mil reais em Juiz de Fora⁵⁶”, exibida pela TV Alterosa (afiliada do SBT em Juiz de Fora)⁵⁷.

Dessa maneira, encontra-se na Edição nº 23:

O Comitê de Cidadania dá ênfase em divulgar as leis que contribuem para a melhoria da democracia. [...] esse acompanhamento também se faz nas intervenções feitas pela Câmara nas discussões sobre Orçamento, na fiscalização dos recursos públicos e nos questionamentos feitos pelo Executivo, tanto nas medidas tomadas quanto nas aplicadas da verba pública.

Ainda em publicação no Informativo nº23, o Comitê afirma que o acompanhamento às leis vigentes também é necessário, pois há situações em que as leis estão em vigência, mas não são cumpridas.

O Informativo é o meio pelo qual o Comitê de Cidadania chama a população a fiscalizar o trabalho dos vereadores. No Informativo nº23, encontra-se a chamada “Voto não tem preço, tem consequências! É fundamental que a população acompanhe os atos dos vereadores de Juiz de Fora” (COMITÊ DE CIDADANIA – JF, 2011, p. 1)⁵⁸. Nessa mesma edição do Informativo do Comitê, encontra-se nota informativa a respeito do direito à informação de dados públicos, que é garantido pela Constituição Brasileira e, ainda, indicação do endereço do site da Câmara Municipal de Juiz de Fora, de modo a incentivar a população a consultar as informações sobre os gastos dos vereadores dessa cidade com a verba pública.

A preocupação com o voto consciente é uma constante no trabalho do Comitê, que, em ano eleitoral, intensifica esse tema em suas palestras nas escolas nas quais vai distribuir o Informativo. Mas nos próprios Informativos também se encontram mensagens de incentivo a boa escolha do voto:

Além de votar, é preciso saber escolher o candidato. É essencial que o candidato seja honesto, se preocupe com o bem comum, seja comprometido

⁵⁵ Disponível em: http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html. Acesso em 03/11/2014.

⁵⁶ Disponível em: http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html. Acesso em 03/11/2014.

⁵⁷ Link de acesso ao vídeo da notícia em: <http://www.dzai.com.br/jajf/video/playvideo?tvvidid=145156>. Acesso em 03/11/2014.

⁵⁸ Trecho retirado do Informativo nº23 - versão impressa.

com a realidade da sua comunidade. O voto ético e consciente ajuda a fortalecer a democracia. (COMITÊ DE CIDADANIA, 2012, p. 1)⁵⁹

Nos Informativos do Comitê de Cidadania, o incentivo à participação política pela população é sempre reforçado a partir de mensagens sobre o voto consciente, e pelo acompanhamento e fiscalização da política local. No Informativo nº 25, em 2012, ano de eleições municipais, o Comitê publicou matéria com a seguinte chamada: “Fiscalize e seja um colaborador da democracia – Eleições 2012”. Tal chamada refere-se à matéria que esclarece a respeito da Lei 9.840/99 e da Lei Complementar nº135, garantidas nas eleições que ocorreram em outubro daquele ano. Com essa chamada, o Informativo convoca os leitores e eleitores a atentarem para a presença de candidatos que possam ter lançado candidatura sem estarem em condições de elegibilidade e, também, para a compra de votos.

Entre os conteúdos encontrados no blog do Comitê, há a denúncia de tentativa de compra de votos nas eleições para prefeito e vereadores, em 2012, pelo então – e ainda hoje – vereador Rodrigo Mattos⁶⁰. O Comitê de Cidadania não denunciou apenas em seu blog, como também encaminhou a denúncia formal aos órgãos competentes. A ação política dessas mulheres, calcada nos valores de ética, realmente pratica aquilo que é descrito pelo próprio Comitê como suas principais atividades, “fazendo valer a Lei 9840/99”.

Um grupo de cidadãos fez a denúncia contra Custódio Mattos e Rodrigo Mattos pela tentativa de compra de votos e, junto com o Comitê de Cidadania, fez o encaminhamento da mesma para o inquérito da Polícia Federal e para o Ministério Público [...] Déa esclareceu que o encaminhamento foi feito com base na Lei 9840/99. (BLOG DO COMITÊ DE CIDADANIA/JF, 2012, s/p)

Pode-se perceber que, guardadas as proporções, o Comitê de Cidadania de Juiz de Fora desenvolve ações semelhantes às da Comissão Justiça e Paz – SP (CJP). A frase “luta por uma sociedade mais justa e igualitária⁶¹” remonta aos princípios da CJP. O trabalho de participação política desenvolvido pelo Comitê expressa grande ato de cidadania e comprometimento com a sociedade, ao passo que “[...] fiscaliza o processo eleitoral

⁵⁹ Informativo nº 25, setembro de 2012. Versão impressa.

⁶⁰ Disponível em: <http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2013-01-01T00:00:00-08:00&max-results=7>. Acesso em 30/10/2014.

⁶¹ Trecho retirado do Blog do Comitê de Cidadania de textos de apresentação do mesmo, referindo-se ao que faz o Comitê. Disponível em: Disponível em: <http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/p/sobre-o-comite.html>

combatendo a corrupção”⁶². A denúncia acima corrobora essa afirmação. A produção e distribuição do Jornal Informativo é uma das maneiras encontradas por elas de denunciar o que tem sido feito e a forma como têm acontecido as ações dos representantes do poder Legislativo, a partir de dados coletados nas reuniões da Câmara Municipal, e não somente lá. De muitas maneiras, o trabalho do Comitê de Cidadania espelha-se e assemelha-se a ideias e filosofia de luta com a CJP-SP, que concentrou o seu fazer em denunciar o que não poderia ser aceito, o que não poderia ser calado.

Os trechos citados são informações colhidas nos Informativos impressos e através dos meios de divulgação virtuais do Comitê. Nesse texto, buscou-se, a partir do conhecimento da história da Comissão Justiça e Paz, à qual o Comitê de Cidadania é ligado, remontar aos preceitos de base e às atividades desempenhadas por ambos. A ação do Comitê de Cidadania resulta em expressividade local. Os dados publicados no Informativo do Comitê geram repercussão na mídia da cidade, de forma que outros meios de comunicação divulgam as suas matérias, informam a população e interferem no trabalho do Legislativo Municipal ao passo que o acompanham, fiscalizam e divulgam.

Dessa maneira, o Comitê de Cidadania consiste em lócus privilegiado para a formação e atuação política das mulheres que o compõem. Este representa seara fértil para a promoção e expansão do exercício de cidadania, prática de formação e participação política. Entidade movida pela valorização de atitudes éticas, o Comitê de Cidadania vem escrevendo sua história ao longo dos 13 anos de sua existência a partir de seu trabalho, que, guardadas as proporções, prossegue com “Fé na Luta”.

No próximo capítulo, apresentamos um panorama sobre o olhar feminista e a presença da mulher nas eleições, partindo do âmbito teórico em direção ao campo.

⁶² Idem à nota 33.

2. OLHARES FEMINISTAS E MULHERES NAS ELEIÇÕES: UM EXERCÍCIO TEÓRICO RUMO AO CAMPO

O Movimento Feminista brasileiro, segundo a pesquisadora Ana Alice Alcântara Costa (2005), não aconteceu isolado, de maneira homogênea, mas sim conectado ao contexto mundial, em que se é possível estabelecer laços com os feminismos latino-americanos. Dessa forma, a autora acredita ser o feminismo no Brasil uma dinâmica de intervenção política. Nos dias de hoje, esse fenômeno mudou em relação àquele movimento feminista brasileiro como movimento social de trinta anos atrás e em relação ao movimento sufragista e emancipacionista do século XIX (COSTA, 2009).

Influenciado pelos ideais da Revolução Francesa, o movimento feminista, ao se basear nos princípios do lema dessa revolução – liberdade, igualdade e fraternidade –, buscava, principalmente, alcançar a liberdade e a igualdade que suprissem as demandas das mulheres daquela época, que não se viam contempladas nas propostas de igualdade de direitos para todos.

A apropriação dos escritos de Joan Scott, estudiosa de gênero e feminista, potencializa um conjunto de percepções que outras abordagens não permitem para o entendimento da exclusão das mulheres aos direitos tão reclamados. Scott auxilia na abordagem tanto sobre as mulheres ainda como minorias sociais quanto na percepção das relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, como produtoras de desigualdades que tornam as diferentes mulheres componentes de um grupo minoritário. Os escritos da autora promovem elucidação a respeito de como as visões naturalistas sobre mulheres, meninas, homens e meninos representam obstáculos para o acesso democrático das minorias, por exemplo, na política partidária, no meio sindical ou nos meios de comunicação, no que se refere ao direito de se verem representados e reconhecidos como lideranças e em espaços reconhecidos como lócus de poder (AUAD; GOMES, 2013).

Scott (2005, p. 15) esclarece que, à época da Revolução Francesa, em meio ao calor da revolução que tinha como lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, foi anunciada a igualdade concedida a todos de maneira geral e, ainda, que “[...] todos os indivíduos seriam considerados os mesmos para os propósitos de participação política e representação legal”. Entretanto, apesar da anunciada igualdade a todos, com todos passando a ter acesso à participação política e representação legal, esses elementos foram negados às mulheres, segundo a justificativa de que os deveres domésticos delas, bem como os deveres com as

crianças eram vistos como impedimentos à participação política. Diante disso, havia resistência e confrontações por parte das mulheres, que exigiam participação em clubes políticos (SCOTT, 2005).

O patriarcado como forma de pensamento e de ação implantada era recorrente no interior das famílias. No modelo patriarcal, a submissão ao poder masculino ocorre por meio da condição de dependência que os homens imputavam às mulheres, sustentando a divisão de trabalho no interior dos lares. Cabia às mulheres a realização das tarefas domésticas, de forma que essa ocupação as cerceava quanto a adquirir outras habilidades que poderiam vir a trazer-lhes alguma independência econômica. A base dos fundamentos do patriarcalismo ou da dominação dos homens sobre as mulheres, segundo Chamon (2005), consiste nas diferenças físicas. No entanto, sabemos que esse argumento é fruto de interpretações sociais. Essas interpretações acabam por serem tomadas como naturais e culminam no estabelecimento de hierarquias sociais historicamente construídas.

Compartilhando semelhante pensamento, estudiosas das relações de gênero nos beneficiam com seus esclarecimentos a esse respeito, dentre elas Louro (1986), que elucida a questão afirmando:

[...] entendemos que a contradição homem-mulher, enquanto oposição e relação entre contrários, tem uma base natural (biológica), mas que a sua manifestação opressiva, ou seja, de dominação de um sexo sobre o outro, é histórica e, portanto, passível de transformação. (LOURO, 1986, p. 11)

A autora citada esclarece o entendimento sobre as diferenças físicas entre os sexos serem fundamentais, entretanto essas diferenças parecem não servir para caracterizar a “fragilidade” feminina e, em consequência, a ascendência masculina. Para Louro (1986, p. 10), “[...] o ser humano é constituído biologicamente como homem e mulher e também socialmente se constitui como masculino e feminino, ou seja, a masculinidade se constrói por oposição e na oposição à feminilidade”. Decorre disso a naturalização, no imaginário social dos binarismos, a respeito de homens e mulheres, ou seja, se houve uma construção que coloca as mulheres como seres dotados de fragilidade, essa mesma construção, automaticamente, coloca os homens ligados à fortaleza, estabelecendo-se a relação de dependência entre os fracos e os fortes.

Ainda em exemplo da dominação homem-mulher, outra estudiosa de gênero tem a contribuir. Para elucidar a questão, Azerêdo (1999) cita Simone de Beauvoir, ao fazer uma

comparação da relação de dependência estabelecida entre homem - mulher e entre senhor - escravo:

A necessidade biológica – desejo sexual e desejo de posteridade – que coloca o macho sob a dependência da fêmea não libertou socialmente a mulher. O senhor e o escravo estão unidos por uma necessidade econômica recíproca que não liberta o escravo. É que, na relação do senhor com o escravo, o primeiro põe a necessidade que tem do outro; ele detém o poder de satisfazer essa necessidade e não a mediatiza; ao contrário, o escravo, na dependência, esperança ou medo, interioriza a necessidade que tem do senhor; a urgência da necessidade, ainda que igual em ambos, sempre favorece o opressor contra o oprimido. (AZERÊDO, 1999, p. 128)

Com a elucidação acima, pretendeu-se enfatizar a importância da correlação entre poder e dependência existente nas relações de gênero, de maneira que essa correlação se faz potente fator de influência na construção da identidade feminina, além da legitimação das relações de dominação masculina e subordinação feminina, instituídas como verdade universal por percepções ideologizadas (CHAMON, 2005)⁶³. Nesse sentido, tem-se que “[...] O poder está diretamente relacionado à disponibilidade que os homens têm para adquirir e intensificar o poder pessoal”⁶⁴. E, quanto às mulheres, estas “[...] garantem com o seu trabalho na esfera privada, as condições necessárias de subsistência, o que transforma a diferença em desigualdade”⁶⁵.

Desde então, as feministas de países da Europa, Estados Unidos e – algum tempo depois – de países da América Latina têm travado lutas em busca de igualdade para as mulheres, que, ao longo desses anos, obtiveram algumas conquistas em termos de direitos. Entretanto a pauta das reivindicações feministas não se esgotou. A demanda se mantém e se renova ano a ano, cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada obstáculo, a cada forma de preconceito, a cada entrave na luta pela igualdade (COSTA, 2009).

Nos anos 1960, o movimento feminista esteve mobilizado em torno da afirmação de que o “pessoal é político”, questionando intensamente os parâmetros que conceituavam o político. Nesse sentido, o movimento rompe os limites do conceito de político. Tal conceito, até então, era designado a dizer respeito ao âmbito da esfera pública, bem como das relações

⁶³ CHAMON, Magda. *Trajetória de Feminização do Magistério: Ambigüidades e Conflitos*. Belo Horizonte: Editora Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 26.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 27.

sociais que nela ocorrem. Ou seja, a esfera pública englobava o campo da política, nesse caso, demarcador do uso limitado do poder social (COSTA, 2005).

Céli Pinto elucida o entendimento do confinamento e apartamento das mulheres às ordens privadas e públicas, respectivamente. Segundo a autora, “[...] a inclusão em um certo tipo de ordem privada pode significar a exclusão na ordem pública” (PINTO, 2006, p. 380). Para a questão das mulheres, a sua inclusão na ordem familiar patriarcal determinou que elas ficassem quase que excluídas por completo da ordem pública.

Ao afirmar que o “pessoal é político”, o que o movimento feminista fez foi quebrar com a polarização entre público e privado, uma vez que trouxe as questões que até então eram vistas como pertencentes ao privado para o espaço da discussão política. Costa (2009, p. 53) argumenta que, ao iniciar o debate sobre as esferas pública e privada, contestando o que era atribuído a cada uma e a quem essas eram dignas de pertencimento, o movimento feminista “[...] chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo privado, identificada como meramente pessoal”.

Nesse sentido, de acordo com Costa (2005), pode-se entender que não somente no Brasil o movimento feminista representou uma dinâmica de intervenção política, mas seu histórico de ações enquanto movimento em diferentes partes do mundo consistiu, de diferentes maneiras, em dinâmicas que intervieram politicamente. Sobre esse fato, estudiosos afirmam:

O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido. Esse é o seu caráter subversivo. (LEON, 1994, p. 14 apud COSTA, 2009, p. 53)

A inserção dessas novas questões no âmbito público implicou a necessidade de que novas condutas fossem adotadas, ou, na verdade, novas condutas fossem criadas. Mais do que apenas condutas novas criadas, novos conceitos e dinâmicas passaram a ser demandados pelo feminismo e pela nova situação posta na sociedade a partir desse movimento.

O movimento feminista distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por definir sua autonomia em relação a outros movimentos e ao Estado, pelo questionamento dos sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres. E, ainda, pelo princípio de defesa da não existência de

esferas de decisões hierarquizadas – princípio da horizontalidade (ÁLVAREZ, 1990 apud COSTA, 2009).

A imprensa configurou-se, na primeira metade do século XIX, como forte meio de divulgação das ideias feministas, e foi nesse momento que o Brasil e, ainda, outros países latino-americanos vivenciaram as primeiras manifestações do movimento feminista.

A discussão e a propagação dos direitos da mulher aconteciam também por parte de mulheres com empregos em indústrias têxteis, por exemplo, organizadas e incorporadas às lutas sindicais, que se denominavam feministas, motivadas e influenciadas pelas ideias anarquistas e socialistas trazidas por imigrantes ao Brasil. Da luta pelos direitos às mulheres, resultou a criação de partidos políticos, como o Partido Republicano Feminista, fundado por Leolinda Daltro, à frente na luta pelo sufrágio universal, e, ainda, a Associação Feminista, muito influente nas greves operárias em São Paulo (COSTA, 2009).

Esse momento inicial do feminismo, de acordo com Costa (2005, p. 56), pode ser considerado de cunho conservador no tocante à sua atuação ao referir-se ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, “[...] inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias de representação das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas”. Esse conservadorismo a que a autora se refere é pertinente ao Feminismo Maternalista elucidado por Dietz (1987, p. 16). Segundo as feministas maternalistas, é preciso se “[...] referir às mulheres como mães, e não como reprodutoras, como participantes do âmbito público e não somente como membros das ordens social e econômica”. Elas se identificam, segundo tal autora, com uma concepção da consciência política feminina que esteja calcada nas virtudes da esfera privada das mulheres, em primeiro lugar, na maternidade. O feminismo maternalista quer estabelecer a primazia moral da família, levando-nos a considerar que o privado seria o lugar de uma possível moralidade pública, além de um modelo para atividade de cidadania.

Não somente o feminismo maternalista apelou às características tidas como essencialmente femininas como justificativa para o alcance e conquista de espaços. As consideradas virtudes femininas foram o centro da justificativa ao apelo para a entrada de mulheres ao magistério, não por elas mesmas, mas pelo Estado brasileiro. Com a paulatina saída dos homens do magistério devido às condições precárias de trabalho e também à baixa remuneração pelo exercício da profissão, além da oferta de outros trabalhos permitidos e aceitáveis socialmente a serem desempenhados por homens, a ocupação do magistério foi transformando-se em uma ocupação feminina.

Naturalmente, houve a necessidade de que fosse disseminada uma ideologia que apelasse às mulheres no tocante a convencê-las de que todas elas possuíam vocação para a missão de ensinar. Esses apelos se baseavam nos ideais naturalizados comuns às mulheres, como docilidade, sensibilidade, instinto maternal, cuidado e meiguice, sugerindo que esses atributos faziam da mulher um ser naturalmente feito para o magistério, ou seja, as mulheres eram dotadas de inclinação natural para exercer a nobre missão de educação às crianças, como um exercício de extensão das funções de mãe e esposa. A esse respeito, são esclarecedoras as observações de Louro (1986):

[...] a própria história da profissão de professora primária se desenvolveu carregada da ideologia de ser uma profissão feminina, onde amor e dedicação maternal eram componentes tão ou mais valorizados do que o conhecimento e competência técnica. (LOURO, 1986, p. 53)

Ainda aproveitando a ideia contida nos apelos à vocação, representantes do partido republicano afirmavam que deveriam afastar-se do magistério aqueles que não simbolizassem o amor ao trabalho de educar. Nesse sentido, havia também o apelo contrário à permanência dos homens na profissão, afinal, de acordo com os atributos estereotipados destinados a homens e mulheres, o amor não era um dos atributos que constava das qualidades dos homens. Para esses, eram identificadas outras características, como racionalidade, inteligência, força, que em nada fazem referência ao amor.

Todo esse discurso foi concebido estrategicamente para, além de atrair as mulheres às Escolas Normais, inculcar nelas que o seu trabalho era missionário, vocacional, e que elas, seres dotados dessas inclinações naturais, seriam abnegas e atenderiam ao chamado de suas vocações, debruçando-se sobre a sua nobre missão, sem, portanto, se importar com a remuneração para o desempenho dessa atividade. Essa ideologia que pregava suposta vocação feminina para o Magistério é explicada por Louro (1986, p. 53), cujo estudo considera que tal visão “[...] foi usada para manter a profissão do magistério como carreira feminina, para ligá-la com um ideal de sacerdócio e em consequência com a aceitação de baixa remuneração”.

A partir disso pode-se entender, por exemplo, as bases da lógica discriminatória das relações de gênero no tocante ao estabelecimento de parâmetros salariais que foi tão fortemente implantada e reforçada desde o período colonial por ideologias patriarcais que sugeriam às mulheres a clausura ao espaço privado e também ideologias que tendiam a ver o trabalho da mulher como menos merecedor de remuneração do que o do homem,

considerando-o um trabalho vocacional e desqualificado, perpetuam até os dias de hoje. Essa lógica está intimamente ligada à feminização do magistério, uma vez que houve, senão ainda há, por parte de alguns estudiosos da questão o entendimento que levava à atribuição da perda de *status* do curso de magistério e também da profissão docente relacionada e considerada consequência da feminização de ambos (AUAD, 1998).

Pautassi (2007, p. 72), em artigo que discute e analisa a responsabilidade do Estado em países da América Latina em matéria de regulação trabalhista que garanta a igualdade entre homens e mulheres, afirma que, “[...] como mostra Castel⁶⁶, o discurso da incorporação das mulheres ao mundo do trabalho ocorre precisamente quando o trabalho, desvaloriza-se, enquanto o comportamento de mercado é afetado pela presença cada vez mais notável e demandante das mulheres”.

Corroborando essa afirmação, Auad e Lahni (2013) elucidam a esse respeito que, segundo dados do IBGE 2012, as mulheres continuam ganhando menos do que os homens para o desempenho de funções idênticas. De acordo com as autoras, a presidenta Dilma Rousseff sancionaria lei que previa punição às empresas que pagassem salário menor para as mulheres contratadas para a mesma atividade realizada pelos empregados homens. Entretanto o Governo Federal recuou da sanção dessa lei. Ainda segundo as pesquisadoras citadas, houve reação dos setores representantes dos empresários contra a proposta da lei, afirmando que a implantação desta poderia resultar na redução do número de vagas para as mulheres no mercado de trabalho. Ou seja, fica evidente a presença da mesma lógica discriminatória das relações de gênero dos anos do final do século XIX até os dias atuais, culminando na preferência pelo trabalho desempenhado por homens e supervalorização deste quando comparado ao mesmo trabalho desempenhado por mulheres.

Após o Golpe Militar em 1964, o feminismo, assim como outros movimentos populares, foram silenciados e massacrados. Entretanto, nos anos 1970, surge a segunda onda do movimento feminista, em meio à repressão do regime militar. Novos grupos de mulheres foram surgindo. Eram grupos de estudos, de reflexão, de conscientização, baseados em grupos de mulheres feministas do exterior. Houve a criação de jornais de cunho feminista, criados por mulheres militantes, universitárias e também ex-presas políticas. Esses jornais, a partir dos anos de 1978, consistiam nos principais porta-vozes do movimento feminista no Brasil (COSTA, 2005).

⁶⁶ CASTEL, R. *La Metamorfosis de la Cuestión Social*. Una Crónica del Salariado, Buenos Aires, Paidós, 1997.

Alguns outros movimentos sociais acabaram por se unir ao movimento feminista para reclamar seus direitos, como, por exemplo, movimentos de negros e homossexuais. As crescentes abrangência e repercussão do movimento feminista foram tamanhas que o movimento se ampliou por grandes cidades brasileiras, promovendo debates sobre novos temas, como sexualidade, violência contra mulher e direitos reprodutivos. Chegou à televisão inovando as tradicionais pautas dos programas femininos, que costumavam tratar de assuntos culinários, maternais, moda, e acrescentando “[...] temas até então impensáveis como sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica” (COSTA, 2009, p. 60).

A introdução desses temas na vida das mulheres e na sociedade como um todo, assim como todas as mudanças, lutas e inovações advindas da revolução feminista, encontravam tanto receptividade quanto rechaço social, tanto por homens quanto por mulheres, pessoas, enfim, que, atreladas aos preceitos do Estado patriarcal, se mostravam resistentes e avessas a essas mudanças.

Segundo Costa (2009), o feminismo, perante os partidos políticos, por exemplo, possuía autonomia em termos organizativos e ideológicos. A autonomia do movimento defendida era um princípio organizativo e não implicava uma prática defensiva, isolacionista, mas sim a definição de um espaço autônomo para reflexão, articulação, troca e definição de estratégias. A identidade do movimento se dava na crença de que as formas de opressão não seriam superadas jamais até que as partes interessadas diretamente em superá-las assumissem essa luta (COSTA PINHEIRO, 1981 apud COSTA, 2009).

Com as conquistas do movimento feminista, os partidos e seus candidatos começaram a incorporar algumas das demandas das mulheres em seus planos de governo, uma vez que o eleitorado por elas composto consistia num alvo significativamente importante aos interesses partidários. Demandas essas que, até aquele momento, não apareciam na agenda do Estado. A partir de então, começaram a aparecer espaços para as mulheres dentro das estruturas dos partidos políticos, por exemplo. Pouco a pouco, iam-se percebendo algumas mudanças sociais e estruturais provenientes das reivindicações feministas alcançando visibilidade e espaço. A atuação do movimento feminista junto ao Estado não foi uma relação de fácil assimilação, embora, para muitas mulheres, a atuação aliada ao Estado representasse uma brecha para a luta pela autonomia do movimento feminista. Essa visão é defendida por Costa (2009). De acordo com a autora, o feminismo tinha de reconhecer que o Estado era possuidor da capacidade de influenciar a sociedade tanto coercitivamente quanto positivamente e

representava um aliado fundamental na transformação da condição feminina. Havia também de saber, porém, da resistência constante que teria de enfrentar por parte do Estado, patriarcal.

Entretanto, apesar das muitas conquistas advindas da luta feminista, um exemplo de como as mulheres são, ainda hoje, alijadas da política pode ser demonstrado pelo número baixo de mulheres à frente da direção de partidos, bem como pela “[...] baixa divulgação dos temas relacionados às desigualdades de gênero nos programas eleitorais e no cotidiano das práticas políticas” (ALVES, 2012, p. 41).

Recente pesquisa realizada pelo consórcio Bertha Lutz sobre o ano eleitoral de 2010, com foco especial nas Mulheres nas Eleições do mesmo ano, tem muito a contribuir com os estudos sobre a participação/exclusão política das mulheres. O foco foi especialmente o sexo feminino por ter sido 2010 um ano com eleições atípicas, uma vez que, pela primeira vez, havia mulheres com candidaturas ao cargo de presidência à República.

Dentre as abordagens dos artigos de “Mulheres nas Eleições 2010”, há a discussão relativa ao fato de o Brasil ter conseguido chegar à inclusão feminina na política, elegendo a primeira mulher presidenta da República, o que consiste num grande passo. Entretanto, somente terá significado para o país essa novidade se o Brasil “[...] avançar no processo de empoderamento das mulheres e na construção de relações de gênero mais equitativas” (ALVES, 2012, p. 21), situação que precisa ser conquistada mediante constantes lutas e reivindicações, além do reconhecimento acerca de igualdade, desigualdade e diferença de grupos e indivíduos. A eleição de Dilma Rousseff “[...] não resultou de uma mobilização do movimento de mulheres e de uma efetivação das bandeiras feministas, embora a presença feminina no posto máximo da República possa trazer benefícios para a construção de uma sociedade com maior equidade de gênero” (ALVES, 2012, p. 128).

O Brasil ter eleito, em 2010, uma mulher para a Presidência da República, e tê-la reeleito em 2014, configura-se uma situação inédita e que parece querer rumar para relações de gênero mais igualitárias na política brasileira. Entretanto não se pode negar a existência de forças que tendem a manter a mulher presa às atividades que são percebidas como inerentes às mulheres – os trabalhos domésticos e as responsabilidades maternais, por exemplo –, além da pressão para que se mantenha a divisão social e sexual do trabalho. A candidatura de mulheres à Presidência não foi de forma direta, embora indiretamente, uma conquista do movimento feminista e talvez, por isso, não tenha sido carregada de uma proposta de política de equidade de gênero. O fato é que “[...] as conquistas alcançadas até o momento devem ser

encaradas como passos iniciais rumo à desejável emancipação feminina e ao pleno empoderamento das mulheres” (ALVES, 2012, p. 44).

Quanto ao conservadorismo político dominante no Estado, resquícios deste foram identificados em eleitores e eleitoras com “[...] percepções fortemente conservadoras em termos políticos e tradicionais de gênero, raça e sexualidade, sendo este grupo responsável, no Brasil, por manter e perpetuar uma sociedade politicamente anti-igualitária e antidemocrática” (MATOS; PINHEIRO, 2012, p. 61).

O movimento feminista brasileiro entrou no Estado, interagiu com ele e, ainda assim, conseguiu permanecer como um movimento autônomo, elaborando e executando políticas. Para alcançar esse posto, o movimento percorreu um longo caminho recheado de mudanças, enfrentamentos, dilemas, ajustes, derrotas e, também, vitórias. Ao enfrentar o autoritarismo da ditadura militar, construía novos espaços públicos democráticos e, ao mesmo tempo, se rebelava contra o autoritarismo patriarcal presente não somente no Estado, mas também nas famílias, nas escolas, nos espaços de trabalho. No entanto, novas demandas e novos enfrentamentos estão sempre a surgir (COSTA, 2009). Ainda hoje, a implantação de políticas especiais para as mulheres enfrentam resistências culturais, sociais e políticas, por isso a importância de o movimento feminista, de muitas maneiras, continuar sua luta na busca por uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres.

Para tanto, os estudos de gênero são importantes. Estes, em seu início, se ocuparam em elevar a vida privada e o cotidiano a objeto de estudo, considerando que esses eram parte do sistema de poder que reina em uma sociedade (MARQUES, 2009). Os tradicionais papéis femininos atribuídos às mulheres quanto ao casamento, ao exercício de maternidade e ao uso do corpo vêm sendo combatidos por feministas, estudiosas e estudiosos de gênero. Nesse sentido, a ação política coletiva das mulheres consiste em objeto de estudo para pesquisadores/as do tema, de maneira que ainda não se viram esgotados os estudos que dedicam atenção às possibilidades de atuação das mulheres na esfera privada e, também, as análises sobre as construções sociais relativas aos papéis atribuídos ao universo feminino.

Outro ponto relevante que diz respeito às possibilidades de atuação das mulheres fora da esfera privada é a concessão do direito ao acesso à educação. Frequentar a escola era uma forma concedida pela sociedade às mulheres para transitarem pelo espaço público. Inicialmente, a educação era oferecida somente às filhas de famílias pertencentes às classes sociais abastadas, que poderiam pagar por esse investimento. Entretanto o conteúdo dessa

educação era voltado para a vida doméstica e o desempenho das atividades da esfera privada e domínio da etiqueta.

O Catolicismo exerceu forte influência na cultura brasileira. Dentre os princípios da doutrina Católica, estavam presentes os ideais de subordinação feminina e a superioridade masculina. Em decorrência disso, as pessoas assimilavam esses ideais como normas culturais, e, dessa maneira, reforçava-se e garantia-se a tradição do poder patriarcal nas relações, fossem sociais ou econômicas. A catequese corroborava o apego à autoridade, os princípios morais, a obediência e a subserviência. E, ainda, incentivava a negação da frequência das mulheres à escola. Esses princípios foram fundamentais para a base da organização da educação em nosso país, ficando, pois, a educação das mulheres restrita apenas ao ensino de boas maneiras e também aprendizados referentes às tarefas domésticas e aos cuidados com a família. Esse modelo de ensino exerceu, conseqüentemente, influência sobre as ideologias de classe, social e gênero na história da educação brasileira (CHAMON, 2005).

Pensar as questões que levaram as mulheres a adentrar o espaço público tão negado a elas nos suscita alguns questionamentos. Por exemplo, a feminização do magistério como uma das muitas maneiras de se conquistar o espaço público. A recorrente frequência das mulheres professoras teria se dado por um processo de “substituição” aos homens que teriam abandonado o magistério, ou teria sido também uma conquista das mulheres?

Pensamos o fenômeno da feminização do magistério como um processo de concessão do Estado às mulheres para acesso à esfera pública, com a intenção de apropriação do trabalho destas como professoras do ensino primário. Entretanto, apesar de, por muito tempo, as mulheres terem sido excluídas da história dos acontecimentos, elas sempre estiveram presentes e, guardadas as proporções e as condições de invisibilidade às quais as mulheres estiveram, por muito tempo, sujeitas, de algumas formas, elas encontram meios de se manifestar ainda que timidamente. A esse respeito, Durães esclarece-nos (2002):

A história das mulheres, como um campo específico de estudo, consagrou-se como um instrumento de legitimação daquelas que viviam em estado de opressão e exploração. Até então, a História não reconhecia as mulheres como *atrizes* sociais. Sobre isso existe uma corrente de estudiosos (as) que postula ser essa História um instrumento que veio dar vozes àquelas que eram silenciosas e silenciadas. As mulheres eram silenciadas por não serem escutadas ou reconhecidas pela História e, ao mesmo tempo, silenciosas por estarem submetidas às relações de dominação masculina. (DURÃES, 2002, p. 32, grifo no original).

A afirmação acima elucidada a reflexão de que, embora aceitemos alguns caminhos que expliquem o fenômeno da feminização do magistério como uma concessão do poder público à inserção da mulher na esfera pública, temos de considerar que as mulheres dos anos oitocentistas ensejaram se posicionar e reivindicar maior participação na esfera pública em âmbito educacional.

Durante o século XIX, houve movimentos de mulheres que lutaram contra a força das ideologias disseminadas da naturalização do papel social das mulheres postas como frágeis e inferiores intelectualmente e, por isso, tratadas como infantilizadas e legalmente incapazes (CHAMON, 2005). E, ainda entre anarquistas, houve iniciativas significativas que davam atenção às questões que diziam respeito à educação das mulheres, sendo frequente a publicação de artigos em jornais libertários que apontavam a instrução como um instrumento privilegiado de libertação para a mulher (LOURO, 2011).

É nesse contexto do debate sobre a educação que era oferecida inicialmente às mulheres que se destaca uma delas, a qual podemos considerar à frente de seu tempo, num momento em que a educação pública universal não era ainda sequer cogitada pelos meios intelectuais do país. Dona Francisca Senhorinha, educadora e dona do jornal *O Sexo Feminino*, editado pela primeira vez em 1873, em Campanha da Princesa – MG, possuía uma concepção mais ambiciosa de educação do que o domínio da etiqueta. A proposta de seu jornal era engajada à difusão da educação às mulheres e, ainda, que este servisse como “[...] veículo para a instrução e ilustração feminina”. Certa vez, *O Sexo Feminino* publicou: “[...] Em vez de os pais mandarem suas filhas aprender a costurar, lavar e cuidar da casa, eles deveriam dar-lhes instrução [...]” (HARNER apud CHAMON, 2005, p. 41).

Outra mulher que, assim como Dona Senhorinha, atuou no mesmo ambiente cultural e mesmo campo político, na luta pela conquista dos direitos políticos das mulheres, merece lembrança é Josefina Álvares de Azevedo. Também fundou um jornal, *A Família*, nos anos de 1880 no Rio de Janeiro. Seus editoriais indicam que Josefina “[...] participou da articulação mais ampla que levou à derrocada do regime monárquico, já considerando a possibilidade de ver alterada a situação do estatuto feminino no novo regime” (MARQUES, 2009, p. 446). Em comentário sobre as expectativas alimentadas por grupos republicanos, *A Família* pronuncia-se sobre o fato de os direitos de voto das mulheres serem uma necessidade latente, da qual há muito tempo está o povo brasileiro ressentido. Além disso, completa dizendo que alguma nação deverá ser a primeira a reparar essa questão e sugere: por que não o Brasil? (MARQUES, 2009).

As ações dessas duas mulheres – Dona Senhorinha e Josefina – configuram-se como exemplos de participação macrosocial, ou seja, de ativa participação política, na medida em que, por meio da difusão social de seus pensamentos a respeito da educação para mulheres, bem como da negação do direito ao voto a elas, respectivamente, estavam a intervir nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade (BORDENAVE, 1992).

Todavia, apesar da participação política desempenhada por mulheres como as supracitadas, bem como de outras que também lutavam pelo direito à cidadania, essa lhes era negada, excluindo-as sob o argumento de que as mulheres não estavam preparadas para o mundo da política. Até se chegar ao momento em que elas poderiam ser consideradas preparadas – o que, a depender do Estado, até os dias de hoje possivelmente ainda não teria chegado não fossem as lutas do movimento feminista –, foram necessários muitos e muitos exercícios de retórica.

Dessa forma, pode-se dizer que as mulheres detentoras de instrução poderiam ter o poder de “subversão da identidade”, que, segundo Judith Butler, seria “[...] pensar em intervenções que signifiquem uma subversão da identidade, intervenções que coloquem em xeque a lógica binária que tem fundamentado a posição secundária das mulheres” (BUTLER, 1990 apud AZERÊDO, 1999, p. 122).

É ao lado disso que entendemos a entrada das mulheres para o exercício do magistério como uma potente via de empoderamento a elas. Quando as mulheres adentraram as escolas, lecionaram os saberes escolares que confirmavam a hegemonia da visão masculina, pois o conhecimento que se trabalha na escola foi historicamente produzido por homens (LOURO, 1986). A formação que era oferecida às mulheres enfatizava a moral, obediência e subserviência para que, apesar de letradas, elas continuassem na condição de submissas e subordinadas, oprimidas por ideologias que as usavam como força de trabalho mal remunerada e de fácil manipulação. De acordo com a ideologia dominante na época, as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas. Dentro dessa distinção entre ser educadas e instruídas, sugeria-se que a instrução era algo mais cabível aos homens e perigosa às mulheres, pois poderia colocá-las em posição semelhante à deles (LOURO, 1986).

Entretanto foi no contexto das condições supracitadas de mulheres que passaram pela formação normalista, em que o papel de professora e o de mãe fundiam-se, pautados no ideal de vocação, que a escola foi utilizada para manter os preceitos da dominação sexista. Mesmo tendo a República formalizado a separação da Igreja católica do Estado, permanecia como dominante a moral religiosa, fazendo com que a escola se mantivesse aliada à religião, de

forma que essa instância foi reforçadora da submissão feminina (LOURO, 1986). Mas, ao lado disso, também a escola acabava por provocar contraditoriamente outros comportamentos. Tocadas pelo acesso ao conhecimento, ocorria o desejo de saber mais, curiosidade, aspiração profissional, espírito de liderança e também a preocupação com os problemas sociais. Ainda que não fosse esse o objetivo almejado pelas escolas e pouco se discutisse as condições materiais da escola, a remuneração dos professores e outros assuntos mais ousados, como a posição política ocupada economicamente pelas escolas ou ainda a estrutura social, visto que isso seria uma heresia (LOURO, 1986), as escolas colaboravam com algumas mulheres ao empoderamento intelectual pelo conhecimento.

É ao lado disso que Guacira Lopes Louro, em seu texto *Prendas e Antiprendas: educando a mulher gaúcha*, revela como a formação ofertada nos antigos Cursos Normais pode ser considerada, para a época e sem risco de se incorrer em anacronismo, uma via de formação e também de empoderamento das mulheres, possibilitando a elas o desenvolvimento de um conjunto de habilidades que as colocava como lideranças, em que pese a permanência de conjuntura ainda marcada pelas desigualdades de gênero e hierarquia entre homens e mulheres.

Trata-se de perceber os Cursos Normais e a Carreira de Professora não apenas como um destino manifesto das mulheres, mas também de notar de que forma tal formação e tal exercício podem ser alternativas de autonomia e busca da igualdade. Essa perspectiva não é excludente da noção comum de o Magistério ter sido majoritariamente ocupado por mulheres e, em razão disso, ter se feminizado.

Importa compreender que se, por um lado, a presença das mulheres se relaciona com a baixa valorização docente, por outro, foi na formação e no exercício que muitas mulheres encontraram saídas para sua educação, formação, ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Nesse sentido, falar de educação e gênero foi, por muito tempo, nas pesquisas educacionais, debater a Feminização do Magistério. Louro (2011) mostra como a carreira docente tornou-se uma seara de empoderamento feminino. Segundo a autora, a constituição da história das mulheres nas salas de aula é feita a partir de relações sociais de poder. Nessa lógica, a autora afirma que os sujeitos sociais diversos exercitam e sofrem efeitos do poder, isto é, “[...] Todos são, ainda que de modos diversos e desiguais, controlados e controladores, capazes de resistir e de se submeter” (LOURO, 2011, p. 478).

As mulheres professoras brasileiras vivenciaram nas salas de aula e em outros espaços sociais o convívio com homens, mulheres, crianças, diferentes tipos de relações, exerceram e sofreram poder. Pensá-las como subjugadas, de acordo com Louro (2011), pode empobrecer a história das mulheres. Em momentos ou situações em que se pretendeu silenciá-las, submetê-las, elas se mostraram capazes de produzir discursos em oposição, estabelecer resistências, subverter comportamentos. É fato que o espaço público hoje é também espaço das mulheres, e essa conquista em parte advém das lutas de muitas mulheres nas últimas três décadas, em especial das feministas, pela construção de uma esfera pública democrática (RAGO, 2009). Seja através das mulheres professoras, seja através de quaisquer trabalhadoras, a questão feminina no tocante à garantia de ter assegurados os direitos referentes à condição da mulher é um processo constante para que homens e mulheres estejam em igualdade na sociedade. Mais do que se tornarem professoras, ao passo que o magistério foi se feminizando, as mulheres foram ocupando cada vez mais espaços que historicamente lhes vinham sendo negados e apartados.

Finalizadas as considerações acerca das ideias norteadoras deste estudo no que diz respeito a olhares feministas e conquista dos espaços públicos e a participação nestes pelas mulheres, passamos, a seguir, à apresentação das bases bibliográficas que norteiam a condução desta pesquisa, a partir das quais os dados de campo foram analisados, e ainda, as entrevistas e observações das reuniões do Comitê de Cidadania, bem como sua atuação na Câmara Municipal de Juiz de Fora.

BASES BIBLIOGRÁFICAS PARA ORIENTAR A ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO

Conforme explicitado ao longo deste trabalho, esta é uma pesquisa bibliográfica, na qual o universo que nos serviu de recurso à pesquisa consistiu no acervo do *site Scielo*, cujas expressões de busca utilizadas foram pensadas a partir do que se consiste objeto de estudo: a formação política das mulheres (as que compõem o Comitê de Cidadania). Neste sentido, as expressões de busca foram as seguintes: Mulheres e Participação Política; Mulheres e Política; Mulheres e Formação Política e Mulheres e Cidadania.

O critério para escolha das publicações dentre as encontradas foi basicamente determinado pelo tema de estudo (mulheres, formação/participação política, política e cidadania), e, ainda, por um período de anos (2000 a 2013) que engloba anos antes da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e, depois de sua

criação, em janeiro de 2003. Para cada uma das expressões, obtiveram-se resultados diferenciados e, ao todo, 13 artigos foram comentados. Além dos artigos encontrados via busca no acervo do *site Scielo* a partir das expressões de busca acima, foi feita a busca por artigos escritos pela pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto. A Busca por Céli Pinto no *Scielo* retornou dez textos, dos quais 5 foram selecionados para compor *corpus* bibliográfico, sendo que dois desses cinco foram descartados, pois se tratavam de resenhas de textos de outros autores que Céli Pinto havia escrito, e, dos três restantes, dois foram comentados por atenderem a temática estudada. Ao lado da busca já realizada com as palavras-chave acima mencionadas, selecionamos a autora como referencial por ser pesquisadora da temática do estudo em questão, assim como Maria Victoria Benevides. Ambas são pesquisadoras brasileiras de referência tanto na temática quanto na abordagem adotadas nesta pesquisa.

Passamos agora aos comentários dos textos selecionados via busca bibliográfica. Seguem, abaixo, quatro subtítulos com as palavras chave de busca e os referidos textos comentados e um último subtítulo referente aos textos comentados da autora Céli Pinto.

A ordem de comentário dos textos obedece a seguinte sequência de palavras-chave: Mulheres e Participação Política, Mulheres e Política, Mulheres e Formação Política, Mulheres e Cidadania, e, Céli Regina Jardim Pinto: dois textos e reflexões.

Mulheres e Participação Política

Para esta expressão de busca, foram encontradas 25 publicações, sendo que apenas 08 foram selecionadas e 03 foram comentadas. Importante observar que, com essa expressão de busca, nos interessavam apenas aquelas publicações que remetessem às mulheres e sua participação política. As publicações com temas no sentido de políticas para as mulheres, por exemplo, foram desconsideradas de acordo com o critério estabelecido e, ainda, publicações que continham em seus títulos as palavras “política”, “participação” ou “mulheres”, mas não faziam referência à participação política das mulheres, também não entraram na seleção.

No primeiro artigo comentado, *Mulheres Candidatas: Relações entre gênero, mídia e discurso*, de Cláudia Maria Finamore e João Eduardo Coin de Carvalho, os autores anunciam a discussão sobre o peso da mídia na influência sobre a escolha dos eleitores e a postura por estes assumidas frente às mensagens midiáticas emitidas sobre as mulheres candidatas, considerando como pano de fundo a sobreposição da presença das mulheres nas candidaturas aos cargos políticos.

Para tanto, há, pelos autores, a consideração das relações de gênero como mediadoras da influência exercida pela mídia, que, segundo eles, tende a desqualificar as mulheres, reforçando os estereótipos, atuando pela sua manutenção. Dialogando-se com os autores, é possível afirmar que, comumente, observam-se campanhas diversas veiculadas na mídia que vinculam a imagem da mulher aos tradicionais papéis de gênero historicamente construídos ligando as mulheres ao universo privado, do cuidado doméstico. Essas imagens, constantemente repetidas, são assumidas pela sociedade, prejudicando a desconstrução das cristalizadas relações de gênero.

Ponto importante ressaltado pelos autores na discussão sobre os efeitos que as imagens veiculadas pela mídia das mulheres candidatas podem provocar é o fato de que os indivíduos, por estarem “acostumados” a receber e assumir tudo que é emitido pela mídia, podem, por vezes, não perceber que estão sendo influenciados pelo que lhes é apresentado, assumindo uma postura passiva diante a mensagem transmitida.

Observando-se o entendimento de Finamore e Carvalho (2006) a respeito da formação de opinião dos eleitores, considerando-se a televisão como o maior formador de opinião dentre os meios de comunicação de massa, é possível compreendermos as ideias dos autores ressaltadas no parágrafo acima:

No Brasil, a propaganda política gratuita na TV é um dos principais veículos midiáticos utilizados pelos partidos políticos em épocas de eleição. [...] As campanhas políticas veiculadas através desses programas são capazes de influenciar na opinião do eleitorado e no resultado das urnas. [...] Tais programas são vistos, no todo ou em parte, por todos os eleitores durante as semanas de campanha, fazendo da propaganda eleitoral gratuita uma das fontes de informação política mais importantes para o eleitor, sendo fundamentais para a decisão do voto. (CARVALHO; FINAMORE, 2006, p. 350)

Durante o desenrolar do artigo, os autores perpassam questões pertinentes ao entendimento sobre a influência que a mídia exerce sobre as opiniões dos eleitores quanto às candidatas. Das questões levantadas pelos autores que se encontram no texto que ora é comentado, ressalta-se a importância de uma educação que não reforce as desigualdades de gênero, mas que dê condições de que os indivíduos não vislumbrem as candidaturas femininas, por exemplo, sobre as lentes do conservadorismo de gênero.

A responsabilidade da mídia sobre o lugar no qual ela instala a mulher, geralmente mantendo-a longe do espaço público, também é abordada.

Por fim, a conclusão apontada por Finamore e Carvalho remete ao papel fundamental que a mídia possui na disseminação e representação da realidade e da imagem das mulheres, exercendo, sim, poder de influência durante o processo eleitoral. E, ainda, apontam a participação política das mulheres relacionada à forma como elas são representadas no senso comum, indicando “[...] a mudança da participação política feminina passaria pela mudança nos discursos hegemônicos sobre as mulheres, discursos esses que atravessam os indivíduos e os grupos sociais” (FINAMORE; CARVALHO, 2006, p. 347).

Passamos, agora, ao comentário do segundo artigo, *Entre Femininos e Masculinos: negociando relações de gênero no campo político*, de Aline de Lima Bonetti. O texto de Aline trata de analisar a prática política cotidiana de mulheres das camadas populares da cidade de Porto Alegre – RS. Essas mulheres representam um grupo de Promotoras Legais Populares formadas para tal a partir de um curso de capacitação em Direitos Humanos das Mulheres.

A autora percebe os diferentes atributos de gênero revelados por sua participação nesse contexto político, em que há a negociação por parte dessas mulheres e produção de novas relações de gênero “[...] num campo político constituído por atributos culturalmente associados ao masculino, seja no embate entre diferentes femininos, seja na apropriação e atualização de atributos masculinos” (BONETTI, 2003, p. 177). Além disso, este artigo apresenta uma reflexão de como a prática política dessas mulheres constrói relações de gênero diferentes no referido contexto.

Antes de iniciar a análise da prática política das Promotoras Legais Populares (ativistas dos Direitos Humanos das Mulheres), as PLPs, Bonetti (2003) faz uma contextualização a respeito da crescente participação política das mulheres de camadas urbanas de baixa renda, o que, segundo ela, é fruto de uma cultura política calcada na participação popular. Bonetti explica que a cidade conta com uma configuração política que tem como base um projeto voltado ao incentivo da participação dos cidadãos nos processos políticos da cidade, resultando na “[...] constituição da cidadania e participação política como grandes valores sociais e o aparecimento de diversos canais para o exercício desta participação” (BONETTI, 2003, p. 179).

O que pode se considerar como diferencial deste texto consiste na intenção de pesquisa que motivou a autora ao demonstrar o interesse em verificar se a atuação política das PLPs introduz alguma peculiaridade nas relações de gênero nesse contexto político e, ainda, se as relações de gênero e de poder são transformadas.

Ao longo do artigo, Bonetti (2003) vai tecendo as características das PLPs e, ao mesmo tempo, analisando suas características relacionando-as com as suas atuações políticas. Segundo a autora, as PLPs revelaram-se agentes hábeis do campo político. Dominar os termos do jogo político, se inserir em diferentes contextos e usar de diferentes recursos para alcançarem os objetivos almejados são características que conferem a elas o atributo de hábeis.

Para refletir sobre os atributos de gênero e de sentido ao campo político, culturalmente associados ao masculino, a autora valeu-se de Judith Butler e Joan Scott. A partir de Butler, Bonetti pensa a atribuição do sentido de gênero ao jogo político como instituído de regras, códigos culturais e atributos comumente relacionados aos homens na cultura ocidental, como força, agressividade e virilidade. E, a partir de Scott, a autora entende gênero implicado na atribuição de valores culturais e diferenças percebidas, sendo que essas diferenças significam as disputas de poder em torno do que pode ser considerado legítimo.

Considerando as contribuições de Butler e Scott, Bonetti (2003) analisa as ações desempenhadas pelas PLPs e afirma que estas produzem, contextualmente, novas relações de gênero ao passo que buscam reconhecimento e legitimidade, usam de estratégias seja no embate entre diferentes femininos ou na apropriação de atributos masculinos.

Nesse sentido, a autora entende que essas mulheres desafiam os tradicionais papéis de gênero. A atuação política delas é o diferencial para esse entendimento. No decorrer do artigo, a autora relata que essas mulheres são casadas, e, ao assumirem-se Promotoras Legais Populares, a demanda de trabalho que essa função lhes apresenta não seria conciliável com suas vidas domésticas. Eis aí então um dos motivos pelos quais Bonetti afirma que essas mulheres produzem novas relações de gênero, pois elas desafiam o comportamento esperado socialmente de esposas cuidadosas com o universo doméstico. Bonetti relata ainda que elas encaram de modo jocoso esse “boicote” que fazem aos papéis ideais atribuídos às mulheres, revelando certo deboche quando questionadas sobre o risco de serem abandonadas por seus maridos por conta da dedicação às atividades de PLPs. Dessa maneira, um feminino específico é conformado às PLPs, a conformação de “mulher valente” dá sustentação a militância política delas, muitas vezes invocando termos como “[...] força, luta, briga, dar pau” (BONETTI, 2003, p. 201).

Por fim, Bonetti (2003) conclui afirmando que o grupo de mulheres pesquisadas desempenha uma atividade de trânsito entre os diferentes atributos de gênero ao estabelecerem suas relações políticas, a partir da negociação de novas relações de gênero e

poder, desconstruindo as supostas maneiras de fazer política no feminino relacionadas à solidariedade e cooperação, que dizem dos papéis de gênero atribuídos às mulheres.

Por fim, comentamos o terceiro artigo, *Práticas de Gênero e Carreiras Políticas: Vertentes Explicativas*, de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli. O artigo ora comentado é mais uma produção que aborda a questão da sub-representação das mulheres na esfera de poder político. Sabe-se que, para muitas estudiosas e muitos estudiosos da temática, essa questão é entendida como um problema político que precisa ser superado.

Neste sentido, o texto de Miguel e Biroli (2010) colabora ao oferecer um mapeamento de três vertentes explicativas do problema mencionado, a sub-representação política das mulheres. Para os autores, as explicações para a discrepância percebida entre o “[...] universo dos eleitores e o universo dos eleitos ou dos que ocupam outras posições que lhes conferem poder” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 653) variam dentre os diferentes aspectos das relações de gênero. E, ainda, fazem observação pontual sobre o entendimento de que se as promessas de inclusão não têm sido cumpridas (embora haja políticas que induzam a isso, por exemplo, a política de cotas), pois os padrões de concentração de poder continuam a ser reproduzidos na sociedade, impedindo a inclusão das mulheres nas esferas de poder e representação política.

Na primeira das três vertentes elencadas por Miguel e Biroli (2013) como explicativa da sub-representação política das mulheres, os autores destacam o caráter patriarcal inerente às instituições políticas. Pode-se ressaltar que as resistências das hierarquias pautadas nas relações de gênero representam árduos obstáculos às mulheres no tocante a representação política delas. O subtítulo atribuído a essa vertente é “Liberalismo e patriarcalismo”, e os autores desenvolvem os argumentos explicativos fazendo contraposições entre ambos, ressaltando que a crítica feminista aborda as contradições entre os direitos liberais (igualmente desfrutados) e a permanência de subordinação e exclusão. No desenrolar dos argumentos explicativos, afirmam:

Se existe uma relação direta entre um modo de organização da vida pública – e da atividade política – e a exclusão das mulheres, a equidade na participação depende de uma reorganização dos ideais, das práticas e das instituições que estruturam tanto a esfera pública quanto a privada. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 662)

A segunda vertente explicativa firma-se na inibição da ambição política entre as mulheres, decorrente dos padrões culturais e sociais construídos sobre o espaço político ser

um espaço masculino. Os constrangimentos que as mulheres encontram para o gerenciamento da carreira política com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos são elencados como fator de inibição da ambição política das mulheres. No entanto, de acordo com os autores⁶⁷, o que causa a inibição da ambição política são os arranjos familiares tradicionais, obstáculo às carreiras de sucesso, afetando o desempenho da carreira, “[...] mas não ao nascimento da ambição política em si”⁶⁸.

E a terceira vertente explicativa relaciona os obstáculos ligados aos “[...] constrangimentos estruturais à participação política das mulheres, que possuem, via de regra, menos acesso aos recursos econômicos e bem menos tempo livre do que os homens”⁶⁹. De acordo com os autores, a soma dessas duas condições desprivilegiadas às quais as mulheres são submetidas são fatores que não colaboram ao êxito da representação política das mulheres. É perceptível, a partir dos dados apresentados, que o ideal de igualdade suposto pela democracia existente consiste apenas numa afirmação que não se concretiza na prática, sendo seus efeitos percebidos pelas minorias sociais.

No campo do artigo reservado à conclusão, afirmam que a reduzida presença de mulheres na representação política é entendida “[...] como um indicativo de que os espaços e as posições de poder [...] estão concentrados nas mãos de indivíduos com perfis próprios” (MIGUEL, BIROLI, p. 672). E, por fim, os autores concluem que os mecanismos usados para restringir, para dificultar que as mulheres saiam da condição de sub-representação política, são pautados nas desigualdades de gênero, impeditivas da realização de uma “política mais plural”.

Mulheres e Política

Essa foi a expressão de busca que apresentou o resultado com maior número de publicações, entretanto, dentre as 219 publicações encontradas na busca, apenas 16 foram selecionadas e, 5 foram comentadas. O grande número de publicações encontradas deve-se ao fato de que, ao buscar a expressão “Mulheres e Política”, obtivemos resultados de trabalhos que possuem as palavras “mulheres” ou “política” em seus títulos, mas que, não necessariamente, tratam do tema “Mulheres e Política”.

⁶⁷ MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. In: *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 2010, v.8, n. 3, p. 653 - 679.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 666.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 656.

Para essa seleção, o critério de escolha, além do período de anos, já explicitado, consistiu em selecionar publicações que tratassem das mulheres, todas e quaisquer, e suas relações com a política. Entendam-se relações das mulheres com a política como participação política e formação política das mulheres. Temas de publicações como políticas para as mulheres foram ignorados. Foram encontradas, ainda, publicações que, ao menos em seus títulos e resumos, pouco remetiam ao tema mulheres e política e, por essa razão, não foram selecionadas. Importante observar a grande quantidade de publicações relacionadas a “Mulheres e Política”, diferindo em grande número das publicações encontradas quando se utilizou a expressão “Mulheres e Participação Política”. A omissão de uma palavra na expressão de busca – nesse caso, a omissão da palavra “participação” – alterou significativamente o resultado da busca por publicações relacionadas a mulheres e política. Intrigante observação, merecedora de pesquisa que nos possibilite compreender em que consiste a discrepância de resultados observados nas buscas das expressões supracitadas.

Passamos, neste momento, ao comentário dos artigos, iniciando por *A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas*, de Lígia Helena Hahn Lüchmann e Carla Cecília Rodrigues Almeida. O trabalho de Lüchmann e Almeida (2010) aborda a questão da presença de mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. De acordo com as autoras, é significativa a participação de mulheres nesses espaços de deliberação e discussão de políticas públicas. E, ainda, essa participação das mulheres nos referidos Conselhos configura uma relação inversamente proporcional à inclusão política das mulheres nos espaços tradicionais de representação política. Dessa maneira, o que as autoras colocam como um desafio é o entendimento da representação política das mulheres, cujos diagnósticos a respeito, sem observar outras formas de atuação política, como a representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, acabam por concluir que a taxa de inclusão política das mulheres mantém-se baixa.

Para tanto, observando o perfil de representação encontrado nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, as autoras dialogam com contribuições do movimento feminista acerca da quebra da separação tradicional que delimitava os espaços como público e privado, entendendo que ambos fundem-se, e, ainda, da existência de explicações históricas para o alijamento político das mulheres. A pesquisa de Lüchmann e Almeida foi desenvolvida a partir de dados dos perfis de representantes nos Conselhos Gestores dos municípios do Estado de Santa Catarina. Portanto, as autoras problematizaram o diagnóstico que aponta para a manutenção da baixa taxa de inclusão política das mulheres e ainda levantaram hipóteses que

explicam a significativa participação das mulheres em espaços de atuação política como os Conselhos.

Lüchmann e Almeida (2010) apresentam dados que comprovam que a participação das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas é predominante – 80% são mulheres – e fazem contraponto com a porcentagem de mulheres nos legislativos (municipal, estadual e federal), nos quais a média de ocupação de cadeiras por mulheres fica na marca de 10%. De acordo com a pesquisa de tais autoras, ao passo que a representatividade masculina é baixa nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas para os espaços de representação pertencentes aos Legislativos, ela desponta em relação à representação feminina.

Nesse momento, as autoras evocam os motivos pelos quais, a partir de diversos outros artigos produzidos com o tema da participação política das mulheres na política institucional, valem-se da reflexão para o entendimento dos obstáculos que as mulheres enfrentam no âmbito da política institucional, reduzindo de maneira significativa os efeitos da implantação das cotas que visam à ampliação da representação feminina na política institucional. Os apontamentos das autoras neste sentido vão ao encontro do que outras pesquisas têm produzido relacionado aos estudos sobre a política de cotas. O artigo *Política de Cotas na América Latina*, de Mala Htun, e *O Desempenho das Mulheres nas Eleições Legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul*, de Céli Regina Pinto, dialogam com os obstáculos apontados por Lüchmam e Almeida:

A resistência que as candidaturas femininas enfrentam no interior dos partidos políticos – expressa na falta de apoio financeiro e de recursos materiais e a reprodução de determinados padrões culturais que atribuem responsabilidades distintas e específicas para cada gênero, foram apontados como os fatores que mais dificultam a inclusão das mulheres na política partidária e seu sucesso na competição eleitoral. (GROSSI; MIGUEL, 2001 apud LÜCHMAM; ALMEIDA, 2010, p. 90)

Para as autoras, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nas candidaturas a cargos da política institucional têm relação com a alta participação destas em outras formas de atuação política, como os Conselhos Gestores, por exemplo. A facilidade de acessar esse campo, bem como a concepção construída de que as mulheres são dotadas de suposta competência para os temas enquadrados como sociais e pautados nos princípios de solidariedade e sensibilidade são associações que podem justificar a presença de grande número de mulheres nos Conselhos.

É ressaltada também pelas autoras a consideração do significado histórico dos Conselhos Gestores, que “[...] resultaram de um longo processo de lutas sociais que procuraram deslocar determinados temas e obrigações do campo das preocupações privadas para o terreno próprio da política e das responsabilidades públicas” (LÜCHMAM; ALMEIDA, 2010, p. 92). Esse legado Histórico está associado às lutas dos movimentos sociais, dentre as quais as feministas tiveram expressão. Sendo assim, a significativa presença das mulheres nos Conselhos Gestores, sejam elas feministas ou não, indica o papel que elas vêm desempenhando na efetivação de direitos sociais.

Por fim, Lüchmann e Almeida (2010, p. 92) fazem uma observação ao final do artigo ora comentado a respeito do perfil socioeconômico das mulheres representantes nos Conselhos no sentido de compreender quem são estas mulheres que se inserem nestas novas oportunidades de atuação política: “[...] Elas são, na maioria, brancas, católicas, casadas e com alto nível educacional”. Esse dado chamou a atenção ao passo que, na presente pesquisa de mestrado, também interessa saber quem são as mulheres que compõem o Comitê de Cidadania.

O próximo artigo comentado é *Cidadania Democrática e Inserção Política das Mulheres*, de Clara Araújo. O artigo apresenta discussão da relação entre cidadania, gênero e democracia. De acordo com a autora, a cidadania equilibra-se entre um passado enviesado e um presente aclamado em meio às tensões no tocante à igualdade entre homens e mulheres. A intenção é retomar e refletir teoricamente sobre algumas tensões constitutivas da cidadania, foco central do artigo, principalmente quando analisada na perspectiva de gênero.

Para iniciar a discussão sobre a cidadania, Araújo (2012) explica que existem problemáticas articuladas à cidadania, implicando-se considerar as tensões que são inerentes à constituição dela própria como uma dimensão normativa e como objeto da prática sociopolítica. Decorre disto, afirma a autora, a constituição da esfera pública como legítima para a realização e viabilização da política, de modo que a incorporação da cidadania e da política se daria pela figura do cidadão, aquele que ocupa a esfera pública, o que, automaticamente, excluía as mulheres.

Apesar de, inicialmente, a noção de cidadania não incorporar as mulheres, hoje, a cidadania é uma categoria pensada em predominância relacionada à inclusão, pois, como uma categoria política, ela carrega consigo esse valor. No entanto, como explica a autora, pensado como uma categoria analítica e como reflexão teórica, não se pode sempre associar tal valor inclusivo, pois o próprio recorte que define a noção geral de cidadão já se constitui também

como exclusão daqueles que não pertencerem ao espaço para o qual a noção foi definida. Sendo assim, a autora sugere:

A história da cidadania e dos contextos nos quais ela foi construída, evocada ou negada é, intrinsecamente, a história da constituição dos sujeitos; e é também a história das mulheres como sujeitos ou da negação dessa condição, em muitos momentos. (ARAÚJO, 2012, p. 152)

Nesse momento, Araújo (2012, p. 152) diz que o termo cidadania acabou por adquirir um sentido consensual na sociedade, ao passo que falar em cidadania, automaticamente remete “[...] a premissa de direitos, intrínseca à própria existência individual e coletiva”. No entanto, em razão das desigualdades históricas as quais as mulheres foram submetidas, é comum a expressão “cidadania das mulheres”, usada, em, geral para recorrer justamente às desigualdades, demanda de direitos e políticas públicas.

Nesse sentido, a autora ressalta a importância de se pensarem os desafios colocados sobre a cidadania. Em suas palavras, no debate atual, devem ser incorporadas questões “[...] como as da diversidade e da diferença como requisitos dos experimentos democráticos justos” (ARAÚJO, 2012, p. 153). É preciso pensar, por exemplo, conforme afirma Araújo, que as mulheres enfrentam na democracia representativa dupla desvantagem, uma vez que foram inicialmente excluídas da formação inicial da cidadania, e essa exclusão estende-se até os dias de hoje, o que Araújo nomeou neste artigo como “exclusão estendida”. Essa exclusão é decorrente da forma como foram atribuídos lugares apropriados para cada sexo, culminando na aceitação de não cidadania das mulheres (ARAÚJO, 2012).

Para tanto, Araújo entende que existem barreiras práticas que interferem na obtenção plena ou redefinição da cidadania. Essas barreiras residem na interpelação entre público e privado. E, por fim, a autora acredita que se faça necessário, do ponto de vista da cidadania, observar e compreender porque a questão de gênero permanece importante e interferindo de maneira desfavorável na vida das mulheres.

Nesse momento, passamos ao comentário de *Políticas de Cotas na América Latina*, de Mala Htun. A autora aborda questões referentes ao avanço na liderança das mulheres em cargos eletivos decorrentes da política de cotas e analisa o efeito de tal política. De acordo com Htun (2001), há fatores determinantes nos resultados desta política, sendo que, dentre esses fatores, estariam as bases do sistema eleitoral, a existência ou não de obrigatoriedade de

posição competitiva das mulheres na lista partidária e o compromisso partidário no qual as políticas de cota estão inseridas.

Para avaliar os efeitos das políticas de cotas, Htun inicia o texto descrevendo a situação das mulheres em termos de liderança na América Latina, passa à análise dos efeitos do estabelecimento de cotas no tocante ao desempenho eleitoral das mulheres na América Latina e, por fim, conclui com a análise da hipótese de que o aumento de mulheres no poder produza ou não efeitos para as políticas públicas.

Em seu artigo, desenvolvido em três tópicos, Htun (2001) discorre em cada um deles de modo a empreender as análises pertinentes às suas propostas, apresentando dados e reflexões acerca do tema cotas para as mulheres na América Latina.

No primeiro tópico do texto, *A liderança das mulheres na América Latina*, Htun apresenta dados acerca da porcentagem das vagas ocupadas por mulheres nas Câmaras dos Deputados na América Latina e Caribe, sendo que esse dado consta, na época em que foi produzido o artigo – ano de 2001, de 15,3% de mulheres. De acordo com a autora, essa é a maior média regional do mundo, sendo que, em 1998, esse percentual consistia em 10% de mulheres ocupando as vagas nas Câmaras dos Deputados na América Latina e Caribe. Esse aumento foi acompanhado pela representação de mulheres nos Ministérios nacionais, sendo que, de acordo com Htun (2001), anteriormente, as mulheres ocupavam as vagas ministeriais relacionadas às questões sociais (saúde, educação), e, agora, tem-se a representação de mulheres em Ministérios como o da Justiça e também Relações Exteriores. Partindo para a análise da ocupação dos ministérios pelas mulheres, pode-se perceber que a autora, ao enfatizar que, antes, “[...] a participação das mulheres nos Ministérios era restrita aos postos de saúde, educação e outros relacionados com as questões sociais” (HTUN, 2001, p. 226), vindo, em seguida, a ocupar “importantes ministérios”. Nesse caso, tem-se a atribuição da visão espacial das instâncias permitidas ao privado e ao público, sendo que, para tal situação, o ingresso de mulheres nos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores evidencia o adentrar das mulheres em espaços e cargos que não lhes eram confiados. Aumento do número de mulheres foi registrado também para os cargos de prefeitas e governadoras. Htun (2001) ressalta que o ganho é significativo, mas não suficiente, haja vista que, dentre o número total de eleitores, as mulheres representam mais da metade deste.

Tendo onze países da América Latina adotado o sistemas de cotas e verificando-se um aumento da presença de mulheres nos cargos políticos, resta saber se a política de cotas tem apresentado resultados efetivos. Em *Os efeitos das cotas e os sistemas eleitorais*, Htun (2001)

aponta quatro fatores que determinam o sucesso de aplicação das cotas. O primeiro a considerar seria a natureza da lista partidária: aberta ou fechada. No sistema de lista fechada, os eleitores não votam nos candidatos, mas sim nos partidos, que, por sua vez, controlam o posicionamento dos candidatos. O segundo seria a obrigatoriedade de posição competitiva na lista para países com sistema de listas partidárias fechadas: as mulheres têm de ser colocadas em posições da lista em que elas estejam em condições de competir. Sem a obrigatoriedade da posição competitiva, a lei de cotas tem menor eficácia. Como terceiro fator, a autora elenca o tamanho da circunscrição eleitoral, que é referente ao número de vagas disponíveis num determinado distrito eleitoral. E, por fim, o quarto seria o compromisso partidário, que é relacionado ao comprometimento do partido não somente com o estabelecimento das cotas, mas com a eficácia destas.

As questões elencadas por Htun como fatores determinantes sobre o funcionamento das cotas para as mulheres nos partidos políticos são pertinentes e muito bem explicam a necessidade de que os partidos realmente se comprometam com o propósito das cotas para mulheres. De nada adianta implantá-las se não se viabiliza sua real eficácia, acabando até mesmo por prejudicá-las. Portanto, como aponta Htun (2001, p. 229), “[...] onze países aprovaram leis estabelecendo cotas. Entretanto, a presença feminina nos parlamentos alcançou o nível das cotas apenas em dois deles: Argentina [...], e no Paraguai”.

Por fim, a autora responde à pergunta *Mulheres no poder, mudanças nas políticas públicas?*, subtítulo do último tópico do artigo ora comentado. Das considerações que Htun faz, percebe-se que as cotas não asseguram que haja mudanças nas políticas públicas. Segundo a autora, há pesquisas que apontam que a presença de mais mulheres no poder implica a introdução de novos itens na agenda pública, mas não há comprovação de que aconteçam – decorrentes disso – mudanças reais nas leis e também nas políticas públicas. E, ainda, muitas mulheres que chegam ao poder, por conta da disciplina partidária, ficam impossibilitadas de agir em favor de questões constantes da agenda das mulheres.

Outro ponto importante considerado por Htun (2001) é referente às prioridades das mulheres que se elegem quanto aos temas igualdade e/ou discriminação sexual. Alega, ainda, que as mulheres que chegam a se eleger “devem” suas posições aos seus partidos, sendo que quase não se veem candidatas fazendo campanha tendo como exclusividade as questões das mulheres. Sendo assim, as cotas apenas não garantem efetivas mudanças na legislação e na criação de políticas para as mulheres, embora seja um caminho para que elas cheguem ao poder político. As avaliações de Htun sobre as cotas para mulheres são importantes do ponto

de vista dos estudos de gênero, principalmente sobre mulheres e política. A contribuição deste artigo para o estudo das cotas é rica e merecedora de atenção quanto à verificação dos resultados por Htun apresentados hoje, treze anos após a publicação deste artigo, consistindo em importante material de base para a presente pesquisa de mestrado.

Passamos, agora, ao comentário do penúltimo artigo pertencente a este tópico: *Política de Interesses, Política do Desvelo: Representação e “Singularidade Feminina”*, de Luís Felipe Miguel. A discussão, nesse artigo, acontece em torno das justificativas elencadas para a adoção de cotas eleitorais por sexo. O diferencial desse artigo com relação aos demais artigos que abordam a questão da reserva de cotas para mulheres nos partidos políticos consiste na discussão levantada pelo autor sobre as justificativas para a adoção de cotas que reivindicam “[...] um estatuto moral diferenciado para mulheres” (MIGUEL, 2001, p. 253). Essas mulheres, segundo o autor, “[...] introduziram um novo tipo de política, mais desinteressado e altruísta, reflexo do seu treinamento social como responsáveis pelo cuidado com os mais fracos” (MIGUEL, 2001, p. 296).

No desenrolar do artigo, Miguel apresenta argumentos que colaboram ao entendimento de que essa “política do desvelo” ou “política maternal”, assim chamada por ele, acaba por perpetuar e reforçar a inserção subordinada das mulheres ao mundo da política de muitas maneiras, sendo que a primeira delas consiste no fato de que o argumento mais forte de ingresso dessas mulheres é exatamente a negação da defesa dos interesses próprios.

Segundo Miguel (2001), as autoras que defendem a política do desvelo, ou política maternal, afirmam que as mulheres trariam um aporte diferenciado à política e fundamentam esse pensamento a partir da afirmação de que estariam acostumadas a dedicarem-se ao cuidado com os mais indefesos. E, ainda, acreditam que, sendo maior a presença feminina nas esferas de poder, isso ocasionaria o abrandamento da agressividade presente na atividade política, característica comumente atribuída ao masculino. Segundo o pensamento defendido pela política maternal, “[...] a presença feminina possibilitaria a superação da ‘política de interesses’ egoísta e masculina, colocando em seu lugar o desprendimento, o zelo pelos outros, a tolerância e a sensibilidade” (MIGUEL, 2001, p. 260). Naturalmente, sabe-se que esses pensamentos decorrentes dos ideais do feminismo maternalista são concepções que reforçam ainda mais as diferenças de gênero, assumindo o discurso sexista que atribui papéis de gênero construídos socialmente, responsáveis pelo confinamento de muitas mulheres ao espaço privado.

São vários os problemas apresentados por Miguel com relação à política do desvelo. Para o autor, há a exaltação das tarefas inerentes às mulheres referentes ao cuidado, a exaltação à atividade política desinteressada, sendo que as mulheres mesmas são as que deveriam se interessar em demonstrar e reivindicar seus interesses sociais, considerando que a subalternidade é mantida e mascarada pela representação fantasiosa de superioridade moral em decorrência da maternidade e dos atributos associados a todas as mulheres. Dessa forma, Miguel afirma ser insustentável a reivindicação de representação política a partir de argumentos de diferença moral entre homens e mulheres.

Após a discussão a respeito da ampliação da representação feminina nos espaços políticos de poder a partir dos ideais da política do desvelo, o autor passa as outras vias de justificativas para a ampliação da representação feminina que partem de premissas opostas. Segundo Miguel (2001, p. 264), “[...] as mulheres se devem fazer representar não porque sejam vetores de uma ‘política desinteressada’ mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais legítimos, ligados ao gênero que precisam ser levados em conta”. Quando o sistema dificulta ou obstrui o acesso de um determinado grupo, ou a expressão dos interesses desse grupo, configura-se uma situação de injustiça.

Nesse sentido, entende o autor que o desafio é que se consiga alcançar o “[...] pluralismo de perspectivas que caracteriza sociedades fragmentadas como as contemporâneas. Mostra-se, ainda, a favor da ação afirmativa, apontando-a como “[...] uma tentativa que possa contribuir para a redistribuição do capital político – ou, dito de outra forma para o empoderamento dos segmentos sociais marginalizados” (MIGUEL, 2001, p. 266). A ação afirmativa consiste no reconhecimento da desigualdade. Por meio dela, é possível fomentar políticas em favor daqueles que estão em situação de desvantagem em relação ao acesso a algum direito que lhe é dificultado. Entretanto a ação afirmativa por si só não garante o sucesso dos excluídos em alcançar algum espaço, usufruir de algum direito, é preciso que se garanta de fato que todos que têm algum direito a usufruir estejam em iguais condições para tal, como é o caso da política de cotas, que depende mais do que do cumprimento da lei, mas do compromisso e comprometimento dos partidos em fazê-la valer.

E, por fim, o último artigo comentado dentro do tópico “Mulheres e Política”, *Política e Poder: Mulheres Presentes no Legislativo*, de Maria A. Chaves Jardim. Nele, tal autora tece importante comentário sobre o livro *Os bastidores da tribuna: mulher, política e poder no Maranhão*, de Mary Ferreira, para o estudo proposto na presente pesquisa de mestrado, o qual

permite o diálogo com os demais artigos analisados e comentados durante o levantamento bibliográfico deste estudo.

Abordando a presença de mulheres no Legislativo, Mary Ferreira (2010) pesquisa deputadas do estado do Maranhão e de Portugal. Segundo Jardim (2012), durante a pesquisa de Ferreira, ela procura identificar os sujeitos concretos, no caso, as mulheres em “[...] seu cotidiano microssociológico, compreendendo sua origem social, sua relação com a política, sua formação, os recursos (ou capitais) que disponibiliza, [...] sua sensibilidade política, [...] e os locais que ocupa” (JARDIM, 2012, p. 961).

A identificação dos vários aspectos listados acima pela pesquisadora revela a intenção que se tem de conhecer quem são essas mulheres que chegaram a ocupar um cargo no Poder Legislativo. Para tanto, compreender as trajetórias dessas mulheres torna-se imprescindível ao estudo delas. Atividade semelhante é desempenhada nesta pesquisa de mestrado. Conhecer as mulheres que compõem o Comitê de Cidadania de Juiz de Fora, saber quais as socializações que essas mulheres tiveram e quais as influências exercidas por algumas instituições como Igreja, Escola e Família contribuíram para que elas buscassem a prática do exercício de cidadania e de participação política via Comitê de Cidadania de Juiz de Fora. Dessa forma, percebemos o estabelecimento de um diálogo entre a pesquisa já desenvolvida por Ferreira (2010) e a presente pesquisa.

O que a autora constatou em sua pesquisa vai ao encontro de outros resultados de pesquisas da área que estudam a participação e a presença das mulheres nos cargos políticos. O aumento do número de mulheres no Legislativo não é diretamente proporcional às mudanças estruturais nas relações de gênero nem tampouco ao aumento de políticas públicas para as mulheres.

Os dados da pesquisa de Ferreira apontam para um cenário constituído e dominado por homens brancos, curso superior, classe média ou alta, sendo que os negros e as mulheres estariam à parte desse espaço (JARDIM, 2012). Para a autora da pesquisa – (FERREIRA, 2010), essa exclusão das mulheres observada no estado do Maranhão e que, em sua visão, acontece também em outros estados do país, questiona a democracia liberal, abordando o debate das cotas e polemizando seus limites e avanços.

Um ponto importante da reflexão de Mary Ferreira a respeito das cotas diz que, ainda que as cotas não assegurem o real acesso das mulheres ao poder político, minimamente, elas representam um reconhecimento acerca das desigualdades de gênero, da exclusão desde sempre a que as mulheres foram submetidas.

Maria Chaves Jardim, ao prosseguir em seus comentários sobre a pesquisa de Ferreira, chama a atenção para dados apresentados por essa autora quanto à inserção das mulheres ao espaço político, sendo que três foram elencados: laços familiares, militância política e, ainda, destaque nas atividades profissionais. Esses dados vão ao encontro dos resultados que Céli Regina Pinto obteve em sua pesquisa: *O Desempenho das Mulheres nas Eleições Legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul*, evidenciando o que parece ser uma tendência entre as candidaturas femininas.

O perfil dos projetos apresentados pelas deputadas também consta dos resultados da pesquisa de Ferreira. Os dados apontaram que os projetos das parlamentares não diferem dos projetos apresentados pelos deputados. No entanto, ressalta que elas reconhecem as desigualdades de gênero quando seus projetos representam ações que procurem inverter essas desigualdades.

A análise de Maria Chaves Jardim dos dados apresentados por Mary Ferreira chama a atenção, pois reflete a situação apresentada por Ferreira a partir de Bourdieu. Para Jardim (2012, p. 962), “[...] a percepção do aumento do número de mulheres nos espaços políticos é importante, pois sinaliza que revoluções simbólicas invisíveis estão acontecendo nas categorias de pensamento da sociedade contemporânea [...] mesmo que não tenham ainda se expressado no mundo objetivo”. Sob esse ponto de vista, ainda que as cotas não possam proporcionar o resultado almejado, minimamente, elas representam os ensejos às mudanças que rumam a igualdade de gênero.

Mulheres e Formação Política

Contrariamente à expressão de busca anterior, “Mulheres e Política”, a expressão “Mulheres e Formação Política” foi a que obteve menor resultado de publicações. Sendo o resultado bastante limitado, não foi possível selecionar nenhuma das 11 publicações encontradas. Curiosamente, ao utilizarmos essa expressão de busca, apareceram algumas publicações associadas a temas ligados à saúde da mulher e saúde da família, violência sexual, mulheres enfermeiras, diversidade. Não foi possível identificar, dentre os resultados encontrados, nenhuma publicação que fizesse referência a mulheres e formação política, de forma que não foi selecionada nenhuma publicação. O critério utilizado para a seleção das publicações para a referida expressão de busca, além do critério “período de anos”, foi

justamente a busca por trabalhos que tratassem de formação política das/para mulheres. Isso mostra mais uma vez a importância de trabalhos sobre esse tema, como a presente dissertação.

Mulheres e Cidadania

Para a busca dessa expressão, obtivemos o segundo maior número em resultados de publicações. Foram encontradas 66 publicações ao se buscar a expressão “Mulheres e Cidadania”, 06 publicações foram selecionadas e, 03 delas foram comentadas. Um fato observável ao selecionarem-se as publicações encontradas para essa expressão de busca foi o de que, em meio aos resultados encontrados, foi possível perceber em algumas publicações a associação da palavra “direitos” aos títulos de trabalhos em que havia a palavra “cidadania”. Isso se deve ao fato de que, historicamente, o exercício da cidadania está ligado à luta pelos direitos humanos, assim como conta Auad (2002), de acordo com uma máxima feminista que preconiza: quem tem preocupação pela situação das mulheres em nosso país e no mundo, entende que *os direitos não são humanos sem os direitos das mulheres*.

O critério de seleção para a expressão “Mulheres e Cidadania” seguiu, além do critério do período de anos determinado (2000 a 2013), a orientação por trabalhos que fossem relacionados aos direitos das mulheres e cidadania; mulheres e cidadania e mulheres e suas atuações na conquista de direitos e exercício de cidadania.

O primeiro artigo comentado da expressão de busca “Mulheres e Cidadania” é *Cidadania e Feminismo no Reconhecimento dos Direitos Humanos das Mulheres*, de Jussara Reis Prá e Léa Epping. Esse artigo traz abordagens importantes a respeito da vivência da cidadania pelas mulheres a partir das ações organizadas e participação política delas. Pelas palavras das autoras, trata-se de um texto que “[...] examina ações de cidadania e de proteção dos direitos humanos das mulheres” (PRÁ; EPPING, 2012, p. 33).

Nesse artigo, as autoras valeram-se da abordagem sobre a articulação global de movimentos de mulheres e de feministas e os impactos causados pelas ações desempenhadas por elas, o que foi incluído ou modificado nas agendas públicas nacionais e também na configuração de acordos internacionais. Tendo como pretensão a reflexão sobre as experiências participativas das mulheres em ações de promoção à cidadania feminina, interessando, que a partir disso, delinear o contributo das mulheres e das redes de articulação feminista a acordos, tratados, convenções e protocolos internacionais. Por fim, tem como propósito “[...] contribuir para a análise dos padrões de inserção política voltados a incidir na

formulação de agendas públicas, na geração de mudanças culturais orientadas à equidade de gênero e à expansão da cidadania feminina” (PRÁ; EPPING, 2012, p. 34).

Com o subtítulo “O fomento à cidadania feminina e a experiência participativa das mulheres”, as autoras introduzem a primeira parte do artigo, que trata da análise dos eventos internacionais que contaram com a participação de mulheres em busca da defesa de suas bandeiras e direitos. De acordo com elas, os contextos que realçaram as lutas pela expansão da cidadania feminina foram reduzidos, sendo que os poucos que abarcaram os resultados dessas lutas foram os contextos de criação de proteção aos direitos humanos, resultando na incorporação das mulheres à agenda internacional.

As autoras julgam importante comentar alguns eventos que abordaram diretamente a questão das mulheres. Nesse momento, citam três conferências mundiais sobre a mulher, acontecidas no México, Copenhague e Nairóbi, e ainda a Conferência do Cairo, ressaltando sua contribuição ao tema dos direitos sexuais e reprodutivos, no qual houve a identificação dos direitos reprodutivos como direitos humanos graças ao empenho incisivo do movimento feminista e de mulheres em se fazer reconhecer tais direitos.

Em nosso país, segundo Prá e Epping (2012), que citam as pesquisadoras Basterd e Herman (1999), o movimento de mulheres brasileiras, assim como o movimento internacional de mulheres, demonstrou capacidade de mobilização e organização, de forma que a atuação de grupos autônomos de mulheres e, ainda, de organizações governamentais e não governamentais foram decisivas na definição de uma posição respeitosa a cidadania da mulher. A postura dessas mulheres veio a reafirmar princípios já constantes da Constituição Federal de 1988 relativos ao direito de homens e mulheres possuírem livre arbítrio na decisão sobre concepção e anticoncepção, bem como o dever que possui o Estado de assegurar a garantia desses direitos.

No desenrolar de ações referentes aos compromissos assumidos acerca da expansão da cidadania das mulheres e da garantia de seus direitos e erradicação das discriminações de gênero, o Brasil ratificou convenções, protocolos e planos de ação que foram originados em diversos eventos internacionais. Dentre eles, constam as chamadas “Metas do Milênio”, que fazem parte do pacto planetário que envolve 191 países membros das Nações Unidas (PRÁ; EPPING, 2012, p. 38). Em duas dessas metas os países assumem “[...] o empenho de promover igualdade de gêneros e empoderar a mulher (terceira meta) e melhorar a saúde materna (quinta meta)”.

No Brasil foi verificado em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que dentre os entrevistados, 58,5% do total de 3.810 pessoas, compartilham a ideia de que ocorriam menos estupros se as mulheres soubessem se comportar⁷⁰. E ainda, abusos sexuais e estupro nos ônibus e trens são uma constante, não tem sido possível observar empenho e avanços no cumprimento das metas. Diante disso, assistimos a ações equivocadas como a elaboração por representantes do poder Legislativo municipal, de projeto de lei que, em vez de promover a segurança às mulheres e a punição aos criminosos, acabam por reforçar ainda mais as desigualdades de gênero e a condição de subordinação das mulheres ao propor a criação de “vagão rosa” em trem na cidade de Belo Horizonte – MG. O vereador Léo Burguês de Castro (PT do B) elaborou o Projeto de Lei nº 893/13 que dispõe da criação de vagão exclusivo para representantes do sexo feminino. Outras cidades brasileiras adotaram os vagões em metrô e trens exclusivos para mulheres, como Rio de Janeiro e Brasília⁷¹.

Ainda sobre o contexto de participação internacional das mulheres, as autoras do texto ora comentado se valem de pesquisadora com relevante contribuição nesta área e citam Nelly Stromquist nesta fala: “[...] os vários esforços internacionais nas linhas de gênero sempre foram iniciados por grupos de mulheres” (STROMQUIST, 1996 apud PRÁ; EPPING, 2012, p. 38). Stromquist faz essa afirmação a partir do estudo do papel das ONGs de mulheres feministas em conferências da Organização das Nações Unidas.

A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) em 1979 é ressaltada por Prá e Epping (2012) como importante no que toca à ação das mulheres junto a conferências mundiais. Dessa convenção, constitui-se um dos documentos de maior abrangência dentre os produzidos em âmbito internacional. Nesse documento, há o que se constitui como discriminação contra as mulheres e, ainda, a apresentação de atividades que visem à eliminação das discriminações. Na sequência, segue fragmento do termo de discriminação contra a mulher elaborado na Cedaw (1999):

[...] toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, sobre a base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das esferas política, econômica, social, cultural e civil ou em

⁷⁰ Fonte: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971. Acesso em 27/01/2015.

⁷¹ Fonte: Página virtual da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br/noticias/2014-03/vagao-exclusivo-para-mulheres-no-metro-sera-discutido-com-populacao>. Acesso em 27/01/2015.

qualquer outra esfera (CEDAW, 1999, art 1º apud PRÁ E EPPING, 2012, p. 39).

A ratificação, bem como o aceite dos termos de uma convenção obriga os países legalmente a assumir o compromisso de “prestar contas” sobre o cumprimento das propostas as quais os países concordaram em adotar. Esse compromisso se dá pela apresentação de relatórios que comprovam se têm acontecido os avanços das medidas implantadas para o cumprimento das obrigações firmadas. Dessa maneira, ao produzir os relatórios (em 2003 e 2007), o Brasil contou com a participação de redes articuladas de mulheres, resultando desta participação a formulação de políticas públicas para as mulheres, consistindo em uma das faces da experiência participativa delas (PRÁ; EPPING, 2012).

Após abordar a participação das mulheres em espaços e eventos internacionais e evidenciar a importância desses e suas contribuições na luta feminina, as autoras partem em seu texto para a parte final, à qual elas atribuem o subtítulo “Equidade de gênero e igualdade de direitos”. Nesse momento, Prá e Epping (2012) passam a uma avaliação retrospectiva sobre o caminho percorrido pelas mulheres nas últimas três décadas, ressaltando que as mulheres muito se esforçaram para alcançar mudanças nas normas vigentes e na busca da igualdade de direitos. Elas salientam que, apesar das muitas vitórias alcançadas pelas mulheres ao longo desses trinta anos, é preciso pensar a continuidade das práticas participativas para os próximos anos, acusando que, mesmo com a inclusão e o reconhecimento da cidadania feminina as agendas dos programas de governo, ainda não se têm todos os direitos humanos a todas as mulheres garantidos.

A partir daí, as autoras sugerem a relevância da conexão que se estabelece entre cidadania e feminismo, focando a importante contribuição feminista, que, partindo do uso do conceito de patriarcado, conseguiu decompor as relações de poder, conectando as relações familiares às relações sociais. Apontam ainda o feminismo como sujeito e objeto dos processos de transformação dos conceitos de cidadania, participação política e esfera pública, somando-se aos movimentos de mulheres e articulando-se em redes a defesa dos direitos humanos das mulheres (PRÁ; EPPING, 2012). Ressaltam também a importância da contribuição dos estudos de gênero para o estudo da realidade social e política como uma maneira de atender as necessidades de mudanças nas relações de poder entre homens e mulheres, colaborando ao empoderamento das mulheres.

Enfim, as autoras finalizam concluindo que, para analisar o protagonismo das mulheres, enfocaram a experiência participativa destas. O objetivo foi o de identificar a

capacidade de mobilização das mulheres e de sua prática participativa, além de buscar outros centros de referências à participação feminina em outras redes de mobilização que não da política partidária, mas sim de relações articuladas com movimentos de mulheres e feministas em espaços cabíveis ao poder e à decisão. Prá e Epping (2012) reforçam que a prática participativa de cada mulher pode variar entre as mulheres de acordo com suas demandas, que podem ser motivadas por acesso a vários de seus direitos (básicos: saúde e moradia por exemplo) que são também direitos humanos, ou ainda temas e demandas universais, como, por exemplo, não merecer ser estuprada/abusada sob qualquer hipótese.

O próximo artigo a ser comentado é *Gênero e Cidadania: Referenciais Analíticos*, de Maria Noemi Castilhos Brito, publicado na Revista de Estudos Feministas no ano 2001. Nesse artigo, Brito (2001) aborda a ideia de cidadania e a construção da identidade de gênero, mais precisamente a forma como têm sido definidas na sociedade a partir de entendimentos que partem de esferas dicotômicas, do público e privado, da polarização entre papéis atribuídos e construídos socialmente e idealmente a homens e mulheres. Esses pensamentos contribuem para a desqualificação das mulheres no âmbito político (BRITO, 2001).

Para desenvolver a ideia sobre como historicamente as mulheres foram alijadas de serem educadas para o exercício da cidadania, Brito recorre a explicações históricas que remontam ao significado que os gregos conceberam à ideia de cidadania. Tal concepção era atributo exclusivo dos homens livres, aptos para o desempenho das atividades políticas, ficando as mulheres relegadas a um lugar à margem dos assuntos públicos, na verdade confinadas ao espaço privado, voltando-se ao cuidado doméstico. Assim, historicamente, a construção das identidades foi configurando-se naturalmente sob oposições binárias aos sexos e perpetuando os tradicionais papéis de gênero socialmente determinados tal como nós os conhecemos até hoje.

Brito (2001, p. 292) recorre ao feminismo contemporâneo, que, como sabemos, critica rigidamente esse tipo de atribuição de papéis e oposições binárias como categorias explicativas a esses para afirmar que tal movimento vale-se de referenciais de análise menos limitados, que permitem “[...] a integração de homens e mulheres nas suas relações, no desenvolvimento de processos sociais”. Nesse momento, a autora cita Joan Scott, grande estudiosa feminista, relevante contribuinte aos estudos sobre igualdade de gênero. Brito reflete sobre ideias desta autora para tratar da importante contribuição que esta confere ao debate, uma vez que Scott propõe o uso do gênero como “[...] categoria de análise a partir de

uma definição abrangente pela qual é possível compreender as relações entre gêneros e a constituição da sociedade, onde se inclui necessariamente a dimensão política”.

Sabe-se, e Brito ressalta no artigo ora comentado, que as experiências femininas não podem ser interpretadas a partir de definições pautadas em dicotomias previamente estabelecidas. Portanto, a autora menciona que, a partir dessa ideia, pesquisas têm sido úteis ao repensar conceitos sobre as relações público/privado e, ainda, pessoal/político. Para reforçar a ideia que levanta a respeito da ocupação dos espaços público e privado e de como, hoje em dia, as mulheres transitam entre ambos, afirma que há dados levantados em investigações promovidas por diversas áreas das ciências humanas, as quais evidenciam que “[...] as atividades femininas têm se desenvolvido também em espaços públicos como a comunidade, a vizinhança, a rua e a fábrica, e não podem ser considerados como exclusivamente como privadas” (BRITO, 2001, p. 292). Ao analisar tal informação do texto de Brito, é importante que consideremos que tal artigo foi escrito em 2001, o que poderia, para a época, soar como um pouco mais inédito do que hoje tal afirmação, uma vez que, em pleno ano de 2014, é do conhecimento da maioria da população a ocupação e o trânsito das mulheres por todos os espaços sociais. No entanto, ainda que as mulheres tenham conquistado espaços e avançado significativamente em campos por elas antes não frequentados, ainda assim, há diferenciações depreciativas quanto à valorização do trabalho por elas desempenhado, mesmo que este consista em igual atividade desempenhada por um homem. E, em casos ainda piores, quando desenvolvidos pelas mulheres com mais qualificações, são menos valorizados unicamente por conta de justificativas preconceituosas e retrógradas a respeito das diferenciações de gênero.

Brito (2001) afirma que as pesquisas relacionadas à participação política das mulheres levaram à ampliação do conceito sobre público e privado, passando a considerar políticos temas tidos como privados. Assim, entrou em cena a discussão sobre a necessidade de se olhar para a política do cotidiano, bem como a compreensão de que, dentro do espaço tido como pertinente ao privado, permeiam ações políticas, a micropolítica.

A participação política das mulheres, ou a não participação política delas, consiste em alvo de estudos a respeito da temática. De acordo com o artigo ora comentado, a tendência de tais estudos foi a investigação que encontrasse o motivo pelo qual havia a ausência feminina do mundo da política, principalmente da participação política institucional, permanecendo escassas as reflexões acerca do papel das mulheres no campo político. Num momento em que o país tem como representante máximo do poder Executivo uma mulher, trabalhos têm sido

elaborados a partir dessa situação. O ano eleitoral de 2010 contou com duas candidaturas femininas ao cargo de Presidência da República, e daí surgiram estudos que problematizaram a participação e representação das mulheres pelas candidatas por exemplo.

Ainda no tocante à produção de pesquisadores sobre a temática “mulheres e política” voltada para a problematização da ideia de que mulheres não têm atividades políticas, Brito procura elucidar a respeito do espaço ocupado pelas mulheres na política brasileira. De acordo com a autora, essas pesquisas contribuíram para a identificação do “[...] exercício, por parte de mulheres, de atividades como agentes políticos – prefeitas ou vereadoras, professoras, benfeitoras, etc. –, mostrando as ligações entre família, religião, filantropia e a política partidária” (BRITO, 2001, p. 295). Ao citar estudos sobre a participação política da mulher, visa a ressaltar que há diferentes espaços de atuação política feminina que fogem ao tradicional espaço institucional. Para tanto, a estudiosa referencia estudos que pretendem ampliar o entendimento sobre os espaços políticos ocupados pelas mulheres e utilizados por elas como meios de atuarem politicamente. A família e as mobilizações a partir de envolvimento com práticas religiosas são exemplos do que a autora quer ilustrar, ressaltando que “[...] não se trata apenas da reivindicação feminista de politizar o privado, mas de considerar a mulher como um sujeito político, presente na esfera através de espaços de visibilidade” (PINTO, 1990, p. 6 apud BRITO, 2001, p. 296).

A vida de muitas mulheres que se constrói no espaço doméstico não significa, para Brito (2001, p. 297), que estas estejam vivendo em situação conservadora ou em isolamento, mas sim configura uma situação que merece ser analisada a partir de referenciais que considerem a atuação política feminina a partir desse espaço. Mesmo partindo da esfera privada, acredita que as mulheres podem agir politicamente “[...] seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados” e que, de diversas formas, as mulheres brasileiras têm afirmado a sua cidadania ao se constituírem como sujeitos sociais através de suas ações e movimentos que tenham ou não ligação com a política institucional.

Ser mulher e atuar politicamente em nossa sociedade é uma ação que cabe a todas as mulheres que aspiram à igualdade de gênero, visibilidade enquanto sujeito autônomo e conectado à sociedade. Estar confinada ao espaço privado não mais cabe na realidade das mulheres na sociedade atual. Mulheres que, de muitas maneiras, estão a defender as bandeiras de reconhecimento e igualdade de gênero em suas casas, nas universidades/escolas, seja como professoras, como alunas, como mães de alunas(os), nas igrejas, nas associações de bairro, nas redes sociais, nas rodas de conversas, nas ruas e na vida.

E, por fim, o último artigo comentado da expressão de busca “Mulheres e Cidadania” é *SPMulheres em Dados*, de Maria Cecília Comegno, o qual trata de apresentar um sistema de informações a respeito de temas elencados como estruturantes na vida das mulheres no Estado de São Paulo. O pensamento expressado pela autora nesse artigo consiste em considerar que a informação a respeito das condições de vida das mulheres no tocante aos temas estruturantes é indispensável à formulação de políticas públicas, bem como ao exercício de cidadania. Para a realização desse estudo, Comegno (2003) parte do entendimento de que os direitos formais das mulheres conquistados parecem estar dissolvidos em meio às práticas discriminatórias ainda imperantes em nosso país.

Tendo como objetivo o diagnóstico da situação das mulheres do Estado de São Paulo, esse artigo foi produzido acolhendo intenções do Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF. A finalidade desse Conselho é a proposição de políticas públicas prioritárias sob a perspectiva de gênero, sendo assim delineados os temas que incorporam as perspectivas de gênero.

A estrutura da composição do texto deu-se a partir da exposição pela autora da situação referente a cada um dos temas selecionados a saber e ao final um tópico contendo “Algumas Observações Empíricas”. Por temas selecionados no artigo, tem-se: demografia, saúde e direitos reprodutivos, educação, trabalho, violência e participação política.

Segundo Comegno (2003, p. 92-93), a análise das estatísticas demográficas é importante para a identificação das desigualdades existentes entre os sexos. Entretanto, ressalta que embora “[...] a variável sexo esteja presente nas pesquisas e recenseamentos” há dificuldade de percepção de como se estruturam as relações entre homens e mulheres, de como elas são valorizadas socialmente. Para a autora, “[...] Em análises demográficas, é importante o conhecimento de quem decide o quê, tanto em relação à fecundidade, à saúde [...], mas as estatísticas são incapazes de responder corretamente a essas questões [...]”.

Com o intuito de ilustrar sua afirmação, Comegno (2003) cita outros três autores estudiosos da questão da fecundidade e relações de gênero. Segundo a estudiosa, pesquisadores como Moreira (1994), Goldani (1994; 2000) e Alves (1994) também já assinalaram dificuldades de tratar as relações de gênero nos determinantes para fecundidade a partir de dados censitários e pesquisas demográficas. No entanto reforça que, apesar das dificuldades, a importância de dados demográficos é relevante à análise e ao conhecimento do perfil das populações masculinas e femininas:

De fato, nas últimas décadas, observam-se modificações no perfil demográfico das mulheres paulistas que acarretam novas demandas de políticas voltadas para esse segmento populacional. Elas são principalmente urbanas, adultas-jovens, diminuíram o tamanho de suas famílias e várias declaram ser chefes das mesmas. (COMEGNO, 2003, p. 93)

Uma possibilidade que pode justificar as modificações no perfil demográfico das mulheres seria em decorrência da conquista dos espaços públicos pelas mulheres. A diminuição do tamanho das famílias “chefiadas” por mulheres revelam situações de autonomia no controle do número de filhos e independência financeira ao homem que, tradicionalmente, sob o modelo patriarcal, constituía-se como o único provedor do sustento de uma família.

Para discutir o tópico “Saúde e Direitos Reprodutivos”, a autora inicia afirmando que existem registros na literatura de diferenciais entre homens e mulheres nas questões tocantes à saúde, de modo que é reconhecido o impacto específico que os problemas de saúde têm para homens e mulheres. Para enfatizar sua afirmação, vale-se de um trecho do texto intitulado *Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil. Dilemas e Desafios* (GALVÃO; DIAZ, 1999, p. 17 apud COMEGNO, 2003, p. 94): “[...] existem ainda grandes distorções e desigualdade de gênero no atendimento à saúde sexual e reprodutiva, e a qualidade do atendimento ainda deixa muito a desejar”. A partir daí, completa afirmando que a saúde reprodutiva consiste em um estado que contemple bem-estar físico, mental e social, não podendo considerar apenas a ausência de doenças ou incapacidades relacionadas ao sistema reprodutivo. Com essa assertiva, a autora reforça a ideia de que a saúde da mulher deve ser trabalhada integralmente durante todas as etapas da vida, e não somente durante o período reprodutivo.

A autora destaca também que a iniciação sexual precoce de meninas e o risco de morte ou lesões permanentes decorrente de abortos clandestinos também figuram como situações que apresentam grandes riscos à saúde das mulheres. Segundo Comegno (2003), da iniciação sexual precoce há o aumento de gravidez na adolescência, que, por sua vez, aumenta os riscos à saúde em comparação à outras faixas etárias. Os riscos oferecidos pelos abortos clandestinos são proporcionais ao poder aquisitivo das mulheres (BACHA; GRASSIOTO, 1994 apud COMEGNO, 2003), sendo que as mulheres pobres engrossam as estatísticas de mortalidade recorrente de aborto. E as doenças sexualmente transmissíveis são problemáticas às mulheres não somente do ponto de vista da saúde, mas pelas repercussões médicas, sociais e econômicas. A violência doméstica também é outra situação elencada por Comegno (2003, p. 94) que compromete a saúde das mulheres e, infelizmente, é pouco esclarecida por conta do

silêncio por parte das vítimas e agravada pela falta de preparo dos serviços de saúde quanto ao reconhecimento da violência de gênero como causa dos problemas de saúde das mulheres.

Para tratar do tema “Situação Educacional”, foi focalizada a questão da desigualdade no tocante aos salários recebidos por homens e mulheres, uma vez que mulheres com o mesmo nível educacional que os homens recebem menores salários do que estes. Além disso, a autora chama a atenção para educação da mulher como importante no tocante ao poder de transformação sociocultural, já que, a partir do acesso à educação, as mulheres podem agir em busca de melhores oportunidades. Situações comuns durante a vida escolar de meninas e meninos também foram lembradas por Comegno (2013) ao mencionar que o desempenho favorável das meninas com relação ao dos meninos merece novas abordagens a fim de se discutir as desigualdades existentes no tratamento desses desempenhos, bem como as diferentes reações e consequências aos fracassos de homens e mulheres que, para as mulheres, têm significados atrelados à baixa capacidade intelectual.

Do tópico “Inserção no Mercado de Trabalho”, a autora inicia abordando as divisões sociais e sexuais do trabalho e explica que essas divisões não acontecem naturalmente, mas sim são influenciadas pelas construções e padrões de condutas previamente determinados para os sexos pelas relações de gênero, pelas construções sociais, culturais, religiosas e familiares:

Para elas estão reservadas, primordialmente, funções associadas à vida privada, ao cuidado com a família e, por isso, sua inserção profissional seria uma extensão da vida doméstica, sobretudo nas atividades de cuidado com crianças e adolescentes (professoras), ou adultos (enfermeiras, psicólogas, terapeutas, etc.), e de manutenção de espaços domésticos ou empresariais (empregadas domésticas, prestadoras de serviços de limpeza, etc.). (COMEGNO, 2003, p. 96)

Para discutir a inserção feminina no mercado de trabalho, esta é relacionada à desvantagem inicial a que as mulheres são colocadas em relação aos homens, resultado dos filtros de gênero que permeiam a sociedade. Por meio desses, costuma-se taxar as profissões e os cargos como de homens ou de mulheres, de maneira que a existência e a habilitação destas ao trabalho são comumente avaliadas segundo esses filtros, e não de acordo com suas habilitações e reais capacidades, culminando geralmente na depreciação das remunerações destinadas às mulheres.

O combate à pobreza também foi outro fator elencado pela autora como motivo para a inserção das mulheres ao mercado de trabalho. Com o intuito de complementação da renda familiar e em outros casos, as próprias mulheres são as únicas responsáveis pelo rendimento

familiar. Sabemos que, embora ainda, majoritariamente, as famílias sejam compostas por casais heterossexuais, existem outros modelos de família em que pessoas do mesmo sexo a constituem. Portanto, no caso de uma família formada por um casal de mulheres lésbicas, obviamente o sustento proverá de uma delas, ou de ambas, configurando, assim, uma situação que, nesse texto de Comegno (2013), não foi mencionada. Talvez isso possa ser revelador do pensamento viciado em considerar apenas famílias sob o tradicional modelo heterossexual, que não representa todos os tipos de famílias que podem se formar.

Quanto à “Violência Contra a Mulher”, a autora afirma que, tradicionalmente, tem se destacado a violência sexual e conjugal. Alguns movimentos sociais atentos à questão da violência contra a mulher enfatizam temas pontuais que estão relacionados a mulheres que se encontram em grupos em situações com alta fragilidade, como, por exemplo, as presidiárias, as negras e as mulheres pobres. Tão complexo quanto a própria violência é a invisibilidade desta. Por vários motivos, essa invisibilidade acontece. Por vezes em razão de não ser percebida como problema, por vezes pelo silêncio das próprias vítimas.

E, por fim, sobre a “Participação Política das Mulheres”, a autora toca na questão da baixa presença feminina nas instâncias de representação política sendo que:

Fatores estruturais e culturais concorrem para o reduzido acesso da mulher ao poder: desigual divisão do trabalho, atitudes preconceituosas conscientes ou inconscientes contra a mulher, incorporadas até por ela, hábitos tradicionais e práticas discriminatórias presentes nos partidos políticos e nas estruturas governamentais, estereótipos sociais negativos sobre funções da mulher e do homem, reforçando a tendência de as funções políticas permanecerem no domínio masculino. As responsabilidades com a família e a criação dos filhos trazem um elevado custo para as mulheres que aspiram a cargos públicos e conservá-las significa um fator de desestímulo a futuras candidaturas. (COMEGNO, 2003, p. 97)

A partir de tal afirmação, a autora enfoca a necessidade da adoção de medidas que tenham por finalidade a compensação da discriminação e acelere a igualdade no plano político entre homens e mulheres. Nesse cenário, no Brasil, surgiu, em 1995, a lei de cotas a fim de reequilibrar a participação das mulheres na política. No entanto sabe-se que a existência desta garante o espaço às candidaturas femininas, mas não assegura a participação efetiva das mulheres ao mundo político, e, mesmo com a lei, as cotas não são atingidas, e quando são, muitas vezes as candidatas não apresentam reais condições de concorrer às eleições, figurando apenas como números nos partidos.

Ao final do artigo, há o tópico *Algumas Observações Empíricas*, em que a autora explana as conclusões frutos dos dados agregados a partir das informações fragmentadas das mais diversas fontes de dados. Segundo Comegno (2003, p. 98), a reflexão a partir de tais dados abre “[...] caminhos para o fortalecimento de ações de gênero em âmbito local”. Alguns indicadores foram analisados para efeito deste artigo, com o intuito de explicitar as tendências observadas na situação das mulheres, na última década, no Estado de São Paulo.

Céli Regina Jardim Pinto: dois textos e reflexões

Feminismo, História e Poder, de Céli Regina Pinto, está dividido em duas partes. Na primeira, faz uma reconstrução, em termos gerais, da história do feminismo, contextualizando o processo pelo qual passava a sociedade e compondo o cenário de maneira que seja possível compreender o movimento feminista como parte do campo de forças que conduziu as décadas finais do século XX e as iniciais do século XXI.

A estudiosa ressalta a importância da característica particular do movimento feminista no tocante à sua história, que é ser um movimento dono de reflexão crítica e teoria próprias. E, na segunda parte, aborda a questão teórica sobre a mulher e o poder, atentando para a urgência da construção de um programa de inclusão das mulheres na vida política que difira de ações já realizadas que consistiram na mera elaboração de cartilhas e campanhas publicitárias. Céli Regina Pinto sugere um programa que dê voz às mulheres, que seja um espaço para que elas falem.

Para introduzir de maneira breve a história do movimento feminista, a autora relembra que, ao longo da história, ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição e, por isso, lutavam por igualdade, pagando caro por suas atitudes de rebeldia e coragem, o que muitas vezes lhes custava a própria vida. As primeiras a se organizarem na luta pelos seus direitos foram as inglesas no final do século XIX, as quais tinham como objetivo alcançar o direito de voto, ficando conhecidas como “sufragetes”. A título de ilustração, Céli Pinto (2010) retoma que essas mulheres foram presas muitas vezes, fizeram greve de fome e, ainda, o caso de Emily Davison, feminista que pagou com sua vida ao atirar-se à frente do cavalo do Rei da Inglaterra, durante a famosa corrida de Derby em 1913. Somente em 1918, as mulheres conquistaram o direito ao voto no Reino Unido.

Ainda contextualizando a história do movimento feminista, a estudiosa retoma como o movimento teve início no Brasil, que teve suas manifestações públicas iniciais a partir da luta

pelo voto. As brasileiras contaram com a liderança de Bertha Lutz, importante personagem na história do movimento feminista brasileiro, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, importantíssima iniciativa para a época. Ganhando força, fez campanha pública ao voto das mulheres, levando ao Senado, em 1927, um abaixo-assinado pedindo aprovação do projeto de lei que concedia às mulheres o direito ao voto. Em 1932, o tão reclamado direito foi conquistado pelas brasileiras.

Céli Pinto dá prosseguimento relatando a década de 1960 como especialmente importante para o movimento feminista, quando, nos Estados Unidos e na Europa, o feminismo surge com força total, e as mulheres, pela primeira vez, falam de maneira direta sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres, aparecendo como um movimento de libertação. Nesse momento, elas reivindicavam não apenas espaço para a mulher na vida pública, no trabalho e na educação, mas, principalmente, uma nova forma de relacionamento entre os homens e as mulheres, apontando que, além da clássica dominação de classe, existia a dominação do homem sobre a mulher. Liberdade e autonomia eram o que as mulheres almejavam para poderem decidir sobre suas vidas e seus corpos.

Importante ressaltar, segundo Pinto (2010), no Brasil, nesta mesma década – 1960 –, havia o movimento inverso. Com o Golpe Militar de 1964, a repressão de uma ditadura militar das mais rigorosas imperava, contendo e reprimindo quaisquer manifestações de movimentos libertários. Entretanto, no contexto da Ditadura Militar, bastante limitado pelas condições de repressão que vivia o país na época, aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil. Na década de 1980, com a redemocratização, o feminismo entrou em uma de grande efervescência. Como resultado, nessa fase de fervor, houve a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher e também o Centro Feminista de Estudos e Assessoria. O movimento feminista, nessa época, promoveu campanha nacional para a inclusão dos direitos da mulher na nova Constituição de 1988. E, desse esforço, “[...] resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante os direitos para a mulher no mundo” (PINTO, 2010, p. 17).

Nesse sentido, informação importante apontada por Céli Pinto, consiste em apontar que o CNDM perdeu completamente a importância durante os governos dos ex-presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Todavia, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, houve a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e a recriação do Conselho (PINTO, 2010). E, ainda no final do século XX, uma das questões que ocupavam o centro da luta feminista foi a luta contra a violência, principalmente a doméstica,

que faz centenas de mulheres vítimas, obtendo como grande conquista a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) e também as Delegacias Especiais da Mulher.

Na segunda parte do artigo, a autora se propõe a uma reflexão sobre o tema mulher e poder. Essa reflexão acontece a partir de duas perspectivas: a primeira perpassa a posição das mulheres no espaço público, principalmente no tocante à luta política, e a segunda trata de uma forma mais teórica do binômio mulher e poder, tendo como foco a questão brasileira.

Ao começar a discussão sobre a mulher no espaço político, Céli Pinto questiona qual a mulher que queremos nos cenários políticos. Importante questionamento levantado pela autora, uma vez que, mais do que precisarmos de mais mulheres nas representações de cargos políticos, é relevante pensarmos a mulher que estará nos representando. A estudiosa questiona: a luta pela representação feminina na política que queremos será feita por todas as mulheres, não importando classe, posição política ou comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder? Ou essa luta será pelas que se elejam mulheres feministas que defendam as grandes causas do movimento (PINTO, 2010).

De acordo com a opinião da autora, embora possa ir de encontro ao que pensariam alguns movimentos sociais e a própria militância feminista a respeito dessa questão da representação feminina no poder político, Pinto afirma que “[...] a simples presença de mulheres como vitoriosas, sejam elas feministas ou não, em um quadro maduro de concorrência eleitoral, é muito revelador da posição ocupada pela mulher no espaço público da sociedade” (PINTO, 2010, p. 18). Ou seja, numa sociedade em que a cultura patriarcal privou durante anos as mulheres do acesso ao espaço público, quando o único espaço permitido a elas era o confinamento ao privado, estar em condição de concorrer a cargos políticos é, sem dúvida, um avanço considerável no tocante aos espaços conquistados pelas mulheres. Entretanto entendemos que essa presença apenas não garante que as mulheres que tenham se elegido sejam feministas. Mas o fato de serem mulheres pressupõe que as demandas por direitos das mulheres sejam defendidas por elas, mais do que por homens ocupantes do mesmo posto. E essa pressuposição independe da posição política, ideológica e comprometimento com o movimento feminista (PINTO, 2010).

Ilustração pertinente para tal situação é usada pela autora ao citar a cientista política Anne Phillips. Anne traz uma reflexão com relação à questão da presença, ou simplesmente da ideia, no campo político. Segundo Anne, a política da presença seria mais eficaz para dar conta das experiências dos grupos sociais que, em razão de sua raça, etnicidade, gênero, religião e, também – acrescentarmos –, orientação sexual, têm sido excluídos do processo

democrático. Ou seja, de acordo com o pensamento de Anne Phillips, a presença das mulheres no campo político faria com que as temáticas que dizem respeito a elas, bem como a luta pela garantia de seus direitos e, ainda, de acesso e permanências aos espaços por vezes negados a elas, fossem mais amplamente discutidas e com mais eficiência incluídas nas agendas políticas. Nesse sentido, “[...] Inclusão política tem sido cada vez mais – e eu acredito que acertadamente – vista em termos que pode ser concretizada somente por política de presença” (PHILLIPS, 1996, p. 146 apud PINTO, 2010, p. 18).

Isto posto, Céli Pinto inicia a reflexão sobre a ausência da mulher na arena da política em nosso país. De acordo com a autora, é possível pensar a relação entre a mulher e o poder a partir de três perspectivas. A primeira consistiria na posição relativa da mulher na estrutura de dominação. A segunda refere-se à perspectiva apontada pela autora como uma perspectiva seguida de uma indagação a respeito da pequena presença da mulher nos postos de poder político. Qual seria a razão que explicaria tal fato? Seria a estrutura de dominação apontada em sua primeira perspectiva? E a terceira diz respeito às mulheres empoderadas. Estariam elas construindo uma identificação com as mulheres, em geral, capaz de reconstruí-las como sujeitos de poder? Ou, ainda, “[...] Qual é a aproximação identitária entre as mulheres empoderadas e as mulheres que se pretende empoderar?” (PINTO, 2010, p. 19). As colocações realizadas pela autora são absolutamente pertinentes. Afinal, é imprescindível compreendermos o problema da ausência da mulher na arena política a partir da condição em que se encontra a mulher na sociedade. Para que se possa buscar a inclusão/inserção da mulher, é preciso entender porque elas não ocupam esses espaços, e como aquelas poucas que ocupam têm se apropriado e atuado nos postos de poder políticos.

Sabe-se que, no Brasil, as mulheres foram confinadas durante muitos anos ao espaço do lar, sendo absolutamente rechaçada qualquer tentativa de inclusão delas ao mundo público. O direito de voto só foi concedido em 1932. Entretanto o direito de votar não se configurou como a conquista do pleno acesso das mulheres ao espaço público. Continuaram elas sujeitas à condição de dominação pelos homens e à concessão de alguns lugares onde sua circulação e atuação eram permitidas. A inserção no espaço da política era onde menos houve concessão, onde havia proibição mais claramente e a barreira mais difícil de ser rompida.

Para essa dificuldade da entrada da mulher na política, Céli Pinto aponta situações responsáveis por tal realidade. A autora explica que, ao se tornarem membros do parlamento e do governo, os sujeitos adquirem imenso poder pessoal. Segundo ela, esse poder não garante necessariamente correspondência no poder político, mas é essencial na reprodução hierárquica

de ordens existentes na sociedade brasileira. Seriam elas: ordens de classe, de gênero, de etnia, entre outras. Pode-se perceber, a exemplo da afirmação da autora, a desigualdade historicamente construída e estabelecida como legítima em nosso país, em que as elites se sentem no direito de se apropriarem de direitos especiais. Em contrapartida, as camadas populares se sentem desiguais ao passo que nem mesmo percebem seus direitos. E, de tão acostumados a não os verem garantidos, muitas vezes, quando conseguem, os vivenciam como favores. Com isso, as elites, detentoras do poder, reproduzem essas desigualdades, garantindo seus privilégios e protegendo os espaços de poder para elas mesmas, resguardando-lhes o exercício do poder.

Nesse sentido, a entrada daqueles que “estavam de fora” nesse grupo contraria e ameaça a ordem dos estabelecidos. Quando o outro que estava de fora rompe a barreira que o deixava de fora do espaço protegido, além de romper o espaço, ele o transforma. Aquele que estava dentro tem seu espaço, sua identidade, sua inviolabilidade alteradas, passando da condição de ser somente um “eu” para a convivência com o outro, configurando uma situação de “nós”. Por isso, essa entrada é freada de todas as maneiras. Ou seja, a entrada da mulher em um espaço que historicamente lhe foi negado é algo, no mínimo, incômodo e ameaçador, justamente pelo acesso ao poder que, a partir desse momento, é conferido a ela pelo fato de estar neste espaço que não lhe era concedido. Entretanto, mesmo alcançando esses espaços de dominação, as mulheres são vistas e interpretadas pelo estigma e pelo preconceito inerente à realidade de ser mulher.

A luta das mulheres que buscam acesso ao poder político é longa, uma constante luta pela destruição das barreiras ideológicas, pessoais e partidárias. O acesso a um posto de poder político não garante a representação política das mulheres, bem como visibilidade às suas causas e bandeiras de luta. Céli Pinto discursa muito bem sobre isso ao comentar o quase nenhum realce que as mulheres que conseguem transpor as barreiras partidárias dão à sua condição de mulher. De acordo com pesquisas da autora, foi verificado que elas não enfatizam nem mesmo o fato óbvio de serem mulheres (o que é uma novidade) e nem articulam em seus planos de governo temas pertencentes às lutas feministas. Pelas suas palavras, “[...] esta é uma questão quase tão fundamental quanto a ausência per se” (PINTO, 2010, p. 20). Para Pinto (2010), as razões que expliquem essa ausência devem ser buscadas nas posturas das candidatas e também na recepção dos discursos pelos eleitores e eleitoras. E ainda completa afirmando que, por vezes, a defesa dos direitos das mulheres aparece nos programas **escritos** das candidatas. Entretanto, nos programas eleitorais de televisão, não é

possível verificar a existência da preocupação com esse tema, o que induz ao pensamento de que as candidaturas não assumem a existência de eleitores e eleitoras que são sensíveis a essa problemática.

Céli Pinto, ao concluir suas ideias no texto ora comentado, pontua que não há dúvidas sobre a existência de uma estreita relação entre a posição que a mulher ocupa na estrutura de dominação e a sua presença na vida política. E ressalta que, no caso do Brasil, há duas características particulares que afetam essa estrutura de dominação, causando efeitos pontuais nas formas de participação da mulher na vida pública. Essas características consistem nos abismos que configuram as desigualdades sociais e a severa hierarquia em relação ao acesso a direitos. Decorre disso a possibilidade de afirmar que a posição da mulher na estrutura de dominação tem efeitos diretos na exclusão da mulher, e é imprescindível que esse fato seja considerado a efeito de análise do problema, assim como o que há a se pensar em relação às ações a serem implantadas para a transformação desse quadro.

Além da questão relacionada à posição da mulher na estrutura de dominação, Céli Pinto também evidencia a atual democracia liberal de nosso país. De acordo com a estudiosa, há limitações estruturais para a inclusão de novos sujeitos, especialmente pelas fronteiras que se impõem à participação. E ainda completa ao dizer que, mesmo tendo em vista todas essas barreiras, as mulheres não ocuparam todos os lugares possíveis, não podendo, pois, atribuir a ausência da mulher na esfera política unicamente aos limites da democracia liberal.

A partir das reflexões postas, Celi Pinto articula a urgência de programa de inclusão das mulheres na vida política. Nesse momento, a autora faz uma ressalva com um tom de crítica a ações anteriores que, no intuito de promover a inclusão das mulheres na esfera política, realizaram confecções de cartilhas, campanhas publicitárias. A necessidade consiste em um programa que dê voz às mulheres, que construa espaços nos quais elas possam falar. Naturalmente que esta ação apenas não seria o suficiente. Nesse sentido, “[...] É imperativo repensar o espaço público como um espaço de emancipações” (PINTO, 2010, p. 23). É preciso a aceitação de que historicamente as mulheres têm sido limitadas a alguns espaços e de alguns espaços, mesmo tendo elas conquistado vitórias.

Passamos, agora, ao comentário do segundo texto escolhido de Céli Pinto, *O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul*. Neste artigo, Pinto, Moritz e Schulz (2013) abordam o desempenho das mulheres nas eleições legislativas do Rio Grande do Sul, tendo como propósito contribuir para o entendimento do precário desempenho das mulheres nas eleições legislativas no Brasil. E isso partiria do

estudo da performance das candidatas à deputação federal e estadual no estado do Rio Grande do Sul. Apesar de ser um estudo feito de um único estado, as autoras entendem que o referido estado não foi uma exceção, considerando o seu comportamento eleitoral no tocante às mulheres candidatas. A pesquisa do artigo em questão colabora para o melhor entendimento do desempenho eleitoral da mulher nas eleições brasileiras.

Para tanto, as autoras contam fatos antecedentes às eleições 2010 relevantes ao estudo da presença das mulheres nas eleições. De acordo com Pinto, Moritz e Schulz (2013), a presença delas nessas eleições foi antecedida de uma preparação bastante cuidadosa em comparação histórica a eleições passadas. Houve esforços direcionados para modificar o quadro de escassa presença feminina nos cargos legislativos e executivos ao longo da história deste país. Dentre esses esforços, podem ser identificados núcleos de pesquisa sobre a mulher localizados em universidades, ONGs e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). As ações se concentraram em encontros, criação de *sites* e elaboração de materiais de divulgação com o intuito de promover a discussão com mulheres ligadas aos partidos políticos e também aos movimentos sociais abordando a temática da entrada da mulher na vida política nacional (PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013).

Ainda de acordo as autoras, em 2009, as mulheres mobilizaram-se, e decorreram dessas ações de mobilização das mulheres três relevantes mudanças na condição das candidatas devido à promulgação da Lei. 12.034. Tal lei garante às mulheres 5% do fundo partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação feminina, a presença de pelo menos 30% de mulheres nas candidaturas eleitorais dos partidos e, ainda, a reserva de 10% do tempo de propaganda eleitoral às candidatas mulheres. Naturalmente que essas medidas acabaram por gerar expectativas de aumento tanto no número de candidatas quanto no de mulheres eleitas.

Entretanto, de acordo com o exposto no artigo ora comentado, os resultados concretos provenientes dessa gama de ações do movimento feminista desenvolvidas foram, além de preocupantes, aquém do esperado. Existia o sentimento de otimismo por parte tanto de pesquisadores/as quanto de militantes, que nutriam expectativas positivas quanto ao aumento da presença das mulheres na campanha eleitoral das eleições 2010 ao Legislativo federal e aos Legislativos estaduais em decorrência dos esforços anteriores já citados e também devido às candidaturas femininas à Presidência da República.

O que se obteve como corolário das eleições de 2010 foi decepcionante com relação às expectativas positivas. Infelizmente, o resultado verificado foi uma diminuição no número de

mulheres eleitas tanto para Câmara dos Deputados como para a Assembleia Legislativa (PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013).

Esse artigo tem por objetivo a contribuição em relação ao deficiente desempenho das mulheres nas eleições legislativas no Brasil, com base na performance das candidatas à deputação estadual e federal no estado do Rio Grande do Sul. As autoras explicitam ter ciência de que o estudo apenas desse é bastante limitado para que se façam generalizações dos resultados a partir dele, entretanto tal estado não foi exceção em seu comportamento eleitoral no tocante às candidatas mulheres. Sendo assim, o estudo discute questões que colaboram ao entendimento do desempenho eleitoral da mulher nas eleições brasileiras.

Segundo Pinto, Moritz e Schulz (2013), a política de cotas sofreu alterações favoráveis às mulheres ao longo dos dez anos de sua implantação. Os efeitos de tal política têm sido discutidos. A exemplo disso, as autoras apontam pesquisa de Clara Araújo, que revela elevação significativa no número de candidatas entre os anos de 1994 e 1998, passando de 6,15% para 10,35%. Contudo, apesar de tal aumento, não chegaram a atingir nem metade da meta mínima estabelecida para o ano 1998, que foi de 25% (ARAÚJO, 2001 apud PINTO, MORITZ; SCHULZ, 2013). O que tais estudiosas querem elucidar ao se valerem dos resultados das pesquisas de Araújo (2001) é que, apesar de os resultados até o momento não apontarem avanços e balanço muito favoráveis, se considerado o ponto de vista relativo às alterações nas candidaturas, aí sim o balanço é um tanto mais positivo. Outro dado relevante no estudo tocante ao desempenho das mulheres nas eleições apontado é que, mesmo tendo elevado os números de candidaturas das mulheres, os resultados são inexpressivos com relação aos eleitos. Entretanto essa mudança, bastante discreta nos percentuais das candidaturas de mulheres, parece configurar uma situação de mudança paulatina da quase total exclusão das mulheres à ocupação de cargos políticos. Diante da situação exposta, parece-nos razoável a conclusão de que a lei que garante as cotas assegura que haja a candidatura das mulheres que desejarem se candidatar a um cargo político. No entanto essa mesma lei que garante a inclusão parece não dar conta de reverter o quadro da situação acima revelada.

Dessa maneira, as autoras do artigo ora discutido consideraram pertinente buscar saber, então, quem são as mulheres que conseguem vencer as eleições, quais as trajetórias delas e, enfim, porque elas são vitoriosas.

Nas eleições 2010, tivemos a candidatura de duas mulheres à Presidência da República. Ambas as candidatas possuem trajetórias e carreiras políticas destacadas, o que

parece ter sido determinante para que chegassem à candidatura ao cargo do poder Executivo Federal.

O fato, destacado pelas autoras, consiste na ocorrência de que, de acordo com as pesquisas por elas realizadas, o aumento nas candidaturas femininas não se refletiu no número de eleitas. As estudiosas apontam como motivos para tal dado, os investimentos distintos que os partidos fazem às mulheres quando estas disputam eleições majoritárias e quando disputam eleições proporcionais. De acordo com Pinto, Moritz e Schulz (2013, p. 200), “[...] fortes candidaturas (de homens ou mulheres) ao Executivo geram efeitos positivos sobre os resultados para o Legislativo”.

A partir dos resultados obtidos nas pesquisas, as autoras destacaram que o eleitorado brasileiro parece não ter resistência a votar em mulheres, no entanto a votação nelas se concentra naquelas candidatas que possuem maior capital político acumulado na trajetória político-partidária, enquanto que um número significativo de candidatas aparece nas listas para apenas contemplar o índice requerido por lei (PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013). Ou seja, poucas são as mulheres eleitas, pois aquelas que conseguem se eleger é por possuírem visibilidade e investimento financeiro na campanha decorrente de mandatos anteriores e do capital político acumulado. As outras candidatas que não possuem tal visibilidade política parecem realmente figurar apenas nas listas das candidaturas, sem condições de igual disputa do cargo político almejado.

Quanto às candidaturas das mulheres do Rio Grande do Sul, segundo as autoras, a posição ocupada no quadro geral vai ao encontro das posições já comentadas neste artigo. Ou seja, houve o aumento no número de candidatas, entretanto, quanto ao número de eleitas, não se verificou aumento. A partir dessa constatação, chamam-nos a atenção para alguns aspectos sucedidos nas eleições 2010 do Rio Grande do Sul e do Brasil. No primeiro turno das eleições presidenciais, as candidatas mulheres tiveram a maioria dos votos. Entre as mulheres vitoriosas nas eleições daquele estado, há campeãs de voto e, ainda, uma senadora sem vida partidária que foi eleita. Das três considerações ressaltadas, Pinto, Moritz e Schulz (2013, p. 206) afirmam que não há resistência por parte dos eleitores a votar em mulheres corroborando a hipótese inicial. Contudo despertam-nos para o fato de “[...] as resistências parecerem estar em outras áreas” e sugerem ser a estrutura político eleitoral do país como um entrave a ser superado pelas candidaturas femininas.

Para compreender quem foram as candidatas eleitas nas eleições Legislativas do estado do Rio Grande do Sul, as autoras se propuseram a analisar a campanha das candidatas

nas eleições 2010. Partiram da análise dos dados constantes nas fichas de inscrição junto ao TRE/RS, bem como da prestação de contas e da propaganda eleitoral gratuita. Possuir visibilidade e investimento financeiro é de especial importância na disputa pelo cargo de deputada estadual. Além disso, a candidata já possuir um mandato eletivo lhe confere grande vantagem em relação às concorrentes estreantes. Dados da pesquisa de Pinto, Moritz e Schulz (2013) confirmam que a maioria das mulheres que se elegeram deputadas estaduais no RS estão entre as dez maiores arrecadadoras. Aquelas que já possuem um mandato têm mais chances de exposição à mídia pela função que desempenham, além de serem capazes de obter mais recursos para suas campanhas em detrimento das estreantes (PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013). Já aquelas candidatas que contaram com a “herança familiar” também conseguiram eleger-se com elevado número de votos, até mesmo sendo estreantes na candidatura. Candidatas que possuem parentes na vida política, sejam maridos, pais, avós, usam do capital político herdado de seus parentes em suas campanhas.

Outro recurso de propaganda em campanha eleitoral é o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), que, para muitas candidata(o)s, representa um dos poucos, senão o único espaço de visibilidade na mídia. Há de se ressaltar que a aparição no HGPE não garante visibilidade à (ao) candidata(o). De acordo com a pesquisa de Pinto, Moritz e Schulz (2013), muitas das candidatas ao cargo de deputada federal não tiveram suas imagens veiculadas no HGPE. Os partidos aos quais pertencem as candidatas é que definem quem aparece, por quanto tempo e a forma como será a aparição (apenas foto e voz de locutor a anunciar o número da candidata, ou vídeo gravado pela candidata que se direciona aos eleitores, etc.) no HGPE. Essas determinações seguem a ordem de prioridades a candidaturas dentro dos partidos, previamente estabelecidas por cada um destes, visando ao atendimento e ao privilégio de seus candidatos mais fortes a candidaturas mais representativas segundo cada lógica partidária. Essa afirmação é reforçada por trecho da pesquisa de Pinto, Moritz e Schulz (2013, p. 214) com relação às candidatas às eleições 2010 a uma vaga na Assembleia legislativa: “[...] os partidos deram pouco espaço às candidaturas femininas no HGPE. E mesmo aquelas mulheres que já eram deputadas não tiveram um tratamento privilegiado”.

No entanto dados da mesma pesquisa citada apontam que o tempo de exposição ao HGPE não é determinante para o sucesso ou insucesso à candidatura, já que, nas referidas eleições, houve candidatas que contaram com recordes de inserção no HGPE e não foram eleitas. Quanto ao quesito financiamento, o mesmo estudo também afirma não ser este um ponto determinante, embora seja muito importante. De acordo com os dados, a visibilidade

política (candidatas que já possuíam mandato) pareceu ser mais relevante e ter maior influência no sucesso das candidaturas do que o próprio financiamento e o tempo de exposição ao HGPE. As candidatas eleitas foram aquelas detentoras de mandatos anteriores e também aquelas que contam com capital político expressivo ao pleito de uma vaga nas eleições Legislativas do estado do Rio Grande do Sul.

Para concluir, alguns apontamentos da pesquisa de Pinto, Moritz e Schulz (2013) são de grande relevância ao estudo da inserção das mulheres aos cargos políticos. De acordo com a pesquisa sobre os resultados gerais das eleições 2010 no Rio Grande do Sul, esses configuram uma situação de permanência das mulheres aos mesmos obstáculos de se elegerem aos cargos legislativos, mesmo com a existência da lei de cotas. Destacou-se o não cumprimento dessa lei por muitos partidos, entretanto salientou-se que não pode ser atribuída ao descumprimento da lei a dificuldade de as mulheres de se elegerem. Configura-se uma situação em que há a contabilidade positiva quanto ao aumento do número de mulheres que constam na lista de candidatas aos cargos legislativos, no entanto parecem constar da lista apenas para fazer número, não participando efetivamente da campanha e recebendo números de votos inexpressivos.

Quanto às mulheres eleitas, as autoras da pesquisa chamam a atenção para um ponto que diz respeito à pouca renovação das mulheres que conseguem se eleger. Estas possuem carreiras políticas solidificadas, bem estruturadas e contam com experiências anteriores. Por fim, as autoras afirmam ser possível, a partir dos resultados provenientes de tal pesquisa, avançar nos estudos referentes à participação política da mulher no país, levando em consideração dois aspectos:

[...] o primeiro refere-se à continuidade do pequeno número de eleitas, o segundo revela uma novidade na eleição destas candidatas: as mulheres eleitas têm carreiras políticas tradicionais, isto é, fazem vida partidária obedecendo à hierarquia até chegar à posição de candidatas viáveis e com potencial eleitoral. A combinação dos dois aspectos destacados – maior reeleição de parlamentares mulheres e escassez de candidaturas femininas viáveis em termos de voto – indica, por um lado, que podemos estar frente a mulheres que exercitam satisfatoriamente seu mandato e que, por outro, são necessários programas mais robustos para garantir presença feminina nas listas partidárias com reais possibilidades de vitória. (PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013, p. 221)

Enfim, cabe valer-se das palavras da própria autora Céli Pinto (2010), a partir das quais ela aponta caminho pertinente ao que se possa desenvolver para que as mulheres

possam ter espaço, voz e, finalmente, inclusão participativa e não apenas figurativa nas candidaturas e nos espaços políticos. Para Pinto (2010, p. 22), “[...] urge um programa de inclusão das mulheres na vida política, que não poder ser entendido como confecção de cartilhas ou campanhas publicitárias”.

Os trabalhos, aqui mencionados, somam ao embasamento teórico desta pesquisa. Esta breve revisão bibliográfica também nos mostra, mais uma vez, a importância da presente investigação. Tal pesquisa quer contribuir com este conhecimento acumulado sobre socialização e formação política de mulheres expresso até este capítulo.

Destarte, a próxima seção destina-se a apresentar considerações sobre as observações constatadas nas vivências de campo desta pesquisa de mestrado.

3. AÇÕES PELA IGUALDADE E GARANTIA DE DEMOCRACIA: O RELATO DE CAMPO

O Comitê de Cidadania de Juiz de Fora consiste em observatório deste estudo, segundo o qual, e a partir dele – e de suas integrantes –, pretende-se pesquisar a formação política das mulheres que o compõem. Sendo assim, fez-se importante, como trabalho de levantamento de dados sobre o campo, a busca e o acompanhamento de notícias, eventos e tudo mais que dissesse respeito ao Comitê de Cidadania de Juiz de Fora, os quais constituíram potenciais fontes de dados do campo investigado.

No âmbito do desenvolvimento da pesquisa sobre o Comitê de Cidadania, como parte do trabalho de campo, houve o acompanhamento de uma aula da disciplina Comunicação Comunitária do curso de graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na qual foi realizada uma apresentação referente a um trabalho desenvolvido por alunos/as em parceria com o Comitê de Cidadania.

UMA AULA SOBRE CIDADANIA: PESQUISA E APRENDIZADO COM CLÁUDIA LAHNI E DISCENTES DA FACOM/UFJF

Este trabalho foi proposto pela professora Cláudia Regina Lahni, ministrante da disciplina Comunicação Comunitária, responsável pela orientação das alunas e alunos de tal disciplina à parceria que estas e estes desenvolvem junto ao Comitê no que tange a confecção do Informativo *Comitê de Cidadania*.

Alunas e alunos do Curso de Comunicação Social da UFJF acessam esse universo ao cursar a disciplina Comunicação Comunitária, no âmbito da qual, usualmente, há a realização de trabalho com comunidades (ONGs e Grupos do Movimento Social Popular), entre as quais o Comitê de Cidadania.

Junto ao Comitê, o trabalho de tais alunas e alunos sempre tem variadas ações: a escrita de textos, a diagramação, a revisão e a edição final. A atualização do Canal do Comitê de Cidadania no site *Youtube*, alimentado pelo conteúdo impresso do Informativo, é uma das ações que unem os alunos e alunas ao Comitê.

O Informativo impresso tem distribuição gratuita em escolas, comércios e locais de trabalho das pessoas que são membros do Comitê de Cidadania. Muitas vezes, parte do

Informativo é divulgada também pela imprensa da cidade, ao citar Projetos de Lei e quanto foi gasto por cada vereador ou vereadora.

O grupo discente, ao cursar a disciplina Comunicação Comunitária, acompanha as reuniões e atividades do Comitê, além de acompanhar seções da Câmara. Alunas e alunos da disciplina Comunicação Comunitária, ao acompanharem os afazeres cotidianos do Comitê, ao noticiá-los no Informativo e ao produzirem Vlogs, se beneficiam com a formação e com a experiência da realização de um trabalho prático em Comunicação Comunitária. Nesse sentido, jovens jornalistas, homens e mulheres, aproximam-se de determinada seara de formação política e ativismo social, além de estarem exercendo sua cidadania e participação política.

A apresentação realizada pelos alunos/as constou num relato sobre a experiência de trabalho vivenciada junto ao Comitê de Cidadania. Durante todo o período letivo em que a disciplina Comunicação Comunitária esteve em curso (quatro meses), os alunos e alunas estiveram acompanhando o Comitê de Cidadania, de modo que esse relacionamento proporcionou aprendizado a ambas as partes.

O relato constou da apresentação de vídeos gravados com os membros do Comitê e também com os alunos da disciplina Comunicação Comunitária, os quais gravaram matéria que constava de apresentação do Comitê. Entre os conteúdos que foram exibidos nos vídeos⁷², em um deles, foi abordado o funcionamento do Comitê por algumas de suas integrantes. A que o comitê se propõe, as ações desempenhadas, as dificuldades enfrentadas (como a pouca participação, por exemplo) foram elucidados no decorrer do vídeo. A narrativa da criação do Comitê de Cidadania a partir da Lei 9.840/99, contra a corrupção eleitoral, também constou das gravações em vídeo produzidas pelos alunos e alunas.

Das ações desempenhadas pelos alunos e alunas estudantes do curso de Comunicação Social com o Comitê, o Plano de Comunicação foi a ação prioritária, que consistiu em manterem-se os trabalhos relativos ao Informativo do Comitê de Cidadania. Para essa tarefa, fica a cargo dos estudantes a escrita de textos, a diagramação, a revisão e a edição final. Relevante salientar que a escrita de textos não é uma atividade de livre criação, em que os alunos e alunas possam executar segundo seus entendimentos. Ela está atrelada à aprovação do Comitê para que possa ser publicada, já que a seleção/produção do conteúdo do Informativo é desempenhada pelas suas integrantes.

⁷² É possível acessar os Vlogs do Comitê de Cidadania no endereço eletrônico: <http://www.youtube.com/channel/UCG9-BbSTDxqWYHDNBwizmPQ>.

Além do trabalho realizado com o Boletim, duas outras ações de comunicação foram executadas. Houve a criação de um perfil no *Facebook*⁷³ e também de um Canal no *site Youtube* para a postagem de Vlogs, ficando decidido que o antigo Blog do Comitê deixaria de ser alimentado, sendo mantido, entretanto, disponível para acesso.

Para que fossem criadas essas duas formas de inserção social via internet, *Facebook* e Canal no *Youtube*, foi preciso que essas ações fossem aceitas pelas integrantes do Comitê, de forma que a proposta de criação do perfil em uma rede social, bem como de um canal na internet, foi pauta nas reuniões do Comitê. Segundo o grupo de estudantes, houve certa relutância por parte da presidenta do Comitê de Cidadania, Déa Emília, em aceitar tal proposta. Essa relutância se deve à falta de afinidade apresentada por algumas de suas integrantes para com essas opções de inserção virtual, uma vez que ambas necessitam de constante manutenção e monitoramento. Para que se pudessem implantar essas formas de comunicação virtual ao Comitê, os/as estudantes tiveram que oferecer oficina aos seus membros sobre abertura de conta na rede social, manutenção e utilização/exploração desta. De acordo com o grupo, a oficina constou de três passos: criação da conta no *Facebook*, criação da *Fanpage* do Comitê de Cidadania, e, por fim, concepção da maneira sobre como logar e acessar a *Fanpage*. Vale lembrar que o perfil do Comitê de Cidadania no *Facebook* é apartidário, assim como o próprio Comitê.

Quanto ao Canal no *site Youtube*, a alimentação deste ficaria a cargo de cada nova turma a cursar a disciplina Comunicação Comunitária, a qual assume, no período letivo seguinte, o trabalho de parceria com o Comitê.

Com a criação do canal do Comitê de Cidadania no *Youtube*, há a publicação de vídeos (Vlogs), divulgação da *Fanpage* do Comitê no *Facebook*, a exibição dos temas de debate do Comitê e, ainda, a produção dos Vlogs do Comitê. Tal iniciativa conta, até o momento, com a publicação de três Vlogs, sendo que o primeiro foi publicado em novembro/2013 e o mais recente em janeiro/2014, totalizando 188 visualizações para os três vídeos ao todo.

Ao final da apresentação, uma reflexão é explicitada pelos estudantes a partir do que eles vivenciaram no convívio do trabalho de parceira com o Comitê. Segundo as alunas e alunos, os seguintes pontos foram destacados: sentimento de estar em falta com a cidadania; a importância de não se acomodar diante aos acontecimentos políticos; possibilidade de

⁷³ É possível acessar o perfil do Comitê de Cidadania no *Facebook* em: <https://www.facebook.com/comitede.cidadania>.

frequentar a Câmara Municipal, assim como passar a conhecê-la e entender seu funcionamento, orçamento, organização, leis, bem como o direito à participação e incentivo a participar; sensação de estaticidade, de não tomada de decisões e realizações em prol de mudança, apenas reclamação; importância de conhecer e entender a política da sua cidade para poder contestar com razão e conhecimento. Destacaram, ainda, como aprendizado a postura política do Comitê de Cidadania e o trabalho de conscientização política voltado aos jovens. Ao final, as/os estudantes entenderam que os objetivos a que se propõe o Comitê de Cidadania seriam acompanhar, fiscalizar e cobrar ações políticas para informar e motivar a população.

Foram também relatadas por eles algumas dificuldades percebidas durante a parceria de trabalho com o Comitê. Como jovens estudantes do curso de Comunicação Social, a maior dificuldade por eles enfrentada foi relativa à não liberdade de criação das matérias a serem publicadas no Informativo, uma vez que todas as ideias e projetos de matérias teriam de ser submetidas à aprovação do Comitê de Cidadania. Além disso, a percepção da falta de interesse da população por política e participação política também foi uma dificuldade percebida e apontada pelo grupo discente.

Pelas integrantes do Comitê de Cidadania presentes na apresentação do relato de experiência e trabalho dos/das estudantes da disciplina Comunicação Comunitária, houve a explicitação do sentimento que as envolve e motiva na conquista de mais pessoas que queiram se unir ao Comitê. Também foi ressaltado pelas representantes do Comitê o objetivo de educar para a cidadania, além da contribuição desempenhada por algumas delas nos Conselhos Municipais, como o Conselho da Mulher e Conselho de Controle Social do Programa Bolsa Família.

Este relato é apenas parte do trabalho de pesquisa presente. Entretanto é possível fazer algumas considerações a respeito das experiências vivenciadas. Embora as considerações aqui apresentadas não sejam diretamente elucidativas à questão principal desta pesquisa, o que foi fator determinante para levar as mulheres que compõem o Comitê de Cidadania a buscar esse exercício de participação política?

Esta pesquisa, ao investigar a influência exercida pela Escola, Igreja e Família na formação e participação política das mulheres no Comitê de Cidadania, em seu desenrolar, possibilitou o conhecimento de importantes ações de cidadania desempenhadas pelas mulheres envolvidas no Comitê, que foram compartilhadas devido à relevância das ações desempenhadas.

Ao se estudar os conceitos considerados importantes para o este estudo – cidadania, participação política e movimentos sociais, foi possível perceber o quanto eles são imprescindíveis para que alcancemos uma sociedade igualitária, livre de preconceitos, respeitosa às diferenças, democrática. Sem cidadania, sem a valorização dos ideais republicanos, sem uma educação para a democracia aliada a coeducação, não será possível a construção de uma sociedade participativa e cidadã.

Iniciativas como a do Comitê de Cidadania, em parceria com a Professora Cláudia Lahni e alunas e alunos que cursam a disciplina ministrada por ela, são exemplos ativos de participação política, de educação comprometida com a sociedade/comunidade (não voltada apenas para o mercado, o que é uma tendência atualmente, mas que promove um ensino de jornalismo comprometido com a verdade, humanidade, sociedade, e não com o mercado publicitário). No momento em que discentes e membros do Comitê estão a trabalhar juntos, a troca de conhecimentos se faz imediata e expressiva, vide considerações e ações relatadas por ambos ao final do período de trabalho.

Esse trabalho, ao passo que divulga, incentiva e promove a participação política, colabora para a vivência da cidadania, igualdade de gênero, respeito às diferenças no tocante às categorias classe, raça, gênero e geração, uma vez que o trabalho do Comitê com os discentes, e, também, a docente responsável pela orientação dos trabalhos, acontece mediante trânsito e interação desses sujeitos pelas fronteiras de todas as categorias acima citadas. Proveniente de diferentes socializações, diferentes classes, diferentes gerações, diferentes sexos, este grupo de pessoas esteve reunido com o objetivo de debater, participar, aprender, ser cidadão/cidadã. Sendo assim, é possível enxergar, haja visto o saldo positivo desta parceria, que o caminho apontado pelo Comitê de Cidadania/Docente e discentes é potente via para a construção de uma sociedade mais participativa, mais ativa politicamente, mais atenta ao reconhecimento das diferenças, ao respeito às diferenças, à igualdade de gênero e ao empoderamento participativo.

Enfim, no tocante à participação política das mulheres do Comitê de Cidadania, diante das ações desempenhadas, consiste relevante exemplo que constata a legitimidade de suas ações de cidadania. Mulheres essas que compõem uma sociedade em que, ainda hoje, elas são alijadas da participação política num país em que não há, de fato, uma política efetiva que vise a incluí-las neste campo. Mulheres de uma sociedade que sofre com o machismo todos os dias, machismo este que quer justificar assédio sexual e estupro dentro de trens e ônibus lotados nas cidades, que sofre com a desigualdade de gênero e que possui à frente da

Presidência da República uma mulher que, por muitas vezes, parece querer minimizar sua condição de mulher em vez de exaltá-la e de dar voz efetiva a tantas outras mulheres (em todas as suas vertentes de mulher) que, de muitas maneiras, estão a hastear a bandeira da luta feminina cotidiana.

Ao pensar o Comitê de Cidadania como possível seara de formação/atuação política e cidadã das mulheres que o compõem a partir do que se sabe do Comitê e de seu trabalho de acompanhamento à Câmara Municipal e produção de Informativo semestral, fez-se indispensável acompanhar tais ações com o intuito de conhecer como se dá o processo de execução e atuação de todo o trabalho desenvolvido por elas.

Sendo assim, a seguir, esta pesquisadora compartilhará as experiências presenciadas advindas do acompanhamento realizado às diversas atividades às quais o Comitê se dedicou/debruçou durante o período de julho/2014 a novembro/2014. No desenvolver deste texto/relato, tais atividades serão descritas e comentadas, cada qual em particular, uma vez que o escopo de atividades do Comitê de Cidadania é extenso, especialmente, no período acompanhado em função da proximidade às eleições gerais, em que o Comitê intensifica o trabalho de conscientização política a partir da campanha ao voto consciente: “Voto não tem preço, voto tem consequência”.

O primeiro contato com o Comitê de Cidadania aconteceu através do Informativo produzido pelo Comitê e, ainda, pelo Blog do Comitê de Cidadania em abril/2013. O acompanhamento às atividades do Comitê iniciou-se em julho/2014, estendendo-se até novembro deste mesmo ano. Nesse sentido, todas as informações, as quais compõem os dados do campo desses estudos, foram absorvidas pela autora do presente texto ao se dedicar a acompanhar: as reuniões mensais do Comitê de Cidadania; o lançamento do Informativo nº 29; visitas às escolas desta cidade para apresentação do Comitê e do Informativo nº 29, recém-lançado; as audiências públicas e reuniões na Câmara Municipal; e os desdobramentos das atividades em parceria entre o Comitê de Cidadania e as/os discentes do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, em formação na disciplina Comunicação Comunitária ministrada pela prof^a Cláudia Regina Lahni.

O Comitê de Cidadania foi receptivo no tocante à aceitação da presença desta pesquisadora em suas atividades. O Comitê mostra-se aberto a esse tipo de participação em pesquisa, colaborando com esta, ao passo que concederam liberdade de participação e prestatividade ao esclarecimento de questões acerca de sua constituição, função e funcionamento para com esta pesquisadora. A presidenta do Comitê, Déa Emília, apenas

solicitou que, ao término da pesquisa, o Comitê de Cidadania seja participado e que tenha acesso ao trabalho final resultante da atividade desta pesquisadora.

AS REUNIÕES MENSAS DO COMITÊ DE CIDADANIA DE JUIZ DE FORA

As reuniões mensais do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora seguem a estrutura presente na pauta, que é a mesma em todas as reuniões. Há sempre: a leitura e aprovação da ata da reunião do mês anterior; o relato das reuniões e audiências públicas da Câmara Municipal acompanhadas por elas; o agendamento das reuniões ordinárias e audiências públicas do mês em vigor; demais relatos ou avaliações sobre eventos (se houver); informes; avaliação e encerramento do encontro.

Sobre o acompanhamento à Câmara Municipal, que é a atividade de base do Comitê de Cidadania, esse é relatado por cada pessoa que tenha comparecido à Câmara durante o mês. Os relatos são breves, apenas quando algum processo específico é de especial interesse há maior manifestação do grupo a respeito. Entretanto acompanhar o que se passa na Câmara é essencial para a atuação política dessas mulheres, pois não poderiam fiscalizar, cobrar e divulgar o trabalho dos vereadores/vereadora de Juiz de Fora se não estivessem cientes da atuação destes/desta enquanto representantes do Poder Legislativo. De acordo com os ideais do Comitê de Cidadania, é preciso buscar a revalorização do Poder Legislativo para que este possa agir em benefício da população.

Em reunião no dia 13/08/2014, Maria Enilda, que integra o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), relatou um trabalho realizado por tal Conselho. Pelo aniversário de oito anos da Lei Maria da Penha⁷⁴, foi promovida pelo CMDM, durante a semana de comemoração dos oito desta lei, na Praça da Estação em Juiz de Fora, a distribuição de panfletos elucidativos com a intenção de divulgar e informar a população da validade dessa lei. É possível perceber, a partir das observações em campo e do contato com as mulheres do Comitê de Cidadania, o comprometimento delas com as bandeiras de luta feministas. A participação de Maria Enilda e Maria de Lourdes no CMDM revela esse comprometimento, uma vez que desdobramentos da atuação dessas duas mulheres enquanto representantes do Comitê de Cidadania e, ainda, do CMDM refletem atuação política em esferas do poder

⁷⁴ Lei 11.340 – Lei Maria da Penha – cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e ainda dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 17/11/2014.

público Municipal, ao passo que elas se utilizam do Informativo do Comitê para cobrar atitudes dos governantes da cidade referentes aos direitos das mulheres e divulgar a representatividade do Comitê de Cidadania no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Também a partir de suas representações no CMDM e no Comitê de Cidadania, elas levaram à Câmara Municipal desta cidade audiência pública em defesa de uma educação não sexista.

É notável que o engajamento político das mulheres do Comitê de Cidadania não se limita apenas a atividade política que exercem nesse espaço. Também um dos poucos homens que integram o Comitê atualmente – são apenas três –, Edson Costa revela compromisso de participação em outras instâncias de atuação política que não o Comitê de Cidadania, embora, segundo ele, sua participação no Conselho da Comunidade em Execução Penal de Juiz de Fora se configure como representação do Comitê de Cidadania neste espaço. De toda forma, é possível afirmar que há desdobramentos da participação política no Comitê de Cidadania que se estendem a outras searas de atuação política e cidadã pela sociedade. Tais atuações se assemelham ao que foi planejado e realizado a partir da Comissão Justiça e Paz de São Paulo – CJP – SP, como vimos em Benevides (2009).

A função dessas reuniões, além do cumprimento dos tópicos funcionais da pauta, consiste em discutir, de forma conjunta, sobre ações as quais o Comitê de Cidadania está envolvido, como a parceria entre as alunas e alunos da disciplina Comunicação Comunitária, que foi elogiada e considerada de grande importância para o Comitê, e a possibilidade de integrar e representar novos Conselhos Municipais, além dos que já integra e representa. Essas discussões e a escolha da decisão a ser tomada acontecem de maneira que todas e todos são chamados a explicitar opinião a respeito do que precisa ser decidido. As reuniões são conduzidas pela presidenta do Comitê, Déa Emília, e, em sua ausência, durante o período acompanhado para realização desta pesquisa, Maria Enilda e Maria Aparecida assumiram o posto de condutoras da reunião. Embora não haja por elas, formalmente, a definição de atribuição a cargo de vice-presidência, ambas assumem funções que poderiam ser denominadas por ações de vice-presidência. A partir de informações concedidas por elas mesmas, não há formalidade para que desempenhem tais funções, contudo, como integrantes da equipe de coordenação do Comitê de Cidadania, adiantam-se ao conduzirem algumas atividades executadas pela presidenta Déa Emília em sua ausência. Durante as reuniões, a palavra é aberta a todas e todos presentes, no entanto as mulheres prevalecem em número de vezes que utilizam a palavra, conduzem e dominam as discussões. Vale lembrar que proporção da constituição do Comitê de Cidadania é de três mulheres para cada homem.

AS MULHERES DO COMITÊ DE CIDADANIA E AS REUNIÕES ORDINÁRIAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Ao acompanhar as mulheres do Comitê de Cidadania nas Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal de Juiz de Fora, foi possível notar que, assim como é comum em espaços públicos de atividade política encontrar-se um número de mulheres inferior ao número de homens presentes, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, esse cenário não é diferente, a começar pelos representantes do poder Legislativo nesta cidade, cuja composição se dá pelo número de dezoito homens para apenas uma mulher. Nas reuniões ordinárias acompanhadas e, também, audiências públicas, na plateia, a quantidade de homens presentes esteve superior à quantidade de mulheres. Eis, então, a partir desse exemplo, que não se configura como particularidade da cidade em questão – Juiz de Fora – a singularidade da constituição e existência do Comitê de Cidadania estudado nesta pesquisa. Esse Comitê não apenas é constituído majoritariamente por mulheres, como também é presidido por uma mulher – a sua fundadora.

É relevante destacar a ação de uma das mulheres do Comitê de Cidadania no tocante ao compromisso com a ação cidadã. Maria Enilda solicitou audiência pública na Câmara Municipal de Juiz de Fora com o tema “Por uma educação não sexista – oito anos da Lei Maria da Penha”. Como integrante do Comitê de Cidadania, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e ex- integrante do Conselho de Controle Social do Programa Bolsa Família, ela desempenha ações políticas e de cidadania ao propor discussões de grande relevância às bandeiras de luta das mulheres e, com isso, mobiliza representantes de diversas instâncias de proteção à mulher da cidade de Juiz de Fora. Maria Enilda participou da elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas para as mulheres, em março de 2014, tendo nele escrito três capítulos. Segundo ela, tal plano foi entregue ao vice-prefeito, Sérgio Couto Rodrigues, no mesmo mês em que foi elaborado para que fosse encaminhado aos trâmites necessários à sua aprovação na Câmara Municipal. Entretanto, Maria Enilda explica que houve um desencontro de informações no tocante ao encaminhamento do Plano aos procedimentos até que chegue à Câmara Municipal para aprovação. As mulheres do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher entenderam que o Executivo trataria de providenciar o encaminhamento do Plano Municipal dos Direitos da Mulher à Câmara, sendo que o Executivo compreendeu que elas se encarregariam de tal tarefa. Atualmente, esclarecido o

mal entendido, a previsão que o Plano seja encaminhado para aprovação na Câmara Municipal é março/2015.

Por estar engajada ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), bem como à realização de diversas atividades na luta pelos direitos das mulheres no âmbito de seu trabalho no CMDM, Maria Enilda quis propor essa audiência pública, pois, na sua opinião, não se podem concentrar os esforços em combater a violência às mulheres apenas, é preciso garantir o acesso à saúde e a educação também. Por isso, para a elaboração do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, e para garantir o que há proposto no Plano, é preciso contar com o apoio da Secretaria Municipal de Educação no tocante à promoção de uma educação não sexista. O pedido dessa audiência pública por Maria Enilda pautou-se nesses motivos.

A audiência aconteceu dia 21/08/2014 na Câmara Municipal de Juiz de Fora e contou com a presença da presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Cristina Castro, da coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres e da Casa da Mulher, Rose França, da coordenadora da Comissão Estadual da Mulher Advogada, Valquíria Valadão, e da coordenadora da Comissão da Mulher Advogada da subseção de Juiz de Fora, Júlia Carla Duarte Melo. Do Comitê de Cidadania, compareceram Maria de Lourdes, Maria Enilda e Eliane. Eliane é professora da Escola Municipal Adhemar Rezende e levou à audiência a turma do 9º ano do Ensino Fundamental, que teve acesso à palavra, abordando questões de desigualdades de gênero em nossa sociedade. As alunas e alunos da turma compõem o Comitê de Cidadania Jovem de tal escola.

A Coordenadora da Comissão da Mulher Advogada da subseção de Juiz de Fora, Júlia Carla Duarte Melo, abordou a violência doméstica, ressaltando a importância de as vítimas denunciarem as agressões. Já a coordenadora da Comissão Estadual da Mulher Advogada, Valquíria Valadão, esclareceu a questão das diferenças, salientando que não podemos transformar as diferenças entre homens e mulheres em desigualdades. Elucidou, ainda, que o trabalho doméstico não compartilhado é uma sobrecarga para as mulheres, dificultando-lhes atuarem politicamente. E, ainda, sobre a Lei Maria da Penha, disse que tal lei atua nas consequências de violência contra as mulheres e não nas causas, de modo que, a partir de medidas de educação, como a educação não sexista, por exemplo, é que se pode atuar nas causas, diminuindo as formas de violência contra a mulher.

A coordenadora de Políticas Públicas da Casa da Mulher de Juiz de Fora, Rose França, debateu os altos números de mulheres violentadas em casa, acreditando que as Políticas

Públicas desenvolvidas para as mulheres podem consistir em um dos caminhos para diminuir os casos de violência doméstica e sexual.

Maria de Lourdes Cavalieri, do Comitê de Cidadania e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, fez apelo à instalação da Vara Criminal Especializada nos Crimes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e da Delegacia Especializada para Mulheres com funcionamento 24 horas e, ainda, à aprovação do Plano Municipal de Política para as Mulheres, elaborado em março/2014 pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, aguardando aprovação do Executivo.

É relevante destacar o trabalho de ação política realizado por Maria Enilda enquanto integrante do Comitê de Cidadania e do Conselho Municipal da Mulher. O pedido de uma audiência pública com o tema proposto por ela levou à plenária da Câmara Municipal de Juiz de Fora representantes de Comissões e Conselhos Municipais ligados aos direitos das mulheres. Não há como não destacar a relevância dessa atividade. Maria Enilda, mulher, subverte a ordem ao ocupar uma posição de poder e representatividade, que é a de envolvimento político num Comitê de incentivo à participação política, atividade tradicionalmente atribuída aos homens, e, mais uma vez, ao levar à Câmara Municipal, onde 18 dos 19 representantes do poder legislativo são homens, e, posteriormente, fazer chegar ao executivo da cidade, também representado por um homem, um tema que diz respeito às mulheres, à igualdade de gênero e à violência contra as mulheres. A reflexão sobre essas ações leva ao entendimento de que esse tipo de participação em Conselhos que visam à melhoria e ao desenvolvimento de políticas públicas consiste em espaços importantes para a reivindicação e debate de problemas referentes às desigualdades de gênero. Em países como o nosso, a luta pela igualdade de gênero, bem como a visibilidade às bandeiras de lutas das mulheres permeiam em meio a tantos outros problemas, como pobreza, violência, corrupção, altos impostos, baixos salários, recursos escassos à saúde, entre outros, ficando ainda mais difícil de ser reconhecida como urgente e essencial às agendas dos poderes públicos. É importante a exploração dos avanços já alcançados e o uso destes para se reiterarem os benefícios conquistados e continuar-se a lutar pelos ainda não contemplados.

O Vereador Jucélio Aparecido José Maria (PSB), membro da Comissão Direitos Humanos e Cidadania, professor de História, salientou a importância de uma educação que valorize a mulher e que saiba trabalhar as diferenças entre homens e mulheres, valorizando-as. Outro vereador, também ligado à carreira educacional, professor de geografia e presidente da Comissão Direitos Humanos e Cidadania, Roberto Cupolillo (PT) pronunciou-se dando apoio

à prática de uma educação transformadora da sociedade que não mais permita que sejam reforçados os estereótipos de gênero. Compartilhando de semelhante entendimento, a presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Cristina Castro, educadora, salientou que é preciso acontecer nas escolas uma educação que tenha igualdade no tratamento dos direitos de meninas e meninos e que não venha a reforçar desigualdades nem estereótipos de gênero.

A reflexão, a partir dos relatos acima descritos, incita a seguinte questão: a preocupação com a educação como esperança e crença de mudança de comportamentos opressores que culminam em atos de violência contra as mulheres parece estar relacionada à carreira de profissionais da área educacional. Essas demandas de direitos e proteção às mulheres seriam demandas acolhidas por profissionais do segmento educacional? Dos 19 vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora, apenas os ligados à área educacional pronunciaram-se durante a audiência pública que tinha por tema “Por uma educação não sexista – oito anos de Lei Maria da Penha”. A partir disso, é possível pensar que os demais representantes do poder Legislativo não estão sensíveis às bandeiras de luta das mulheres, haja vista que o próprio Plano de Políticas Públicas para as Mulheres de Juiz de Fora, elaborado em março de 2014, ainda não obteve aprovação do poder Executivo. Ainda hoje, a implantação de políticas especiais para as mulheres enfrenta resistências culturais, sociais e políticas, daí a importância de o movimento feminista, de muitas maneiras, continuar sua luta na busca por uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres. Novas demandas e novos enfrentamentos estão sempre a surgir ao feminismo (COSTA, 2009). Contudo o que fica evidente a partir da experiência narrada é a atuação política de mulheres do Comitê de Cidadania, o envolvimento delas enquanto mulheres e cidadãs com a promoção de políticas públicas no combate à desigualdade de gênero, à violência contra as mulheres. A promoção da mobilização dos poderes públicos em favor das causas com as quais há o comprometimento delas revela a força de suas atuações políticas.

O escopo de atividades às quais o Comitê de Cidadania se dedica é extenso. No entanto, entre elas, está o acompanhamento do gasto que é realizado com o dinheiro público, de maneira que o Comitê sempre incentiva, em seus Informativos, que os cidadãos acompanhem o que vem sendo realizado com o orçamento do município. A função de base do

Comitê de Cidadania é o acompanhamento à Câmara Municipal, e, por isso, dedica-se sobremaneira em noticiar os gastos dos vereadores/vereadora com a verba indenizatória⁷⁵.

Nesse contexto, o Comitê de Cidadania esteve presente em Audiência Pública proposta pelo Vereador Jucelio Aparecido José Maria (PSB), com o tema “Orçamento Participativo”.

O Vereador justificou a proposição de implantação do Orçamento Participativo afirmando que se deve socializar a política e aumentar a participação da população nas decisões, conciliando a democracia representativa com a democracia participativa, de forma que os cidadãos possam participar do planejamento orçamentário da cidade.

Nessa audiência pública – Orçamento Participativo –, estavam representando o Comitê de Cidadania Rosângela e Maria Aparecida. Ao final da audiência, as duas representantes alertaram o assessor do vereador Antônio Santos Aguiar sobre o alto gasto de verba indenizatória, no período de janeiro a junho de 2014, com telefone pelo vereador, no valor de R\$ 6.750,15. Tal gasto se apresenta como o mais alto dentre todos os vereadores, fato que fora noticiado Informativo nº 29 do Comitê de Cidadania e pode ser acessado pelo Portal da Transparência no site da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora⁷⁶.

Essa atitude das mulheres do Comitê de Cidadania revela o caráter cidadão que tem a ação política delas. De maneira absolutamente pessoal, enquanto cidadãs, elas estão a exercer seus direitos de solicitar dos seus representantes esclarecimentos que justifiquem gasto tão alto do dinheiro público de um modo que não é revertido em benefício direto à população. Enquanto Comitê de Cidadania, elas fiscalizam, cobram e divulgam o trabalho do Legislativo de Juiz de Fora, bem como acompanham os desdobramentos das divulgações de informações referentes ao trabalho dos vereadores/vereadora feitas por elas via Informativo do Comitê. Elas aprovam a implantação do orçamento participativo movidas pela possibilidade de ampliação da participação da população nos rumos da política local.

Tendo o Comitê de Cidadania como atividade principal o acompanhamento à Câmara Municipal de Juiz e Fora, a importância atribuída ao comparecimento por elas às reuniões da Câmara Municipal configura-se como base do trabalho realizado. Parece-nos que as integrantes entendem que a fiscalização feita por elas a respeito do trabalho realizado pelos vereadores/vereadora não pode ser feito apenas pelo noticiamento dos seus gastos e dos

⁷⁵ A verba indenizatória corresponde a recursos que são repassados pelo Poder legislativo com a finalidade de custear os trabalhos dos gabinetes parlamentares. É denominada indenizatória em razão de ser liberada após os gastos realizados com locação de imóveis e de veículos, material de expediente, combustível e contratação de consultoria técnica. Fonte: http://www.cl.df.gov.br/pt_PT/verba-indenizatoria. Acesso em 20/11/2014.

⁷⁶ Disponível em <http://www.pjf.mg.gov.br/transparencia/index.php>.

projetos de leis elaborados. É necessário acompanhar de perto, nas reuniões ordinárias, o posicionamento de cada vereador/vereadora a respeito dos processos em discussão. A partir desse acompanhamento das reuniões da Câmara Municipal, elas podem “monitorar” o posicionamento dos vereadores/da vereadora nas diversas proposições de leis, sabendo quem está votando contra ou a favor de que processo. Com essa atitude, exercem uma das facetas que elas entendem por participação política e cidadã.

A ação de participação na política da cidade desempenhada pelo Comitê de Cidadania é relevante para os rumos da política local. Esse Comitê está a representar a população desta cidade na Câmara Municipal, nos Conselhos Municipais, nas Escolas. A participação da população em ações como as desenvolvidas pelo Comitê de Cidadania não são muito comuns, haja vista que a Câmara Municipal sempre está bastante vazia em suas reuniões e audiências. *Entre Femininos e Masculinos: negociando relações de gênero no campo político* é um dos artigos científicos que compõe as bases bibliográficas desse estudo. É de autoria de Aline de Lima Bonetti. O texto de Aline trata de analisar a prática política cotidiana de mulheres das camadas populares da cidade de Porto Alegre – RS. Essas mulheres representam um grupo de Promotoras Legais Populares formadas para tal a partir de um curso de capacitação em Direitos Humanos das Mulheres. Bonetti faz uma contextualização a respeito da crescente participação política das mulheres de camadas urbanas de baixa renda, o que, segundo ela, é fruto de uma cultura política calcada na participação popular. Bonetti explica que a cidade conta com uma configuração política que tem como base um projeto voltado ao incentivo da participação dos cidadãos nos processos políticos da cidade, resultando na “[...] constituição da cidadania e participação política como grandes valores sociais e o aparecimento de diversos canais para o exercício desta participação” (BONETTI, 2003, p. 179). Nesse sentido, a pesquisadora-autora desta dissertação acredita que, com a implantação do Orçamento Participativo, bem como com ações que permitam a participação dos Conselhos Municipais, por exemplo, esta cidade estará caminhando rumo à participação política popular democrática, de maneira que venha a produzir resultados como os do trabalho de Bonetti, citado acima.

AS MULHERES DO COMITÊ DE CIDADANIA: AÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA NAS ESCOLAS

Como já explicitado, a maioria das mulheres que compõem o Comitê de Cidadania são/foram profissionais da área de Educação. Como parte das atividades de incentivo à

participação política pela sociedade, o Comitê se dedica a ir a algumas escolas de Juiz de Fora e, até mesmo, de cidades da redondeza levar o Informativo do Comitê de Cidadania e, a partir dele, incentivar a participação política, o exercício de cidadania e a conscientização do voto.

Esse trabalho é desempenhado pela Equipe de Educação do Comitê, que é composta por Déa Emília, Maria Enilda, Maria Aparecida, Rosângela, Elizabeth e Eliane.

Em ano eleitoral, quando há o lançamento do Informativo do Comitê de Cidadania do segundo semestre do ano, a Equipe de Educação se divide de maneira a visitar algumas escolas das redes municipal, estadual e particular a fim de apresentar e distribuir o Informativo do Comitê de Cidadania. Elas são solicitadas pelas escolas, que já conhecem o trabalho por elas desempenhado, justamente pelo fato de que elas já foram professoras nessas escolas e, no tempo em que estavam/estiveram em exercício, apresentaram o trabalho do Comitê de Cidadania. Hoje em dia, mesmo aposentadas, elas são convidadas pelas escolas a levarem o Informativo.

Dessa maneira, o Comitê de Cidadania, no período de agosto/2014 a outubro/2014, visitou 20 escolas. Como a produção dos Informativos do Comitê acontece semestralmente, as atividades da Equipe de Educação nas escolas acompanham o lançamento do Informativo.

As atividades desenvolvidas nas escolas consistem em palestras das integrantes do Comitê para as alunas e alunos sobre o que é participação política; como participar politicamente em diversas instâncias, como escola, igreja, família; o que se pode fazer para participar da política local; como exercer cidadania e a importância da conscientização a respeito do voto, e direitos políticos atuais.

No período citado, as atividades foram bastante concentradas na campanha aderida pelo Comitê de Cidadania “Voto não tem preço, voto tem consequência” em função da proximidade das eleições gerais no Brasil. Outro assunto abordado nas palestras foram as manifestações de junho de 2013.

A pesquisadora-autora desta dissertação acompanhou a realização de duas dessas atividades desenvolvidas pela Equipe de Educação do Comitê de Cidadania. A primeira foi realizada na Escola Municipal Adhemar Rezende de Andrade, em Juiz de Fora. Eliane é professora de História das alunas e alunos do 9º ano do Ensino Fundamental nesta escola, com as/os quais a atividade foi realizada. Houve exibição de vídeo, palestra e entrega do Informativo nº 29 às alunas e aos alunos. Além da professora Eliane, a Equipe de Educação do Comitê de Cidadania estava presente. A segunda atividade foi realizada em uma escola particular, Centro Educacional Lápis de Cor, em Juiz de Fora, também com turma do 9º ano

do Ensino Fundamental. As atividades nessa escola foram realizadas por Rosângela, que foi professora de História nessa instituição durante o tempo em que ainda exercia docência. Apenas ela foi representando o Comitê de Cidadania e a Equipe de Educação.

É possível perceber, em relação à atuação das mulheres do Comitê, a crença que elas têm na certeza de que a participação política interfere nos rumos da política e de que se deve iniciar a participação política na esfera local, no lugar onde se vive. E, ainda, a necessidade de se educar politicamente nas escolas para que os estudantes tenham conhecimento do que é política e participação política desde cedo e, assim, saibam exercer e lutar pelos seus direitos.

O esforço dessas mulheres em percorrer escolas da cidade para levar o Informativo até as alunas e alunos, debater seu conteúdo, dar palestras, exibir vídeos é uma das formas de participação política exercida por elas, que consiste em educar politicamente. A relevância dessa ação consiste em seu caráter educativo, ao passo que, oferecendo palestras de conscientização política e incentivo à participação política, elas se valem de seus próprios exemplos, exemplos reais, de uma maneira executada por elas, de participação política, como a produção do Informativo, fruto do trabalho de acompanhamento e fiscalização das ações dos representantes eleitos pela população para o poder Legislativo. Acompanhar, fiscalizar e noticiar o que tem sido feito pela população e, ainda, quanto tem sido investido é uma atitude de participação política exemplar para que entendamos que apenas o exercício do voto não contempla a nossa responsabilidade de participar politicamente.

É notável a facilidade com que a Equipe de Educação do Comitê de Cidadania realiza esse trabalho nas escolas e também o gosto que elas têm em fazê-lo. Além de representar uma atividade prazerosa para elas, pelas observações nas reuniões e também no campo, é atribuída grande importância à atividade realizada nas escolas. Como educadoras que são, parece ser unânime a crença na educação política oferecida às crianças e adolescentes, apoiada na ideia de que esse trabalho que elas realizam é um “trabalho de formiguinha”⁷⁷, trabalho em equipe a esperar os frutos da “semente plantada, a semente regada”⁷⁸. A crença e o estímulo delas para exercer tal atividade de educação política nas escolas talvez possa ser alimentada por situações conforme relatado por Vânia e registrado pela pesquisadora-autora desta dissertação em reunião do Comitê de Cidadania ocorrida em 10/09/2014, na qual relatou sobre a visita a uma escola em que ela mostrou-se satisfeita pela mudança de postura de uma das alunas que

⁷⁷ Fragmento da fala de uma das integrantes do Comitê de Cidadania entrevistada. Disponível nos anexos desse trabalho.

⁷⁸ Fragmento da fala de uma das integrantes do Comitê de Cidadania entrevistada. Disponível nos anexos deste trabalho.

assistiram à palestra. Segundo Vânia, ao iniciar a palestra, a jovem afirmou que votaria em branco ou nulo, e, ao término, a aluna a procurou para lhe contar que havia mudado de ideia devido à explanação feita pela equipe de educação do Comitê de Cidadania a respeito do voto nulo e branco.

AS MULHERES DO COMITÊ DE CIDADANIA E OS DESDOBRAMENTOS DE SUAS AÇÕES: O LANÇAMENTO DO INFORMATIVO Nº29

A atuação do Comitê de Cidadania acontece sistematicamente ao longo do ano contando com diversificadas ações já explanadas nesta pesquisa. Dentro de seu escopo de atividades está a produção semestral do Informativo do Comitê de Cidadania.

A cada novo Informativo produzido, é organizada uma coletiva de imprensa para que aconteça seu lançamento. O último Informativo a ser lançado foi o nº29, que aconteceu em 21/08/2014, no Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora. O sindicato é ligado à Central Única dos Trabalhadores, e, segundo palavras da presidenta do Comitê de Cidadania, Déa Emília, tal espaço foi gentilmente cedido para que a coletiva de imprensa do Lançamento do Informativo nº29 pudesse acontecer. Estavam presentes alguns repórteres da imprensa da cidade, sendo eles da Rádio Catedral; do jornal Tribuna de Minas; do portal ACESSA e do Diário Regional. Esse Informativo é o segundo publicado em 2014 e corresponde ao período de janeiro a junho deste ano. Convocar a imprensa para noticiar o lançamento de cada Informativo do Comitê de Cidadania é uma ação complementar ao trabalho das mulheres do Comitê, uma vez que, ao ser divulgado pela imprensa da cidade, o Informativo pode chegar ao conhecimento de um maior número de pessoas, gerando repercussão e dando maior expressão ao trabalho delas e ao Informativo do Comitê, de modo que colabore para que mais pessoas sintam-se incentivadas à participação política.

O Informativo nº 29 agregou encarte especial: “O seu voto pode mudar o Brasil”, em função da proximidade de seu lançamento às eleições gerais. Tal encarte teve conteúdo voltado a temas relacionados ao voto consciente; ao repúdio à corrupção eleitoral e aos candidatos inelegíveis; às funções dos candidatos à Presidência da República, governadores, deputados (federalis/estaduais) e senadores.

O lançamento foi aberto pela presidenta do Comitê de Cidadania, Déa Emília, que chamou a atenção para o encarte especial e, também para os gastos dos vereadores/vereadora com a verba indenizatória, salientando que o gasto é bastante alto e não é revertido em

benefício da população. Essa é uma constante preocupação na pauta de fiscalizações que as mulheres do Comitê de Cidadania realizam, pedindo esclarecimento dos vereadores a respeito dos gastos com essa verba.

O compromisso com a divulgação da Lei 9.840/99 é uma constante tanto nos Informativos do Comitê de Cidadania quanto na atuação do próprio Comitê, presente nas falas de suas integrantes. A presidenta Déa Emília iniciou seu discurso falando da Lei 9.840 contra a corrupção eleitoral, ressaltando que a lei “está valendo” e afirmando a importância de os eleitores fiscalizarem os candidatos para que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possa agir no caso de corrupção eleitoral que se enquadrem nas proibições da desta lei.

Além da presidenta do Comitê, outras mulheres também discursaram nesta ocasião. Maria Enilda abordou a questão da apatia política apresentada por muitos jovens. Nesse momento, ela fala da importância do trabalho realizado pelo Comitê de Cidadania no tocante ao incentivo à participação e educação política nas escolas desde o início da vida escolar. Maria Aparecida resalta a importância de conscientizar a população a respeito da Lei 9.840/99 e, ainda, enfatiza a importância da participação da mulher na política. Elizabeth salientou a importância do trabalho realizado pelo Comitê de Cidadania nas escolas e a abrangência deste existente na Universidade Federal de Juiz de Fora. E, por fim, Wânia direcionou sua fala ao voto consciente, ressaltando a importância das escolhas dos candidatos. Apenas um dos dois integrantes homens do Comitê de Cidadania estava presente, que foi Edson Costa.

A parceria de trabalho do Comitê de Cidadania com a disciplina Comunicação Comunitária, com o trabalho de discentes do curso de Comunicação da UFJF, sob a orientação da professora Cláudia Lahni, foi elogiada pela presidenta do Comitê de Cidadania e considerada relevante a contribuição que proporciona. Segundo a presidenta Déa Emília, os estudantes se apropriam de conhecimentos referentes à política municipal e ao Legislativo Municipal, ao passo que o Comitê de Cidadania é beneficiado pelos trabalhos executados pelos discentes referentes à diagramação, revisão e edição do Informativo do Comitê. Déa Emília tinha em mãos exemplares dos primeiros Informativos do Comitê a partir de 2001. Ao compará-los com as edições mais recentes, mostrou-se satisfeita com a evolução. Inicialmente, quando o Comitê começou a produzir o Informativo, a impressão se dava em metade de uma folha A4. Hoje, o Informativo é impresso em tamanho A4 e conta com quatro páginas.

As falas das mulheres do Comitê de Cidadania revelam o entrosamento entre as ideias que perpassam três eixos interligados: mulheres e participação política, mulheres e educação política, mulheres e educação. A sintonia entre esses eixos e suas falas é perceptível e concatenada aos conteúdos do Informativo produzido por elas. A partir das diversas mídias em que é possível ouvir as vozes delas, há a presença marcada dos ideais nos quais elas depositam a crença de que sejam os caminhos para que a sociedade participe politicamente e exerça cidadania, caminhos esses aos quais elas se debruçam ao desempenhar as atividades que realizam enquanto integrantes do Comitê de Cidadania, seja na busca da ética na política, seja na atuação de educação política que ofertam nas escolas e, também, via Informativo do Comitê de Cidadania, ou, ainda, nas ações diversas de participação política efetuadas por elas a partir do Comitê de Cidadania.

O evento de lançamento do Informativo nº 29 contou com a presença de poucas pessoas além das integrantes do Comitê. Compareceram também membros da imprensa, sendo eles jornalistas da Rádio Catedral, do portal Acessa.com e dos jornais Tribuna de Minas e Diário Regional. O evento foi divulgado pelas instituições acima, e, foi dado destaque aos gastos com a verba indenizatória pelos vereadores/vereadora⁷⁹.

Após a contextualização sobre a pesquisa e campo, trazemos, no capítulo a seguir, à análise das entrevistas realizadas com as integrantes do Comitê de Cidadania.

⁷⁹ O lançamento do Informativo nº29 do Comitê de Cidadania foi noticiado em: <http://www.radiocatedraljf.com.br/noticias/206/comite-da-cidadania-lanca-29a-informativo>; <http://www.radiocatedraljf.com.br/noticias/207/comite-da-cidadania-destaca-gasto-do-vereadores-com-verba-indenizatoria>; <http://www.acessa.com/politica/arquivo/noticias/2014/08/21-em-seis-meses-vereadores-gastam-quase-r-800-mil-de-verba-indenizatoria>; <http://www.tribunademinas.com.br/politica/gastos-por-vereador-v-o-de-r-14-500-a-r-45-mil-1.1492627>.

4. UM DEDO DE PROSA COM QUEM SEMPRE ESTÁ COM AS MÃOS NA MASSA: ENTREVISTAS

Reiterando a questão central e de grande relevância para o presente estudo sobre a formação política das mulheres que compõem o Comitê de Cidadania, investiga-se, ao longo deste trabalho, a influência exercida pela Escola, Igreja e Família na formação política e na participação destas mulheres.

Nesse sentido, temos como questão de pesquisa: o que foi fator determinante para levar as mulheres que compõem o Comitê de Cidadania a buscar esse exercício de participação política? Essa questão de pesquisa está atrelada às perguntas norteadoras deste estudo, cujo intuito consiste em, a partir das narrativas dessas mulheres, descobrir qual a influência da Escola, da Igreja e da Família na participação das mulheres no Comitê de Cidadania.

Como essas instituições podem ter colaborado para formar essas mulheres para a participação em um grupo como o Comitê de Cidadania? Como essas mulheres foram ocupando tais espaços de luta, mesmo sem ter projeto pessoal sistematizado de participação política das mulheres? Como possíveis participações das mulheres nas escolas, nas igrejas, nos movimentos sociais podem ter motivado para a atual participação no Comitê de Cidadania?

A busca pelas respostas às questões acima se deu, especialmente, através da realização de entrevistas com algumas das mulheres que compõem o Comitê de Cidadania. As entrevistadas foram: Maria Aparecida de Oliveira Corrêa, 63 anos, curso superior em Pedagogia, atualmente aposentada; Maria Enilda Teixeira Gonçalves, 68 anos, curso superior Licenciatura em Geografia, pós-graduada, atualmente aposentada; e Rosângela Rezende Travan de Avelar, 62 anos, curso superior Licenciatura em História, atualmente aposentada.

As respostas obtidas às perguntas às quais elas se submeteram foram organizadas de maneira a contemplar quatro eixos considerados determinantes à organização da compreensão sobre a formação, educação e atuação política das entrevistadas. Os eixos Educação Política; Participação das Mulheres na Política; Formação para Futuras Gerações; e Sinais de Igualdade e Democracia englobam as experiências, vivências e ideais das entrevistadas do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora.

As respostas dessas mulheres alinhadas às ações por elas desempenhadas reforçam a hipótese desta pesquisa de que o citado Comitê corresponda a *locus* privilegiado de participação e formação política das, para e pelas mulheres.

EDUCAÇÃO POLÍTICA

Neste eixo, importa saber em que a educação política que elas receberam durante suas trajetórias escolares tenha proporcionado formação política e para a cidadania e, ainda, se as igrejas, no entender delas, educam para a participação política e cidadania.

Sobre a trajetória escolar delas, considerando a faixa etária em que se encontram, é possível que se observem respostas que não contemplem educação política e para a cidadania, até mesmo em função da época em que estiveram escolarizadas – durante a Ditadura Militar, período em que participação política e a cidadania não se configuravam como conteúdos que se podia ensinar. Sendo assim, a formação política e para a cidadania recebida por elas configurava-se como momentos semanais de “hora cívica” na escola: “[...] Nós tínhamos hora cívica [...], havia declamação de poemas. Eu lembro de ter declamado o Hino Nacional numa atividade da escola” (MARIA APARECIDA, entrevista concedida à pesquisadora). Ela salienta ainda que atividades como essa refletiam o pensamento dos educadores daquela época. Apenas anos depois, quando Maria Aparecida estava cursando graduação em Pedagogia, é que ela julga ter recebido formação para cidadania a partir das disciplinas cursadas: Filosofia, Sociologia e Psicologia: “[...] Eu lembro que eu aprendi muito, abriu meu horizonte de cidadania” (MARIA APARECIDA, entrevista concedida à pesquisadora). Mas a formação política, de acordo com ela, não. Para Maria Aparecida, a formação política que ela recebeu e que a faz participar politicamente no Comitê de Cidadania e em outros movimentos populares está ligada à imagem de seu pai. Um homem simples, sem educação formal, mas que, segundo ela, se interessava pelo Brasil, acompanhava a política nacional e até emocionava-se. Na visão da integrante do Comitê, o seu desejo de participação, de contribuir de alguma forma advém do exemplo que ela aprendeu com o pai.

De maneira semelhante à Maria Aparecida, Rosângela considera que somente durante o Ensino Médio, mas, principalmente, a partir do ingresso na Universidade, ao iniciar o curso de Licenciatura em Geografia, é que ela tenha recebido formação política e para cidadania.

Para Maria Enilda, a formação política e para a cidadania se deu a partir de sua vivência escolar. Ela considera que a educação que ela recebeu foi bastante diferente da

educação que os jovens recebem hoje, e, ainda salientou a boa qualidade da escola em que estudava. Na época em que ela cursou o ensino fundamental e médio, antes do Golpe Militar de 1964, havia muito movimento e a realização de trabalhos sociais, além do que ela mesma era frequentadora de biblioteca, de forma que sua formação política e cidadã foi constituindo-se a partir dessas vivências escolares.

Como nesta pesquisa é considerada a hipótese de que a Igreja represente uma instância que possa, de alguma maneira, ter influenciado/motivado o exercício de cidadania e participação política das mulheres do Comitê, importa saber se elas acham que a Igreja atua como instituição que educa para a participação política e cidadania.

Há um consenso no entendimento de que as igrejas não educam para a participação política e a cidadania, embora deveriam educar. Maria Aparecida refere-se ao Papa Francisco para exemplificar a contradição que ela percebe existir entre o fato de a igreja (Católica) não empenhar-se em oferecer essa educação aos fiéis, que por sua vez, pensam que religião não tem nada a ver com política. Segundo ela, “[...] ele [o Papa Francisco] não se exclui de manifestar a importância da política na vida das pessoas, [...] para ele a política e o evangelho estão de mãos dadas”. É possível notar que, para Maria Aparecida, a ligação que deve existir entre a igreja e a política está calcada na atuação em favor da população das classes sociais menos favorecidas. É o entendimento de que a igreja, assim como os governantes, tem a obrigação de agir em favor daqueles que estão em situações de vulnerabilidade. De acordo com sua fala: “[...] nas regiões do Norte do país, do Nordeste, onde a necessidade financeira é muito grande, a igreja tem que ser política por causa da própria situação do povo” (MARIA APARECIDA, entrevista concedida à pesquisadora). Aponta, ainda, uma causa que justifique a falta de educação para a participação política e cidadania pela igreja (referindo-se à Igreja Católica), que seria o receio por parte dos padres em contrariar as lideranças políticas da comunidade, que, por sua vez, não veem como correto a igreja oferecer esse tipo de formação/educação.

O pensamento de Maria Enilda está alinhado ao de Maria Aparecida no tocante a entender a igreja como uma instituição que eduque para a participação política e cidadania, pautada na ideia de que se as igrejas (as cristãs) têm como exemplo a seguir o próprio Cristo, não precisando de outro incentivo para que houvesse essa educação, e lamenta por isso não acontecer. Pelas palavras de Maria Enilda, “[...] Ele [o Cristo] foi um revolucionário [...] Ele era um defensor das mulheres e daquelas pessoas que eram os humildes. Então, essa opção

pelos pobres, pelos menos agraciados pela vida, deveria ser a base de todo o pensamento religioso”.

Para Rosângela, seria importante se as igrejas educassem para a participação política e cidadania. E mais, ela percebe o trabalho do Comitê de Cidadania como ligado à Igreja Católica ao dizer que as igrejas, independente de serem Evangélicas ou Católicas e de possuírem seus grupos de oração, que é preciso que haja um grupo igual ao Comitê de Cidadania. “[...] Tem que haver um grupo igual ao nosso que está inserido aí (na Igreja Católica) de certa maneira. Eu acho que ainda é pouco” (ROSÂNGELA REZENDE, entrevista concedida à pesquisadora). Ela salienta ainda que as igrejas têm seus dogmas e que elas, por vezes, não oferecem educação para a participação política e a cidadania por temerem estar ferindo os dogmas da igreja. Atenta ainda para o que ela percebe como o perigo de tratar de política nas igrejas, pois, segundo seu olhar, existem nestas, pessoas radicais as quais não são abertas ao diálogo, podendo querer impor algum pensamento aos seus adeptos.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

Sendo o Comitê de Cidadania composto majoritariamente por mulheres, importa saber daquelas que o compõem o que elas pensam a respeito da participação política das mulheres na sociedade hoje. Se elas acham que, ainda hoje, as mulheres são alijadas dos processos de participação política, exercício de cidadania e democracia.

As ideias das três entrevistadas a esse respeito remontam à explicação histórica de que política não é um assunto da alçada das mulheres. Como mulheres, professoras e cidadãs participantes do Comitê de Cidadania, refletir sobre essa questão suscita depoimentos particulares vivenciados por elas que refletem os resultados dos desdobramentos das suas ações políticas.

Ao refletirem sobre a indagação a elas colocada, foi comum as três salientarem o fato de que, durante muitos anos, as mulheres foram privadas de acessar o espaço público, donde advém o senso comum, ainda hoje operante, de que política é assunto para homens.

Maria Aparecida retoma a situação de exclusão das mulheres, lembrando que elas foram apartadas dos direitos de participação logo após a instalação da República e discorre a respeito do quanto ainda é preciso que a mulher vença a exclusão a qual foi submetida, de maneira que os estereótipos de gênero continuam tão encrustados na sociedade e representam obstáculos a essa vitória. Sobre esse processo Maria aparecida diz: “[...] até mesmo na

consciência, na formação da mulher, na educação da mulher, e na educação das outras mulheres que confiam nos homens para votar”. Apesar da consciência a respeito da exclusão histórica das mulheres à participação política, à cidadania e à democracia, ela mostra esperança na modificação desse contexto e considera que a eleição/reeleição de uma mulher ao cargo de Presidência da República consiste num avanço rumando à maior participação política das mulheres. Nesse sentido, o pensamento de Maria Aparecida parece estar alinhado à reflexão de Jardim (2012, p. 962): “[...] a percepção do aumento do número de mulheres nos espaços políticos é importante, pois sinaliza que revoluções simbólicas invisíveis estão acontecendo nas categorias de pensamento da sociedade contemporânea [...] mesmo que não tenham ainda se expressado no mundo objetivo”. Revela também entendimento acerca da Lei de Cotas, que obriga os partidos a lançarem ao menos 30% de mulheres candidatas, comentando que há o cumprimento da lei, porém não há apoio efetivo a essas candidatas para que consigam ser eleitas e relaciona a presença de uma mulher na Presidência da República à esperança de modificação desta situação.

Dentre os textos que constituem base bibliográfica deste estudo, é possível parear o entendimento de Maria Aparecida ao de Alves (2012), que discorre a respeito de o Brasil ter conseguido chegar à inclusão feminina na política, elegendo a primeira mulher presidenta da República, o que consiste num grande passo. Entretanto, somente terá significado para o país essa novidade se o Brasil “[...] avançar no processo de empoderamento das mulheres e na construção de relações de gênero mais equitativas” (ALVES, 2012, p. 21).

Para Maria Enilda, é muito clara a noção de que a desigualdade sofrida pelas mulheres em relação aos homens é o principal entrave na luta pela participação nos espaços de poder. Como integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, ela afirma: “[...] O tempo todo trabalhamos nas políticas públicas tentando dar à mulher brasileira, e, a mulher aqui de Juiz de Fora, aquilo que elas, por direito, tem. Deveriam ter”. Ela aponta como justificativa para a falta dos direitos conquistados o fato de, por muito tempo, a mulher ter ficado à margem do mundo político, e salienta ainda que o direito ao voto se deu apenas em 1932, tendo como herança dessa situação um déficit de representatividade por mulheres nos espaços de poder da democracia brasileira. Para modificar essa situação, Maria Enilda entende que a lei que estabelece cota de 30% para mulheres candidatas não assegura que aumente o número de mulheres que chegarão a serem eleitas pois elas não tem apoio do partido. Pesquisadoras/es sobre o tema “mulheres e participação política” apresentam pesquisas que corroboram com o entendimento de Maria Enilda acerca desta questão. A presente pesquisa contou com o texto

Práticas de Gênero e Carreiras Políticas: Vertentes Explicativas, como um dos textos das bases bibliográficas que nortearam esse estudo. O artigo é de Miguel e Biroli (2010), e, aborda a questão da sub-representação das mulheres na esfera de poder político. Para o autor e autora, as explicações para a discrepância percebida entre o “[...] universo dos eleitores e o universo dos eleitos ou dos que ocupam outras posições que lhes conferem poder” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 653) variam entre os diferentes aspectos das relações de gênero. E, ainda, fazem observação pontual sobre o entendimento de que se as promessas de inclusão não têm sido cumpridas (embora haja políticas que induzam a isso, por exemplo, a política de cotas), pois os padrões de concentração de poder continuam a ser reproduzidos na sociedade, impedindo a inclusão das mulheres nas esferas de poder e representação política. A percepção de Maria Enilda acerca da sub-representação feminina nas esferas do poder político está concatenada aos recentes conhecimentos científicos produzidos, e, além disso, é pauta presente nos Informativos do Comitê de Cidadania, ao abordar a paridade de gênero nas candidaturas.

As reflexões de Rosângela sobre a questão do alijamento da mulher dos processos de participação política, exercício de cidadania e democracia apontam para a realidade da composição do legislativo local. Ela cita a composição da Câmara Municipal de Juiz de Fora, que conta com apenas uma vereadora e dezoito vereadores. Para justificar a pouca participação feminina na política, Rosângela salienta que as mulheres não têm gosto pela política e consideram que não devem ter envolvimento com o assunto, devido à educação que receberam. Para ela, as mulheres exercem fatores políticos, de cidadania e democracia mesmo dentro de suas próprias casas ao intermediar as relações entre os filhos ao educá-los, entretanto não têm percepção desse ato. O pensamento de Rosângela sobre a prática política e cidadã no ambiente familiar perpassa o entendimento de estudiosas/os sobre o fazer político em diferentes esferas sociais. Bem sabemos que, atualmente, já não cabe mais falar em público e privado, uma vez que os espaços, antes determinados por público e privado, hoje aparecem sob uma fusão. Não há mais fronteiras que delimitam esses espaços, pois eles estão interseccionados. A esse respeito, há bases bibliográficas deste estudo para elucidar a questão. Para Brito (2001, p. 292) “[...] as atividades femininas têm se desenvolvido também em espaços públicos como a comunidade, a vizinhança, a rua e a fábrica, e não podem ser considerados como exclusivamente como privadas”. Assim, se faz pertinente a discussão sobre a necessidade de se olhar para a política do cotidiano, bem como a compreensão de que, dentro do espaço tido como pertinente ao privado, permeiam ações políticas, a micropolítica.

Tal fato permitiu que se percebesse a existência de práticas políticas diferentes do padrão masculino, evidenciando-se os canais por meio dos quais as mulheres se manifestam. Há estudos da temática “mulheres e participação política” que, segundo Brito (2001), apontam para a identificação do “[...] exercício, por parte de mulheres, de atividades como agentes políticos – prefeitas ou vereadoras, professoras, benfeitoras, etc. –, mostrando as ligações entre família, religião, filantropia e a política partidária” (BRITO, 2001, p. 295). Os conceitos de Dallari (1999) sobre política e participação política corroboram a ideia de Brito sobre atuação política. Vale citar a ação das mulheres integrantes do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora, que encontraram nesta seara uma fluente via de participação e ação política, atuando junto a movimentos sociais e movimentos cristãos, além de trabalhos em escolas e conselhos municipais tendo como finalidade o incentivo da população à participação política e, ainda, o acompanhamento e fiscalização das ações dos vereadores da cidade.

Rosângela evocou o mesmo ponto citado por Maria Aparecida, que consiste num pensamento proveniente dos estereótipos de gênero inculcados na sociedade, os quais denotam que as mulheres não confiam nas mulheres para votar, confiando seus votos aos homens. Neste momento em que o país reelegera uma mulher para a Presidência da República, é preciso repensar essa crença. Alguns estudos apontam para horizonte que divergente ao entendimento destas mulheres do Comitê de Cidadania. Talvez este pensamento de Maria Aparecida e Rosângela corresponda aos resquícios de conservadorismo político presente ainda no Estado identificados em eleitores e eleitoras com “[...] percepções fortemente conservadoras em termos políticos e tradicionais de gênero, raça e sexualidade, sendo este grupo responsável, no Brasil, por manter e perpetuar uma sociedade politicamente anti-igualitária e antidemocrática” (MATOS; PINHEIRO, 2012, p. 61). Esses resultados são provenientes de pesquisas realizadas na coletânea de pesquisas que compõe o trabalho intitulado *Mulheres nas Eleições 2010*, usado como referencial teórico para escrita da presente pesquisa. Entretanto, em contrapartida, Pinto, Moritz e Schulz (2013), em *O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul*, apontam resultados obtidos em pesquisa que abordam o desempenho das mulheres nas eleições legislativas do Rio Grande do Sul, tendo como propósito contribuir para o entendimento do precário desempenho das mulheres nas eleições legislativas no Brasil. As autoras destacam que o eleitorado brasileiro parece não ter resistência a votar em mulheres, no entanto a votação nelas se concentra naquelas candidatas que possuem maior capital político acumulado na trajetória político-

partidária, enquanto que um número significativo de candidatas aparece nas listas para apenas contemplar o índice requerido por lei (PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013).

Sobre a participação política das mulheres nos espaços tradicionais de representação política, consta nas bases teóricas que orientaram esse estudo, artigo que dialoga semelhante realidade à vivenciada pelas mulheres do Comitê de Cidadania. Tal artigo, *A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Política Públicas*, de Lüchmann e Almeida (2010), traz o debate acerca da significativa participação de mulheres nesses espaços de deliberação e discussão de políticas públicas. E, ainda, essa participação das mulheres nos referidos Conselhos configura uma relação inversamente proporcional à inclusão política das mulheres nos espaços tradicionais de representação política (vide o caso da Câmara Municipal de Juiz de Fora, em que se tem apenas uma mulher vereadora e dezoito homens vereadores).

As razões que possam justificar esse quadro, para as autoras, dialogam com os resultados de outras pesquisadoras do tema, como na pesquisa de Pinto, Moritz e Schulz (2013), supracitada. A esse respeito, Lücheman e Almeida (2010) salientam:

A resistência que as candidaturas femininas enfrentam no interior dos partidos políticos – expressa na falta de apoio financeiro e de recursos materiais e a reprodução de determinados padrões culturais que atribuem responsabilidades distintas e específicas para cada gênero, foram apontados como os fatores que mais dificultam a inclusão das mulheres na política partidária e seu sucesso na competição eleitoral. (GROSSI; MIGUEL, 2001 apud LÜCHMAM; ALMEIDA, 2010, p. 90)

Ainda segundo tais autoras as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nas candidaturas a cargos da política institucional relacionam-se também com a alta participação destas em outras formas de atuação política, como os Conselhos Gestores, por exemplo. A facilidade de acessar esse campo, bem como a concepção construída de que as mulheres são dotadas de suposta competência para os temas enquadrados como sociais e pautados nos princípios de solidariedade e sensibilidade são associações que podem justificar a presença de grande número de mulheres nos Conselhos. Lüchemam e Almeida (2010) apresentam dados em sua pesquisa que comprovam que a participação das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas é predominante – 80% são mulheres – e fazem contraponto com a porcentagem de mulheres nos legislativos (municipal, estadual e federal), nos quais a média de ocupação de cadeiras por mulheres fica na marca de 10%. De acordo com a pesquisa de tais autoras, ao passo que a representatividade masculina é baixa nos Conselhos Gestores de

Políticas Públicas, para os espaços de representação pertencentes aos Legislativos, ela desponta em relação à representação feminina. Apesar de o Comitê de Cidadania não ser um Conselho Gestor, é possível associar a formação e o trabalho do Comitê aos Conselhos Gestores. Ressalta-se a ocorrência da maioria de mulheres estar presente na formação de ambos, e a conseqüente ação de atuação política. Além disso, as autoras Lüchemam e Almeida (2010, p. 92) fazem observação a respeito do perfil socioeconômico das mulheres representantes nos Conselhos no sentido de compreender quem são estas mulheres que se inserem nestas novas oportunidades de atuação política: “[...] Elas são, na maioria, brancas, católicas, casadas e com alto nível educacional”. Esse dado chamou a atenção ao passo que, na presente pesquisa de mestrado, também interessa saber quem são as mulheres que compõem o Comitê de Cidadania, e, que, por coincidência, possuem o mesmo perfil de mulheres da pesquisa de Lüchemam e Almeida (2010).

Uma vez que tanto Maria Aparecida quanto Maria Enilda abordaram a questão da lei de cota de 30% de candidaturas de mulheres nos partidos políticos não assegurar que haja aumento do número de mulheres nos espaços de representação política tradicionais, faz-se necessário alinhar o entendimento delas a esse respeito com os resultados de pesquisas que corroboram ao pensamento das entrevistadas. O pareamento de ideias sobre a questão das cotas se dá neste texto a partir de uma das referências bibliográficas de base para esta produção. Em *Políticas de Cotas na América Latina*, a autora, Mala Htun salienta que há fatores determinantes nos resultados desta política, sendo que, entre esses fatores, estariam as bases do sistema eleitoral, a existência ou não de obrigatoriedade de posição competitiva das mulheres na lista partidária e o compromisso partidário no qual as políticas de cota estão inseridas. Htun analisa os efeitos do estabelecimento de cotas no tocante ao desempenho eleitoral das mulheres na América Latina no decorrer de seu artigo, e, ao final, responde a questão: *Mulheres no poder, mudanças nas políticas públicas?* Para a autora, as cotas não asseguram que haja mudanças nas políticas públicas, inferência já elucidada por outras pesquisadoras citadas neste texto. Entretanto aponta que a presença de mais mulheres no poder implica a introdução de novos itens na agenda pública, mas não há comprovação de que aconteçam – decorrentes disso – mudanças reais nas leis e também nas políticas públicas. E, ainda, muitas mulheres que chegam ao poder, por conta da disciplina partidária, ficam impossibilitadas de agir em favor de questões constantes da agenda das mulheres. Um ponto relevante salientado por Htun seria o fato de que as mulheres que chegam a se eleger “devem” suas posições aos seus partidos, sendo que quase não se veem candidatas fazendo campanha

tendo como exclusividade as questões das mulheres. Enfim, o entendimento da pesquisadora encaminha para o sentido que aponta para as cotas não garantirem efetivas mudanças na legislação e na criação de políticas para as mulheres, embora seja um caminho para que elas cheguem ao poder político.

Miguel (2001) apresenta reflexão que muito bem contextualiza a respeito de toda problemática inerente à política de cotas. O autor é a favor da ação afirmativa, apontando-a como “[...] uma tentativa que possa contribuir para a redistribuição do capital político – ou, dito de outra forma para o empoderamento dos segmentos sociais marginalizados” (MIGUEL, 2001, p. 266). A ação afirmativa consiste no reconhecimento da desigualdade. Por meio dela, é possível fomentar políticas em favor daqueles que estão em situação de desvantagem em relação ao acesso a algum direito que lhe é dificultado. Entretanto a ação afirmativa por si só não garante o sucesso dos excluídos em alcançar algum espaço, usufruir algum direito, é preciso que se garanta de fato que todos que têm algum direito a usufruir estejam em iguais condições para tal, como é o caso da política de cotas, que depende mais do que do cumprimento da lei, mas do compromisso e comprometimento dos partidos em fazê-la valer.

As particularidades que circundam essas três mulheres professoras talvez as façam convergir na unidade de pensamento que sinaliza como caminho para mudar a condição de alijamento a qual as mulheres vivenciam em diversas esferas além da política a continuação e permanência dos debates sobre o direito das mulheres de atuação e de espaço nos processos de participação política, exercício de cidadania e democracia. A reforma política que institua a paridade de gênero, a capacitação e formação das mulheres para assumirem cargos políticos, a formulação de políticas públicas e a educação são os caminhos apontados por elas para superar a condição de alijamento que as mulheres passam ainda hoje em diversas esferas sociais e políticas.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA AS FUTURAS GERAÇÕES

Tendo o Comitê de Cidadania por uma de suas premissas o incentivo à participação política e ao exercício de cidadania, faz-se relevante conhecer a compreensão das mulheres do Comitê no que tange à educação para a formação política e cidadania. Ao serem indagadas sobre essa questão, as reflexões delas convergiram ao mesmo entendimento acerca dos espaços onde deve iniciar/acontecer a formação política. Para que os cidadãos se dediquem às atividades de participação política e cidadania, é preciso que eles tenham recebido educação

para tal, de maneira que entendam e valorizem as ações desempenhadas nesse sentido. Para as mulheres do Comitê de Cidadania, as instituições formais de educação devem oferecer às/aos estudantes educação para formação política e cidadã contextualizada à realidade, pautada em atividades práticas. A esse respeito, Maria Enilda coloca que, muitas vezes, as escolas ficam preocupadas em cumprir os conteúdos programáticos das disciplinas a fim de preparar os alunos para bons desempenhos nos concursos a vagas nas universidades que acabam por deixar de lado a educação para a formação política e cidadã. Essa situação é percebida por ela na prática ao firmar a parceria com as alunas e alunos da disciplina Comunicação Comunitária, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Segundo ela, elas e eles relataram, ao estarem em parceria com o Comitê, que, até então, “não tinham despertado nenhum pensamento, nenhuma atenção para a parte da educação política, para a formação política, e, para o engajamento social deles”. A esperança dela para que o país tenha uma sociedade democrática que não entenda a democracia apenas como o direito ao voto, mas como o dever de acompanhar, participar e interagir com a política, é a de que haja nas escolas educação que contemple a formação política e cidadã dos indivíduos.

As ideias de Maria Enilda, Rosângela e Maria Aparecida acerca desta questão complementam-se. É unânime o entendimento de que é preciso que as crianças e jovens recebam das instituições formais de educação a educação para formação política e cidadã para que eles possam, pelas palavras de Maria Aparecida, “[...] introjetar o sentimento de participação que é a base da formação política e da cidadania”.

Além das instituições formais de educação, elas também apontaram que a educação para a formação política e a cidadania também pode se dar de outras maneiras e em outros espaços que não somente aqueles representados pela educação formal. A família, a igreja, os grupos sociais, as comunidades, nas atividades culturais, nas atividades esportivas, enfim, diversos ambientes além da sala de aula podem configurar-se como espaços educativos nesse sentido. A concepção de “fazer política” das mulheres do Comitê de cidadania é pautada no contexto de participação, de reivindicação e, dessa forma, há de se considerar que as variadas facetas da vida em sociedade não de permitir essa vivência, de maneira que é possível receber educação para a formação política e cidadã em todas elas.

Ainda no tocante à promoção da educação para a participação política, elas foram indagadas a respeito do compromisso das emissoras de televisão com programas de incentivo a cidadania e participação política. Para Maria Enilda e Rosângela, embora elas pensem que deveria, não sentem que haja interesse das emissoras de televisão no investimento a

programas de cunho educativo nesta vertente: cidadania e participação política, afirmando que as emissoras investem fortemente nos programas que elevam a audiência, de alto ibope. Tal falta de interesse se justificaria, ainda, pela comodidade de manter uma população que não saiba reivindicar, que não seja consciente de seus direitos, sendo, assim, uma sociedade mais fácil a ser manipulada. Rosângela entende que isso seja uma questão cultural, pois, na sua opinião, as pessoas não estão preparadas, acostumadas a programas educativos, e, dessa forma, se elas não assistem a esses programas, eles existirão cada vez menos.

E ainda, Rosângela acusa os meios de comunicação de serem tendenciosos afirmando “nessa última eleição você via nitidamente quais eram as tendências de cada uma das emissoras, qual o candidato e o partido eles estavam” (Rosângela, 04/11/2014). Sobre isso, artigo comentado nesta pesquisa a partir das base bibliográficas que orientaram esse estudo, a autora Claudia Maria Finamore, e, o autor João Eduardo Coin de Carvalho, em *Mulheres Candidatas: Relações entre gênero, mídia e discurso* elucidam fenômeno que corrobora com o pensamento de Rosângela a esse respeito. A autora e autor anunciam a discussão sobre o peso da mídia na influência sobre a escolha dos eleitores e a postura por estes assumidas frente às mensagens midiáticas emitidas sobre as mulheres candidatas, considerando como pano de fundo a sobreposição da presença das mulheres nas candidaturas aos cargos políticos. E ainda, ponto importante ressaltado pelos autores na discussão sobre os efeitos que as imagens veiculadas pela mídia das mulheres candidatas podem provocar é o fato de que os indivíduos, por estarem “acostumados” a receber e assumir tudo que é emitido pela mídia, podem, por vezes, não perceber que estão sendo influenciados pelo que lhes é apresentado, assumindo uma postura passiva diante a mensagem transmitida.

Ainda referente ao artigo *Mulheres Candidatas: Relações entre gênero, mídia e discurso*, durante o desenrolar do artigo autora e autor passam por questões pertinentes ao entendimento sobre a influência que a mídia exerce sobre as opiniões dos eleitores quanto às candidatas. Das questões levantadas pela autora e autor ressalta-se a importância de uma educação que não reforce as desigualdades de gênero, mas que dê condições de que os indivíduos não vislumbrem as candidaturas femininas, por exemplo, sobre as lentes do conservadorismo de gênero. A proposição de audiência pública por Maria Enilda também foi por uma educação não sexista, que não reforce as desigualdades de gênero. Esta pesquisadora, deseja, pois, relacionar as duas posturas, da autora e autor, e, de Maria Enilda, a fim de evidenciar o quanto a proposição de Maria Enilda está alinhada ao pensamento de pesquisadora/or da temática mulheres e política. Isso mostra o quão engajado é o trabalho das

mulheres do Comitê de Cidadania. Por fim, para Finamore e Carvalho, “[...] a mudança da participação política feminina passaria pela mudança nos discursos hegemônicos sobre as mulheres, discursos esses que atravessam os indivíduos e os grupos sociais” (2006, p. 347), o que seria conseguido a começar por uma educação não sexista.

Por outro lado, Maria Aparecida tem outra visão das emissoras de televisão e o compromisso com educação para a participação política. Segundo seu entendimento, os meios de comunicação escritos e a televisão vêm sofrendo, atualmente, pressão da internet, das redes sociais, para que a verdade seja esclarecida. Dessa forma, a televisão ainda representa espaço de participação nos meios de comunicação, pois através dela os acontecimentos são divulgados, e, as pessoas são estimuladas a participarem. Para ilustrar seu ponto de vista, ela remeteu às propagandas do Tribunal Superior Eleitoral, que incentivavam a participação política nas eleições gerais de 2014.

SINAIS DE IGUALDADE E DEMOCRACIA

Ao passo que o Comitê de Cidadania trabalha pelo incentivo à participação política, pela ética na política, pelo fortalecimento do Poder Legislativo, ele representa uma instância de luta e de busca de condições de igualdade e democracia na sociedade. O Comitê de Cidadania possuir assento em Conselhos Municipais, como o dos Direitos da Mulher e da Comunidade em Execução Penal, denota o comprometimento de suas ações em busca da promoção e acesso de igualdade e democracia para diferentes grupos.

Assegurar direito a ter direitos é efetivo exercício de cidadania e está presente nos ideais de luta do Comitê. A particularidade comum à quase totalidade das mulheres que integram o Comitê de Cidadania, carreira docente, talvez justifique o envolvimento dessas mulheres com tal atividade política e cidadã. A área educacional é sensível às causas humanas no que tange à liberdade, igualdade, democracia.

É relevante a observação de que, antecedendo ao envolvimento com o Comitê de Cidadania, as três entrevistadas têm histórico de carreira profissional docente e, de acordo com seus depoimentos, o conhecimento da existência do Comitê de Cidadania está relacionado ao exercício do magistério enquanto ativas nesta profissão. De muitas maneiras, as atividades no Comitê remontam à possibilidade de continuar oferecendo educação. Maria Aparecida justifica sua motivação para participar do Comitê de Cidadania pelo sentimento que ela considera ter herdado de seu pai, que ela define como sendo o desejo de construir um

Brasil melhor, crente de que o trabalho realizado, segundo ela, é “uma gota no oceano”, mas que se expressa pela contribuição que ela pode oferecer no local onde ela vive.

As ações de participação das mulheres do Comitê de Cidadania, bem como a valorização dada por elas à participação da sociedade no acompanhamento da política suscitou indagá-las a respeito do decreto 8.243. Esse decreto foi assinado pela presidenta Dilma Rousseff dia 23 de maio de 2014. De acordo com tal Decreto, no Art. 1º, *Fica instituída a Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil*⁸⁰. Além desta, fica também instituído o SNPS – Sistema Nacional de Participação Popular, consistindo em mecanismos de participação popular através dos conselhos formados por populares. A intenção desse decreto é assegurar que conselhos e movimentos sociais possam participar do poder legislativo. Tal intenção encontra-se no artigo 2º, *parágrafo II – conselho de políticas públicas - instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas*⁸¹.

A esse respeito, Maria Aparecida considera que esta seja uma proposta avançadíssima de participação popular e que contribuiria para que o governo fosse mais bem informado da realidade do país. Segundo ela, a população iria se envolver mais nos processos de decisão do poder legislativo e deixaria de lado a visão tão negativa que a sociedade tem da política no Brasil. Rosângela e Maria Enilda corroboram o pensamento de Maria Aparecida ao salientarem a importância da participação da sociedade na elaboração das políticas públicas, por exemplo. Elas entendem ainda que essa participação da sociedade civil através dos conselhos e dos movimentos populares consistira num auxílio ao Poder Legislativo. Rosângela fundamenta a justificativa para seu pensamento pelas dimensões continentais do Brasil, sugerindo que é preciso que a população possa participar, pois assim tem a oportunidade de explicitar as suas demandas, variadas de acordo com cada região. Para Maria Enilda, esse decreto “[...] nada mais é do que assegurar democraticamente uma participação da população, nada mais do que isso”. Em suas falas, percebe-se que elas têm fé na participação popular, que entendem como participação política. Esse sentimento pode ser ilustrado pela fala de Maria Aparecida:

⁸⁰ Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm).

⁸¹ Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm).

Eu tenho ficado muito feliz aqui em Juiz de Fora. Tem o jornal, MGTV, no horário de 12h, que, tem uma parte que as pessoas ligam e mandam e-mail, e, que, falam sobre os problemas que acontecem na cidade, denunciam, obras que precisam ser feitas, situações irregulares de prejuízo à comunidade. E, eu acho tão lindo quando a repórter dá resposta, procura o órgão Municipal responsável, e o órgão se compromete a ir e a fazer o trabalho, e, explica daqui a quanto tempo que vai realizar o trabalho! E, isso aí, é uma coisa maravilhosa! Como eu falei, a televisão está evoluindo, não temo como eles continuarem numa participação estática, e, isso é uma participação bem contextualizada. (MARIA APARECIDA de Oliveira Corrêa, entrevista concedida à pesquisadora em 04/11/2014)

No caso citado por Maria Aparecida, a televisão aparece como intermediadora da participação popular. Em outros casos, a participação popular via conselhos pode ser comprometida por falta de força e representatividade dos próprios conselhos. Maria Enilda relatou acerca dessa questão, que muitas vezes, alguns conselhos “[...] faziam o papel daquele bobinho que a gente brinca com a criança, então a criança menor fica no meio e os grandes jogam a bola, e ele fica tentando pegar, mas ele não alcança a bola”. E vê esse decreto como uma possibilidade de assegurar a participação efetiva dos conselhos, que começariam a interferir nos processos decisórios das políticas públicas, por exemplo.

Finalizado este quarto capítulo, passa-se, na seção a seguir, às conclusões inferidas pela pesquisa empreendida nesta dissertação.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa propôs-se buscar conhecer a faceta formativa do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais. Para tanto, importou investigar a formação política das, para, e, pelas mulheres que compõe tal Comitê. Dada a representatividade do Comitê de Cidadania na cidade de Juiz de Fora, foi necessário compreender sua constituição, função e ações, uma vez que, ao ser composto majoritariamente por mulheres, tal comitê representava a hipótese de que corresponderia a *locus* de ações de igualdade e democracia.

O escopo de atividades do Comitê de Cidadania é bastante extenso e, uma vez que tal Comitê tem por uma de suas funções o incentivo à participação política e o exercício de cidadania, foi necessário estudar os conceitos de participação política, formação política e cidadania na medida em que esses conceitos foram a base para a compreensão de todo este trabalho. Além disso, este estudo que propõe pesquisa da faceta formativa de um determinado comitê, composto majoritariamente por mulheres, fez com que outros temas relacionados às particularidades do Comitê de Cidadania perpassassem este estudo.

Nesse sentido, fez-se necessário que a pesquisadora-autora desta dissertação se debruçasse sobre os temas mulheres e formação política, mulheres e política, mulheres e cidadania, mulheres e participação política, englobando olhares feministas e outras facetas consideradas legítimas a este estudo, uma vez que dizem das características em comum da constituição dessas mulheres enquanto integrantes do referido Comitê, como terem sido/serem mulheres professoras. O que se pretendeu foi que esta pesquisa dialogasse com outros estudos já existentes sobre os temas citados.

O campo de pesquisa possibilitou que a pesquisadora-autora pudesse, a partir do conhecimento das trajetórias individuais e de grupo das mulheres do Comitê de Cidadania e, também, a partir da observação do Comitê no que tange aos desdobramentos e impacto tanto da existência quanto das suas ações, compreender o que foi o fator motivador para que elas desempenhem tal atividade de maneira tão legítima e peculiar. Todas contribuem com suas ações em diversas esferas sociais ao passo que exercem participação política, ofertam formação e educação política e atravessam barreiras dos estereótipos de gênero que, muitas vezes, parecem estar cristalizados em todas as relações sociais. Vale debater que são esses papéis que escravizam as mulheres, enclausuram-nas aos pensamentos machistas e dão reforços a estes, que, além de ofuscarem a liberdade e a igualdade de gênero, inculcam nas

crianças, nas escolas e na sociedade de modo geral o senso comum de que, aos sexos, cabem comportamentos padronizados e pré-determinados inerentes ao homem e/ou à mulher.

Dessa forma, durante todo o desenrolar desta pesquisa, houve a observação com intuito de conhecer a faceta formativa do Comitê de Cidadania a partir dos seguintes tópicos norteadores: qual a formação política dessas mulheres; qual a formação política que elas recebem ao atuarem politicamente; e qual é a formação política oferecida pelas mulheres do Comitê de Cidadania, considerando a influência de três instituições: escola, família e igreja.

Considerando que a atuação dessas mulheres, como integrantes do Comitê de Cidadania, se configura como fora dos padrões estipulados pelos estereótipos de gênero, uma vez que, historicamente as mulheres sofreram com o alijamento delas à participação política, foi possível observar que a carreira à qual elas se dedicaram profissionalmente, tradicionalmente feminina, o magistério, curiosamente, representa a motivação à qual elas se apegam para que exerçam as atividades do Comitê de Cidadania. A carreira do Magistério foi associada às mulheres e sustentada como profissão feminina por muitos anos ao associar a mulher à carreira do Magistério por um chamado vocacional, em função de características atribuídas às mulheres, docilidade, zelo, serem associadas à educação escolar. Entretanto, os estudos de Guacira Lopes Louro colaboram ao esclarecimento da contradição dada em questão, que fez de mulheres professoras mulheres subversoras da ordem ao ocuparem posições e espaços de poder comumente lideradas por homens e fazem esta pesquisa dialogar com o entendimento de tal estudiosa, a qual nos elucida que, ao lado da associação do chamado vocacional para a mulher à docência, também a escola acabava por provocar, contraditoriamente, outros comportamentos. Tocadas pelo acesso ao conhecimento, ocorria o desejo de saber mais, curiosidade, aspiração profissional, espírito de liderança e também a preocupação com os problemas sociais. Ainda que não fosse esse o objetivo almejado pelas escolas, elas colaboravam com algumas mulheres ao empoderamento intelectual pelo conhecimento (LOURO, 1986).

Ao passo que atuam no Comitê de Cidadania, este se transforma em um espaço para a formação política das mulheres que o compõem. Toda a atividade política desenvolvida no escopo de ações do Comitê configura-se como a formação que cada uma delas possui convertendo-se em formação oferecida às demais concomitantemente. Essa situação pode ser verificada a partir das observações efetuadas às atividades do Comitê de Cidadania e, ainda, pela fala de uma das integrantes entrevistadas, Rosângela R. Trvisan de Avelar; “[...] é um espaço formidável, conheci pessoas diferentes, puder ter oportunidade de trocar ideias e de

conhecer muito mais até do que eu achava que tivesse conhecimento”. Da mesma forma verifica-se nas falas de Maria Aparecida, ao, metaforicamente, remeter-se ao trabalho em equipe que é feito por elas no Comitê de Cidadania como um “trabalho de formiguinha”, mas que proporciona aprendizados e culmina em resultados:

Eu me sinto ajudada e enriquecida por essa participação no Comitê de Cidadania, pelo que a gente aprende com as colegas, onde a gente vai, as palestras que a gente organiza, a elaboração do Informativo é um desafio que a gente procura se superar em cada época que a gente organiza. Então, tudo isso me traz uma motivação muito grande. (MARIA APARECIDA de Oliveira Corrêa, entrevista concedida à pesquisadora em 04/11/2014)

Assim, é possível perceber que é valorizada por elas a troca de experiências que traz aprendizados, sendo que essa interface presente no fazer das atividades do Comitê de Cidadania é representada por uma das três questões norteadoras deste estudo (qual a formação política que elas recebem ao atuarem politicamente?) consideradas para esta pesquisa ao buscar conhecer a formação política dessas mulheres que, mesmo sem se darem conta disso, fazem do Comitê de Cidadania um espaço para a formação política delas mesmas, ofertada por elas enquanto desempenham diversas ações de cidadania.

Neste sentido, tão importante quanto a bagagem de formação política por elas possuída/adquirida é considerar a formação política por elas oferecida como desdobramento das ações realizadas pelo Comitê de Cidadania. Ao passo que essas mulheres acompanham a Câmara Municipal de Juiz de Fora e transformam esse acompanhamento em conteúdo do Informativo produzido por elas, esse trabalho não consiste apenas em acompanhar e noticiar como os vereadores/vereadora vêm desenvolvendo seu trabalho, mas, sim, passa a ser uma atividade de educação/formação política ofertada à sociedade. Relevante destacar que o Comitê de Cidadania utiliza suas diversas mídias para promover essa ação educativa/formativa e, ainda, sobremaneira importante é destacar que pelos ideais e crenças revelados por elas enquanto educadoras e integrantes do Comitê de Cidadania, é fazer chegar às escolas e universidades/faculdades o Informativo por elas produzido. Por fim, ainda a relevância dada por elas aos trabalhos realizados em parceria com estudantes de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, que, ao passo que buscam formação prática relacionada aos conteúdos acadêmicos no Comitê de Cidadania a partir dos trabalhos desempenhados em conjunto, se beneficiam de educação/formação política e cidadã ofertada por essas mulheres.

Assim, ao retomar as inquietações iniciais desta pesquisa, o Comitê de Cidadania de Juiz de Fora, ligado à Comissão Justiça e Paz de São Paulo, declarado ecumênico e apartidário, vem, ao longo dos treze anos de sua existência, desempenhando suas ações segundo as influências e referências das mulheres que o compõe. Dessa maneira, a investigação da influência exercida pela Escola, Igreja e Família na formação política e na participação das mulheres no Comitê de Cidadania foi expressiva para a compreensão de suas atividades.

Quanto à Escola, para elas, essa foi a responsável, ainda que não mais em período escolar, mas durante o curso superior, por compor parte de suas formações para a política e cidadania. E estas são o espaço que, potencialmente, poderá educar politicamente e para a cidadania em prol da construção de uma sociedade com menos desigualdade e mais democracia. Já a Igreja figura como pano de fundo na convicção da atuação política delas. Ao sugerir que há atividade política em seguir o exemplo do Cristo, seguir a opção preferencial pelos mais pobres, em prol de lutar em favor deles, é possível perceber que a ação política delas também é pautada por valores cristãos, como generosidade, solidariedade e compaixão. E, por fim, no tocante à Família, há sinais que fazem referência à formação política a partir do convívio familiar. Mas, por outro lado, há também entendimento de que há atividade política dentro do núcleo familiar, como explicitado por Rosângela ao afirmar que as negociações familiares entre os pais e filhos consistem em atividades políticas, bem como há exercício de cidadania no processo educacional dos filhos em uma família.

Ainda no tocante à influência da família, no que diz respeito à participação/envolvimento delas nas atividades do Comitê, de acordo com a presidenta, Déa Emília, “[...] em alguns casos, algumas mulheres têm comprometido o seu envolvimento em todas as atividades do Comitê devido a serem casadas, pois os esposos se incomodam com a ausência da esposa em casa em prol do envolvimento nas atividades do Comitê”. Com essa afirmação, Déa revela o incômodo que existe por parte dos esposos relacionado à ausência das mulheres de suas casas quando estão ocupadas com as atividades do Comitê, e, também, há a preocupação delas em ausentarem-se de casa para se dedicarem ao Comitê de Cidadania. A fala de Maria Enilda revela situação conflitante vivenciada por ela entre a vida política e a vida familiar. Em determinada situação, teve que abrir mão de algumas atividades políticas para preservar seu casamento. “Se eu quisesse realmente me candidatar, eu teria que me separar dele (esposo), porque ele não aceitou me ver num espaço de poder. Ele não deu conta!” (MARIA ENILDA, entrevista concedida à pesquisadora em 04/11/2014)”.

Nessa questão, as mulheres do Comitê de Cidadania diferem de outras mulheres que executam semelhante atividade política à delas. Retomando artigo de Bonetti (2003), as PLPs – Promotoras Legais Populares da cidade de Porto Alegre / RS, mulheres das camadas populares, que, segundo Bonetti, possuem peculiaridades nas relações de gênero no contexto político de suas atuações. No decorrer do artigo, a autora relata que essas mulheres são casadas, e, ao assumirem-se Promotoras Legais Populares, a demanda de trabalho que essa função lhes apresenta não seria conciliável com suas vidas domésticas. Eis aí então um dos motivos pelos quais Bonetti afirma que essas mulheres produzem novas relações de gênero, pois elas desafiam o comportamento esperado socialmente de esposas cuidadosas com o universo doméstico. Bonetti relata ainda que elas encaram de modo jocoso esse “boicote” que fazem aos papéis ideais atribuídos às mulheres, revelando certo deboche quando questionadas sobre o risco de serem abandonadas por seus maridos por conta da dedicação às atividades de PLPs.

Este estudo possibilitou conhecer a formação política das, para e pelas mulheres do Comitê do Comitê de Cidadania. Essas mulheres não possuíam projeto sistematizado de participação política e foram ocupando espaços políticos e desenvolvendo ações de promoção de cidadania, de comprometimento com os direitos da mulher, com os rumos da política local. A partir do que se pode conhecer delas, a influência para que desenvolvam tal trabalho advém de outros movimentos que não o movimento feminista. Entretanto, o compromisso com bandeiras de lutas das mulheres perpassa suas atividades o tempo todo. Sendo assim, com apoio nos escritos de Céli Pinto, acredita-se ser pertinente o questionamento acerca de qual a mulher que almejamos que represente as mulheres nos espaços políticos? Céli Pinto fez esse questionamento no contexto de seu texto *Feminismo, história e poder*. Pinto (2010) questiona: a luta pela representação feminina na política que queremos será feita por todas as mulheres, não importando classe, posição política ou comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder? Ou essa luta será pelas que se elejam mulheres feministas que defendam as grandes causas do movimento? Para Pinto “[...] a simples presença de mulheres como vitoriosas, sejam elas feministas ou não, em um quadro maduro de concorrência eleitoral, é muito revelador da posição ocupada pela mulher no espaço público da sociedade” (PINTO, 2010, p. 18). Entretanto, sabe-se que esta presença apenas não garante que as mulheres que tenham sido eleitas sejam feministas. Mas o fato de serem mulheres pressupõe que as demandas por direitos das mulheres sejam defendidas por elas,

mais do que por homens ocupantes do mesmo posto. E essa pressuposição independe da posição política, ideológica e comprometimento com o movimento feminista (PINTO, 2010).

Contempladas as questões norteadoras desse estudo, é prudente afirmar que o Comitê de Cidadania de Juiz de Fora tem por função o desempenho de ações de igualdade e democracia. A partir de premissas como a busca de ética na política e a valorização da participação política popular, tal Comitê vem acompanhando as atividades da Câmara Municipal na busca da garantia dos direitos de todos os grupos que compõem a população desta cidade. Através da representação em Conselhos Municipais, o Comitê de Cidadania vale-se de suas mídias para que a luta em favor daqueles que são protegidos por tais conselhos ganhe voz e reconhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz. Diferenças Sociais e de Gênero nas Intenções de Voto para Presidente em 2010. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; JORDÃO, Fátima; PINTO, Celi R. Jardim (Orgs.). *Mulheres nas Eleições 2010*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política, 2012, p. 21- 46.
- ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.9, Brasília, p. 147 - 168, 2012.
- AUAD, Daniela. Educação para a democracia e co-educação: apontamentos a partir da categoria gênero. *Revista USP*, São Paulo, p. 137 - 143, 2002/2003.
- AUAD, Daniela; GOMES, Érica C. S. Formação política das, para e pelas mulheres: O Comitê de Cidadania como locus de igualdade e democracia. Seminário Fazendo o Gênero, 10, 2013, Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina. *Anais do Seminário Fazendo o Gênero*, 10, 2013, Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina.
- AUAD, Daniela. *Formação de Professoras: um estudo dos Cadernos de Pesquisa a partir do referencial de gênero*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 1998.
- AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia Regina. Diversidade, direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Comunicação e da Cultura*, v.15, n.3, p.117-130, 2013.
- AZERÊDO, Sandra. Notas sobre a “subversão da identidade”: Em homenagem a Simone de Beauvoir, nos 50 anos d’ O Segundo Sexo. *Cadernos Pagu*, v.12, p. 121-143, Campinas, 1999.
- BELO HORIZONTE. Câmara Municipal de Belo Horizonte. Portal *online*. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br>. Acesso em 04 nov. 2014.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a Democracia. *Lua Nova*, p. 223 – 235, 1994.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Fé na Luta*. São Paulo, SP: Lettera.doc, 2009.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A Cidadania Ativa*. São Paulo, SP: Ática, 1998.
- BONETTI, Aline de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu*, v. 20, Campinas, 2003, p. 177 - 203.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é Participação*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1992.

BRASIL. *Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014*. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em: 04 nov. 2014.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Errata da pesquisa Tolerância social à violência contra as mulheres*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971 Acesso em: 04 nov. 2014.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: Referenciais Analíticos. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 291 - 298, 2001.

CÂMARA NOTÍCIAS. *Lei 9840*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/54392.html>

CASTEL, R. *La Metamorfosis de la Cuestión Social*. Una Crónica del Salariado, Buenos Aires, Paidós, 1997.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. Quem vota em quem: um retrato das intenções de voto nas eleições para presidente em setembro de 2010. In: ALVES, José Eustáquio Diniz, JORDÃO, Fátima, PINTO, Céli Regina Jardim (orgs.). *Mulheres nas Eleições 2010*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política, 2012, p. 91 - 132.

CHAMON, Magda. *Trajetória de Feminização do Magistério: Ambiguidades e Conflitos*. Belo Horizonte: Editora Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

COMEGNO, Maria Cecília. SPMulheres em dados. *São Paulo em perspectiva*, v. 17, n. 3-4, p. 91-103, 2003.

COMITÊ DE CIDADANIA DE JUIZ DE FORA. *Informativo nº24 – abril 2012*. Disponível em: <http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/2012/04/informativo-n-24.html>. Acesso em: 04 nov. 2014.

COMITÊ DE CIDADANIA DE JUIZ DE FORA. *Informativo nº26 – março 2013*. Disponível em: http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br/2013/04/informativo-comite-de-cidadania-marco_9.html. Acesso em: 04 nov. 2014.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: In: MELO, Hildete P; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (Orgs.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. Coleção Educação para Todos, v.10.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo, SP: Moderna, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é Participação Política*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1999.

DÉA EMÍLIA CARNEIRO DE ANDRADE. *Entrevista I*. Entrevistadora: Érica Carolina Gomes da Silva. Juiz de Fora, 2014. 1 arquivo. Som Wave.

DIETZ, Mary G. *Debate Feminista – cidadania e feminismo*. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1987.

DURÃES, Sarah Jane Alves. *Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente gênero em Minas Gerais (1860 – 1906)*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 347 - 362, 2006.

FRASER, Nanci. Reconhecimento sem Ética? *Lua Nova*, p. 101 - 138, 2007.

GOHN. Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN. Maria da Glória. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI – Antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOMES, Érica C. S. Mulheres e política: O que nos conta selecionado conjunto de publicações. Seminário Internacional Diferenças e Educação: Temáticas atuais e novas perspectivas, 2013, Minas Gerais, Universidade Federal de Juiz de Fora. *Anais do Seminário Internacional Diferenças e Educação: Temáticas atuais e novas perspectivas*, 2013, Minas Gerais, Universidade Federal de Juiz de Fora.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

[HTTP://COMITEDECIDADANIAJF.BLOGSPOT.COM.BR](http://COMITEDECIDADANIAJF.BLOGSPOT.COM.BR). *Comite de Cidadania Juiz de Fora*. Disponível em: <http://comitedecidadaniajf.blogspot.com.br>.

HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n. 1, p. 225 - 230, 2001.

JARDIM, Maria A. Chaves. Política e poder: mulheres presentes no Legislativo! *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 955 - 972, 2012.

LIMA, Vívica. *Em seis meses, vereadores gastam quase R\$ 800 mil de verba indenizatória*. Disponível em: <http://www.acesa.com/politica/arquivo/noticias/2014/08/21-em-seis-meses-vereadores-gastam-quase-r-800-mil-de-verba-indenizatoria/>. Acesso em: 04 nov. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. IN: Mary Del Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 441 - 481.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Educação), UNICAMP, Campinas, 1986.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues Almeida. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. *Revista Katál*, Florianópolis, v.13, n.1, p. 86 - 94, 2010.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA CORRÊA. *Entrevista II*. Entrevistadora: Érica Carolina Gomes da Silva. Juiz de Fora, 2014. 1 arquivo. Som Wave.

MARIA ENILDA TEIXEIRA GONÇALVES. *Entrevista III*. Entrevistadora: Érica Carolina Gomes da Silva. Juiz de Fora, 2014. 1 arquivo. Som Wave.

MARQUES, Tereza C. de Novaes. Elas Também Desejam Participar da Vida Pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. In: MELO, Hildete P; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (Orgs.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. Coleção Educação para Todos, v.10, p. 441 – 467.

MATOS Marlise; PINHEIRO Marina Brito. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. In: ALVES, José Eustáquio Diniz, JORDÃO, Fátima, PINTO, Celi R. Jardim (Orgs.). *Mulheres nas Eleições 2010*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política, 2012, p. 47- 90.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. In: *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.8, n. 3, p. 653 - 679, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: Representação e “Singularidade Feminina”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n.2, p. 253 - 267, 2001.

PAUTASSI, Laura C. Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v.6, n.4, p. 70 - 93, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.18, n.36, p. 15 - 23, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim; MORITZ, Maria Lucia; SCHULZ, Rosângela M. O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.10, p. 195 - 223, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Quem tem direito ao “uso do véu”? (uma contribuição para pensar a questão brasileira). *Cadernos Pagu*, v.26, Campinas, p. 377-403, 2006.

PORTAL DIZAÍ. *Vereadores gastam 500 mil por mês*. Disponível em: <http://www.dzai.com.br/jajf/video/playvideo?tvvidid=145156>. Acesso em: 03 nov. 2014.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.1, p. 33 - 55, 2010.

PROGRAMA IBERMEDIA – O espaço audiovisual latino-americano. Disponível em: <http://www.programaibermedia.com/pt/>. Acesso em: 04 nov. 2014.

RAGO, Margareth. Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil: 1890-1930. In: MELO, Hildete P; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (Orgs.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. Coleção Educação para Todos, v.10, p. 223 - 242.

REZENDE, Giovane. *Comite da Cidadania lança 29º Informativo*. Disponível em: <http://www.radiocatedraljf.com.br/noticias/206/comite-da-cidadania-lanca-29a-informativo>. Acesso em: 04 nov. 2014.

REZENDE, Giovane. *Comite da Cidadania destaca gastos de vereadores com verba indenizatória*. Disponível em: <http://www.radiocatedraljf.com.br/noticias/207/comite-da-cidadania-destaca-gasto-do-vereadores-com-verba-indenizatoria>. Acesso em: 04 nov. 2014.

RODRIGUES, Eduardo; VERÍSSIMO, Renata; MOURA, Rafael Moraes. Dilma defende conselhos de participação popular. *O Estado de São Paulo (Estadão)*, São Paulo, online, 5 jun. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-defende-conselhos-de-participacao-popular,1506067>. Acesso em: 20 jul. 2014.

ROSÂNGELA REZENDE TRAVISAN DE AVELAR. *Entrevista IV*. Entrevistadora: Érica Carolina Gomes da Silva. Juiz de Fora, 2014. 1 arquivo. Som Wave.

SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 20 jul. 2014.

SCOTT, Joan W. O Enigma da Igualdade. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, p.11-30, 2005.

TRIBUNA DE MINAS. *Gastos por vereador vão de R\$ 14.500 a R\$ 45 mil*. Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/gastos-por-vereador-vao-de-r-14-500-a-r-45-mil/>. Acesso em: 04 nov. 2014.

VIANNA, Heraldo Marelím. *Pesquisa em Educação - a observação*. Brasília: Liber Livro, 2007. (Série Pesquisa, v. 5).

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM TRÊS INTEGRANTES DO COMITÊ DE CIDADANIA

- Nome:
- Idade:
- Escolaridade:
- Profissão:
- Entrevista realizada em:

1. Você acredita ter recebido, durante sua trajetória escolar, educação que proporcionasse formação política e para a cidadania?
2. Você pensa que a educação para a cidadania e formação política deve acontecer nas instituições formais de educação?
3. Você pensa que é possível educar politicamente e para a Cidadania em outros espaços além dos espaços representados pela educação formal? Se sim, de que maneira?
4. Qual foi a sua motivação para participar do Comitê de Cidadania?
5. Você acha que os meios de comunicação são usados a favor da promoção de educação para participação política? Há compromisso das emissoras de TV com programas de incentivo a cidadania e participação política?
6. Você acha que as Igrejas são instituições que educam para a participação política e cidadania?
7. Você acha que em nossa sociedade, ainda hoje, de alguma maneira, as mulheres são alijadas dos processos de participação política, exercício de cidadania e democracia? Se sim, a que você atribui esse alijamento, e o que fazer para modificar?
8. A presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto 8.243, que institui *a Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil*²⁸. E o SNPS – Sistema Nacional de Participação Popular, consistindo em mecanismos de participação popular através dos conselhos formados por populares. **A intenção deste decreto é assegurar que conselhos e movimentos sociais possam participar do poder legislativo. Qual sua opinião a respeito desse decreto?**

ANEXO 2 – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS

D) Entrevista com Déa Emília Carneiro de Andrade (Presidenta do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora), realizada dia 29 de junho de 2013.

Após apresentação desta pesquisadora e também da pesquisa desenvolvida, a presente acadêmica solicitou à entrevistada que explanasse a respeito da criação, funcionamento e função do Comitê de Cidadania. Sendo assim, Déa Emília Carneiro de Andrade tomou a palavra.

Déa Emília: O Comitê acompanha desde 2001 o trabalho da Câmara Municipal, e, publica semestralmente um informativo, informando dados sobre o trabalho dos vereadores e os assuntos de interesse local. O Comitê é ecumênico, suprapartidário, aberto a todas as pessoas, exceto presidente de Partido Político ou candidato, essa exceção faz parte do regimento interno. O comitê iniciou o trabalho no ano 2000, divulgando a Lei 9.840/99, e, recebendo denúncias de compra de votos. Esse trabalho pela ética na política é feito em todo ano eleitoral, conservando-se o Comitê 9.840 em estado de latência, mas, o combate à corrupção é feito sempre. De 2001 em diante há o acompanhamento do trabalho dos vereadores e os objetivos são informar a população sobre o que é a Câmara, sobre a função do Legislativo, estimular a população à participação política a partir das informações do que se passa na Câmara. O Comitê de Cidadania trabalha segundo a visão global e o agir local, tendo ela própria como movimento de base a Renovação Cristã no Brasil, e, também, membros do Movimento Familiar Cristão, trabalhando de forma a buscar a transformação social, e, nesses movimentos de base, as reflexões foram levando os membros do Comitê a entender que a transformação social só é possível através de uma ação política na tentativa de mostrar às pessoas que todo ato nosso, é um ato político.

O Comitê é composto em sua maioria por mulheres e alguns homens. Atualmente tem-se em torno de 15 membros, profissionais de várias áreas, Direito, Serviço Social, Educação, Saúde. As mulheres membros do Comitê são em sua maioria da área de Educação e também da área de Serviço Social. Em geral são mulheres aposentadas e algumas donas de casa. As mulheres, aquelas que são área de Educação em especial, têm mais persistência de acreditar no trabalho do Comitê, a mulher tende a acreditar na semente plantada, na semente regada, esperando dar os frutos.

Em alguns casos algumas mulheres têm comprometido o seu envolvimento em todas as atividades do Comitê devido a serem casadas, pois os esposos se incomodam com a ausência

da esposa em casa em prol do envolvimento nas atividades do Comitê. O Comitê atuou ajudando comunidades na causa de defesa do direito à saúde, direito de defender a sua residência dos efeitos nocivos da instalação de antenas emisoras de sinal para telefones celulares próximas às residências. Dessa maneira conseguiu-se aprovar uma lei municipal que proibia a instalação de antenas muito próximas às residências, mas, foi julgada inconstitucional, não foi defendida pela Câmara Municipal, pois o presidente na época, não permitiu que a assessoria jurídica defendesse a Lei Municipal. Acredito que isso possa ter sido pela interferência do poder econômico, pois as empresas de telefonia celular, por vezes, custeiam campanhas a diversos candidatos a cargos políticos. Entretanto, mesmo a lei tendo sido considerada inconstitucional, não mais se tem instalado antenas em proximidade das residências que seja nociva à saúde humana.

Quanto ao boletim, este era anual, e atualmente é semestral, de acordo com que foram aumentando os apoios o boletim informativo passou a ser produzido com maior frequência, sendo divulgado com a intenção de despertar interesse e estimular a participação política da população. O Jornal Tribuna de Minas de Juiz de Fora também passou a divulgar os projetos de leis dos vereadores a partir do informativo do Comitê, e da mesma forma no momento em que o informativo do Comitê começou a divulgar salários dos vereadores e receita da Câmara, o jornal Tribuna de Minas também passou a dar foco nessa parte de salários e gastos da Câmara. E, ainda, a Rede de televisão local também fez matérias sobre a receita dos gastos com gasolina pelos vereadores (as). Hoje o boletim informativo do Comitê conta com tiragem de 5mil exemplares, havendo também a sua divulgação pela internet no blog do Comitê de Cidadania. O Comitê não é ligado a nenhum grupo e nem recebe verba alguma, os gastos são custeados somente pelos os apoios. É um Comitê que tem independência, autonomia, não faz juízo de valor das atitudes da Câmara Municipal, apenas repassa as informações do que foi observado, realizando pontuações no Editorial do informativo baseado no acompanhamento sistemático das reuniões da Câmara Municipal, procurando sempre manifestar para os vereadores através do informativo a opinião pública, escrevendo sempre algo direcionado para que a Câmara venha a cumprir melhor o seu papel, destacando que a função do Legislativo, além de elaborar e aprovar leis, é fiscalizar o poder Executivo, o uso da verba pública.

II) Entrevistas com três integrantes do Comitê de Cidadania

1ª Entrevistada

- Nome: Maria Aparecida de Oliveira Corrêa
- Idade: 63
- Escolaridade: Curso Superior em Pedagogia
- Profissão: Professora e Pedagoga (aposentada atualmente)
- Entrevista realizada em 04/11/2014

ÉRICA: Você acredita ter recebido, durante sua trajetória escolar, educação que proporcionasse formação política e para a cidadania?

MARIA APARECIDA: Bem, pela minha idade, já tem um tempinho essa formação, mas eu me lembro, nos primeiros anos de escola, que assim, havia esse início de formação para a cidadania do jeito era hábito naquela época. Nós tínhamos hora cívica, toda semana, havia declamação de poemas. Eu me lembro de ter declamado o hino nacional numa atividade da escola. Então, assim, naquele início havia um trabalho de acordo com o pensamento dos educadores daquela época. Depois, eu fui fazer o curso superior, já mais tarde, depois de casada. Eu fiz o magistério, comecei a trabalhar, casei, sempre querendo continuar os estudos, e, consegui entrar na Universidade Federal, em 1980, já com três filhos. E, assim, o curso de Pedagogia, talvez a formação cidadã, a formação política não. O curso tem uma preocupação com uma formação no sentido amplo. Eu lembro que eu aprendi muito, abriu meu horizonte de cidadania, como pessoa ao estudar Filosofia, Sociologia, Psicologia. Foi um crescimento muito grande, porque eu já era mais amadurecida. Minhas colegas tinham 18 anos e eu já tinha 30. Eu ganhei com isso, levei o curso mais a sério, fiz um curso muito bom, que me ajudou como mãe, como profissional porque eu já trabalhava, e como cidadã também, esse sentimento de cidadania. Eu quero destacar também que eu trouxe de família a imagem do meu pai. Ele era uma pessoa muito simples, sem educação formal, mas uma pessoa que tinha sabedoria da vida, e, ele se interessava pelo Brasil. Nós tínhamos naquela época a hora do Brasil, e o meu pai ouvia, gostava de ouvir, e, acompanhava, e, até chorava em alguns momentos pela situação política do Brasil, e, isso me marcou muito. E, eu sinto que essa minha participação política, minha participação nos movimentos populares se deve a isso que eu aprendi com meu pai, esse desejo de contribuir de alguma forma.

ÉRICA: Você pensa que a educação para a cidadania e formação política deve acontecer nas instituições formais de educação?

MARIA APARECIDA: Sim, eu penso que sim, de uma forma bem contextualizada, de uma forma não só através do conhecimento, através dos estudos, mas, na prática. No acompanhamento às instituições que façam um trabalho de formação, ligado à política, à cidadania, ou mesmo dentro das escolas. No trabalho nós já tentamos formar, movimentos de participação dentro da escola, grêmios estudantis. Já dei apoio, já conseguimos participar nessa formação de grêmios estudantis em escolas de Ensino Médio. E, então, eu acho assim, que seria bem de uma forma participativa, porque só o ensinamento teórico dá um embasamento superficial. Mas, quando o aluno faz, quando ele participa, quando ele é chamado a contribuir, então ele introjeta o sentimento de participação que é a base da formação política e da cidadania.

ÉRICA: Você pensa que é possível educar politicamente e para a Cidadania em outros espaços além dos espaços representados pela educação formal? Se sim, de que maneira?

MARIA APARECIDA: Acho que sim, não só dentro da escola, mas nos movimentos sociais. Essa participação é muito importante, a questão da participação política efetiva, através do acompanhamento às Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa. Eu participei três anos na escola que eu trabalhava, organizando a participação dos meus alunos no Parlamento Jovem, que é um programa do Governo de Minas para o Ensino Médio. Nós chegamos a visitar a Assembleia Legislativa, os alunos levaram proposta, participaram de uma reunião como Deputados Mirins. E eu percebi que foi muito marcante para os alunos. E depois concluindo o Ensino Médio, os alunos que estiveram em Belo Horizonte, falaram que o que mais marcou no Ensino Médio foi essa participação nesse projeto Parlamento Jovem, junto à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Isso é importante. Incentivar a participação dos alunos nesse acompanhamento das câmaras, nas assembleias legislativas, nas organizações de movimento de bairro. Eu acho que essa formação tem que ser ampla, não só no espaço formal da escola.

ÉRICA: Qual foi a sua motivação para participar do Comitê de Cidadania?

MARIA APARECIDA: Pois é! Isso que tem dentro de mim. Esse desejo de construir um Brasil melhor. A gente sabe que esse trabalho nosso no Comitê é de formiguinha, é um pingote de água no oceano. Mas, é assim que eu me sinto bem, de pensar que eu estou podendo contribuir de alguma forma para que as coisas aconteçam melhor na minha cidade! Se eu não

posso cuidar do todo, eu tento cuidar da parte, de uma parte, daquilo que é possível para mim. Me sinto feliz, procuro fazer o melhor possível. E isso me ajuda também a ficar atenta ao que está acontecendo, na cidade, no estado, no país, no mundo! Por outro lado, como eu procuro ajudar, eu me sinto ajuda e enriquecida por essa participação no Comitê de Cidadania, pelo que a gente aprende com os colegas, onde a gente vai, as palestras que a gente organiza, a elaboração do Informativo é um desafio que a gente procura se superar em cada época que a gente organiza. Então, tudo isso traz uma motivação muito grande. E assim, realmente, o Comitê de Cidadania, as pessoas que me chamaram, nenhuma participa mais, e, eu fiquei, nem sei porque, eu fiquei! Essa coisa que há dentro de mim que eu falo que atribuo ao meu pai... Esse sentimento. Parece que eu estou fazendo que ele esteja, que ele esteja dando continuidade, que ele esteja vivo através da minha atuação.

ÉRICA: Você acha que os meios de comunicação são usados a favor da promoção de educação para participação política? Há compromisso das emissoras de TV com programas de incentivo à cidadania e participação política?

MARIA APARECIDA: Olha, eu sou uma pessoa que tem esperança. E, eu observo que, apesar de tudo, apesar de vivermos numa sociedade capitalista, apesar do valor que é dado ao consumo e ao poder, ainda existem espaços de participação nos meios de comunicação. Porque assim, numa atividade moderna, para os meios de comunicação atuarem de forma moderna, eles têm que estarem atentos ao que está acontecendo no mundo. Hoje a internet e as redes sociais, estão pressionando para que a verdade realmente seja dita, para que as coisas aconteçam verdadeiramente como são. E, aí, eu acho que aí a internet, ela pressiona os meios de comunicação, a escrita, a televisão, o jornal, porque senão eles serão contestados. Então, de uma maneira, aproveitando os espaços, essa participação acontece, essa promoção da educação da participação política, ela acontece. Por causa desse acompanhamento a tudo que vai acontecendo, e, essa necessidade de ser fiel a verdade, faz com que as coisas boas que acontecem sejam divulgadas, as pessoas admirem e queiram também participar, queiram contribuir de alguma forma. Então assim, as emissoras de televisão, até por causa de lei, a televisão educativa, os espaços também obrigatórios de formação, o próprio TSE, eu admirei a atenção que ele teve nessas eleições colocando campanhas de participação bem feitas, bem incisivas, mostrando a importância da participação, então eu estou percebendo que o Brasil está melhorando nesse aspecto de participação política, e os meios de comunicação não tem

como fugir desse momento, atuar diferente disso, nós vivemos uma democracia, e, isso é muito importante.

ÉRICA: Você acha que as Igrejas são instituições que educam para a participação política e cidadania?

MARIA APARECIDA: Infelizmente não, apesar, e, uma contradição, porque o nosso Papa, que é o Pastor maior, ele é político. E ele não se exclui de manifestar a importância da política na vida das pessoas. Eu estou lendo, a exortação apostólica dele, é a alegria do evangelho, um documento lindíssimo, e, ele tem uma fala importantíssima, que todos os políticos deveriam ler. Eu até estou pensando de usar o Facebook. Eu fiz um resumo dessa fala do papa, dizendo da importância da política na vida das pessoas, e, dizendo, que a política e o evangelho, estão de mãos dadas, não são pontos opostos. Infelizmente, os fiéis, em sua maioria, o católico, é pouco informado. O católico acha, muitos acham que religião não tem nada a ver com política, e, isso é muito triste, e, principalmente, eu acho até na nossa Região Sudeste, que tem um poder aquisitivo melhor, e, nas regiões do Norte do país, do Nordeste, onde a necessidade financeira é muito grande, a Igreja tem que ser política por causa da própria situação do povo. Então, eu penso que as questões que já aconteceram lá no Norte do país, o acompanhamento de Dom Pedro Casaldáliga, no interior do país, Irmã Dorothy, no norte no país, atuando junto com o povo, Frei Beto, na época da ditadura militar. Quer dizer, ali, a Igreja mostrou isso! A própria CNBB, na sua opção preferencial pelos pobres, que é também a opção do próprio Papa Francisco. Infelizmente, muitos padres não são bem informados. Eu penso que a formação nos seminários é falha. Então, infelizmente, o povo não aceita, em sua maioria, eu vejo até, que, a Igreja Católica, ainda tem uma caminhada um pouco mais progressista. Outras religiões eu não conheço a fundo, mas, eu percebo que, essa repulsa à política dentro das comunidades, é pior ainda. E, os padres que são os elementos mais próximos do povo, eles não tem uma boa formação nesse aspecto, então, eles, as vezes, ficam com medo de contrariar as lideranças políticas, as lideranças da comunidade que não veem com bons olhos essa participação.

ÉRICA: Você acha que em nossa sociedade, ainda hoje, de alguma maneira, as mulheres são alijadas dos processos de participação política, exercício de cidadania e democracia? Se sim, a que você atribui esse alijamento, e o que fazer para modificar?

MARIA APARECIDA: Olha, historicamente, política é coisa de homem. Então, quer dizer, isto aí, a mulher na primeira República, logo após a República, a mulher, foi excluída de participação quando houve a proposta de participação através do voto. A mulher foi excluída e, demorou muito a conquistar esse direito, e, quer dizer, então, ela tem que vencer essa exclusão que demorou muito tempo, até mesmo na consciência, na formação, da mulher, na educação da mulher, e, na educação das outras mulheres, que, confiam nos homens para votar. Então, assim, nessa campanha política, eu acho que o Brasil manifestou, além de, não só, uma visão política, mas, uma visão também de rejeição ao fato de a presidente ser uma mulher. E, aproveitaram, porque muitos homens não engoliram a eleição de uma mulher no Brasil num primeiro momento. E, ainda mais, a reeleição de uma mulher como presidente do Brasil. Então, esse tempo eu percebi muita fala totalmente desrespeitosa à figura da presidenta, e, isso mostra um anseio que esta aí entre as pessoas, e, que, fica aí num “vernizinho”, mas, que, lá dentro está bem mal resolvido. Então, já existe a lei que exige 30% de participação de candidatas mulheres, só que, por documentos que eu leio, e, tudo, os partidos cumprem a lei, só que não dão apoio às candidatas. Então, a falta de candidatas nessas últimas eleições, houve um crescimento, mas, ainda é pequeno. E, também, há índices internacionais de participação da mulher na política, e, o Brasil está sendo pressionado, e, em alguns momentos, ele é mal avaliado até por causa dessa pouca participação da mulher. Então, tem como modificar sim, eu acho até que já está modificando um pouco, como eu disse, eu elogio a atuação do STE. Eles têm realizados campanhas importantes e inteligentes incentivando a participação da mulher. Mas, ainda há muito comodismo, muita acomodação, a mulher ainda não consegue, talvez, entender a importância da sua participação, e, é um trabalho ao longo do tempo. Por isso a vitória de uma mulher, nós temos uma mulher presidente da República, eu acho que marcou o Brasil pra sempre. Ela fez uma coisa muito interessante. Ela colocou mulheres em muitos Ministérios, em muitos cargos gerenciais, e, isso é um marco. Acho que isso foi um crescimento muito grande e será! Eu penso que ninguém vai conseguir apagar essa participação, isso aí vai ser força, e, deve ser força para outras mulheres se candidatarem e conquistarem esse espaço que precisa ser também da mulher, uma vez que, a mulher é maioria no Brasil. Então, não dá para entender uma participação pequena da mulher ainda na política. Existe a proposta da reforma política que propõe a paridade de gênero, muito importante, e, eu penso que devagarzinho a gente vai conseguir essa participação de igual para igual com os homens.

ÉRICA: A presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto 8.243, que institui a *Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil*²⁸. E o SNPS – Sistema Nacional de Participação Popular, consistindo em mecanismos de participação popular através dos conselhos formados por populares. A intenção deste decreto é assegurar que conselhos e movimentos sociais possam participar do poder legislativo. Qual sua opinião a respeito desse decreto?

MARIA APARECIDA: Olha, eu não conheço o Decreto na íntegra. Mas, eu acho que é uma proposta avançadíssima de participação popular. Espero que a Dilma consiga esse apoio que não conseguiu ainda, que ela não desanime. Nós temos outras propostas de participação popular nas decisões que são as leis de iniciativa popular, que já foram duas aprovadas, e, que, já tem mais uma de reforma política. Então, são espaços que a gente precisa de conquistar. Mas, eu vejo a dificuldade, pelo congresso que nós temos formado, de muitos políticos com uma visão de política de cabresto, e, que, assim, ainda pode demorar um pouco. Mas, é a esperança, eu acho que seria maravilhoso! Em países mais evoluídos já existe essa participação popular, e, seria o caminho. Eu tenho ficado muito feliz aqui em Juiz de Fora. Tem o jornal, MGTV, no horário de 12h, que, tem uma parte que as pessoas ligam e mandam email, e, que, falam sobre os problemas que acontecem na cidade, denunciam, obras q precisam ser feitas, situações irregulares de prejuízo à comunidade. E, eu acho tão lindo quando a repórter dá resposta, procura o órgão Municipal responsável, e o órgão se compromete a ir e a fazer o trabalho, e, explica daqui a quanto tempo que vai realizar o trabalho! E, isso aí, é uma coisa maravilhosa! Como eu falei, a televisão está evoluindo, não temo como eles continuarem numa participação estática, e, isso é uma participação bem contextualizada. E, eu penso, porque não, a nação funcionar dessa maneira? É claro que a gente sabe que é um nível muito maior, mas, que é possível de acontecer. Eu acho que o governo seria muito mais bem informado da realidade do país, o povo iria se envolver muito mais, e, deixar de lado essa visão tão negativa dos políticos e da política no Brasil. Eu tenho esperança.

2ª Entrevistada

- Nome: Maria Enilda Teixeira Gonçalves
- Idade: 68 anos
- Escolaridade: Curso Superior em Geografia, Pós- Graduação
- Profissão: Professora (aposentada atualmente)
- Entrevista realizada em 04/11/2014

ÉRICA: Você acredita ter recebido, durante sua trajetória escolar, educação que proporcionasse formação política e para a cidadania?

MARIA ENILDA: Bem, então, eu voltar um pouco a minha idade! Eu tenho 68 anos, então a forma como foi a educação que eu recebi foi bem diferente da educação que os jovens têm hoje. Eu estudava numa escola pública em Ubá-MG, e, a minha escola era de muito boa qualidade, e, eu fiz o curso Fundamental e Médio antes da Revolução de 64 e a gente tinha assim, muito movimento, a gente fazia muito trabalho social, eu lia muito, eu era frequentadora de biblioteca, então na época eu me sentia assim, não uma coisa especial, mas, muito melhor do que acontece hoje, eu acredito que a minha geração teve.

ÉRICA: Você pensa que a educação para a cidadania e formação política deve acontecer nas instituições formais de educação?

MARIA ENILDA: Na verdade, não só deve! Eu acredito que esse é único caminho que a gente pode encontrar se a gente quiser realmente ter um Brasil diferente e melhor. Porque o que eu percebi inclusive no trabalho que a gente faz no Comitê de Cidadania, até com os próprios alunos de comunicação, que são universitários, e, eles diziam assim, que eles ainda não tinham despertado nenhum pensamento, nenhuma atenção para a parte da educação política, para formação política, e, para o engajamento social deles. Então, eles se preocupavam em serem jornalistas, e olha que é uma profissão que iria precisar disso! Imagina, na escola, no segundo grau, as escolas ficam naquela ânsia de preparar para o ENEM, para a faculdade. Os professores ficam estressados com o conteúdo que tem que desenvolver e a parte da formação política e da cidadania realmente ela não acontece. Então, é a condição *sinequa non* para o Brasil querer ter uma sociedade democrática, porque democracia não é só você delegar para um deputado, ou, um senador, ou, um presidente, mas principalmente, poder legislativo, que ele te represente. Mas, principalmente que você

acompanhe, participe e interaja dentro do processo. Eu vou falar mais um pouquinho. Eu assisti a uma reunião da Câmara, e, um vereador, o Castelar, ele achou que um deputado eleito deveria ser sabatinado dois anos após o mandato dele. Que ele tivesse uma ratificação ou não porque as vezes você vota numa pessoa e ela não te representa. Então a pessoa teria que ter um outro momento para que ele pudesse continuar a cumprir o seu mandato. Então, isso para você ver a seriedade de você acompanhar um representante seu.

ÉRICA: Você pensa que é possível educar politicamente e para a Cidadania em outros espaços além dos espaços representados pela educação formal? Se sim, de que maneira?

MARIA ENILDA: Eu acredito sim! Eu acho que a vida é uma constante. A sala de aula, ela extrapola o ambiente escolar. É na família, nos grupos sociais, e, principalmente na parte cultural. É quando a pessoa está desenvolvendo atividade esportiva! E, principalmente, olhe bem, um fato que é fundamental, a pessoa trabalhar o combate a corrupção do brasileiro que acontece mesmo de aquela pessoa levar vantagem em tudo, de você aceitar o outro, de você trabalhar a desigualdade em qualquer ambiente. Você vai ver que a desigualdade social e as diferenças de raça, de opções de vida da pessoa, sexual que seja, tem que ser trabalhada se quiser construir um mundo melhor que eu acredito que a gente vai caminhar para isso.

ÉRICA: Qual foi a sua motivação para participar do Comitê de Cidadania?

MARIA ENILDA: Bem, na verdade eu entrei no Comitê de Cidadania sem saber onde é que eu estava entrando! Vou explicar por que! Porque eu aposentei e eu trabalhava em três turnos de trabalho em Ipatinga - MG. E, eu me aposentei assim, no meio de uma ação muito intensa. Eu coordenava toda a rede municipal na parte de Estudos Sociais, e, de repente, eu vim para Juiz de Fora - MG aposentada e comecei a fazer inglês, hidroginástica e encontrei uma amiga que é a Beth, e, ela me convidou para participar do movimento do Comitê e eu entrei! E aí que fui me interessar, participar e ver o que e que esse Comitê de Cidadania realmente fazia, e, gostei muito do trabalho. Foi em 2001, por aí.

ÉRICA: Você acha que os meios de comunicação são usados a favor da promoção de educação para participação política? Há compromisso das emissoras de TV com programas de incentivo a cidadania e participação política?

MARIA ENILDA: Eu acho que, na verdade, não há um grande interesse para que isso aconteça não. Porque quanto mais conscientes as pessoas forem, mais elas vão reivindicar os

seus direitos e também a sua participação, então, incomoda um pouco! É mais fácil você não trabalhar com esse tipo de sociedade, aquela sociedade bem esclarecida. Então, eu vejo, por exemplo, que, quando eu vejo um canal que tem essa preocupação, que eu ligo a televisão, por exemplo, é que eu percebo a diferença como que todos nós brasileiros, não só crianças e adolescentes, aprendemos em poucos minutos, e, em pouco tempo ou que você tenha um atrativo da televisão que não leva a nada, um filme que não tem uma mensagem, ou, uma novela. Então, o seu tempo de lazer é usado com um desenho e etc, mas, que aquilo não te acrescenta nada. Eu acho que não.

ÉRICA: Você acha que as Igrejas são instituições que educam para a participação política e cidadania?

MARIA ENILDA: Deveriam, mas, também acho que, com pequenas exceções, isso não acontece. Na verdade eu penso assim, que as igrejas, se elas são igrejas cristãs, que elas não precisariam ter um outro incentivo a não ser seguir o Cristo! Porque ele foi uma pessoa, um revolucionário, assim vamos dizer. Porque ele interferia na forma como os doutores da lei agiam nos templos, e também, ele era um defensor das mulheres e daquelas pessoas que eram os humildes. Então, essa opção pelos pobres, pelos menos agraciados pela vida, deveria ser a base de todo o pensamento religioso, mas isso não é verdade, isso não acontece. Mas acontece em algumas comunidades.

ÉRICA: Você acha que em nossa sociedade, ainda hoje, de alguma maneira, as mulheres são alijadas dos processos de participação política, exercício de cidadania e democracia? Se sim, a que você atribui esse alijamento, e o que fazer para modificar?

MARIA ENILDA: Bem, é, sobre isso eu tenho assim, bastante condição de responder, porque eu faço parte do Conselho Municipal da Mulher, e, o tempo todo a gente trabalha nessas políticas públicas tentando dar a mulher brasileira, e, aqui, a mulher de Juiz de Fora, no nosso caso especificamente, aquilo que elas por direito tem, deveria ter. Um dos pontos assim, principais, é da desigualdade da mulher em relação ao homem, é da participação nos espaços de poder. Aqui em Juiz de Fora, por exemplo, a gente tem dezenove vereadores e uma vereadora. No congresso o número de senadores e deputados, é 8 % o número de mulheres em relação aos 92% de homens. Essa diferença, ela tem motivo, porque a mulher apesar de ter evoluído muito e estar conquistando seus espaços, mas, a mulher, ela foi durante um período muito longo, ela ficou a parte desse mundo político que era um mundo dos homens. Eu,

pessoalmente, tenho um depoimento, porque na cidade que eu morava, eu era muito convidada, porque eu fiz muito! Teve um problema na cidade porque o prefeito fechou a escola que eu trabalhava, e, colocou todos os alunos na escola da irmã dele que era particular, e foi um movimento tão grande!! Nós fomos ao ministro da educação em Brasília, fizemos um memorial, levamos o memorial, e o prefeito falava que nem se a mãe dele levantasse do túmulo, ele reabriria a escola. Só que ele reabriu. Levamos na TV Globo, fizemos filmagem, fizemos isso, e era aquele “auê” na cidade! Então, o que aconteceu, foi que por esse motivo, por um período, eu fiquei mais ou menos no foco, na mídia, das pessoas. E aí os partidos políticos começaram a me chamar. Primeiro, para ser vereadora, e, depois até pra ser vice-prefeita de um candidato da cidade. Mas, o meu marido, ele simplesmente falou um não. Assim, se eu quisesse realmente me candidatar, eu teria que me separar dele, porque ele não aceitou me ver assim, num espaço de poder, ele não deu conta! E assim, eu acredito que o meu caso é o caso de milhares de mulheres no país.

A mulher ficou durante muito tempo e até hoje alijada dessa questão haja visto que, o voto da mulher, só foi acontecer em 1932. Mas, acontece o seguinte, que os partidos, apesar de eles terem uma cota, isso aí é só pra inglês vê. Não é verdadeiro! Eles colocam as pessoas só para ocupar o espaço, mas elas não têm formação política, não são treinadas. Algumas sim, por natureza e são exceção, mas na verdade, no final, não temos 30 % de mulheres eleitas. E somos 52% da população do país. Então, é uma forma de mostrar que a democracia brasileira está com um déficit muito grande de representatividade pela falta de mulheres nesses espaços de poder. Só quando as mulheres forem melhor capacitadas e realmente treinadas, e os partidos políticos forem obrigados a garantir, e, na reforma a gente está buscando isso, é que haja uma lista partidária com um homem e uma mulher, um homem e uma mulher, de forma que a mulher seja incluída dentro do processo na mesma condição que o homem, que é o certo.

ÉRICA: A presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto 8.243, que institui a *Política Nacional de Participação Social - PNPS*, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil²⁸. E o SNPS – Sistema Nacional de Participação Popular, consistindo em mecanismos de participação popular através dos conselhos formados por populares. A intenção deste decreto é assegurar que conselhos e

movimentos sociais possam participar do poder legislativo. Qual sua opinião a respeito desse decreto?

MARIA ENILDA: Bem, para eu falar o que eu penso desse decreto, eu vou também me reportar a um caso municipal. Aqui em Juiz de Fora os conselhos municipais são muitos, acho que são 32 ou 36 conselhos. Eu participei de dois, o da Mulher e o de controle social do Programa Bolsa Família. Então, o que eu percebi ao longo, e, há muitos anos que eu tenho participação nos conselhos municipais. E, na lei de criação desses conselhos é a mesma linha dessa Política Nacional de Participação Social. Ou seja, que através das entidades, a sociedade pudesse interferir e participar na elaboração das políticas públicas, dando assim, quase que um auxílio ao Poder Executivo, no caso, na administração pública. E, o que eu percebi ao longo do tempo, que era uma coisa assim, também para inglês ver. Por quê? Porque os conselhos, alguns até que foram evoluindo, igual o Municipal de Saúde, o da Criança e do Adolescente, porque tinham um respaldo maior, tinham uma secretaria executiva, e, puderam agir com mais propriedade. Mas, os outros conselhos, faziam o papel daquele “bobinho” que a gente brinca com a criança, então a criança menor fica no meio, e, os grandes jogam a bola, e, ele fica tentando pegar, mas, ele não alcança a bola. Então, essa é a história dos conselhos, da grande maioria, mas aos poucos vão se transformando em “gente grande” e começam a interferir. Inclusive, nas cidades onde a participação popular é maior, eu acredito que a possibilidade de acerto nas políticas públicas é maior. Com referência a esse decreto, que foi tão badalado, que dividiu a opinião, como se a gente tivesse caminhando para o socialismo, ele nada mais é do que assegurar democraticamente uma participação da população, nada mais do que isso. E é transformar aquele jogo do “bobinho”, numa coisa mais efetiva. E só traria benefícios, não tiraria o poder do legislativo, mas, pelo contrario, iria dar força ao legislativo. Agora, é claro que as pessoas teriam que ter mais transparência, e, as ações teriam que ser mais pensadas. Eu acredito que um dia as pessoas concordem que os conselhos sejam importantes e que essa política nacional aconteça de verdade.

3ª Entrevistada

- Nome: Rosângela Rezende Trvisan de Avelar
- Idade: 62 anos
- Escolaridade: Ensino Superior – Licenciatura em História
- Profissão: Professora (aposentada atualmente)
- Entrevista realizada em 04/11/2014

ÉRICA: Você acredita ter recebido, durante sua trajetória escolar, educação que proporcionasse formação política e para a cidadania?

ROSÂNGELA: Somente a partir do Ensino Médio, e, principalmente na Universidade, antes disso não.

ÉRICA: Você pensa que a educação para a cidadania e formação política deve acontecer nas instituições formais de educação?

ROSÊNGELA: Sim, acredito que é exatamente ali que as crianças e jovens devem se preparar para esse exercício da cidadania e estar politicamente, é introdução, principalmente uma introdução à ideia política, que a política é isso, no meu dia a dia eu faço política. Ele tem que entender que isso faz parte da vida dele, que ele vai crescer, ele vai escolher sua profissão, tudo isso tem um envolvimento. Os gastos que ele faz, se o papai pode dar uma compra, então desde criança, pode dar uma coisa ou não, ele vai ter que exercer essa negociação, e a hora que ele está negociando, ele está aprendendo a fazer política. É importante para que não chegue ao que chegou em 2014 muita gente, no caso, principalmente, os adultos, com noções completamente distorcidas do que é política. E da questão da cidadania também, eu acho que a gente tem que a expressão deveria ser martelar mesmo isso. Porque por mais que a gente tenta mostrar a importância da consciência de se segurar a questão da água que nós estamos vivendo no momento, do lixo, e a questão do próximo, sempre visando o que o outro precisa, eu tenho, mas o outro também pode ter, e através dos grupos. Então tem que começar é lá mesmo enquanto criança e jovem, e, aliás, é a minha esperança que as pessoas consigam fazer isso, porque com os adultos já está um pouco escolado.

ÉRICA: Você pensa que é possível educar politicamente e para a Cidadania em outros espaços além dos espaços representados pela educação formal? Se sim, de que maneira?

ROSÂNGELA: Sim, eu acho que qualquer lugar é espaço para isso. Tem a família, pode discutir esses assuntos na família, trocar ideia. Com amigos, com grupos, nas igrejas também, o padre ou o pastor, pode até não se comprometer partidariamente falando, mas eu acho que tem outros espaços sim. Aliás, eu acho que, justamente, porque muita gente acha, erradamente, que esse assunto não se trata em qualquer lugar, é que as coisas estão difíceis e você não tem noção do que o outro está pensando e fica essa coisa que a gente chegou aí.

ÉRICA: Qual foi a sua motivação para participar do Comitê de Cidadania?

ROSÂNGELA: Na verdade eu conheci o Comitê de Cidadania desde que ainda na ativa como professora de história. Então, através da Cida Correa, que era supervisora da escola, a gente conheceu o Comitê a partir dali, trabalhando na escola, nós fazíamos o que hoje a gente está fazendo, que era levar o informativo que o Comitê produzia e a gente dentro de sala de aula mostrava qual era a importância do Comitê, e a Cida sempre me chamando pra fazer parte. Então eu disse pra ela, quando eu tiver condições assim de assumir, porque eu sou muito tipo assim, se eu falo que eu vou fazer, eu quero que como estar tendo tempo para isso. Caso contrário, tem que haver um comprometimento, se não houver comprometimento, né, e disponibilidade. Aí eu me aposentei e abracei a causa, estou muito satisfeita. É um espaço formidável, conheci pessoas diferentes, pude ter oportunidade de trocar ideias e conhecer muito mais até do que eu achava que tivesse conhecimento.

ÉRICA: Você acha que os meios de comunicação são usados a favor da promoção de educação para participação política? Há compromisso das emissoras de TV com programas de incentivo a cidadania e participação política?

ROSÊNGELA: Como aí tem duas perguntas na mesma questão, eu diria que é não e não. Eu acho que os meios de comunicação estão muito, são tendenciosos, né, tem uma tendência, né. Eles trabalham de acordo com aquilo que dá ibope pra eles, né. O problema todo é o ibope. Então o que é que dá ibope? O que dá ibope é “Big Brother, dá ibope é falar que o cara matou e estuprou não sei das quantas, agora, realmente informar, muito pouco! E quando tem as vezes um canal, ou um programa na TV que informa, você vê que a audiência é fraca. A audiência é fraca, justamente por causa daquilo que eu falei anteriormente, as pessoas não estão também preparadas, então pra que que ele vai entender? O próprio horário eleitoral que agora já virou uma bagunça, mas era um negócio que a gente tinha que ter prazer em estar assistindo, né! E a maioria não gosta, desliga! Eu sei de gente, por exemplo, que chega em casa e não vê jornal nacional, não vê o jornal de qualquer um canal. Então, eu acho que ainda falta, eu acho que é muito pouco. Então, quando eles decidem fazer alguma coisa, já é com uma tendência, a mostrar como agora, nessa última eleição que você via nitidamente quais eram as tendências de cada uma das emissoras, qual o candidato e qual o partido que eles estavam. Senão a reforma política já teria saído, e muita coisa não estaria desse jeito. Muita gente não sabia por exemplo, que nós trabalhamos tanto no Comitê, que foi o voto nulo, as pessoas não sabiam, não se informam, não se informam mesmo, tá!

ÉRICA: Você acha que as Igrejas são instituições que educam para a participação política e cidadania?

ROSÂNGELA: Deveria ser, deveria ser, mas, seria importante que ela fizesse. Mas, eu acho assim, que apesar de todas as igrejas, tanto as católicas quanto as evangélicas terem seus grupos, grupos de oração, mas também ter algum grupo igual o nosso que está inserido aí de certa maneira, eu acho que ainda é pouco. Mas eu percebo também, que por outro lado, as igrejas também, tem a questão de seus dogmas, que elas pensam que estão ferindo os dogmas da igreja. E então, não devo tocar nesse assunto, porque esse assunto é um assunto muito, como é que se diz, privativo de um grupo, enfim, não tenho o direito de sugerir, entendeu? Então, vê aquilo de forma mais geral, então deixa a desejar. Agora, a gente vê, líderes rompendo isso aí, porque você tem dentro das igrejas também, pessoas radicais, e, pessoas altamente conservadoras, que elas só pretendem falar aquilo e pronto e acabou! Elas não tem aquela vontade de esclarecer isso não. E realmente corre esse perigo mesmo, a gente vê, por exemplo, que no caso das igrejas evangélicas, elas já até já extrapolaram um pouco mais, tem até candidato pastor, né! Mas também, por sua vez, a gente vê que ele também não usa devidamente com os fiéis, faz propaganda para ele e acaba levando o eleitor a uma confusão em vez de um esclarecimento. Então, eu acho que deveria sim, mas ainda fica a desejar.

ÉRICA: Você acha que em nossa sociedade, ainda hoje, de alguma maneira, as mulheres são alijadas dos processos de participação política, exercício de cidadania e democracia? Se sim, a que você atribui esse alijamento, e o que fazer para modificar?

ROSÂNGELA: Bom, primeiro que no caso, por exemplo, se nós formos fazer um levantamento das pessoas que ocupam as cadeias legislativas no país, é um mínimo de mulheres, haja vista nossa câmara municipal que só tem uma mulher e vai por aí fora. Agora, eu vou voltar no início, eu vejo que as mulheres não gostam de falar sobre esse assunto, não gostam e não acham que devem falar, porque foram criadas numa época em que falar de política e fazer política era coisa de homem, era coisa de homem!!! Então ela não tinha que se meter nisso aí! Então por exemplo eu posso tirar por mim, eu fico até numa situação constrangedora a sorte é que meu marido me entende. Porque assim, eu tenho muito mais amigos homens do que mulheres. Porque os homens conversam comigo do que eu gosto, e as mulheres não! E quando eu vou falar com uma amiga, é uma ou outra só. As outras já tiram do assunto, já querem falar do filho, da receita de bolo, do vestido que comprou, da pulseira

mais bonita. Então, eu acho que assim, ela não tem, embora, se você parar para pensar, ela como mulher e como mãe e dona de casa, ela acaba exercendo um fator de cidadania com os filhos e ela não se da conta disso. Porque ela não ensina? Ela não troca ensinando? Meu filho não joga papel no chão, meu filho não desperdiça isso... Mas ela não se da conta disso. Mas é porque ela vem de uma quase tradição! Agora, como modificar isso, fácil não é não, fácil não é!! A gente já percebe que tem muito mais mulheres já participando de algumas coisas. Só que tem um detalhe, se você fizer um levantamento de mulheres que se candidatam, tem muitas!! Mas mulher não vota em mulher, mulher vota em mulher!! Ela mesma não vota na mulher!!!! Então será difícil... Como modificar? É preciso a gente arranjar uma maneira. Agora, mas não tem outra a não ser continuar falando e continuar chamando e mostrando a importância disso aí.

ÉRICA: A presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto 8.243, que institui a *Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil*²⁸. E o SNPS – Sistema Nacional de Participação Popular, consistindo em mecanismos de participação popular através dos conselhos formados por populares. A intenção deste decreto é assegurar que conselhos e movimentos sociais possam participar do poder legislativo. Qual sua opinião a respeito desse decreto?

ROSÂNGELA: Eu acho correto, eu acho correto!! Até porque no caso, os vereadores e os deputados, eles não conseguem dar conta de ter acesso a tudo que esta acontecendo nas comunidades. Então, já começa por aí. No âmbito municipal que fica mais fácil pra gente dar o exemplo, o vereador, acho que ele tinha que ter constantemente acesso as comunidades pra que eles possam ouvir. Só que eles estão entendendo que isso está tirando a função deles, só que eles querem continuar manipulando, eles querem continuar fazendo do jeito que eles querem. E ela (Dilma), acho que ela está partindo do princípio assim, que igual numa grande empresa, o dono é o último a saber, e, as vezes, não fica sabendo de uma coisa lá que está acontecendo que é tão simples de resolver, mas está perdendo as vezes, um trabalho, um serviço numa empresa, seria uma maneira dela ficar sabendo. O Brasil é muito grande, tem dimensões continentais. Então isso está correto, corretíssimo! Só que eles não vão querer votar realmente nisso, e, estão com medo de perder a função deles, eles não estão entendendo com uma ajuda. Eles acham que é passar por cima deles e levar direto a ela (Dilma).

ANEXO 3 – INFORMATIVO COMITÊ DE CIDADANIA (nº 29)



COMITÊ DE CIDADANIA

COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ - ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA
ACOMPANHAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Informativo nº 29

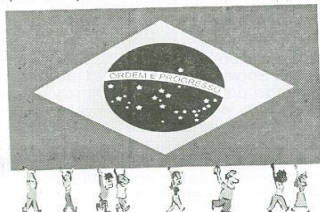
Período: janeiro a junho de 2014

editorial

Neste primeiro semestre do ano eleitoral, o Comitê de Cidadania - CJP/JF destaca a realização das eleições majoritárias e proporcionais em outubro próximo. Quando o país comemora 50 anos do Golpe Militar, que resultou em 20 anos de ditadura, as lembranças das mortes e prisões arbitrárias, do cerceamento da liberdade "de ir e vir" e da dura luta pelas Diretas Já fazem com que o desejo de manutenção da democracia se agigante dentro de cada brasileiro. Apesar de vivermos tempos de desilusões, desconfiança e descrédito em relação à classe política, cabe a cada cidadão permanecer ativo, bem informado, atento e vigilante, não recuando diante do direito ao voto e nem do desejo de construir o país sonhado por todos.

Nesta direção, acena para todos nós a esperança da aprovação de um projeto de lei sobre a Reforma Política, que aguarda a adesão de cada cidadão nos abaixo-assinados que percorrem o país. Cresce também a organização de um Plebiscito Popular, por uma Constituinte exclusiva e soberana do sistema político, previsto para o mês de setembro.

Esse Informativo apresenta ainda o trabalho do Comitê no acompanhamento da atuação dos vereadores. A palavra de ordem deste nosso tempo é ESPERANÇAR, que ao contrário de esperar, significa sonhar, definir o que se quer e o como irá alcançar.



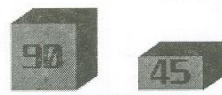
ENQUETE O Comitê de Cidadania - CJP/JF quer saber:

Você sabia que, desde a década de 90, os votos nulo e branco não são computados nas eleições? É isso mesmo: no Brasil, a lei nº 9.504, criada em 30 de setembro de 1997 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), faz excluir ambos da contagem de votos, servindo apenas para fins de estatística. Os votos BRANCOS não são contabilizados a favor do candidato que está ganhando e os NULOS não motivam uma nova eleição, como se costumava acreditar.

O Comitê de Cidadania - CJP/JF entrevistou aproximadamente 140 cidadãos para saber sobre essas questões.

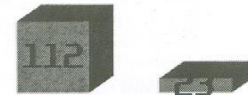
Cerca de 140 cidadãos juizforanos, entre 18 e 64 anos, foram indagados...

Existe diferença entre voto branco e nulo?



SIM NÃO

Em eleições, você escolhe seu candidato, vota branco ou anula?



ESCOLHE BRANCO/NULO

Um dos entrevistados, quando perguntado sobre a diferença entre BRANCO e NULO, respondeu e acrescentou "E eu não sou a favor de nenhum, sou a favor da democracia, porque quando você não escolhe seu candidato, está passando a responsabilidade para outros".

Outro, já na segunda pergunta, também demonstrou ser bastante consciente: "Eu sempre escolhi. Às vezes eu escolho errado. Mas acredito que votar branco ou nulo também não ajuda em nada".

E você, como pretende exercer sua CIDADANIA ?

Você sabe o que é o VOTO NULO?

Nas manifestações recentes que questionam os gastos, corrupção e impunidade frequentes em todas as esferas de poder no Brasil, o voto nulo passou a ser considerado como instrumento de protesto e mudança. É pensando nisso que o Comitê de Cidadania - CJP/JF vem mostrar o risco dessa opção e orientar que as mudanças e a Reforma Política, tão necessárias, só virão através da escolha consciente e bem fundamentada dos candidatos.

Para esclarecimento desses procedimentos, em entrevista ao Informativo do Comitê, o cientista político Dr. Paulo Roberto Figueira Leal explicou as consequências possíveis dessa decisão. O voto NULO não tem qualquer implicação na composição final do resultado e nem ajudará no processo de deliberação dos eleitos: "É preciso que as pessoas tenham consciência de que o voto NULO, mesmo sendo legítimo e um direito que pode ser exercido, traz uma implicação prática que é a transferência da decisão para aqueles que votaram válido".

Acreditar que o voto nulo traz algum benefício para a política do Brasil é engano. O Art. 224 do Código Eleitoral prevê a marcação de nova eleição caso a nulidade atingir mais de metade dos votos do país. Nesse caso porém, "nulidade" decorre da constatação de fraude nas eleições, como no caso de cassação, e não da porcentagem de votos nulos.


 COMITÊ DE
CIDADANIA

LEIS APROVADAS E VERBAS INDENIZATÓRIAS

Entre 01/01/2014 e 30/06/2014. Fonte: Câmara Municipal de Juiz de Fora

VEREADORES	POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL	PROTEÇÃO AMBIENTAL	UTILIDADE PÚBLICA	VERBA INDENIZATÓRIA
Ana Rossignoli (PDT)	Lei nº 12 925	-	-	R\$ 44.435,46
André Mariano (PMDB)	Lei nº 12 962	-	-	R\$ 40.208,53
Antônio Aguiar (PMDB)	Leis nº 12 926 e 12 963	-	-	R\$ 44.502,44
Aparecido Oliveira (PPS)	Leis nº 12 909 e 12 958	-	-	R\$ 45.291,25
Francisco Evangelista (PP)	Lei nº 12 943	-	-	R\$ 45.397,54
Hitler Vagner Oliveira (PR)	-	-	-	R\$ 42.383,52
Isauro Calais Filho (PMN)	Lei nº 12 942	-	-	R\$ 41.612,83
João Evangelista (DEM)	-	-	-	R\$ 44.496,06
José Fiorilo (PDT)	-	Lei nº 12 923	-	R\$ 14.586,32
José Márcio Guedes (PV)	-	Leis nº 12 904 e 12 924*	-	R\$ 36.483,63
Jucélio Maria (PSB)	-	Leis nº 12 904 e 12 924*	-	R\$ 26.402,64
Julio Gasparetto (PMDB)	Lei nº 12 978	-	-	R\$ 45.120,63
Luiz Otávio Coelho (PTC)	-	-	Lei nº 12 919	R\$ 42.341,74
Nilton Militão (PTC)	-	-	-	R\$ 46.080,78
Noraldino Júnior (PSC)	Leis nº 12 928, 12 944, 12 947, 12 956, 12 957	-	-	R\$ 42.448,99
Oliveira Tresse (PSC)	-	-	-	R\$ 42.869,06
Roberto Cupolillo (PT)	-	-	-	R\$ 33.954,37
Rodrigo de Mattos (PSDB)	-	-	Lei nº 12 953	R\$ 45.282,12
Wanderson Castelar (PT)	-	-	-	R\$ 32.179,60
Mesa Diretora	Leis nº 12 959 e 12 968	-	-	-
TOTAL	16 (dezesseis)	3 (três)	2 (duas)	R\$ 756.077,51

Leis de denominação de logradouros, títulos honoríficos e datas comemorativas: **36 (trinta e seis).**

O DIREITO à informação de DADOS PÚBLICOS é GARANTIDO pela Constituição Federal/1988.

* As leis nº 12.904 e 12.924 são de autoria dos vereadores:

José Guedes e Jucélio Aparecido.

PRINCIPAIS LEIS NO 1º SEMESTRE:

Lei nº 12.928/2014 - Institui a Política Municipal de Utilização Sustentável dos Veículos de Tração Animal. AUTOR: Vereador Noraldino

Lei nº 12.943/2014 - Institui a Política de Atendimento Veterinário aos animais de pequeno porte, pertencente à população de baixa renda. AUTOR: Vereador Francisco Evangelista.

Lei nº 12.957/2014 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de interfones e luzes de emergência nos elevadores instalados em edifícios públicos, comerciais ou residenciais. AUTOR: Vereador Noraldino Júnior.

Lei nº 12.958/2014 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do "teste da linguinha" em recém-nascidos. AUTOR: Vereador Aparecido Oliveira.

Lei nº 12.963/2014 - Institui o Programa de Incentivo à Doação de Sangue entre os Servidores Públicos Municipais. AUTOR: Antônio Aguiar.

MENSAGENS DO EXECUTIVO X CÂMARA MUNICIPAL

Neste primeiro semestre de 2014, a Câmara Municipal aprovou e transformou em Leis 18 (dezoito) Mensagens do Executivo. Dentre elas, destacam-se:

Nº 12.918/2014: autoriza o município a contratar financiamento pela Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 51.945.000,00 para executar o Programa Saneamento para Todos – Esgotamento Sanitário;

Nº 12.937/2014: criação do Conselho Municipal dos Direitos de Pessoa com Deficiência (FMDPD);

Nº 12.966/2014: institui o Conselho Municipal de Políticas Integradas sobre Drogas (COMPID);

Nº 12.967/2014: cria o Fundo Municipal de Políticas Integradas sobre Drogas (FUMPID).

Cabe ao vereador fiscalizar a correta aplicação do dinheiro público e estar atento aos anseios do povo.

COMISSÕES PERMANENTES da Câmara Municipal



» Comissão de Defesa do Direito dos Idosos: organizou *blitz* e constatou *in loco* atitudes de desrespeito aos Direitos dos Idosos e às Leis Municipais a esses relacionadas, no interior de agências bancárias e supermercados de Juiz de Fora. Denunciou e solicitou fiscalização mais rigorosa por parte da Prefeitura Municipal.

» Comissão de Saúde Pública e Bem-Estar Social: realizou visita ao prédio utilizado por empresa terceirizada pela Prefeitura e constatou irregularidades no armazenamento de medicamentos do SUS, que seriam repassados à população. Denunciou o fato, o mau atendimento dado aos parlamentares e cobrou atitudes dos órgãos competentes.

3

COMITÊ DE
CIDADANIA**VERBA INDENIZATÓRIA :
o que é?**

É a verba destinada às despesas dos vereadores no exercício do mandato, mediante apresentação de nota fiscal que comprove os gastos.

"Art. 2º: Somente serão indenizadas as despesas pagas com locação de móveis e equipamentos, consultoria técnica, material de expediente, material de escritório, telefonia, postagem, gastos com combustíveis e lubrificantes de veículos utilizados no exercício do mandato, locação de veículos para o exercício do mandato legislativo, despesas gerais de veículos utilizados no exercício do mandato legislativo, locação de software, assinatura de jornais, revistas e periódicos, impressos, manutenção e suprimentos para equipamentos de informática, publicidade institucional, estacionamento, cópia xerográfica e similares, copa interna, viagens em função do exercício do mandato, compreendendo passagens, hospedagem e alimentação".

Resolução nº 1122, alterada pela Mesa Diretora da CM/JF, pelo Ato 60/2005.

DESTAQUES NA UTILIZAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA

VALOR TOTAL DE GASTOS COM A VERBA INDENIZATÓRIA: R\$ 756.077,51 (setecentos e cinquenta e seis mil e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos) entre 01/01/2014 e 30/06/2014

CONSULTORIA TÉCNICA

MAIOR GASTO	MENOR GASTO
Noraldino Júnior: R\$ 19.200,00	Luís Otávio: R\$ 3.400,00

VEÍCULO (combustível, lubrificantes, locação e despesas gerais)

MAIOR GASTO	MENOR GASTO
Aparecido Reis: R\$ 24.608,34	Wanderson Castelar: R\$ 3.819,77

TELEFONE

MAIOR GASTO	MENOR GASTO
Antônio Aguiar: R\$ 6.750,15	José Márcio: R\$ 1.016,68

Não tiveram gastos com consultoria técnica: André Mariano, Francisco Evangelista, José Fiorilo, João Evangelista, Jucélio Maria, Júlio Gasparette, Luiz Otávio Coelho, Roberto Cupolillo.

Não tiveram gastos com veículo: Júlio Gasparette (está no exercício da presidência da Câmara Municipal).

Fonte: Câmara Municipal de Juiz de Fora

REFORMA POLÍTICA

A Copa do Mundo irmanou nosso povo: "Sou brasileiro com muito orgulho, com muito amor". Passada essa euforia, lembramos dos vários problemas nacionais que carecem soluções: inflação, crise urbana, violência, deficiências na saúde e na educação, falta de moradia etc. Mas antes, é preciso uma Reforma Política que garanta a democratização do poder público. A crítica ao atual sistema político deve vir junto de propostas que o torne mais eficiente e estruturado.

Pensando nisso, um grupo formado por cidadãos e quase cem instituições e movimentos sociais, por meio do projeto nº 6.315 na Câmara Federal, propõe uma Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas. Em linhas gerais, esta coalizão apresenta:

- O fim do financiamento de campanhas por empresas privadas, com a criação do Fundo Democrático de Campanhas e contribuições de pessoas físicas (limitado a R\$ 700,00).
- Eleições proporcionais em dois turnos: no 1º turno, o voto será dado ao partido; este apresentará aos eleitores os seus projetos; e no 2º turno o eleitor vota em um dos nomes da lista apresentada pelo partido, conforme as vagas conquistadas no 1º turno.
- Paridade de gênero (alternância de homens e mulheres na lista partidária).
- Fortalecimento da democracia direta (mais participação do povo em plebiscitos, referendos etc).
- Coligação com base apenas em programas políticos convergentes.

Por ser um projeto de iniciativa popular, é necessária a coleta de assinaturas (1% dos eleitores) para sua aprovação. Participe você também: SUA ASSINATURA VAI VIRAR LEI! Conheça a proposta na íntegra: www.reformapoliticademocratica.com.br

Em Juiz de Fora, a OAB, em parceria com o Comitê de Cidadania, fará mutirão para coleta de assinaturas. Precisamos trabalhar hoje para garantirmos eleições mais limpas em 2016.

**Paridade de gênero e participação feminina**

Embora seja um desafio para o espaço político, ainda predominantemente masculino, a participação efetiva de mulheres já é incentivada tanto pela Lei das Cotas – mínimo de 30% de candidaturas femininas – quanto por campanhas como "Mulher, tome partido. Filie-se" de 2013 e, atualmente, a chamada "Até quando eles irão falar por nós?", do TSE.

Segundo os dados da União Interparlamentar de 1º de abril de 2014, sobre os Parlaentos de 189 países, é apenas 21,9% o percentual de mulheres deputadas federais e senadoras no cenário mundial. O Brasil ocupa o 126º lugar, com 8,6% de deputadas e 16% de senadoras. Uma maior representatividade feminina na política refletirá justiça social e equidade da sociedade e possibilitará melhor defesa de interesses específicos do gênero. Sendo assim, o Comitê de Cidadania trás para Juiz de Fora o apoio ao projeto de Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, que propõe a paridade de gêneros nas listas partidárias, visando ao combate de preconceitos e à conscientização feminina para maior participação política.

4

COMITÊ DE CIDADANIA

VOTO NÃO TEM PREÇO VOTO TEM CONSEQUÊNCIA!



Tendo à frente as eleições 2014, o Comitê de Cidadania - CJP/JF vem reforçar a campanha pelo voto consciente, criada pelo Ministério Público Federal (MPF) para assegurar e divulgar a Lei nº 9.840/1999 e a Lei Complementar nº 135/2010 da Ficha Limpa. O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outras muitas organizações e instituições da sociedade civil também apoiam essa campanha.

A Lei nº 9.840 garante punição à compra de votos e práticas de abuso de poder econômico em campanhas eleitorais. Segundo o jurista Marlon Reis, integrante do MCCE, essa Lei já levou à perda de mandatos de cerca de 1000 (mil) políticos, entre eles cinco governadores, diversos senadores e centenas de prefeitos e vereadores. Fique atento, denuncie!

Já a Lei Complementar nº 135 da Ficha Limpa determina, dentre os pontos principais, que fica inelegível por oito anos o candidato que: fez uso incorreto do dinheiro público; lesou o patrimônio público e teve enriquecimento ilícito; possui contas públicas não aprovadas; teve o mandato cassado; renunciou para evitar a cassação; foi condenado por decisão de órgão colegiado (com mais de um juiz) ou órgão profissional, como a OAB. Não podem concorrer a cargos públicos candidatos condenados em segunda instância da Justiça (com mais de um juiz) por crimes eleitorais.

Fale conosco, participe!

► O Comitê de Cidadania - CJP/JF é formado por cidadãos dedicados ao resgate de valores e transformação da sociedade. Visa fortalecer o processo democrático, promover e difundir o conceito de cidadania. Trabalha pela ética na política desde 2000.

► O Comitê de Cidadania - CJP/JF, além de voluntário, é ecumênico e suprapartidário!

E-mail: comitetedadaniajf@yahoo.com.br
 Blog: comitetedadaniajf.blogspot.com.br
 Reuniões: sala de reuniões da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora (entrada pelo estacionamento), toda 2ª quarta-feira de cada mês, às 19:00. Telefone: (32) 3229 5450.

crimes hediondos, crimes contra o meio ambiente, corrupção, abuso de poder econômico, tráfico de drogas e racismos. A Ficha Limpa é assegurada pelos próprios partidos ao selecionar seus candidatos.

Além de exercer seu direito de cidadão com o voto, é preciso

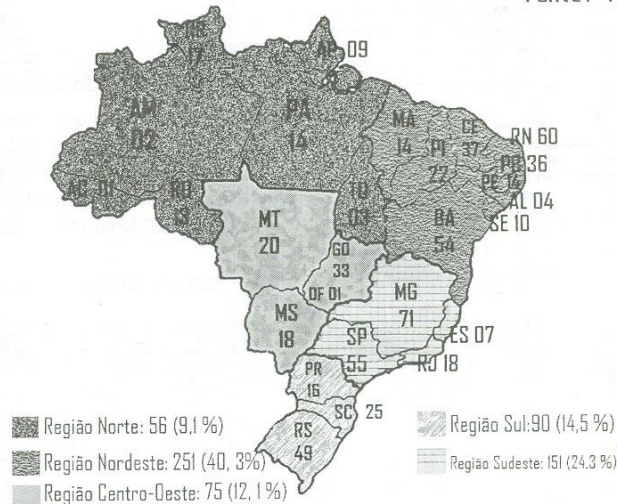
conhecer os candidatos para uma escolha inteligente e, só assim, poder ajudar o Brasil.

DENUNCIE: (32) 3212-4168 ou rua Marechal Deodoro, 552 (3º andar) de 2ª a 6ª das 12 às 18 horas, Ouvidoria Eleitoral OAB/JF. Mais informações: www.eleitoral.mpf.mp.br www.mcce.org.br/ www.eleicoeslimpas.gov.br

MAPA DAS CASSAÇÕES:

Foram apontadas 623 cassações em todo o país, de acordo com apuração até 04/10/2007 das denúncias de corrupção política pela Lei nº 9.840/1999.

Fonte: TSE.



ELEITOR, EXERÇA SUA CIDADANIA. PARTICIPE!



Nessas eleições, que acontecerão dia 5 de outubro (domingo), **VOTE CONSCIENTE!**

Serão eleitos presidente e seu vice, governadores estaduais e seu vice, senadores (senador, 1º e 2º suplentes), deputado federal, deputado estadual e deputado distrital.

Mais informações: www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014

"QUEM SABE FAZ A HORA!"

Transparência Juiz de Fora - Câmara Municipal Portas Abertas
 Confira no site: www.camarajf.mg.gov.br

Outros:
www.eleicoeslimpas.org.br
www.mcce.org.br
www.pjf.mg.gov.br

INFORMATIVO PRODUZIDO PELO COMITÊ DE CIDADANIA - CJP/JF

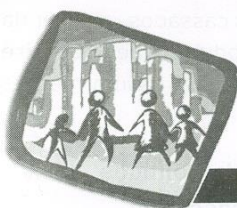
Em parceria com os alunos do 5º período diurno de Comunicação da UFJF: Carolina de Almeida, Clarisse Nakao, Marlon Gabriel, Nikolay Oliveira, Noélia Bomfim e Valesca dos Reis, sob orientação da Profa. Dra. Cláudia Regina Lahni.

Tiragem

6000 cópias

APOIO:





O SEU VOTO PODE MUDAR O BRASIL!

Comitê de Cidadania - CJP/JF - Encarte especial da edição 29

Em 05 de outubro teremos eleições majoritárias para presidente, governadores, senadores e eleições proporcionais para deputados estaduais e federais.

ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS: são eleitos aqueles que obtiveram a maioria dos votos válidos.

ELEIÇÕES PROPORCIONAIS: são considerados o total dos votos válidos e a votação recebida por cada partido político.

CONHEÇA MELHOR AS FUNÇÕES DOS CANDIDATOS:

PRESIDENTE: seu papel é cuidar, auxiliado por seus ministérios, da defesa nacional e das relações com outros países; definir regras de comércio exterior e quanto o país deve poupar para pagar as suas dívidas; responsabilizar pela infraestrutura nacional (transportes, comunicação, fontes de energia, políticas de saúde, cultura e educação); aprovar ou não as leis formuladas no Congresso e, excepcionalmente, propor leis.

GOVERNADOR: sua função é dirigir a administração estadual, representar o Estado em suas relações jurídicas, políticas e administrativas, defendendo seus interesses junto à presidência e buscando investimento e obras federais.

SENADOR: tem a função de debater e aprovar leis em nível nacional; aprovar a escolha de presidentes de empresas públicas, membros do poder judiciário e de diplomatas; fiscalizar o Presidente da República;

votar e avaliar projetos de lei e representar seu estado e o povo no Congresso Nacional, podendo ali, apresentar projetos de interesse do seu estado.

DEPUTADO FEDERAL: sua função é elaborar leis, elaborar o seu Regimento Interno, fiscalizar os atos do poder executivo, eleger membros do Conselho da República, fiscalizar a prestação de contas do Presidente da República. Cabe-lhe também a função de autorizar, através de dois terços de seus membros, a instauração de processos contra o Presidente, vice e Ministros.

VOTAR...

- É participar na solução dos problemas do nosso dia a dia.
- É depositar confiança em quem vai representar você.
- É criar condições de vida digna para todos e responsabilizar-se pelo futuro de nossos filhos, da nossa sociedade.

A QUEM VOCÊ CONFIARIA O CUIDADO DE SUA CASA? Pense bem: Votando, você está confiando a sua casa maior – o BRASIL – aos governantes e legisladores que você vai eleger!



LEMBRE-SE: O VOTO É SECRETO.

ANULAR O VOTO E VOTAR EM BRANCO É CRUZAR OS BRAÇOS DIANTE DOS PROBLEMAS. VENDER O VOTO É VENDER A PRÓPRIA CONSCIÊNCIA.

NÃO DIGA QUE A POLÍTICA É SUJA.

AJUDE A TORNÁ-LA MAIS DIGNA E COMBATA A CORRUPÇÃO! BASTA APENAS ACESSAR UM SITE:

www.excelencias.org.br

e clicar o nome do estado ou cidade. VOCÊ TERÁ ACESSO A TODOS OS DADOS DOS PARLAMENTARES EM EXERCÍCIO (inclusive com processos na justiça).

A ÉPOCA DE CAÇA AOS VOTOS JÁ COMEÇOU:

acesse o **Divulgacand2014** – é o sistema responsável pela divulgação das candidaturas registradas no Brasil. Verifique já!

VOTE EM MIM E TERÁ DINHEIRO, CAMISA DE TIME, BOLSA DE ESTUDO, REMÉDIO, ETC. NÃO PENSE, VOTE EM MIM.



O COMITÊ DE CIDADANIA – CJP/JF apresenta o número de políticos cassados a partir da aplicação da Lei 9 840/99 até 2007. Este levantamento foi produzido pelo **Comitê Nacional do MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL** com as informações divulgadas pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL:

Posição	Partido Político	Sigla	Nº de políticos cassados	%
1º	Democratas (Brasil)	DEM	69	20,4%
2º	Partido do Movimento Dem. Brasileiro	PMDB	66	19,5%
3º	Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB	58	17,1%
4º	Partido Progressista	PP	26	7,7%
5º	Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	24	7,1%
6º	Partido Dem.Trabalhista	PDT	23	6,8%
7º	Partido da República	PR	17	5%
8º	Partido Popular Socialista	PPS	14	4,2%
9º	Partido dos Trabalhadores	PT	10	2,9%
10º	Partido Progressista Brasileiro	PPB	8	2,4%
11º	Partido Socialista Brasileiro	PSB	7	2,1%
PSL, PTC, PMN, PRTB, PSC, PHS, PRONA, PRP, PSB, PV				Menos de 1%

Obs. Considerou-se apenas os partidos políticos dos " cabeças de chapa"- poder executivo e senado.

Total de Políticos Cassados entre os anos 2000 e 2007: (por captação ilícita de sufrágio - compra de votos -, condutas vedadas a agentes públicos e abuso de poder)

623

Observações :

- 1 De 2008 a 2009 – 357 cassações (prefeitos e vices: 238 e vereadores: 119)
- 2 Em 2011 – 128 trocas
- 3 Em 2013 – em todo o Brasil houve troca de cadeiras em 125 cidades por abuso de poder econômico e político.
- 4 Em 2014 - os analistas judiciários avaliam que haverá mais de 2.000 (duas mil) candidaturas impugnadas (Ficha suja).

O Analfabeto Político

Bertolt Brecht

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.

Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.



**NÃO ADIANTA REIVINDICAR COMO UM LEÃO
SE VOCE CONTINUAR A VOTAR COMO UM JUMENTO**

Comitê da Cidadania - Encarte Especial

ANEXO 4 – FOTOS DOS EVENTOS DO COMITÊ DE CIDADANIA



Lançamento do Informativo nº29 do Comitê de Cidadania de Juiz de Fora. 21/08/2014. Da esquerda para direita Elizabeth, Déa Emília (presidenta) Maria Aparecida e Wânia.



Palestra sobre Voto Consciente, e, Lançamento do Informativo nº 29 na Escola Municipal Adhemar Rezende de Andrade aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Palestrante: Eliane Ferreira. Na plateia, da esquerda para direita: Maria Enilda, Maria Aparecida. 28/08/2014.



Palestra sobre Voto Consciente, e, Lançamento do Informativo nº 29 no Centro Educacional Lápis de Cor. 17/09/2014. Palestrante: Rosângela.